

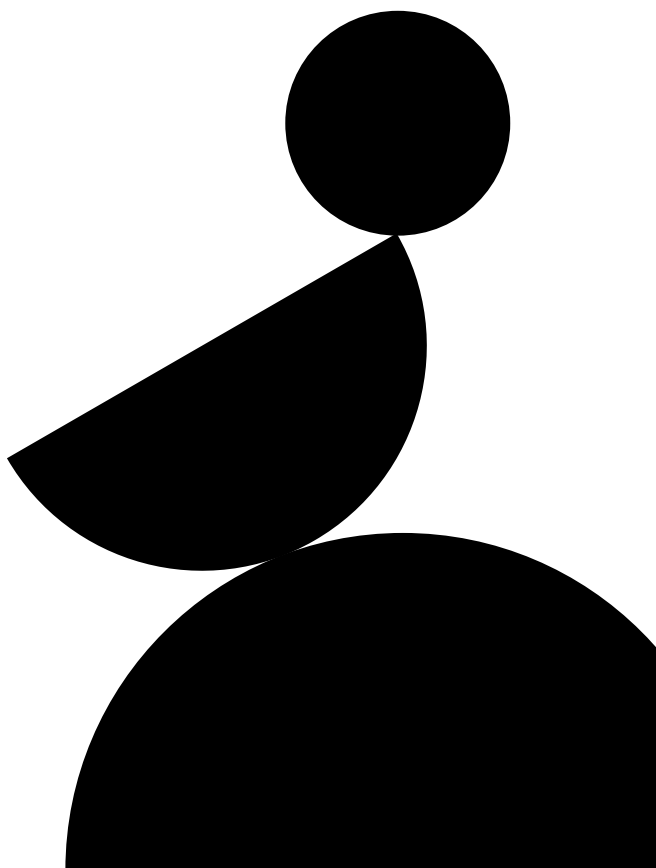
Maquiavel e a *História de Florença*

Helton Adverse
(Org.)



Maquiavel e a *História de Florença*

Helton Adverse
(Org.)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

Reitora: Sandra Regina Goulart Almeida

Vice-Reitor: Alessandro Fernandes Moreira

FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

Diretora: Thais Porlan de Oliveira

Vice-Diretor: Rogério Duarte do Pateo

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA

Coordenador: Ernesto Perini Frizzera da Mota Santos

Subcoordenador: Tadeu M. Verza

EDITORA PPGFIL-UFMG

Tadeu M. Verza

André J. Abath

Abílio A. Rodrigues Filho

Anna Luiza Coli

Henrique B. Barreto

CONSELHO EDITORIAL

Daniel Pucciarelli

Miriam Campolina Diniz Peixoto

Rogério Antônio Lopes

Verlaine Freitas

CONSELHO CIENTÍFICO

Alessandro Pinzani (UFSC)

Anderson Bogéa da Silva (UFPR)

André Leclerc (UNB)

André Nascimento Pontes (UFAM)

António José Ferreira Bento (Universidade da Beira Interior)

Beatriz Cecilia Bossi López (UCM)

Catarina Belo (Universidade Americana no Cairo)

Gisele Amaral dos Santos (UFRN)
Jacques Poulain (Université Paris VIII)
José Leonardo Annunziato Ruivo (UEMA)
Marco Antônio Caron Ruffino (UNICAMP)
Marcus Sacrini Ayres Ferraz (USP)
Maria Aparecida Paiva Montenegro (UFCE)
Maurício Pagotto Marsola (UNIFESP)
Sara Juliana Pozzer da Silveira (UFMT)
Vinicius Berlendis de Figueiredo[†] (UFPR)

<https://www.edppgfil.fafich.ufmg.br>

<https://www.editorappgfilufmg.com>

Avenida Presidente Antônio Carlos, 6627

FAFICH, sala 4047, 4º Piso

Pampulha, Belo Horizonte - MG.

CEP: 31270-901

Dados internacionais de catalogação na publicação (CIP)

Maquiavel e a história de Florença [recurso eletrônico] / Helton Adverse (org.) - Belo Horizonte : PPGFIL-UFMG, 2025.

M149

1 recurso online (315 p.): pdf

ISBN: 978-65-01-63265-0

DOI: 10.5281/zenodo.16848204

1. Machiavelli, Nicolo, 1469-1527. 2. Filosofia renascentista. 3. Ciência política. 4. Humanismo. 5. Florença (Itália) – História. I. Adverse, Helton Machado.

CDD: 320

CDU: 032

Elaborada por Vilma Carvalho de Souza - CRB-6/1390

Copyright © Os autores

Capa e projeto gráfico: Ami Comunicação & Design

Revisão: os autores

Diagramação: Cecília Moreira

Finalização: Tadeu M. Verza



PPGFIL-UFMG, 2025

Esta obra foi selecionada pelo Conselho Editorial do Selo PPGFIL/UFMG após avaliação por pareceristas *ad hoc*.

O acesso e a leitura deste livro estão condicionados ao aceite dos termos de uso do Selo do PPGFIL/UFMG, disponíveis em: [https://
https://www.edppgfil.fafich.ufmg.br](https://www.edppgfil.fafich.ufmg.br)

Sumário

Apresentação Helton Adverse	9
Capítulo 1. Maquiavel e a história: guelfos, gibelinos e as reordenações de Florença Flávia Benevenuto	15
Capítulo 2. O livro I da <i>História do povo florentino</i>, de Leonardo Bruni: um endereço bruniano de maquiavel Gabriel Pancera	43
Capítulo 3. Maquiavel: história e verdade efetiva Helton Adverse	69
Capítulo 4. As <i>Histórias florentinas</i> no interior do corpus maquiaveliano José Antônio Martins	87
Capítulo 5. Da guerra nas <i>Histórias florentinas</i> de Maquiavel: o caso de Francesco Sforza Newton Bignotto	119
Capítulo 6. <i>Histórias florentinas</i> e a fundação das cidades Luís Falcão	151

Capítulo 7. Fundação e refundações republicanas na Florença de Maquiavel 169

Sérgio Cardoso

Capítulo 8. Conservadorismo ou plebeísmo? *História de Florença* no republicanismo tardio de maquiavel 191

Ricardo Silva

Capítulo 9. Conflito e igualdade nas *Histórias florentinas* de Maquiavel 229

Sebastián Torres

Capítulo 10. Lucrécio e o naturalismo trágico de Maquiavel 257

Jean Gabriel Castro da Costa

Capítulo 11. Literatura picaresca e maquiavelismo nos séculos XVI e XVII 287

António Bento

Apresentação

Em 1525, Maquiavel conclui sua última grande obra, encomendada pelo então cardeal Giulio di Medici (que iria se tornar papa em 1523 adotando o nome de Clemente VII). A obra se intitulava *Istorie fiorentine*, e se inscrevia claramente em uma tradição que remontava à Idade Média, a saber, aquela das histórias das cidades, contada seja sob a forma das crônicas, seja sob a forma dos compêndios, na maioria das vezes redigidos pelos chanceleres florentinos, como Leonardo Bruni ou Poggio Bracciolini. Mas, a exemplo de seus trabalhos anteriores, ao retomar um gênero tradicional Maquiavel o subverte, colocando-o a serviço de seu espírito criativo. Sua *História* será mais do que um relato, mais do que um elogio, mais do que um monumento cívico: ela dará continuidade à sua reflexão sobre o político, alinhavando os elementos mais marcantes de seu pensamento (a divisão social, a inevitável mudança dos tempos, o embate infinito entre a Fortuna e a *virtù*, a corrupção e a perda da liberdade) com as histórias de sua cidade. Desse modo, ao recontar as histórias de Florença, o Secretário realiza um duplo objetivo: por um lado, os problemas políticos que o obcecaram há mais de duas décadas são repensados à luz da experiência de sua cidade; por outro lado, é a própria história da cidade que ganha novo significado a partir da interpretação de Maquiavel. Neste encontro entre experiência e pensamento, entre a ação e o conceito, não há primazia de um sobre outro, mas imbricamento.

Passados 500 anos de sua redação, a obra consolidou-se como uma leitura obrigatória não somente para os pesquisadores de

Maquiavel, mas para todos aqueles que interessados em compreender o sentido da ação política, em especial em momentos de crise, quando apreender seu significado torna-se tão urgente quanto difícil. Os capítulos que integram esse livro trazem a marca dessa necessidade teórica e prática. Os autores, que frequentam há muito tempo a obra do Florentino, colocam seu trabalho exegético sob a égide do desejo de esclarecimento das questões políticas, de ontem e de hoje. E para levar a cabo essa reflexão, eles se reuniram na Universidade Federal de Minas Gerais, em outubro de 2023, por ocasião do V Colóquio Internacional Maquiavel, quando os textos que o leitor irá encontrar neste livro ganharam sua primeira versão.

No primeiro capítulo, Flávia Benevenuto mostra que Maquiavel, no Livro II da *História de Florença*, a propósito da rivalidade entre Guelfos e Gibelinos, mobiliza algumas teses presentes em suas obras anteriores, em especial, *O príncipe* e os *Discursos sobre a primeira Década de Tito Lívio*, para assinalar os impasses da história política de sua cidade, sempre diante do desafio de “reordenar-se” a si mesma em um contexto conflitivo. O segundo capítulo, de Gabriel Pancera, reaproxima a *História* de Maquiavel daquela redigida por seu antecessor mais ilustre, a saber, Leonardo Bruni. Seu objetivo é indicar a presença da continuidade entre os autores a respeito do “domínio regional”, isto é, o problema da expansão da república, ao passo que, via de regra, são destacadas pelos comentadores, as diferenças entre Maquiavel e Bruni, reivindicada pelo próprio Maquiavel no Proêmio de seu livro. Pancera esclarece que os dois autores, ao enfrentarem o desafio teórico colocado pelo imperialismo, têm em mente as condições da liberdade republicana. Helton Adverse, por sua vez, examina a hipótese de que a leitura de algumas passagens das histórias florentinas de Maquiavel permite apreender o sentido da célebre

expressão *verdade efetiva das coisas*, cunhada no capítulo XV de *O príncipe*. Adverse acredita que a elucidação do sentido dessa “verdade” requer sua articulação com a “imaginação”. No quarto capítulo, José Antônio Martins empreende uma leitura minuciosa dos Livros II e III da *História de Florença*, com o intuito de mostrar seja a continuidade entre essa obra e as anteriores seja a ampliação de algumas de suas teses centrais, como aquela que reconhece nos conflitos entre grandes e povo a dinâmica que assegura a liberdade política. No capítulo cinco, Newton Bignotto reitera o esforço teórico de José Antônio Martins, encontrando um fio de continuidade entre as obras de Maquiavel, mas, dessa vez, a propósito da guerra. Para demonstrar a plausibilidade de sua hipótese de leitura, Bignotto irá se servir do personagem de Francesco Sforza, *condottiero* presente nas principais obras políticas do florentino. Com esse recurso, Bignotto esclarece que Maquiavel “multiplica seu olhar sobre os mesmos objetos teóricos”, nos oferecendo, a cada vez, um novo aspecto de uma mesma realidade. No capítulo seis, Luís Falcão visita o tema clássico da “fundação”, explorando o cotejamento entre aquela de Roma e a de Florença. As semelhanças e diferenças entre as cidades nos fazem compreender que, malgrado o peso do momento fundacional, a realidade política é sempre resultado das ações humanas. Sérgio Cardoso, no capítulo seguinte, prolonga essa discussão sobre a fundação, mas fazendo um recorte diferente do de Luís Falcão, visitando os livros II e III das *Istorie* com o propósito de colocar no centro da narrativa de Maquiavel a dissensão entre os humores e seus efeitos sobre a vida política. Não cabe idealizar o papel do povo nos conflitos políticos, nos mostra Cardoso, mas entender a necessidade de reativação de sua capacidade política peculiar, a saber, a de ser o “sujeito das leis”, única via pela qual ele pode ser o “guardião da

liberdade”. O oitavo capítulo, da autoria de Ricardo Silva, reconstitui as divergências interpretativas acerca das *Istorie*: a teoria de Maquiavel teria aí sofrido uma inflexão conservadora ou, ao contrário, teria se reforçado sua inclinação filo-popular sob a forma de um plebeísmo? Examinando os argumentos que sustentam cada uma das interpretações, Silva assinala a pertinência da interpretação “plebeísta” a partir das leituras recentes de Maquiavel que ressaltam a natureza democrática de seu republicanismo. O capítulo nove, escrito por Sebastián Torres, a exemplo daquele de Silva, também dirige nossa atenção para o aspecto democrático do republicanismo, mas, dessa vez, examinado a fundo a questão da desigualdade. Retomando três discursos do Livro III das *Istorie*, Torres esclarece que liberdade e igualdade estão de tal modo atreladas que a organização social e política de uma cidade não se deixa compreender sem sua implicação mútua. Os capítulos 10 e 11, de autorias de Jean Gabriel Castro da Costa e António Bento, respectivamente, representam a ampliação dos debates suscitados pela leitura da obra de Maquiavel e, em particular, das *Istorie fiorentine*. Jean Castro explora a dimensão trágica do pensamento de Maquiavel, mostrando a presença de Epicuro na obra do florentino, mas também a distância que o separa do poeta romano. Segundo Castro, teríamos em Maquiavel um “naturalismo trágico” que assume a contingência do mundo ao mesmo tempo em que afirma a necessidade da ação. António Bento, por sua vez, aproxima o maquiavelismo da literatura picaresca. Entre Maquiavel e Fernando de Rojas, nos mostra Bento, tece-se um emaranhado de temas morais e políticos que conformam uma visão das coisas que irá se prolongar nos séculos seguintes sob a égide do maquiavelismo. Mas não apenas isso: na sabedoria da personagem da Celestina, de Rojas, António Bento vê anunciadas as principais características da “verdade efetiva”

de Maquiavel. Em seu texto, podemos ver como o saber político maquiaveliano somente ganha sua substância quando nutrido com a narrativa histórica e ficcional, justamente um dos motes que norteou as discussões do colóquio que deu origem a este livro.

Ao encerrar esta apresentação, gostaria de agradecer vivamente a meu colega de departamento, Tadeu Verza, cujo apoio foi imprescindível para que esse livro viesse a lume. Agradeço também a meus colegas que me confiaram seus textos e tiveram toda a paciência para aguardar que eles, finalmente, adquirissem a forma de um livro. Não menos importante foi a presença de todos os que participaram do evento, que deram contribuições importantes para o enriquecimento de cada capítulo. Por fim, agradeço aos discentes que auxiliariam (e muito) para que o colóquio pudesse ter acontecido.

Helton Adverse

Capítulo 1

Maquiavel e a história: guelfos, gibelinos e as reordenações de Florença

Flávia Benevenuto¹

Maquiavel forjou boa parte de sua filosofia política a partir da História. Os homens do passado deixaram seu legado e é a partir dele que o autor se põe a investigar os homens de *virtù*, as reviravoltas da fortuna, as grandes conquistas, as ordenações que perduraram, as guerras que trouxeram glória ou aniquilação, assim como questões de dimensões menores e mais ordinárias da vida civil. A filosofia de Maquiavel não se prestou a imaginar mundos inexistentes ou modelos políticos que nunca existiram. É uma filosofia que se volta para a cena pública, mas não uma cena pública imaginada. Ao decidir colocar de lado as coisas como elas deveriam ser e dedicar-se à verdade efetiva das coisas Maquiavel dispõe a história em um lugar fulcral. A centralidade na história na filosofia do autor aparece ao longo de seus textos e permeia suas obras. Destaca-se, por exemplo, a afirmação no

¹ Professora do Curso de Filosofia da Universidade Federal de Alagoas - UFAL. Professora permanente do Programa de Pós-graduação em Filosofia da Universidade Federal de Sergipe - UFS.

Proêmio dos *Discursos sobre a primeira Década de Tito Lívio*, que traz uma referência singular à maneira como Maquiavel compreende a História. Nesse texto ele denuncia em seu tempo

o fato de não haver verdadeiro conhecimento das histórias, de não extrair de sua leitura o sentido, de não se sentir nelas o sabor que têm. Motivo por que infinitas pessoas que as leem sentem prazer em ouvir a grande variedade de acontecimentos que elas contêm, mas não pensam em imitá-las, considerando a imitação não só difícil como também impossível. (Maquiavel, 2007b, pp. 6-7)

Ao apontá-lo, nos *Discursos sobre a primeira Década de Tito Lívio*, Maquiavel direciona seu leitor aos textos de Tito Lívio e a seus objetivos em investigar as histórias de Lívio. Tal direcionamento nos conduz a pensar as especificidades de uma História escrita por Maquiavel, pois essa perspectiva da possibilidade da imitação, tal como sugerida por ele nos *Discursos*, não pode ser ignorada ao dirigimos à *História de Florença*, ao contrário, parece reverberar ainda mais profundamente. As especificidades das Histórias de Maquiavel são reforçadas pelo fato de tal texto ter sido redigido sob encomenda pelos Medici. Se isso, por um lado, impede uma narrativa francamente crítica à família dos senhores da cidade, por outro lado, faz florescer da habilidade de escrita do florentino uma análise ácida e contundente da vida pública de sua cidade.

Tendo em vista tais pressupostos partimos da primeira ordenação de Florença e pretendemos investigar as primeiras alterações dessa primeira ordenação, tal como apresentadas por Maquiavel. Trata-se de investigar a conturbada relação entre Guelfos

e Gibelinos no início do Livro II da *História de Florença*, identificando as causas das recorrentes reordenações experimentadas por Florença, consequentes da divisão da nobreza em partidos, a saber, Guelfos e Gibelinos. Investigar o início de Florença, partindo de sua primeira constituição, compreendendo seus primeiros conflitos e as reordenações consequentes à luz da perspectiva de uma história redigida a partir do pressuposto de que se pode imitar os grandes homens do passado e imitar a melhor forma de governo, constitui os objetivos desse trabalho.

Trata-se de partir do pressuposto de que a leitura da história não precisa ser puramente deleite e que é possível extrair lições importantes do passado para investigar a primeira constituição de Florença, os primeiros conflitos, as primeiras reordenações. Não se trata de esgotar o tema da história nem o tema dos conflitos partidários e as reordenações de Florença, mas de investigá-los de forma correlacionada, buscando compreender a primeira ordenação de Florença e suas primeiras alterações e consequências. Para tal, nos concentraremos nos primeiros capítulos do Livro II da *História de Florença*, sem deixar de lado as outras obras políticas de Maquiavel, a saber, *O príncipe* e os *Discursos sobre a primeira Década de Tito Lívio*.

1. Maquiavel e a história

É peculiar ler a *História de Florença* e pensá-la pela perspectiva de um autor que se valeu da história como uma possibilidade metodológica. Em um tempo de grandes transformações, Maquiavel tratou a história como uma chave que poderia servir em certas ocasiões para melhorar a compreensão da realidade política de seu

tempo. À ideia de repetição, que parecia fundar a ciência² de seu tempo, Maquiavel respondeu observando que era possível aprender com as ações políticas dos homens do passado e que a história poderia tanto ampliar as possibilidades de percepção do tempo presente quanto descartar opções repetidamente frustradas ao longo do tempo: aprender com os homens do passado para mudar a realidade política no presente. A história fornece um repertório valioso que pode ser transformado em conhecimento sobre o agir político. É claro que apenas conhecer a história não é suficiente para tomar as melhores decisões. Faz-se necessário reconhecer nos eventos do passado as circunstâncias e seus afetos; compreender suas causas e mecanismos internos. Nesse processo, a história pode ser vista como uma ferramenta útil para aqueles que governam, que atuam nas ordenações civis ou militares.

Essa possibilidade de reconhecer no passado elementos que ampliam nosso repertório para pensar o presente é suscitado por Claude Lefort. De acordo com ele,

os homens não mudam: antigos e modernos são constituídos da mesma argila. Apenas muda a maneira pela qual os homens respondem às questões permanentes, levantadas pelo arranjo de uma Cidade, e em primeiro lugar está a questão da divisão entre os que querem mandar e os que não querem ser comandados, oprimidos. (Lefort, 1999, p. 146)

² Mais precisamente, a formulação da ideia de ciência a partir de experiência (e repetição), tal como posta por Leonardo da Vinci, conforme apresentado por Eugenio Garin, 2005, pp. 269-272.

Essa afirmação de Lefort nos conduz a pensar o que Maquiavel chama de imitação. A ideia de imitação pressupõe que havia uma diferença significativa na forma como romanos e italianos lidavam com o terreno da política. Nesse sentido, a história se faz relevante como uma possível abordagem de análise, como uma possibilidade de ampliação do campo de visão e, sobretudo, do repertório daquele que se põe a refletir sobre as questões do presente. No texto de Maquiavel, a Antiga República Romana assume um espaço privilegiado. De acordo com o que afirma Lefort, “o mundo antigo nos leva a descobrir a variedade das respostas trazidas a essas questões permanentes e a superioridade do modelo romano” (Lefort, 1999, p. 146).

Independentemente dos exemplos do passado retomados por Maquiavel, dos antigos romanos ou de um passado mais recente, a história parece se por, para ele, como uma das estratégias a ser empregada para entender a realidade, mas não a única. A história oferece a possibilidade de identificar situações semelhantes e padrões de ação e reação ao longo do tempo. No entanto, ela não pode tornar o imprevisível previsível. A ação de um governante deve ser apropriada às contingências do seu contexto histórico, considerando inevitavelmente as expectativas da comunidade política. Compreender os acontecimentos do passado e apreender deles elementos importantes para analisar os problemas do presente exige *virtù*. Essa última se faz tão ou mais relevante que o conhecimento da história. A *virtù* é, entre outras coisas, a habilidade que guia a decisão do governante, mediando a compreensão dos exemplos expostos nos textos de história e as escolhas a serem feitas no momento presente. Nesse sentido, a imitação vem acompanhada da invenção.

Sabemos que Maquiavel se opõe aos que imaginaram modelos políticos que nunca se realizaram na história. Isso se deve à

complexidade da política e à imprevisibilidade das ações humanas, que tornam difícil a criação de modelos políticos que sejam estáveis ao longo do tempo. Desse modo, Maquiavel reconhece que os modelos políticos frequentemente não resistem à imprevisibilidade da política por dois motivos principais: ou são incompatíveis com o corpo político a que se aplicam, ou podem funcionar por um tempo, mas se tornam incompatíveis à medida que o corpo político muda. Ele parte do pressuposto de que as coisas humanas são mutáveis, enquanto os modelos são estáticos e determinados. Portanto, à medida que o corpo político passa por mudanças, os modelos políticos deixam de ser adequados. A história é um recurso interessante porque ela expressa as mudanças impostas pela contingência ao longo do tempo.

Dada essa imprevisibilidade inerente à política e à mutabilidade das coisas humanas, Maquiavel não se dedica a construir um conceito definitivo de ação política. Marie Gaille-Nikodimov afirma ser Maquiavel “um dos pensadores da ação política por excelência” (2006, p. 259). Prosseguindo com sua argumentação, a autora observa que Maquiavel não formula um conceito de ação política. Em vez disso, concentra-se na análise das condições que tornam a ação política possível. Isso pode parecer surpreendente para um filósofo experiente em criar conceitos, mas Maquiavel prioriza a análise das condições práticas da política em vez de propor definições abstratas. Isso não contradiz sua abordagem, pois ele integra teoria e prática para desenvolver uma teoria orientada pela realidade política de sua época, especialmente as práticas necessárias para o contexto político italiano. Tal como afirma Varotti, “experiências e leituras são assim elementos complementares, indissoluvelmente ligados na produção de um campo de fenômenos a partir do qual se elabora uma teoria da política” (2006, p. 17). Os modelos criticados por Maquiavel por não

terem se efetivado na história são censurados porque negligenciam as circunstâncias práticas em que operam. Eles ignoram as contingências e a mutabilidade das ações humanas, o que prejudica sua eficácia.

Maquiavel não substitui esses modelos por um modelo ou conceito de ação política definitivo. Em vez disso, ele se concentra em explorar meios viáveis de lidar com a contingência. Ele não cria um modelo de ação, mas reconhece a imprevisibilidade inerente ao espaço público. Busca maneiras de resistir ao efêmero e alcançar objetivos políticos, nos termos do autor, de resistir aos vitupérios da fortuna ou reconhecer seus bons ventos e aproveitá-los. Isso certamente não significa que Maquiavel busque prever o futuro, mas, ao invés disso, construir um conhecimento sobre como lidar com o imprevisível e o contingente, permitindo ao governante resistir, na medida do possível, às mudanças dos tempos. A única certeza é que os tempos sempre variam e, diante dessa complexidade, Maquiavel recorre à história. Os exemplos antigos e modernos oferecem substância à sua abordagem, e o governante deve usá-los para avaliar os critérios de suas ações. No entanto, adaptar eventos históricos a situações atuais não é simples e requer uma qualidade fundamental: a habilidade de agir de forma eficaz nas circunstâncias mais inusitadas. Nos termos de Maquiavel, posta a imprevisibilidade das circunstâncias, o recurso capaz de impedir que o ator político fique inteiramente sujeito às variações impostas pela fortuna é a *virtù*. Ela é quem possibilita o reconhecimento, ainda que parcial, das variações dos tempos, possibilitando algum tipo de resposta às inconstâncias próprias do terreno da contingência que funda o espaço público e caracteriza a política.

É nesse espírito que nos dirigimos à *História de Florença*. Trata-se de reconhecer minimamente essa compreensão mais geral da

história na abordagem de um momento específico da História escrita por Maquiavel. Sabemos que ao invés de imitar os Antigos, tomando-os como autoridades, como se podia constatar no período anterior, no texto de Maquiavel a imitação passa pelo engenho, passa por um processo criativo que possibilita a invenção, a originalidade. Passa pelo pressuposto de que estudar o passado diz respeito a ampliar o repertório das possibilidades de atuação política para uma maior inteligibilidade das coisas do presente. Essa compreensão da história parece nortear o texto do florentino, fazendo-se subjacente às escolhas interpretativas que ele faz.

2. Guelfos, gibelinos e o problema da corrupção em Florença

Maquiavel abre o segundo livro da *História de Florença* demonstrando preocupação com o tema das ordenações de Florença em seu tempo. Menciona as “grandes e admiráveis ordenações das repúblicas e dos principados antigos, que em nossos dias desapareceram” (Maquiavel, 2007a, p. 75). Dentre os feitos das grandes ordenações estava o de edificar cidades. Maquiavel argumenta que a comodidade de um lugar de refúgio onde pudessem cultivar suas terras trazia segurança aos homens que podiam se multiplicar. Para ele, a formação de colônias distribuía melhor os habitantes ocupando as terras recém conquistadas. Isso tinha por consequência torná-los ainda mais prontos e seguros para enfrentar possíveis ataques. O tema

da segurança ganha destaque no texto, principalmente quando o autor opõe os antigos a seus contemporâneos. De acordo com ele,

hoje tal costume desapareceu, devido à inépcia das repúblicas e dos principados, donde provém a ruína e a fraqueza das províncias; porque só essa ordenação torna os impérios mais seguros, mantendo as terras, como dissemos, copiosamente habitadas. (Maquiavel, 2007a, p. 76)

Ao problema da segurança logo se apresentam suas causas, as ordenações³. Independentemente se repúblicas ou principados, as formas de governo de seu tempo não eram capazes de produzir os mesmos resultados das ordenações de outrora. Seus problemas e os acontecimentos que culminaram na fragilidade observada em seu tempo parecem ser o objetivo inicial desse segundo livro da sua *História*.

Nesse sentido, ao final desse primeiro capítulo, Maquiavel retoma o tema das colônias, que para ele somente as boas ordenações podem produzir, para concluir que

por isso, muitas regiões do mundo, sobretudo na Itália, tornaram-se desertas em vista do que eram nos tempos antigos: e tudo isso ocorreu e ocorre porque nos príncipes não há apetite de glória verdadeira, e nas repúblicas não

³ Maquiavel parece acompanhar Políbio quando ele afirma que “a causa predominante do sucesso e de seu contrário em todos os assuntos relativos ao grande governo de um povo é a forma de sua constituição, pois dela, como de uma fonte, nascem não somente todos os desígnios e planos, mas a sua própria realização” (Polybe, 2003, pp. 69-70).

há nenhuma ordenação que mereça louvor” (Maquiavel, 2007a, p. 77).

A crítica às ordenações de seu tempo conduz diretamente às suas causas. E, ao investigar as causas, Maquiavel parece fazer o mesmo movimento textual que havia feito nos *Discursos sobre a primeira Década de Tito Lívio*, ao dirigir-se aos *acontecimentos que levaram à criação dos tribunos da plebe*, título do terceiro capítulo de seu Livro I (Maquiavel, 2007b, p. 19). Apesar da semelhança desse movimento textual, as diferenças aparecem imediatamente. Enquanto nos *Discursos* Maquiavel se dedica aos acontecimentos que completaram as ordenações romanas, levando a República Romana à grandeza, na *História de Florença* ele conduz seu leitor aos acontecimentos que fizeram com que as ordenações de seu tempo *não merecessem louvor*. Ao fazer uma crítica direta às ordenações de seu tempo Maquiavel se volta à Florença e, ao investigar sua cidade, o autor passa a redigir sua *História* apontando as ações e os atores políticos que as efetivaram. Ao longo do segundo livro da *História de Florença* Maquiavel identifica os movimentos que culminaram na fragilidade de suas ordenações.

Na *História de Florença*, Maquiavel parte do princípio de sua cidade e dos mercados de Fiesole. Reforça a origem a partir de colônias romanas. No terceiro capítulo do Livro II o autor retoma o que considera ser a primeira divisão da cidade. A causa é particular e diz respeito a um cavaleiro que desfez o casamento ainda não consumado para se casar com outra moça. Foi assassinado e sua morte teve uma consequência no âmbito público, pois foi suficiente para dividir a cidade. Segundo Maquiavel,

tal homicídio dividiu toda a cidade: uma parte juntou-se aos Buondelmonti, a outra, aos Uberti; e, como essas famílias eram bem providas de propriedades, torres e homens, combateram durante muitos anos sem que uma conseguisse eliminar a outra; e suas inimizades, ainda que não terminassem com a paz, acertavam-se com tréguas; e, desse modo, conforme se dessem os acontecimentos, ora se aquietavam, ora se acendiam. (Maquiavel, 2007a, p. 77)

O marco temporal das próximas perturbações da cidade são os tempos de Frederico II (1194-1250) que, tendo em vista aumentar suas forças contra a Igreja, interfere nesse conflito de modo a favorecer os Uberti e seus seguidores a tal ponto que eles expulsam os Buondelmonti da cidade. Isso radicaliza a divisão, concentrando-a entre os guelfos (apoiados por Buondelmonti e muitas outras famílias) e gibelinos (Uberti e igualmente muitas outras famílias) que Maquiavel chama de facções.

A partir daqui Maquiavel parece narrar a história de sua cidade pela perspectiva das alterações em suas ordenações. Ele inicia o quinto capítulo apresentando a primeira ordenação de Florença após a constatação das facções partidárias, a saber, guelfos e gibelinos. De acordo com ele,

dividiram, portanto a cidade em seis partes e elegeram doze cidadãos, dois para cada sexto, a fim de governá-la; eles se chamaram de Anciãos e a cada ano deviam ser substituídos por outros. E, para evitar razões de inimizades nascidas dos julgamentos, providenciaram dois juízes estrangeiros, um chamado capitão do povo e o outro *podestade*, para julgarem as causas civis e criminais entre os cidadãos. E, como nenhuma ordenação é estável sem

defensores, na cidade foram constituídas vinte bandeiras e, no interior, setenta e seis, nas quais foi inscrita toda a juventude, dispondo-se que todos deviam acorrer depressa e armados para a sua bandeira, sempre que fossem chamados pelo capitão ou pelos Anciãos. (Maquiavel, 2007a, pp. 83-84)

A passagem, que nos apresenta as ordenações civis e militares de Florença, evidencia uma preocupação em evitar inimizades pela via institucional e em garantir estabilidade também pelas ordenações militares. Sua durabilidade foi posta à prova em um período de dez anos, como procuraremos mostrar mais adiante.

Antes disso, Maquiavel avalia essas ordenações que, de acordo com ele, fundavam a liberdade de Florença (Maquiavel, 2007a, p. 84). Com tais ordenações, Florença não apenas se tornou “a cidade mais importante da Toscana, como também era contada entre as principais cidades da Itália; e teria alcançado qualquer grandeza, se frequentes e novas divisões não a tivessem afligido” (Maquiavel, 2007a, p. 85). A grandeza, tão admirada por Maquiavel e tão emblemática como consequência das ordenações romanas, era vislumbrada nas ordenações florentinas e, para Maquiavel, estaria no horizonte das possibilidades de Florença se não fossem as divisões. Na *História de Florença*, ao invés de se dirigir aos humores, como fizera nos *Discursos*, Maquiavel põe seu leitor diante das facções. Em vez dos tumultos entre grandes e povo, que na antiga república romana havia completados suas ordenações, a partir de então, capazes de abrigar todas as partes da cidade; em Florença, os acontecimentos apresentados por Maquiavel levam a resultados muito diferentes. O movimento do texto, que inicialmente, lembra a apresentação dos acontecimentos que levaram à criação do tribunato da plebe, logo

reflete uma diferença abissal. Ao invés de se voltar aos tumultos entre grandes e povo, a pena de Maquiavel conduz às disputas facciosas em torno de interesses particulares que impedem os afetos naturais dos humores de se manifestarem em defesa do bem público.

Em Florença *as frequentes e novas divisões* testam os limites das ordenações. Os gibelinos, tendo em vista retomar sua autoridade, haja vista que tais empreendimentos foram alcançados pelos guelfos, vinham tramando secretamente e foram descobertos pelos Anciãos. O resultado foi que as instituições não foram suficientes para solucionar tal conflito. Sob a ameaça das armas empunhadas por particulares o partido gibelino dirigiu-se à Siena e solicitou ajuda ao rei de Nápoles, que promoveu uma carnificina tão grande que os guelfos sobreviventes não retornaram à Florença. De forma oposta ao que havia ocorrido na Antiga República Romana, quando as ordenações conseguiam fazer com que os conflitos não degingolassem na violência, Florença experimenta, pela violência, o fim dessa primeira ordenação. Se retomarmos a ideia de imitação para pensar a ordenação de Florença a partir da de Roma, a perspectiva inicial de uma possibilidade de repetição logo cederá lugar a uma experiência política completamente diversa. As ordenações que poderiam garantir a liberdade se apresentam sufocadas pela corrupção. Os conflitos que, em Roma, culminaram em leis a favor da liberdade (Maquiavel, 2007b, pp. 21-23), em Florença culminaram em violência e exílios. Se Roma é o horizonte da imitação, a experiência parece se apresentar como contraexemplo.

A partir de então a cidade precisa refazer suas ordenações e isso passa agora pela interferência de Manfredo, rei de Nápoles, responsável pela batalha sangrenta que banuiu os guelfos. Desse modo, ao invés de instituições capazes de favorecer a liberdade, Florença se

viu diante dos gibelinos e do rei de Nápoles lhe impondo obediência. De acordo com Maquiavel,

essa injúria, cometida com pouca prudência, foi recebida com grande ódio pelo povo (*universale*), que, se era inimigo dos gibelinos, passou a ser inimicíssimo; e foi disso que, com o tempo, lhes adveio a ruína. (Maquiavel, 2007a, p. 86)

Essa passagem traz alguns elementos tratados por Maquiavel no *Príncipe*. Não se tornar odiado pelo povo é uma espécie de máxima maquiaveliana construída principalmente entre os capítulos XVI e XX do *Príncipe*. Neste livro, após discutir *as coisas pelas quais os homens e particularmente os príncipes são louvados ou vituperados*, no capítulo XV, Maquiavel dirige-se ao tema e, no capítulo seguinte, intitulado *A liberalidade e parcimônia*, afirma que “entre as coisas de que um príncipe se deve guardar está o ser desprezível e odioso: e a liberalidade conduz-te a uma e a outra coisa. Portanto, é maior sabedoria ter-se o nome de mesquinho, que gera uma má fama sem ódio” (Maquiavel, 2017, p. 191). No capítulo seguinte ele vai explorar o tema mais profundamente. O capítulo XVII, *A crueldade e a piedade: é melhor ser amado que temido, ou o contrário*, traz uma ponderação entre os riscos de ser somente amado e a segurança de ser temido, embora preferíveis concomitantemente. Nas palavras de Maquiavel, “deve, não obstante, o príncipe fazer-se temer de modo que, se não adquirir o amor, ao menos fuja do ódio” (Maquiavel, 2017, p. 195). Após desenvolver esse tema, o autor afirma:

concluo, pois, voltando ao ser temido e amado, que, amando os homens a gosto deles e temendo a gosto do

príncipe, deve um príncipe sábio fundar-se naquilo que é dos outros; deve apenas pôr engenho em fugir do ódio, como se disse. (Maquiavel, 2017, p. 197)

Essa conclusão parece minimizar a radicalidade da pergunta inicial deslocando o cerne da questão para as dimensões políticas de se contrair o ódio do povo.

Ser odiado pelo povo é inviável. O movimento feito pelos gibelinos ao se unirem ao rei de Nápoles parece identificar o perigo. A solução inicialmente pensada soa proporcional aos riscos assumidos ao contraírem o ódio do povo. De fato, tal solução é tão radical que retira os gibelinos da lógica da governabilidade possível. A ordenação inicial de Florença cede lugar a um debate em torno da destruição da cidade, contido pelo discurso e empenho de um único homem de *virtù*, Farinata degli Uberti. O problema é que, ao discutirem destruir a cidade como uma possibilidade para se manterem impondo obediência, os gibelinos parecem se comportar como se não fossem florentinos, ou seja, como invasores que pretendem conquistar um domínio externo. No *Príncipe*, Maquiavel menciona as dificuldades de se conquistar um povo acostumado à liberdade: “a memória da antiga liberdade não as deixa nem pode deixar repousar; de tal maneira que a via mais segura é aniquilá-las, ou habitar lá” (Maquiavel, 2017, p. 119). Ora, os gibelinos já habitavam lá, dessa forma, a lógica assumida parece ser a da conquista, imposta pelo rei Manfredo (de Nápoles) como aquele que passa a se impor como homem primeiro de Florença. Os gibelinos parecem figurar como os que abriram as portas de sua própria cidade para a invasão externa.

A conquista ou captura de Florença se efetiva quando as ordenações que fundavam a liberdade da cidade são postas por terra

com o objetivo de impor obediência aos florentinos; e, principalmente, quando a via a ser utilizada pondera a destruição da cidade. O florentino que se opôs à destruição de Florença como estratégia de dominação da cidade, e que por tal feito foi apontado por Maquiavel como homem de *virtù*, também contribuiu para o fim da liberdade garantida pelas ordenações de outrora. A decisão por buscar uma via alternativa à ideia inicial de destruir a cidade não devolvia a cidade à liberdade. Ao contrário, ainda que se poupasse a cidade da destruição – o que não é pouco – continuava a conduzir Florença à obediência, na forma que parece ser a menos compatível com a liberdade republicana. Se considerarmos que o objetivo era subjugar Florença ao Reino de Nápoles, estamos possivelmente considerando o rebaixamento de Florença à condição de colônia. Se pensamos a liberdade a partir das questões externas, a cidade estaria subjugada a Nápoles. No que diz respeito às questões internas, a liberdade já havia sido trucidada pela violência interna que tinha por objetivo eliminar uma das partes da cidade. Assim, os efeitos da divisão da cidade degradingolaram a ponto de, partindo de uma ordenação republicana, se vislumbrar Florença como colônia de Nápoles e os florentinos devendo obediência ao Rei Manfredo, situação diametralmente oposta à liberdade.

Em Florença, enquanto os gibelinos pensavam uma alternativa à proposta inicial que passava pela destruição da cidade, os guelfos, que estavam espalhados em diferentes cidades, conseguiram se reaproximar e, “ao saberem que o papa Clemente chamara Carlos de Anjou para tirar o Reino [de Nápoles] das mãos de Manfredo, enviaram embaixadores ao pontífice, para pôr suas forças à disposição dele” (Maquiavel, 2007a, p. 87). Os guelfos já tinham alguma proximidade com a Igreja e enfrentaram a situação valendo-se de

alianças do passado⁴. Manfredo acabou morto por Carlos de Anjou e os guelfos retornaram a Florença se fazendo fortes. Os gibelinos saíram mais fracos da intervenção dos guelfos. Antes que os gibelinos consolidassem seu projeto político, que passava pela ideia de obediência, deu-se início uma nova ordenação da cidade.

Esse parece ser um dos pontos mais interessantes da narrativa de Maquiavel nesse segundo livro da *História de Florença*: a constante modificação das ordenações da cidade. Por vezes, como se procurou mostrar, se tratava de pôr por terra a ordenação vigente e iniciar uma nova ordenação, deixando para traz uma ordenação que tinha por objetivo a liberdade, para instituir outra que pressupunha obediência. Maquiavel também investiga reordenações que tinham por fim completar as ordenações inicialmente objetivas. Porém, diferentemente do que o autor havia mostrado nos *Discursos*, as tentativas de reordenação expostas no Livro II da *História de Florença* são de natureza muito diversa daquelas que ocorreram na antiga República Romana. Em Roma, Maquiavel mostra como novas instituições, a exemplo do tribunato da plebe, completaram suas ordenações possibilitando que todas as partes da cidade fossem abrigadas pela república. Em Florença, Maquiavel evidencia as dificuldades institucionais impostas em um âmbito político corrupto, permeado por facções. É sintomático que o tema da corrupção se apresente mais pungente que o dos humores. O olhar de Maquiavel se volta para as instituições que são reiteradamente desarticuladas, principalmente pela sobreposição de interesses particulares e disputas entre particulares aos bens públicos, ao bem comum. Nessa

⁴ Principalmente quando Frederico II, rei de Nápoles, quis ampliar suas forças contra a Igreja e recebeu apoios dos gibelinos, criando, conseqüentemente, uma aproximação entre os guelfos e a Igreja.

lógica o resultado parece opor a corrupção à liberdade, pois quanto mais corrompida a cidade, menos possível a liberdade.

De fato, a sequência dos acontecimentos não levou os florentinos a retomarem sua antiga ordenação, mas a uma nova constituição. Segundo Maquiavel,

dividiram a cidade em Artes, e acima de cada Arte estabeleceram um magistrado, que distribuía a justiça àqueles que estivessem submetidos àquela Arte; além disso, deram a cada Arte uma bandeira, para que todos os homens pertencentes a cada uma dessas Artes acorressem armados a tal bandeira sempre que a cidade deles precisasse. No início, tais artes eram doze, sete maiores e cinco menores; depois, as menores cresceram, chegando a catorze, até que o número total delas chegasse, tal como no presente, a vinte e um; os trinta e seis reformadores ainda fizeram outras coisas para o benefício comum. (Maquiavel, 2007a, p. 88)

Os problemas dessa reordenação já haviam sido antepostos por Maquiavel. Pensaram em favorecer o povo que antes haviam injuriado. “Tais remédios, se administrados antes que a necessidade se apresentasse, teriam sido proveitosos, mas, administrados depois, não só deixaram de ser proveitosos, como também apressaram a ruína” (Maquiavel, 2007a, p. 88). Nessa passagem, Maquiavel já antecipava o problema da ordem dos acontecimentos que fora agravado quando “deliberaram subtrair ao povo, pela força, aquilo que lhe haviam concedido por pouca prudência” (Maquiavel, 2007a, p. 89). Tal problema teve por consequência muitos tumultos, marcados sucessivamente pela violência. Os desdobramentos aqui, que

culminaram na vitória do povo, (Maquiavel, 2007a, p. 90) deram abertura para chamar de volta os cidadãos de Florença que estavam exilados, reunindo novamente guelfos e gibelinos. Não demorou até os gibelinos, odiados pelo povo e marcados pelo ressentimento dos guelfos, fugissem da cidade se sentindo sob ameaça. A segurança, valorizada na primeira ordenação de Florença, cedeu lugar ao sentimento de ameaça. Este parece ser o modo de funcionamento das facções: quando cada facção se propõe a expulsar a outra recorrendo à violência pode-se observar a política pela lógica da exclusão. Ainda que nesse momento a vitória do povo tente abrir espaço a guelfos e gibelinos, a lógica das facções parece imperativa. O oposto disso parece ser o movimento natural dos humores, conforme Maquiavel observa ter ocorrido em Roma.

Em Florença deu-se início a uma nova reordenação. De acordo com Maquiavel, “os florentinos reordenaram o estado da cidade; elegeram doze governantes, que deveriam ficar na magistratura por dois meses” (Maquiavel, 2007a, p. 91). Na ausência dos gibelinos, os guelfos se tornaram insolentes e deixaram de temer os magistrados. Maquiavel afirma que “todos os dias se cometiam muitos homicídios e outras violências, sem que fossem punidos aqueles que os cometiam, por serem protegidos deste ou daquele nobre” (Maquiavel, 2007a, pp. 92-93). Os governantes do povo, no intuito de frear essa insolência, atuaram no sentido de trazer os gibelinos de volta. O que nos interessa aqui são as mudanças abruptas postas pelos tumultos, marcados pela violência, que culminaram em novas ordenações. As ordenações florentinas não duravam. A durabilidade delas era posta à prova pelas facções, principalmente pelas partidárias, guelfos e gibelinos, e também por interferências externas, sobretudo pela Igreja e outros reinos como, por exemplo, o de Nápoles. Quanto às reordenações,

Maquiavel menciona uma modificação nas corporações das Artes, a substituição dos catorze governadores por três priores, que poderiam ser Populares ou Grandes, e mais tarde seriam chamados os *Senhores* de Florença.

Somente no capítulo doze desse segundo livro da *História de Florença*, Maquiavel menciona os humores⁵, justamente quando as guerras externas e a paz interna haviam quase extinguido os partidos dos guelfos e gibelinos. Não se pode deixar de notar que, nesta ocasião, o que parece unir os florentinos não é a busca pelo bem comum, ou o desejo de liberdade. O que se impõe e une os florentinos são as ameaças externas. Maquiavel, ao introduzir o tema dos humores, afirma: “visto que o povo quer viver de acordo com as leis, e os poderosos querem comandá-las, não é possível que se ajustem” (Maquiavel, 2007a, pp. 94-95). A passagem que parece retomar a definição dos humores, tal como posta, no *Príncipe* e nos *Discursos sobre a primeira Década de Tito Lívio*, parece conduzir o leitor da *História de Florença* a outro lugar de debate. Assim, na sequência, Maquiavel afirma:

Esse humor, que ficou encoberto enquanto os gibelinos infundiam medo, mostrou-se com toda a sua força tão logo estes foram dominados; e todos os dias algum popular era ultrajado, não bastando as leis e os magistrados para vingá-lo, porque qualquer nobre se defendia com parentes e amigos das forças dos priores e do capitão [do povo]. (Maquiavel, 2007a, p. 95)

⁵ Sobre o tema dos humores na *História de Florença* ver Cardoso, 2022. O livro aborda diretamente o tema dos humores em Maquiavel e traz um debate profundo com outros pesquisadores dedicados ao tema, tais como Helton Adverse e José Luiz Ames.

Diferentemente do que fora exposto nas outras obras, Maquiavel conduz seu leitor pelos caminhos sombrios da corrupção, onde o humor dos grandes se sobrepõe pela violência. A passagem expõe a insuficiência das ordenações para conter os grandes, que ultrajam o povo de forma violenta. A violência e a insuficiência das ordenações não são as únicas marcas da corrupção. Maquiavel usa o termo vingança no lugar de justiça. Isso não parece ser um detalhe se pensamos que a justiça deve ser feita (pela via institucional) justamente para evitar a vingança. O texto a partir daqui ganha outros contornos, ainda que as reordenações se repitam exaustivamente e nada parece ser eficaz para conter os tumultos, recorrentemente marcados pela violência.

A principal distinção entre a Antiga República Romana e Florença dos tempos de Maquiavel parece consistir na divisão facciosa que se produziu em Florença. Ambas são marcadas por tumultos, porém esses tumultos nem sempre são da mesma natureza. Nem sempre se dão pela oposição entre os desejos dos grandes de oprimir o povo e o desejo do povo de não ser oprimido pelos grandes. Em Roma, os tumultos eram consequentes dos desejos de grandes e povo, e puderam ser abrigados pelas ordenações que foram capazes de incluir em suas instituições todas as partes da cidade. Em Florença, por sua vez, muitas vezes os tumultos eram consequências de disputas com fins particulares, entre facções, como no caso dos guelfos e gibelinos. No livro II da *História de Florença*, Maquiavel evidencia a incapacidade das ordenações da cidade em lidar com os tumultos facciosos promovidos por guelfos e gibelinos. As facções dividiram a cidade progressivamente em todos os seus âmbitos e as questões institucionais pouco a pouco passaram a ser administradas pelos favores. Diferentemente do que aconteceu em Roma, as instituições

florentinas não foram capazes de abrigar os conflitos e, ao invés de leis a favor da liberdade, cedeu-se espaço à corrupção, da corrupção à violência, da violência à insegurança, da insegurança à impossibilidade da liberdade; justamente o contraexemplo de Roma onde, para Maquiavel, “os bons exemplos nascem da boa educação, a boa educação das boas leis; e as boas leis, dos tumultos que muitos condenam sem ponderar” (Maquiavel, 2007b, p. 22).

Por fim, se voltamos a pensar que o autor que escreve uma história de sua cidade é o mesmo que se vale dos exemplos dos antigos, expostos pelos historiados, para refletir sobre os problemas do presente, não é estranho pensar que Maquiavel vislumbre a possibilidade de tempos melhores para Florença. Para ele, qualquer outra cidade não teria suportado passar por tantas perturbações. Seu texto, embora evidencie o funcionamento institucional tomado pela lógica das facções, a insuficiência das ordenações e, conseqüentemente, a violência recorrente, sua investigação não chega a definir a situação como um estágio final de corrupção, de solução impossível. No caso das disputas de facções, entre guelfos e gibelinos, ele não chega a mencionar a licença (ao menos textualmente). O problema das facções persiste ao longo do segundo livro da *História de Florença*; ao invés de melhorar é reforçado pelas disputas de outras facções (Branco e Negro) que tornam a cena política de Florença caótica. Tais problemas, associados ao desmantelamento progressivo das ordenações da cidade, em ocasiões seguidas por novas tentativas de reordenações, não parecem alterar a análise de Maquiavel, segundo a qual Florença se mantinha na via do meio, ou seja, incapaz de consolidar ordenações sólidas, capazes de perdurar, alternando entre ordenações republicanas e principescas. A imagem da via do meio, tal como suscitada nos *Discursos sobre as formas de governo de Florença*,

move Maquiavel a pensar uma constituição para sua cidade. Na *História de Florença* a corrupção, ao invés de abatê-lo, parece movê-lo na mesma direção: na direção da esperança, mesmo diante da corrupção. E, se aprendemos algo com a perspectiva maquiaveliana de tomar a história como um recurso metodológico, podemos pensar que pode haver esperança nos nossos tempos também.

Considerações finais

Partimos de uma tentativa de compreender, ainda que brevemente, a concepção maquiaveliana de história a partir do *Príncipe* e dos *Discursos sobre a primeira Década de Tito Lívio*. Nessas últimas obras, Maquiavel se vale da história como um recurso e em sua *História de Florença* não deixar de pensar a política. De acordo com Patrícia Aranovich, “um caminho possível para pensar a relação entre história e política em Maquiavel é partir da concepção de história elaborada em seus escritos políticos para chegar à sua principal obra histórica, a *História de Florença*” (Aranovich, 2007, p. 23). De fato, tal como procuramos mostrar aqui, Maquiavel se põe a narrar a história de sua cidade de modo a expor em sua narrativa as principais questões políticas ocorridas. Ao dirigir-se ao início da cidade de Florença conduz seu leitor imediatamente à sua constituição. As ordenações florentinas, assim como os movimentos políticos que dizem respeito a elas, suas consequentes reordenações são o tema central dessa parte do texto que investigamos. Nela, os problemas internos se sobrepuseram e Maquiavel foi diligente ao apresentá-los em sua narrativa.

É importante destacar que Maquiavel abre o Proêmio da *História de Florença* expondo sua estratégia de escrita. Ele afirma que pretendia iniciar sua narrativa a partir de 1434, “quando a família Medici, graças aos méritos de Cosimo e de Giovanni, seu pai, ganhou mais autoridade que qualquer outra cidade” (Maquiavel, 2007a, p. 7). Ele continua seu argumento justificando sua afirmação: “me parecia que *messer* Lionardo d’Arezzo e *messer* Poggio, dois excelentes historiadores, já haviam narrado, com particularidades, todas as coisas sucedidas até aquele ano” (Maquiavel, 2007a, p. 7). Seguindo o mesmo estilo de suas obras políticas, apresenta uma oposição à essa ideia inicial:

mas, depois de ler diligentemente seus escritos, para ver com que ordem e de que modo procediam, a fim de, imitando-os nossa história recebesse melhor aprovação na descrição das guerras travadas pelos florentinos contra os povos estrangeiros. (Maquiavel, 2007a, p. 7)

Essa afirmação inicialmente aproxima Maquiavel de seus contemporâneos, na medida em que reconhece ter se dirigido às histórias de Poggio e Lionardo d’Arezzo pela reconhecida excelência deles e, por outro lado, ter se distanciado do mote central de suas narrativas. Desse modo, ao mesmo tempo em que Maquiavel suscita os grandes historiadores de seu tempo, ele os critica pelas lacunas que identifica em suas obras. Na sequência do texto, afirma que

no que se refere às discórdias civis e às inimizades internas, bem como aos seus efeitos, eles calaram de toda uma parte e descreveram a outra com tanta brevidade que nela os leitores não podem encontrar utilidade nem prazer algum. (Maquiavel, 2007a, p. 7)

É reconhecendo a excelência desses historiadores em narrar os conflitos e disputas externas que Maquiavel denuncia as lacunas no que diz respeito às discórdias internas. Desse modo, é a partir dessa crítica aos historiadores de seu tempo que Maquiavel expõe seu objetivo de destacar os conflitos internos em sua narrativa.

Maquiavel parece ter se interessado pelo tema menos exposto nas histórias não somente pelos historiadores de seu tempo, mas também dos historiadores antigos. Em suas obras políticas, notadamente, nos *Discursos sobre a primeira Década de Tito Lívio*, ao investigar os acontecimentos que levaram à criação dos tribunos da plebe, como vimos, Maquiavel vai de encontro às questões internas, mais especificamente aos tumultos internos. O mesmo parece se dar quando ele menciona a teoria da *anacitose* de Políbio (Maquiavel, 2007b, p. 17). Ele cita justamente os elementos do texto polibiano que dizem respeito à forma de governo e, conseqüentemente, ao funcionamento das instituições romanas. E, embora Políbio não se atenha aos tumultos internos, seu Livro VI das *Histórias* certamente contribui para a compreensão das questões internas da República Romana. Desse modo, Maquiavel destaca em sua *História de Florença* as mesmas questões que ele se empenhou a investigar nos historiadores antigos. As questões internas, os tumultos, as ordenações, a capacidade dessas ordenações em resistir às disputas internas sempre foram questões exploradas por Maquiavel. Suas obras políticas se põem a investigar as causas e os desdobramentos dos grandes acontecimentos. Sem deixar de lado o tema da guerra e das ameaças externas, o olhar de Maquiavel, quase que com o foco de uma lupa, parece dirigir seu leitor aos tumultos internos, às causas da liberdade ou de seu contrário.

Esse parece ser o problema destacado por ele nos primeiros capítulos do Livro II da *História de Florença*. Maquiavel inicia pela fundação da cidade. Identifica sua primeira ordenação que, para ele, tinha por objetivo a liberdade. A narrativa do florentino, no entanto, não apresenta como se chegou a essa primeira ordenação. Ela é apresentada no texto como um dado, um ponto de partida. Suas causas, seus pressupostos não são explicitados pelo florentino e é difícil compreender como uma constituição tão boa, como uma cidade tão bem ordenada cedeu espaço à corrupção tão explícita e por causas tão particulares como as que moviam guelfos e gibelinos em um processo que aos poucos corrompeu a cidade. O texto de Maquiavel não nos permite grandes avanços em relação a esse problema, apenas sugere, como vimos, que a solidez dessa ordenação era tal que qualquer outra cidade não teria suportado passar por tantas reordenações.

Por fim, faz-se necessário constatar que a narrativa de Maquiavel, nos primeiros capítulos do Livro II da *História de Florença*, não direciona seu leitor a uma ordenação que teve por consequência a liberdade republicana. As constantes reordenações de Florença são marcadas por tumultos, violência e corrupção. Por mais profundas que fossem, tais reordenações não se mostraram capazes de devolver a Florença uma ordenação que a direcionasse ao bem público e à liberdade. A pena incansável de Maquiavel persiste porque, entre outras coisas, é conhecendo o passado que se pode melhorar as ordenações do presente e, quem sabe, a partir delas, produzir instituições direcionadas ao bem público e à liberdade política.

Referências bibliográficas

- Aranovich, P. (2007) *História e política em Maquiavel*. São Paulo: Discurso Editorial.
- Cardoso, S. (2022) *Maquiavelianas: lições de política republicana*. São Paulo, Editora 34.
- Gaille-Nikodimov, M. (2006) Machiavel, penseur de l'action politique. In: Gaille-Nikodimov, M; Ménissier, T. (org.) *Lectures de Machiavel*. Paris: Ellipses.
- Garin, E. (2005) *L'Humanisme Italien*: Bibliothèque de l'évolution de l'humanité. Trad. Sabina Crippa e Mario Andrea Limoni. Paris: Albin Michel.
- Lefort, C. (1992) *Desafios da Escrita Política*. Trad. Eliana de Melo Souza. São Paulo: Discurso.
- Machiavelli. (1997) *Opere*. Torino: Einaudi-Gallimard, 1997.
- Maquiavel, N. (2007a) *Histórias de Florença*. Trad. M. F. São Paulo: Martins Fontes.
- _____, (2007b) *Discursos sobre a primeira Década de Tito Lívio*. Trad. M. F. São Paulo: Martins Fontes.
- _____, (2017) *O príncipe*. Trad. Diogo Pires Aurélio. São Paulo: Editora 34.
- Polybe. (2003) *Histoires*. Paris: Belles Lettres.
- Varotti, C. (2006) Une écriture fondée sur l'expérience. Trad. Marie Gaille-Nikodimov. In: Gaille-Nikodimov, M; Ménissier, T. (org.) *Lectures de Machiavel*. Paris: Ellipses.

Capítulo 2

O Livro I da *História do povo Florentino*, de Leonardo Bruni: um endereço bruniano de Maquiavel

Gabriel Pancera¹

No prefácio às suas histórias, Maquiavel critica a narrativa histórica de Leonardo Bruni sobre Florença, especialmente a forma como este último aborda os conflitos que marcaram a história da cidade (Maquiavel, 2007, pp. 7-8). Segundo o secretário florentino, Bruni ou ignorou o tema ou o abordou de modo “*breve e parcial*”. Esta crítica revela uma diferença fundamental entre o modo como um e outro estruturaram suas obras históricas e seu pensamento político. Enquanto Maquiavel assinala a inevitabilidade do conflito, chamando atenção para sua importância na dinâmica política, Bruni parece compreendê-lo como um mal a ser evitado, assumindo o ideal de

¹ Professor do Departamento de Filosofia da UFMG.

concordia como possibilidade efetiva. Essa divergência, aliás, tem sido bastante explorada pela bibliografia secundária². O que desejo aqui é, ao contrário disso, tentar estabelecer um ponto de continuidade entre o pensamento de ambos.

Para isso, é preciso considerar que o pensamento republicano do período possui um núcleo conceitual com elementos comuns. É o que usualmente nos referimos como matriz republicana italiana, na formulação de Newton Bignotto (2013, p. 10 e ss). Assim, à noção de república, então correntemente utilizada, vamos encontrar articuladas algumas noções, tais como a de liberdade, a mais central de todas, à qual aparecem vinculadas imediatamente as de igualdade e de participação política. Em torno destas orbitam, ainda, outras como a de virtude e de governo da lei. Estes elementos estruturantes são encontrados tanto no pensamento do humanista quando no do secretário florentino, mas, é claro, sob um encadeamento peculiar e original.

Este aspecto de continuidade pode ser facilmente notado a partir de uma leitura comparativa entre os referidos autores. Contudo, dos elementos acima mencionados, há outro, para o qual gostaria de chamar atenção e que passa despercebido: articulado com a noção de república, encontramos o problema do *império* ou, para utilizar um termo da historiografia moderna, o problema do *estado territorial* (Fubini, 2009, p. 17 e ss). Por *império* ou *estado territorial* entendo a condição em que se encontram algumas cidades de exercerem um certo domínio, não apenas sobre a urbe e territórios circunvizinhos,

² Apenas para ilustrar, Claude Lefort, no capítulo A obra, a ideologia e a interpretação, do livro *O trabalho da obra Maquiavel* (2023, p. 701 e ss.) explorou este ponto. Também Newton Bignotto, em *Maquiavel republicano* (1991) o examina em diversos momentos de seu livro.

mas sobre uma ampla região. Também aqui podemos encontrar elementos de continuidade entre Bruni e Maquiavel. E é justamente este aspecto que estamos visando quando intitulamos nosso texto *Um endereço bruniano de Maquiavel*.

Essa continuidade terminológico-conceitual, que pressupomos existir entre o pensamento do humanista e do secretário florentino, não pode se sustentar se tivermos como referência apenas o mais conhecido e influente texto de Bruni, qual seja, o *Elogio da cidade de Florença* (2016). A continuidade, se de fato há, pode ser reconhecida não entre este texto e o pensamento de Maquiavel, mas apenas quando se toma como referência a *História do povo florentino* (2001), especialmente, seu livro inicial. Dito de outro modo, para afirmarmos a existência daquela continuidade, temos de mostrar existir uma discrepância entre os dois textos de Bruni mencionados. É isso o que estará no horizonte de nosso texto.

Portanto, iremos nos debruçar de agora em diante quase que exclusivamente sobre o pensamento político de Bruni, tal como enfeixado nos dois textos mencionados: o *Elogio da cidade de Florença*, redigido em 1404, e o livro I da *História do povo florentino*, de 1416. Ambos, por pertencerem a um mesmo autor, possuem fortes continuidades, tanto que se chegou a apontar o primeiro como um projeto para o segundo (Ianziti, 2012, p. 105). Há, contudo, soluções terminológico-conceituais discordantes, em especial no que diz respeito ao tema da origem da cidade de Florença e nos desdobramentos disso, ponto que desejo explorar adiante. Assim, começaremos por apresentar brevemente as formulações nucleares de nosso humanista para, em seguida, avançar em direção às considerações que mais nos interessam. Para alcançar nossos objetivos, será também preciso se referir a um terceiro texto mais

tardio de Bruni, a *Oratio in Funere Iohannis Strozzi* (1428), sem lhe conferir papel central.

1 O núcleo do republicanismo de Leonardo Bruni: liberdade, igualdade, governo da lei, participação e virtude

O texto do *Elogio da cidade Florença* teve um papel fundamental, não apenas retórico, mas também terminológico-conceitual, na formação do pensamento republicano florentino. Segundo Baron (1988, p. 419), em texto de resposta a seus críticos, o opúsculo de Bruni teria atuado como um catalisador, reunindo elementos e valores presentes no contexto político-institucional da cidade que se encontravam dispersos³. Ao fazê-lo, o humanista organizou-os num único plano discursivo, avançando significativamente em relação à *Invectiva contra Antônio Loschi*, de seu patrono, Coluccio Salutati. Ronald Witt (2001, p. 404) compartilha desta visão, acrescentando que a articulação de tais elementos teria se dado sobre o influxo do pensamento de Cícero, que tinha forte influência no humanismo daquele período. Esta influência teria levado a uma renovação do

³ Às tantas objeções feitas à tese de Baron acerca dos equívocos na vinculação entre a emergência do republicanismo italiano e as guerras contra Milão, Baron responde que “as guerras de Ciangaleazzo e a reação florentina ao seu desafio foram o catalisador, não foram causas de uma mudança inesperada” (Baron, 1988, p. 419).

vocabulário político-institucional da época, ainda formulado nos termos das corporações de ofícios, como um *governo de corporações* (Najemy, 1982, p. 12).

É, portanto, neste texto, de relevância indiscutível, que vamos encontrar articulados os termos e conceitos já referidos. A seguir, faremos uma breve referência a estes elementos antes de nos determos naquilo que nos interessa diretamente, a saber, a articulação entre república e *império* ou *estado territoriais*.

O primeiro destes elementos presentes na noção de república bruniana é a liberdade. Ela é central para o pensamento de Bruni e para o republicanismo em geral. Para nosso humanista, ela designa a ausência de sujeição, quer de uma cidade em relação a outra cidade, quer de um indivíduo em relação a outro indivíduo. No primeiro caso, ela se consubstancia como independência, isto é, na capacidade de autogovernar-se e de determinar seu próprio destino. No segundo, a liberdade manifesta-se em um governo de leis, no qual os cidadãos encontram-se vinculados às leis e só a elas devem obediência.

A noção de lei e, por conseguinte, de liberdade, traz imbricada a noção de igualdade. Nas palavras de Bruni, expressas na *Oratio* (1996, p. 717): “igual para todos é a liberdade, que só obedece à lei, sem temor de ninguém”. Deste modo, a lei tem validade para todo o universo de cidadãos, sendo ela a reger suas vidas. Um desdobramento relevante deste princípio é a abertura para que os cidadãos participem da vida político-institucional. A participação é uma consequência da liberdade e um elemento estruturante. Bruni sintetiza estes elementos nos seguintes termos:

esta é a verdadeira liberdade, a verdadeira igualdade entre os cidadãos: não temer a força nem a ofensa de ninguém;

haver iguais direitos entre os cidadãos, igual possibilidade de participar do governo da república (1996, p. 717).

A liberdade e igualdade são princípios sobre os quais se erigia a constituição florentina. Florença, afirma Bruni (1996, p. 717), “possui uma forma de governo atenta o mais possível à liberdade e à igualdade entre os cidadãos”.

A estes elementos, soma-se outro de grande relevância, que é a virtude. Esta noção também compõe este núcleo que estamos delimitando. Sua articulação com os demais elementos, porém, é algo diversa no *Elogio* em relação à *História do povo florentino*, mas sobre isso retornaremos mais adiante. Seja como for, a virtude nos remete diretamente à ação, à atividade, por oposição à inatividade, ao ócio. Exclui-se, de antemão, os valores relativos à vida contemplativa. Assim circunscrito seu campo de significado, nosso humanista nomeia algumas das formas que ela pode assumir: prudência, beneficência, humanidade, constância, integridade, magnanimidade, fortaleza e rapidez na reação às injúrias recebidas (Bruni, 2016, p. 290 e ss.). Todas estas virtudes estão presentes na cidade, mas é preciso dizer que Bruni não chama atenção para a virtude de um outro cidadão, mas para a virtude do conjunto deles.

Segundo nosso humanista (2016, p. 290), “nesta cidade [Florença], por seu turno, sempre se viu a melhor parte coincidir com a maior”, de modo que “o que a maior parte do povo fizer, isto sim será visto ser feito por toda a cidade”. Neste sentido, a virtude dos cidadãos é a virtude da cidade e é neste quesito também que Florença se encontra numa posição singular. O reconhecimento da condição de cidade muito virtuosa é, aos olhos de Bruni, o reconhecimento de seu caráter hegemônico. Baseado neste argumento, Hankins (2020, p. 218),

por exemplo, afirma que se trata de uma república legitimada com base na virtude.

Por fim, afirmar sua presença na cidade importa, sobretudo, pelos seus desdobramentos. O principal deles é a defesa da liberdade da própria cidade, bem como a defesa das cidades do entorno, que também a têm como valor fundamental.

2 A virtude, suas origens romanas e a república

A esta altura do texto, cabe-nos perguntar acerca das causas da virtude de Florença. A resposta de Bruni coloca-nos diante do problema da origem da cidade, tema que ocupa um lugar chave no *Elogio da cidade de Florença*. Isto porque tratar da questão serve a um duplo propósito. Primeiro, ilumina a origem da virtude do povo florentino e, por esta via, pode revelar a natureza deste povo, razão mesma de sua superioridade. Além disso, o argumento da origem é empregado para a justificação do *império* de Florença, vale dizer, do domínio de Florença sobre a Toscana. Na sequência, iremos nos ocupar destes desdobramentos, começando pelo primeiro ponto.

Para Bruni, com a determinação das origens, é possível encontrar um princípio explicativo para o caráter virtuoso das ações praticadas pela cidade de Florença. Segundo nosso humanista, compreende-se qual a essência de um povo ao voltar o olhar para suas origens. Vale dizer, é pela investigação de quem foram os progenitores que somos levados a uma verdadeira compreensão da natureza de seus habitantes. Witt interpreta esta abordagem como sendo de natureza

biológica, referindo-se à ideia de que as características de um povo são transmitidas geneticamente por seus antepassados (2001, pp. 412-413). A nosso ver, contudo, a virtude está relacionada fundamentalmente ao contexto político-institucional, conforme veremos adiante.

Assim, à pergunta sobre quem teriam sido os fundadores de Florença, Bruni (2016, p. 2) responde: “os vossos fundadores, entretanto, foram os romanos, conquistadores e senhores de todo o orbe terrestre”. Teria sido este povo o progenitor dos florentinos, o que significa dizer que teria sido ele a transmitir as virtudes possuídas pelos compatriotas de Bruni, isto é, teria sido ele a estabelecer as condições da ação virtuosa. Se a virtude é a mesma, os efeitos esperados podem ser os mesmos. Em Roma, via-se um povo de tamanha virtude que se pode pensar que, graças a ela, alcançou excelência nas ações praticadas, levando-a à conquista e ao governo do mundo de então. Deste modo, a transmissão da virtude também traria seus corolários para Florença.

A associação entre virtude e origem tal como exposto até aqui não resolve de modo satisfatório o problema da origem romana. Isto porque, para Bruni, a virtude deve estar ligada à liberdade, o que não é claro na argumentação inicial do *Elogio*. A dificuldade que emerge é que, enquanto o povo romano, tomado abstratamente, subsiste aos vários períodos históricos, concretamente, ele se vê marcado pelas várias formas de governo, cada qual moldando seu caráter de acordo com um princípio de ação diverso, ora pelas honras, ora pela liberdade, ora pelo medo. Assim, é mais do que pertinente a questão levantada por nosso humanista: “mas em que momento do tempo o povo florentino encontrou sua origem nos romanos?” (Bruni, 2016, p. 282).

Se, num primeiro momento, a compreensão da virtude de um povo depende de desvelar-se quem foram seus progenitores, isto não é determinante por si só. Antes, é preciso considerar, também, o contexto político-institucional no qual teve origem, pois, no final das contas, só se pode aprender os caminhos da liberdade tendo vivido numa época de liberdade. Aqui a ideia de imitação da ação dos antigos ganha espaço, de modo que a virtude não é aprendida tendo-se vivido numa época de corrupção, de decadência, enfim, de servidão.

Disto se segue a conclusão de Bruni:

esta esplendíssima colônia romana foi estabelecida no exato período em que o domínio do povo romano florescia grandemente e quando poderosos reis e nações guerreiras estavam sendo conquistados pelos exércitos de Roma e por sua virtude. E esses mesmos romanos não sofreram nenhum mal advindo de qualquer de seus inimigos. E ainda nenhum César ou Antônio ou Tibério ou Nero, peste e ruína para a República, conseguiu acabar com a liberdade. Ela, ao contrário, mantinha-se sacra e firme [...].
(Bruni, 2016, p. 283)

Do que foi já dito, portanto, a virtude florentina explica-se à luz da virtude romana e esta, por sua vez, à luz do apreço daquele povo pela liberdade, vale dizer, pela república que a encarna. É preciso observar, contudo, o caminho singular da argumentação bruniana no *Elogio*, pois somente somos conduzidos à associação entre virtude e república de forma indireta e muito geral. Já, na *História do povo florentino* (e na *Oratio*), isso ocorre de maneira mais orgânica, como teremos a oportunidade de ver. Seja como for, têm-se estabelecido assim os termos da equação que compõe o núcleo do republicanismo

de Bruni. Isso tem uma implicação importante ainda no interior da ordem argumentativa do opúsculo de que nos ocupamos agora, a saber, Florença constitui-se pela sua origem e pela preservação de seu amor à liberdade como legítima herdeira da Roma republicana.

3 A herança romana de Florença

Os efeitos da tese sobre a origem e fundação de Florença vão além de explicar a virtude da cidade e seu amor à liberdade. Ela tem impacto relevante na compreensão ou justificação da condição de cidade que exerce *império*, ou seja, que domina um amplo território, constituindo-se, assim, em um *estado territorial*.

Os efeitos de tal tese estão condensados nos seguintes termos: “Desse modo, Florentinos, a vós pertence por hereditariedade o direito de domínio sobre todo o orbe terrestre e a posse de tudo que outrora fora de vossos pais” (Bruni, 2016, p. 282).

O que está contido na afirmação de nosso humanista é que sua cidade, por ter sido fundada por Roma, é assim sua filha e, por isso mesmo, legítima herdeira dos bens de seus antepassados. Isso implica em dizer, em primeiro lugar, que os territórios sobre os quais Florença exerce seus domínios não carecem de legitimidade, já que são seus de direito. Tal é uma implicação político-jurídica, que reivindica para si o lugar que outrora fora ocupado por Roma. Mas, além disso, é uma tentativa, exagerada é bem verdade, de dar conta da condição da cidade de ser *estado territorial*, concorrente com outras de caráter mais estritamente jurídico (cf. Skinner, 1996, pp. 25-34; 2002, pp. 10-

30). É uma formulação que vai ganhar espaço nos estatutos de 1408-1409 (cf. Ianziti, 2012, pp. 102-3; Fubini, 1996, pp. 60-2), os quais, porém, não tiveram efetividade.

Ainda, esta tese tem uma segunda implicação importante, agora no que diz respeito às guerras:

segue-se disso que todas as guerras feitas pelo povo de Florença são justas, e nunca faltará justiça às guerras feitas por esse povo, pois elas são pela defesa ou reconquista de seu próprio território. (Bruni, 2016, p. 282, grifos nossos)

Ser herdeira de Roma gera também o efeito de que as guerras não podem sofrer objeção de caráter jurídico-moral: serão sempre justas. Afinal, são lutas por aquilo que lhes pertencem de direito. Também, por esta via, o expansionismo florentino está justificado de antemão, pois ele não é nada mais que a afirmação e a defesa do próprio legado.

É claro que esta reivindicação de herança só se faz sob premissa de que não existem outros herdeiros, ou seja, de que o então Sacro Império romano-germânico não o é verdadeiramente. Aos olhos de Bruni, parece-nos, o revigoramento de Roma sob Carlos Magno é, na realidade, a fundação de um outro ente estatal, que não está em linha de continuidade com a república de Roma, que deixou de existir quando se dissolveu com as invasões bárbaras. Esta tese vai ser mais explorada na *História*. Verdadeira herdeira e, portanto, possuidora de direito de todos os territórios que pertenceram a Roma, Florença tem assim caminho livre para levar adiante a defesa daquilo que lhe foi legado.

Até este momento, em nossa busca pelo endereço bruniano de Maquiavel, delimitamos o núcleo terminológico-conceitual do republicanismo de Bruni. Segundo nos parece, tal núcleo permanece quase que inalterado na obra de nosso humanista, isto é, vamos encontrar os referidos termos mais ou menos com os mesmos significados e articulados entre si de maneira semelhante em diferentes escritos produzidos em diferentes momentos. Mas, assim posto, o que temos é um retrato do que nosso autor compreendia como república nos seus aspectos mais essenciais.

A narrativa da origem, conforme apresentada no *Elogio*, confere uma dimensão temporal ao núcleo conceitual, possibilitando a compreensão da dinâmica que molda o desenvolvimento dos povos e estados. Nessa dinâmica, encontramos os elementos centrais do republicanismo de Bruni: república, liberdade/igualdade e virtude. No entanto, essa perspectiva inicial é marcada por um forte teor retórico, conforme reconhecido posteriormente por Bruni. Dessa forma, a abordagem político-jurídica utilizada para interpretar o exercício do *império* e a prática da guerra parece destoar do pensamento político clássico. Acreditamos que Bruni revisitou essa questão, no livro I, da *História do Povo Florentino*. Nessa obra, a dinâmica que rege as relações entre os estados será abordada de maneira distinta, em parte devido às exigências próprias do gênero historiográfico, produzindo, deste modo, um distanciamento terminológico conceitual em relação ao *Elogio*.

4 A *História do povo florentino*

O gênero que fornecerá os elementos para identificar e circunscrever o endereço bruniano de Maquiavel é a historiografia. Para Bruni, a história possui requisitos específicos que a distinguem de outros gêneros. Requer “uma narrativa longa e articulada, uma explicação causal de cada evento em particular” (2001, p. 5). Consequentemente, é um gênero de escrita mais abrangente que busca oferecer ao leitor, primordialmente, a elucidação racional dos eventos.

O objetivo do humanista é explicar as “ações praticadas pelo povo florentino”, mais especificamente, “as ações grandiosas realizadas por este povo”, tanto interna quanto externamente (Bruni, 2001, p. 3). Tais atos são o foco da narrativa de Bruni, que se desenvolve em um contexto específico. Este contexto é apresentado no Livro I da *História*, no qual se aborda a dinâmica entre os estados antes da narrativa das ações do povo florentino assumir o protagonismo a partir do Livro II.

No Livro I, Bruni se volta para a fundação de Florença, em um movimento análogo ao do *Elogio*, com o objetivo de compreender a natureza da cidade⁴. Recorre, portanto, à experiência histórica para revelar a lógica subjacente que explica o sucesso das ações do povo florentino. Ao submeter sua narrativa ao escrutínio da razão factual, buscando explicações causais, Bruni corrige os excessos retóricos presentes no *Elogio*. Desse modo, extraímos daí a lógica que rege o desenvolvimento de uma cidade, a qual não se restringe aos arranjos

⁴ “Chegaremos assim ao nosso próprio tempo com um conhecimento e uma compreensão da Toscana derivado de fatos da história” (Bruni, 2001, p. 19).

político-institucionais, mas que, passando por eles, culmina em um modo específico de relacionar-se com outros estados.

4.1 Etruscos, romanos e florentinos

Na *História do povo florentino*, Leonardo Bruni adota uma abordagem diversa e, por que não dizer, inovadora em relação às narrativas anteriores sobre a fundação de Florença, como a *Invectiva* de Salutati e o *Elogio* do próprio Bruni. Ele desloca o papel central de Roma na narrativa de origem da cidade, buscando os “começos mais remotos” em um período anterior ao Império Romano (Bruni, 2001, p. 19). Essa expansão do escopo narrativo permite a Bruni explorar a hegemonia etrusca na península itálica, introduzindo os etruscos como protagonistas, juntamente com romanos e florentinos.

Os povos etruscos, oriundos da Macedônia (Lídia), migraram para a Itália com “uma ampla população” e um “famoso exército de guerreiros”. Estabeleceram-se na Toscana, expulsando os povos que ali viviam, depois cresceram em número de habitantes e assim expandiram suas fronteiras (Bruni, 2001, p. 19). Tornaram-se, deste modo, hegemônicos na península, antes mesmo que o império romano existisse⁵. O povo etrusco ocupou, portanto, um lugar de destaque graças à sua prosperidade e capacidade militar, as quais, conforme a formulação de Bruni, constituíram-se em condições do sucesso deste povo. Tais condições permitem explicar em parte o domínio etrusco.

⁵ “Antes do império romano, o maior poder e a maior riqueza na Itália, e também a maior fama na guerra e na paz, pertenciam aos etruscos” (Bruni, 2001, p. 19).

A compreensão das causas primárias do longo domínio etrusco reside em uma análise mais aprofundada de sua estrutura política, que é tratada mais adiante no texto da *História*⁶. A narrativa histórica sugere que o poderio etrusco não se fundamentava apenas na força militar ou na expansão territorial, mas em um sistema político singular. Assim, segundo o humanista, os etruscos estavam inicialmente organizados em doze tribos sob a autoridade de um rei. Depois deste governante tornar-se um fardo, vale dizer, um tirano, foram feitas modificações na sua forma política. Os etruscos então evoluíram para um sistema eletivo e participativo, no qual o poder era exercido coletivamente pelos cidadãos, que escolhiam quem os governava⁷.

Essa transformação política interna foi acompanhada por uma organização intertribal⁸, em que as diferentes tribos mantinham sua independência, integrando-se simultaneamente numa federação. A concórdia resultante dessa estrutura permitiu o acúmulo de riqueza e poder, impulsionando o crescimento das cidades etruscas, a expansão de suas fronteiras e a fundação de colônias (Bruni, 2001, p. 21).

⁶ “Qualquer explicação que aceitarmos, porém, precisa admitir que a nação etrusca floresceu antes da guerra de Troia. E permaneceu intacta em casa e externamente até a invasão da Itália pelos gauleses, cerca de seiscentos anos depois da guerra de Troia e aproximadamente cento e setenta anos depois da fundação de Roma” (Bruni, 2001, pp. 23-5).

⁷ “[...] cada tribo começou a eleger separadamente seu Lucumo, modo como chamavam o magistrado que, com a ajuda do conselho comunal, governava toda tribo” (Bruni, 2001, p. 19).

⁸ “Um destes Lucumos tornava-se supremo sobre os outros, mas apenas em prestígio, e não em poder de fato. Sob tal magistratura, a Etrúria foi governada por um longo tempo por uma vontade igual e pela autoridade de todas as doze tribos” (Bruni, 2001, pp. 19-21).

Portanto, embora a potência militar e a demografia tenham desempenhado um papel na hegemonia etrusca, tais fatores são consequência de sua organização política. A estrutura federativa e participativa, ao promover a coesão interna e a prosperidade, constituem a *ratio prima* do sucesso etrusco. A análise da estrutura política romana, a seguir, revelará similaridades significativas.

A narrativa de Bruni, ao abordar a história romana, dedica especial atenção ao embate com os etruscos, um povo com o qual Roma manteve relações complexas, oscilando entre o respeito e a beligerância, diferentemente de sua interação com outros povos⁹. A contiguidade territorial não impediu uma série de conflitos bélicos, ocorridos desde a fundação de Roma por Rômulo¹⁰ até o término do período monárquico. Bruni avalia que, apesar dos desafios, Roma emergiu com uma ligeira vantagem, fortalecendo-se ao longo do processo. Contudo, foi somente durante a República que a cidade consolidou sua supremacia sobre seus oponentes¹¹, mesmo assim somente após 470 anos de confrontos¹². Com a vitória, Roma

⁹ “Os etruscos comportavam-se em relação aos romanos de modo diverso ao que faziam com os gauleses. Contra aquele povo bárbaro e selvagem travavam uma guerra implacável. Contra os romanos, eles nunca lutaram com ódio e rancor; de fato, de tempos em tempos, eles eram mais amigos dos romanos do que seus adversários” (Bruni, 2001, p. 25).

¹⁰ “A primeira guerra de Roma contra a Toscana foi iniciada por Rômulo, o fundador da cidade, e a partir de então quase todos os reis de Roma retomaram esta mesma guerra, a exceção apenas de Numa Pompilius e Tarquínio, o soberbo” (Bruni, 2001, p. 27).

¹¹ “O império romano foi fundado e aperfeiçoado pelo povo romano. Os primeiros reis nunca conseguiram amplo domínio a ponto de merecer o nome de império. A realidade e o nome de império emergiram sob os cônsules, ditadores e tribunos militares, os magistrados de um povo livre” (Bruni, 2001, p. 87).

¹² “Cerca de quatrocentos e setenta anos depois da fundação de Roma por Rômulo, que também viu o início destas guerras, toda a Etrúria caiu nas mãos romanas” (Bruni, 2001, p. 47).

estabeleceu seu império, exercendo domínio sobre os territórios da península Itálica. A progressiva centralização do poder sob a figura dos imperadores, contudo, marcou o início de um processo de declínio, concomitante com a erosão dos valores de liberdade que caracterizaram o período republicano¹³.

Na análise de Bruni, a potência de Roma, ou seja, sua capacidade de expansão e domínio, aparece intrinsecamente ligada à sua forma de governo. O autor estabelece uma correlação direta entre o apogeu do poderio romano e o período republicano (2001, p. 87), enfatizando que o máximo de potência coincidiu com o máximo de liberdade. Os conceitos de liberdade e virtude são centrais na compreensão da República romana. A liberdade é entendida como a participação dos cidadãos na vida pública, enquanto a virtude manifesta-se na abertura dos cargos públicos aos “homens excelentes”, fomentando a grandeza e a potência da cidade (Bruni, 2001, pp. 49-55). Embora a decadência de Roma não tenha sido abrupta, a perda da liberdade conduziu à perda da virtude cívica e, conseqüentemente, à perda do império, marcando o fim da República. Nesse contexto de declínio e dissolução, emerge a cidade de Florença.

A narrativa de Leonardo Bruni sobre a história de Florença apresenta uma peculiaridade digna de nota. A cidade, inicialmente apresentada como uma colônia romana fundada por veteranos de Sila (Bruni, 2001, pp. 9-17), é posteriormente descrita como uma cidade etrusca, restaurada na época de Carlos Magno¹⁴. A aparente

¹³ “Pois a liberdade perdeu-se antes do nome de império; e quando a liberdade partiu, o mesmo aconteceu com a virtude” (Bruni, 2001, p. 51).

¹⁴ “Ao invés de fundada, o melhor é dizer que Florença foi essencialmente restaurada”; “eu mencionei as cidades toscanas/etruscas que pereceram. As principais, que reemergiram, depois de tão longa tempestade, foram Pisa, Florença, Perúgia e Siena” (Bruni, 2001, p. 97).

contradição entre as duas versões não será objeto de análise neste texto. Para os propósitos aqui delineados, basta mencionar a formulação, presente na *Oratio*, na qual Bruni afirma que “nossa cidade é uma colônia dos romanos misturada com antigos habitantes etruscos” (Bruni, 1996, p. 715).

O ponto central para nossa argumentação reside no fato de que Florença emergiu como uma cidade livre somente com o declínio do poder romano. Tal declínio, segundo Bruni, não se deveu primordialmente à ascensão de uma potência rival, mas sim à “discórdia interna e à guerra civil” (Bruni, 2001, pp. 87-89) que resultaram na transformação do sistema político romano, marcada pela ascensão de uma série de imperadores e pela consolidação de um sistema imperial (Bruni, 2001, pp. 49-51).

Com a perda de poder, Roma passou a ser alvo de invasões de povos bárbaros, que causaram grande destruição, inclusive em Florença (Bruni, 2001, p. 55). O Império Romano, então, deixou de existir por um período de trezentos anos, entre Augustulo e Carlos Magno (Bruni, 2001, p. 89). Após sua restauração/reconstituição, Roma continuou a ser venerada, porém, mais pelo seu antigo nome do que pelo seu poder efetivo (Bruni, 2001, p. 93).

É nesse contexto histórico que se situa o revigoramento de Florença¹⁵. A cidade, assim como Pisa, Perugia, Siena e outras, ressurgiu como uma cidade livre com o refluxo do poder romano e o fim das invasões bárbaras, inaugurando uma nova era. Nesse novo período, “os florentinos eram um poder territorial dominante graças à

¹⁵ “Finalmente, aquelas cidades italianas que tinham sobrevivido às várias hordas de bárbaros começaram a crescer e a florescer, reconquistando gradualmente seu antigo prestígio” (Bruni, 2001, p. 93).

sua diligente atividade” (Bruni, 2001, p. 97), e sua história passa a ser narrada a partir do livro II da obra de Bruni.

4.2 Horizonte da narrativa histórica

Em síntese, a narrativa de Bruni descreve a ascensão de três povos – etruscos, romanos e florentinos – e o declínio de dois deles – etruscos e romanos, uma vez que o desenvolvimento histórico de Florença ainda não foi narrado neste momento da obra. Este movimento não é simultâneo, mas ocorre por meio do contato inevitável entre eles, geralmente na forma de confrontos.

A determinação dos pontos de inflexão nas respectivas histórias/movimentos é, por vezes, resultado desses confrontos. Isto revela a lógica que preside a relação entre estados e daí a preocupação de Bruni com *as condições de potência*, ao que faremos referência mais adiante. Assim, o que vislumbramos no horizonte de sua história é que nela está pressuposta a possibilidade da guerra, a qual explica também a preocupação de Bruni com a potência dos estados.

Nesse contexto, Bruni revela-nos algumas constantes que regem a referida relação entre potências, fazendo-o a partir da exposição de como foi a correlação entre as cidades/potências. Seriam estas, então, algumas delas:

1. que os povos que se tornaram potentes tinham bons exércitos e um povo numeroso (etruscos e romanos);
2. que a potência é favorecida por certos sistemas políticos (etruscos e romanos);
3. que a potência serve de defesa, mas provoca desconfiança (romanos para os etruscos)¹⁶;
4. que a potência tende à expansão;
5. que o ambiente em

¹⁶ “Pensavam que seu novo vizinho, a cidade de Roma, estava crescendo

que vivem é um equilíbrio sempre tenso (romanos e etruscos)¹⁷; 6. que a potência de uns implica o obscurecimento e opressão de outros (Roma em relação às demais cidades/Florença)¹⁸; 7. que a potência é fruto da virtude (etruscos, romanos e florentinos) e 8. que a discórdia e a divisão interna resultam no enfraquecimento de um estado¹⁹.

À guisa de conclusão desta parte do texto, podemos dizer que, à diferença do *Elogio*, em que Bruni colocava ênfase numa legitimidade herdada dos romanos para consolidar seu domínio sobre a Toscana, na *História* sobressai-se uma outra lógica, derivada do mesmo modo como compreende a relação entre estados/cidades, que é essencialmente um ambiente belicoso, em que a possibilidade da guerra está dada, fato que impõe um certo horizonte de pensamento para as demais questões políticas, a depender das condições de *império* de que uma cidade disponha.

desmesuradamente e iria representar uma ameaça a seu bem-estar" (Bruni, 2001, p. 29).

¹⁷ "Veio era uma cidade que fazia fronteira com o território romano e, como frequentemente acontece, pelo contato surge fricção" (Bruni, 2001, p. 37).

¹⁸ "Assim como as árvores podem ofuscar as mudas jovens que crescem nas proximidades e mantê-las atordoadas, Roma também oprimiu seus vizinhos com seu tamanho, não permitindo que nenhuma cidade maior surgisse na Itália" (Bruni, 2001, p. 17).

¹⁹ "Todas as antigas cidades que tinham sobrevivido às várias correntes de bárbaros começaram a crescer, a se desenvolver gradualmente, a reconquistar seu antigo prestígio" (Bruni, 2001, p. 93).

4.3 Sobre as condições de império: potência, liberdade, virtude e república

As condições de império – a conquista e a manutenção de um estado territorial – encontram-se intrinsecamente relacionadas à potência de um povo/cidade, compreendida como a capacidade de lidar com um cenário de instabilidade e precariedade inerente à sua própria existência. Tal cenário pode ser traduzido na possibilidade da guerra. Nesse contexto, a potência emerge como o elemento fundamental para o exercício da soberania e do domínio efetivo sobre uma região. Bruni (2001), porém, remete essa potência a outras instâncias. Vejamos.

Em primeiro lugar, o humanista faz notar que a potência é expressão da virtude de um povo, ou, ainda, esta virtude é a causa daquela potência. Conceitualmente, a virtude está relacionada à ação, à atividade dos homens. Neste sentido, a narrativa histórica é a narrativa da atividade, da ação dos indivíduos e dos povos de que se ocupa Bruni, estando atento ele, especialmente, às ações excelentes. O autor argumenta, ainda, que quando o caminho para o desenvolvimento da ação humana está aberto, os homens se aperfeiçoam²⁰. Consequentemente, tudo aquilo que possibilita a atividade humana é potencialmente produtor de virtude.

²⁰ “É um fato da natureza humana que, quando a via permanece aberta para a grandeza e as honras, os povos estão prontos a melhorar a si mesmos; quando estão bloqueados, eles tornam-se exangues e não fazem nada” (Bruni, 2001, p. 49).

Nesse sentido, as guerras, ao proporcionarem o exercício da virtude, mais precisamente o cultivo do amor à pátria acima de sua própria vida, são consideradas elementos importantes. Este caso é amplamente explorado no Livro que examinamos, mas o é também durante toda a obra (ações do povo florentino nas questões internas e externas). A participação política, por sua vez, também é vista como geradora de virtude, na medida em que oferece oportunidades para o exercício de atividades que a promovem. Tal participação se concretiza-se na ocupação de cargos públicos e magistraturas, os quais, quanto mais elevados, mais honram aqueles que os ocupam. Assim, a abertura para a atividade humana possibilita o florescimento da virtude.

A partir dessa perspectiva, podemos estabelecer a seguinte relação: se a potência de um estado é a expressão da virtude de seu povo e se a virtude é resultado da atividade excelente dos cidadãos, então é preciso considerar um regime que dê abertura a tal exigência. Esse regime é a república, forma político-institucional que garante uma ampla gama de atividades humanas, seja por possibilitar a luta em nome da liberdade e independência externa, seja por dar oportunidade para que seus cidadãos busquem honrarias e tornem-se virtuosos por meio da participação política, ou seja, pelo exercício de cargos públicos.

A equação formada pelo par potência-virtude ganha, agora, um novo termo, que é a república, o governo de um povo livre. Dessa forma, convergem liberdade, virtude, potência e república, bem como uma articulação entre eles. Tal equação revela-nos a dinâmica histórica das cidades e povos e a sua relação com as demais cidades e povos. Esta dinâmica fica obscurecida no *Elogio da cidade de Florença*, uma vez que se apoia mais fortemente num discurso jurídico-moral

(Florença como livre e herdeira de Roma), a fim de legitimar nestes dois campos a condição de Florença de *cidade-estado*.

Ao contrário, no Livro I, da *História do povo florentino*, a narrativa bruniana é a narrativa da ascensão e declínio da liberdade e, paralelamente, da virtude, da potência e da república, com o desaparecimento povo etrusco submetido pelos romanos ou destes, presas de sua própria decadência. Assim, pela natureza causal e explicativa da narrativa histórica da *História*, o humanista integra em seu pensamento um elemento que confere fortes tons políticos ao seu pensamento, a despeito da natureza mais claramente retórico-jurídica do *Elogio*. O que se apresenta em realidade é a dinâmica histórica dos estados/cidade em seu confronto contínuo, de afirmação como estados-territoriais.

É justamente a abordagem diversa que Bruni realiza de um mesmo objeto, a cidade de Florença como *estado-territorial*, como *império regional*, em cada um dos textos de que nos ocupamos, que nos autoriza a fazer uma aproximação com o pensamento maquiaveliano. Esta aproximação ocorre, não por meio do *Elogio*, mas pela narrativa presente no Livro I, da *História do povo florentino*.

Desse modo, Bruni e Maquiavel ocupam-se de um mesmo fenômeno, o domínio regional, e assumem compromissos de natureza republicana com a liberdade e a participação, mas, para além disso, enxergam na república a condição necessária para a afirmação de Florença como um estado regional estável, capaz de sustentar-se no universo instável e belicoso do mundo italiano e europeu do período.

Referências bibliográficas

- Baron, H. (1988) Uma defesa del punto de vista sobre el *Quattrocento*.
In: *En busca del humanismo cívico florentino*. Ensayos sobre el
cambio del pensamiento medieval al moderno. Cidade do
México/Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica.
- Bignotto, N. (1991) *Maquiavel republicano*. São Paulo: Loyola.
- _____, (2001) *Origens do republicanismo moderno*. Belo Horizonte;
Editora UFMG.
- _____, (2013) (Org.). *Matrizes do republicanismo*. Belo Horizonte:
Editora UFMG.
- Bruni, L. (1996) Oratio in Funere Iohannis Strozzi. In: *Opere letterarie
e politiche*, a cura di Paolo Viti. Turim: UTET.
- _____, (2016) *Elogio da cidade de Florença*, tradução de Alexander de
Carvalho e Fabrina Magalhães Pinto. *Revista MORUS – Utopia e
Renascimento*, v.11, n. 2, pp. 243-335.
- _____, (2001) *History of the Florentine People*, volume I, books I-IV,
editado e traduzido por James Hankins. Harvard: Harvard
University Press.
- Fubini, R. (2009) *Politica e pensiero politico nell'Italia del Rinascimento*.
Florença: Edifir.
- Hankins, J. (2019) *Virtue Politics. Soulcraft and Statecraft in Renaissance
Italy*. Harvard: Harvard University Press.
- Ianziti, G. (2012) *Writing History in Renaissance Italy. Leonardo Bruni
and the Uses of the Past*. Harvard: Harvard University Press.
- Lefort, C. (2023) *O trabalho da obra Maquiavel*. Trad. de Helton
Adverse, José Luiz Ames e Gabriel Pancera. São Paulo/Belo
Horizonte: Todavia/Editora UFMG.

- Falcão, L. e Magalhães, F. (2021) História, república e fundação da cidade de Florença em Coluccio Salutati, Leonardo Bruni e Maquiavel. *História da Historiografia*, Ouro Preto, v. 14, n. 35, pp. 53-82.
- Magalhães, F. e Moretti, M. T. (2021) A historiografia do Humanismo cívico e o pensamento político de Leonardo Bruni. *Revista Cantareira*, 34, pp. 565-85.
- Najemy, J. (1982) *Corporativism and Consensus in Florentine Electoral Politics, 1280-1400*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press.
- Skinner, Q. (1996) *As fundações do pensamento político moderno*, trad. de Renato Janine Ribeiro e Laura Teixeira Motta, SP: Companhia das Letras.
- _____, (2002) The Rediscovery of Republican Values. In: *Visions of Politics. Renaissance Virtues*, vol. II, Cambridge University Press, pp. 10-30.
- Witt, R. G. (2001) *In the Footsteps of the Ancients: the Origins of Humanism from Lovati to Bruni*. Leiden/Boston/Köln: Brill.

Capítulo 3

Maquiavel: história e verdade efetiva

Helton Adverse¹

A conhecida passagem do capítulo XV de *O príncipe* estabelece uma oposição entre verdade efetiva e imaginação. Ela diz o seguinte:

Mas uma vez que a minha intenção foi escrever coisa que seja útil a quem a entender, pareceu-me mais conveniente ir atrás da verdade efetiva da coisa do que da sua imaginação (*andare dritto alla verità effettuale della cosa che alla immaginazione di essa*). (Maquiavel, 2017, p. 183)

E a frase seguinte parece reforçar essa antítese: “Muitos imaginaram repúblicas e principados que jamais se viu ou conheceu existirem de verdade” (Maquiavel, 2017, p. 183). Esta oposição parece ter selado o destino da concepção de imaginação na obra de Maquiavel ao mesmo tempo em que enrijeceu o significado do *hapax* “verdade efetiva”². De um lado – o da imaginação –, ela foi entendida

¹ Professor Titular do Departamento de Filosofia da UFMG. Pesquisador do CNPq.

² E, se dermos crédito ao estudo recente de Harvey Mansfield, a expressão aparece uma única vez na obra do florentino, mas também pela primeira vez na língua italiana, tendo sido ele seu inventor (Mansfield, 2023, p. 4).

como o devaneio filosófico que resvala na utopia e que se revela pernicioso do ponto de vista da ação política; de outro – o da efetividade –, veríamos com o florentino o surgimento de um realismo austero que deve purgar toda fantasia do espírito em nome da objetividade, do pragmatismo e da eficácia. Estamos cientes do quão enraizada essa oposição se encontra na longa história da recepção de Maquiavel. E somos também a ela sensíveis na medida em que não desconhecemos o fato de Maquiavel ressaltar a força da necessidade³ no domínio político. Mas parece-nos razoável inquirir se a questão está resolvida, se no interior do pensamento político do florentino haveria também lugar para um encontro entre verdade efetiva e imaginação⁴. Nossa hipótese é a de que esse lugar é a história. Para

³ Harvey Mansfield colocou em primeiro plano a vinculação entre necessidade e “efetividade” em Maquiavel. Compreendemos e aceitamos as razões para tanto. Mas não nos parece que os termos em que ele coloca a relação entre necessidade e imaginação são suficientes para explicitar todos os aspectos do problema. Se, de uma parte, Mansfield reconhece que a “efetividade” da verdade não pode dispensar a imaginação (com o que estamos inteiramente de acordo), de outra parte, o sentido que ele dá a essa relação nos parece inadequado porque a imaginação não deve ser reduzida a um mero instrumento da necessidade – aquilo que ele denomina de “disciplina da imaginação” (Mansfield, 2023, pp. 7 e 13). A interpretação de Mansfield, acreditamos, é de fundo racionalista. Ele jamais se liberta da figura do Maquiavel filósofo, do Maquiavel precursor do discurso científico moderno, figura desenhada, cabe notar, por Leo Strauss. Mansfield reivindica exatamente esse Maquiavel: “Substituindo a natureza pela necessidade, a exatidão pode ser alcançada por meio da clareza da causa e do efeito, evitando o espetáculo desconcertante de uma natureza surpreendida pelo acaso. Tudo isso mostra o poder da verdade efetiva de Maquiavel. É possível ver o *insight* de Maquiavel em direção ao futuro da ciência moderna, que ele mais ou menos claramente antecipa (Mansfield, 2023, p. 6). Ora, de nosso ponto de vista, a imaginação ultrapassa em muito a função calculadora que Mansfield aparentemente lhe atribui. Por intermédio da imagem, como esperamos mostrar na sequência, ela atesta sua própria efetividade.

⁴ Dentre os comentadores recentes, Sébastien Roman, a propósito da interpretação lefortiana de Maquiavel, expressa esse ponto de vista em termos muito próximos aos nossos: “O cuidado da verdade efetiva não é a condenação da imaginação, mas disso

sustentá-la, vamos inicialmente circunscrever o tema da imaginação, referindo-a ao campo da imagem. Acreditamos que a *História de Florença* nos apresenta, à profusão, imagens que, certamente, são construídas pelo discurso, são imagens do pensamento, mas são também imagens das coisas. Ao menos elas são uma certa imagem, um olhar, um recorte feito por Maquiavel para tornar inteligível a história de sua cidade, assim como para adentrar o cerne da lógica política. Tudo se passa como se, para atingirmos o coração das coisas, precisássemos das imagens. Mas elas são igualmente requisitadas para atingir o coração dos leitores. Se aceitarmos colocar a relação entre imaginação e verdade nesses termos, veremos que a primeira está longe de ser meramente uma abstração de filósofos e a segunda se encontra na dependência das imagens quando almeja produzir efeito sobre a realidade (como verdade, cabe acrescentar)⁵.

Ainda como consideração preliminar, cabe notar que a verdade efetiva está muito distante de uma simples compilação dos fatos tendo em vista a necessidade do ator político se orientar. Com esperamos mostrar, a efetividade que ela deseja requer que, em determinadas ocasiões, seja tomada alguma liberdade frente à assim chamada

que se imagina inutilmente e de maneira nociva, atendo-se ao que seria desejável ou ideal em lugar de tomar os homens tal como eles são” (Roman, 2023, p. 96).

⁵ Esta observação nos parece necessária para evitarmos o inconveniente de tomar a verdade efetiva somente em uma dimensão prática. Certamente, ela é uma verdade dos fatos, que adquire seu valor de verdade por meio da ação, mas ela possui também uma dimensão teórica, cognitiva, epistêmica, na medida em que pretende expressar uma verdade das coisas políticas. Em resumo, reivindicamos para a “verdade efetiva” seu valor de verdade, à maneira do que pensa Gérald Sfez, quando escreve: “Pois longe de conduzir ao abandono do conceito de verdade, o distanciamento de Maquiavel a respeito da filosofia se deve à formulação de outra ideia de verdade, indiferente à arquitetura de um sistema filosófico, mas constantemente cuidadosa com seu valor de universalidade” (Sfez, 2016, p. 4).

realidade, não para desfigurá-la, mas para torná-la inteligível. Vejamos como isso ocorre na *História de Florença*.

*

Duas imagens parecem dominar os livros dois e três da *História de Florença*: a do Duque de Atenas e a de Michele di Lando. Elas formam um par antitético que polarizam a argumentação desenvolvida por Maquiavel. O Duque de Atenas encarna a imagem do tirano, que vem a se impor sobre a cidade na sequência de uma crise que a convulsiona. Michele de Lando também aparece na cena pública depois de uma grave perturbação, a célebre Revolta dos Ciompi – cujas origens remontam à primeira crise, aquela que ensejou a vinda do Duque –, mas atuando de maneira oposta ao Duque, isto é, Michele é retratado como um homem público preocupado com o interesse comum e com a salvação da república. Valeria a pena reconstituir, em linhas gerais, o quadro esboçado por Maquiavel nesses livros de modo a entender os significados desses personagens. Mas irei me deter somente sobre o personagem do Duque de Atenas, lembrando que Sérgio Cardoso (2022), em livro recentemente publicado, levou a cabo, a propósito de Michele di Lando, uma reconstrução do personagem de tal modo completa que não temos qualquer dificuldade em compreender sua envergadura política, assim como sua relevância para o pensamento político de Maquiavel. Nosso objetivo, então, é mostrar como o Florentino explicita a lógica política, isto é, a “verdade efetiva das coisas”, recorrendo à narrativa histórica como um meio para a reconfiguração dos acontecimentos tendo em vista a apreensão de seu sentido político.

É necessário salientar, então, que essa narrativa não está primordialmente orientada pela objetividade dos fatos. Como esclareceu Anna Maria Cabrini, Maquiavel não hesita em tomar

liberdade com relação a suas fontes, basicamente os cronistas medievais e os humanistas, como Leonardo Bruni e Poggio Bracciolini. Isso não quer dizer que ele promovesse sua distorção deliberada, mas somente que estava preocupado com servir-se da narrativa histórica como um suporte para sua própria teoria. Reproduzimos uma passagem da análise minuciosa empreendida por Cabrini acerca do texto da *História de Florença*:

Suas fontes foram, por um lado, objetos de investigação e, por outro, material que ele usou livremente sem preocupações filológicas. De fato, para Maquiavel, a história acarretava a construção de paradigmas e de modelos plausíveis, e uma racionalização dos eventos de acordo com uma lógica interpretativa. A verificação escrupulosa dos fatos era de pouco interesse para ele; frequentemente, ele modificava os detalhes, às vezes sem explicação aparente. Seu objetivo era identificar as causas e as consequências dos eventos, estudar as motivações das realizações dos indivíduos e dos grupos, e lançar luz sobre os efeitos de curto e de longo alcance. Por estas razões, Maquiavel não adotou o enquadramento analítico característico das histórias e das crônicas humanistas, preferindo delinear uma síntese da história de Florença com atenção apenas aos fatos mais significativos e cruciais. (Cabrini, 2010, pp. 133-4)⁶

Resta compreender os elementos principais dessa teoria em cujo interesse Maquiavel subordina os fatos. Retomemos, assim, o Duque de Atenas, personagem de tal modo marcante na história da cidade

⁶ Todas as traduções são de nossa responsabilidade.

que sua tirania foi relatada em várias crônicas da época. E, além dos textos escritos, sua desventura foi representada pictoriamente por Andrea di Cione Orcagna, em um afresco pintado provavelmente a partir de 1343, quer dizer, logo na sequência dos acontecimentos, afresco que deveria adornar o Palazzo Vecchio. Mas como Maquiavel o representa? Antes de retomar diretamente o texto do secretário, gostaríamos de evocar a preciosa análise de Maria Cristina Figorilli, presente no verbete Gualtieri di Brienne – isto é, o próprio Duque, lembrando que sua origem era francesa (Gauthier de Brienne) –, da Enciclopédia Machiavelliana Treccani, e que vem somar-se às observações metodológicas de Anna Maria Cabrini que mencionei acima:

A Maquiavel interessa apresentar o governo de Brienne como o resultado das lacerantes divisões internas à cidade que comprometeram o regime republicano. Três são as fontes seguidas para a composição dessas páginas, como de resto para todo o Livro II: a *Cronica* de Giovanni Villano (X CCCLI, XII CXXXVI, XIII I-IV, XV, XVI e XVII); a *Cronaca fiorentina* di Marchionne di Coppe Stefani (rubricas 414, 550-85) e as *Historiae Florentini populi* de Leonardo Bruni, na versão em língua vulgar feita por Donato Acciaiuoli (segundo a *princeps veneziana* de 1476) publicada em Florença em 1492 na tipografia de Bartolomeo de' Libri. Em linhas gerais, se os trabalhos de Villani e Stefani funcionam como grandes reservatórios dos quais se extrai informação, o trabalho de Bruni oferece-se principalmente como um modelo para a organização de materiais. No que diz respeito às fontes, na escrita historiográfica de Maquiavel, como também fica claro nos capítulos dedicados à parábola do Duque de Atenas,

predomina uma perspectiva política que preside à seleção e síntese dos materiais disponíveis. Maquiavel parece proceder concentrando-se principalmente nos dados que mais lhe interessam, em última análise, naqueles aspectos que incidem sobre os mecanismos e dinâmicas que na história florentina determinaram a degeneração do conflito social, com a consequente derrota da nobreza e com o agravamento das divisões dentro do povo. (Figorilli, 2014, s/p)

Agora que estamos suficientemente alertados da liberdade que Maquiavel toma com relação a suas fontes, vamos ver como ele retrata a ascensão do Duque a tirano de Florença. Ela se dá por etapas, descritas nos capítulos 33, 34 e 35 do Livro II da *História de Florença*. O Duque é enviado novamente⁷ a Florença por Roberto, rei de Nápoles, no contexto de um conflito ocorrido em 1343 e que envolvia os florentinos e os pisanos em disputa pelo controle da cidade de Lucca. A condução da guerra é desastrosa, o que deixa parte da cidade insatisfeita com seus senhores. Esta é a oportunidade para que os grandes nobres, fora das instâncias de poder desde o final do século passado, pudessem fazer novamente valer suas ambições políticas.

Os Grandes viviam descontentes e como muitos deles tinham adquirido familiaridade com Gualtieri das outras vezes [na verdade, uma única vez] que ele governara Florença em nome de Carlos, duque da Calábria, acharam que chegara o tempo de vingar-se, mesmo com a ruína da cidade, pois consideravam que não teriam outro modo de

⁷ O Duque esteve em Florença em 1340, quando a cidade enfrentava a ameaça de Castruccio Castracani (cap. 30). Nessa ocasião, diz Maquiavel, ele já havia dado mostra de sua natureza autoritária (Machiavelli, 1993, p. 677; Maquiavel, 2007, p. 124).

dominar aquele povo [aqui ele se refere ao *popolo grasso*] que tanto o afligira a não ser submetendo-o a um príncipe que, conhecendo a *virtù* de uma das partes e a insolência da outra, pusesse freios nesta e recompensasse aquela; a isso somavam a esperança do bem que lhes poderia advir de seu mérito quando, por obra deles, Gualtieri adquirisse o principado. (Machiavelli, 1993, p. 681; Maquiavel, 2007, p. 133)

Os nobres (os *magnati*) vão, assim, ter com o Duque para incentivá-lo a assenhorear-se do poder em Florença, assegurando-lhe de que teria não somente seu apoio, mas também o de algumas famílias populares (*popolo grosso*) que aspiravam a livrar-se de certas dívidas. Restava conquistar a outra parte da cidade que poderia vir em seu auxílio no enfrentamento contra os grandes: a plebe, o *popolo minuto*. O primeiro passo nessa direção será justamente punir com a morte os líderes da campanha de Lucca, *Messer Giovanni de' Medici*, Naddo Rucellai e Guglielmo Altoviti, além de mandar para o exílio muitos outros e aplicar, sobre outros tantos, penas financeiras (Machiavelli, 1993, p. 681; Maquiavel, 2007, p. 134).

Estas medidas do Duque mantiveram os cidadãos médios amedrontados e a plebe e os grandes ficaram satisfeitos. A plebe porque “é de sua natureza alegrar-se com o mal”, ao passo que os grandes obtinham sua vingança das injúrias recebidas pelos “populares”. E a cidade, assim, se colocou à mercê do Duque, todos lhe manifestando apoio, à exceção, claro do *popolo grasso*, ainda ativo politicamente na Senhoria. Confiante em sua reputação, o Duque vai pedir exatamente aos Senhores a ampliação de seus poderes, isto é, que lhe fosse concedida a “livre senhoria”, o que significava a destituição dos Senhores e a transformação do Duque em tirano da

cidade. Os Senhores recusam, naturalmente. E, nesse momento, Maquiavel vai inserir o primeiro discurso retórico do livro, uma peça à parte cujo autógrafo foi preservado: trata-se da conhecida exortação de um dos senhores em favor da liberdade florentina. Esta exortação, vazada em uma linguagem retórica abertamente republicana, lembrava os valores cívicos que presidiam a vida de Florença, expressos não somente em suas instituições políticas, mas também em sua arquitetura⁸. Essa exortação não resulta em nada e o Duque, firme em seu propósito de tyrannizar a cidade, vai propor um “parlamento popular” a fim de fazer valer sua pretensão. O povo vai aclamá-lo em praça pública concedendo-lhe todos os poderes não apenas por um ano, como havia sido originalmente proposto, mas por toda a vida (Machiavelli, 1993, p. 683; Maquiavel, 2007, p. 138).

Apesar de extenso, temos de reproduzir todo o comentário de Figorilli sobre essas passagens para melhor esclarecer o sentido do texto de Maquiavel e enfatizar sua originalidade:

Os capítulos 34-35 narram as etapas subsequentes da ascensão de Gualtieri. Este, depois das execuções capitais – que, aclamadas pelo *popolo minuto* e pelos nobres, provocam grande medo no *popolo grasso* –, pronto a explorar o momento favorável e muito cuidadoso para não descuidar de nada que possa aumentar a sua reputação

⁸ “Vós buscais fazer serva uma cidade que sempre viveu livre [...]. Que o tempo não basta para consumir o desejo de liberdade é coisa certa, porque muitas vezes ouve-se falar que ela é defendida mesma por aqueles que nunca a experimentaram, mas a amavam somente graças à memória que dela lhes tinham deixado os pais, e, assim, depois de a recuperarem, conservavam-na com obstinação e riscos: e mesmo que os pais não a recordassem, os palácios públicos, as sedes das magistraturas, as insígnias das instituições livres a recordam: e essas coisas nunca deixam de ser conhecidas e muito desejadas pelos cidadãos” (Machiavelli, 1993, p. 682; Maquiavel, 2007, p. 136).

(note-se a expressão utilizada por Machiavel para comentar a escolha de Brienne de tomar o convento de Santa Croce como sua casa: “para dar um sinal maior de religião e de humanidade”, II, 30, 6), faz uma primeira ruptura institucional, exigindo ser eleito senhor absoluto da cidade. Diferentemente das fontes, Maquiavel destaca a tentativa de Brienne de obter a investidura oficial da magistratura suprema, que deveria auxiliar em sua virada autoritária para o bem da cidade (Villani, XIII, 13, menciona rapidamente o pedido de Brienne aos priores, a conselho de alguns grandes, para conceder-lhe a senhoria de Florença; em Bruni, aparece uma rápida referência aos amigos do duque que tentaram convencer os priores). De nada vale a oposição dos priores aos objetivos absolutistas do duque, nem mesmo o discurso proferido por um deles como uma última tentativa de dissuadi-lo do seu propósito tirânico. O discurso clarividente (do qual chegou até nós um fragmento autógrafo) é uma invenção inteiramente maquiaveliana. Inaugura a série de discursos diretos que pontuam a *História*: tecida com o léxico e os temas das obras políticas maquiavelianas, centra-se no mito humanista da *libertas florentina* e na razão da extraordinária dificuldade de subjugar uma cidade habituada à vida livre. Por outro lado, a solenidade da retórica dos mais altos e mais autorizados aparatos político-institucionais realça ainda mais a forte condenação que Maquiavel, pouco antes, infligira à classe dominante pela inadequação da sua administração, causa da ruína de Florença. Até o discurso (forma indireta) proferido pelo duque em resposta é uma invenção maquiaveliana: Brienne apresenta-se como o benfeitor de Florença, o único capaz de devolver à cidade a unidade, a tranquilidade e a harmonia de que necessita, enobrecendo

a sua empresa como expressão da vontade popular e certamente não das suas ambições pessoais. Diante da obstinação do duque, Maquiavel sublinha, de acordo com as fontes (Villani, Stefani e Bruni), como os priores tentam, em vão, mitigar a anomalia institucional trazendo-a de alguma forma para dentro de um processo ordinário e legal. Na verdade, apoiaram o desejo do duque de convocar o povo ao “parlamento” para a manhã seguinte e iludiram-se de conter os danos conferindo a si próprios uma senhoria condicional e limitada a um ano. Ter-se-ia assim reproduzido a situação do mandato concedido anos atrás a Carlos de Anjou, o que constituiu, portanto, um precedente importante. A tentativa, porém, fracassou, esmagada pelos agitados acontecimentos do “parlamento”, que culminou com a aclamação popular do duque como senhor perpétuo da cidade (8 de setembro de 1342). Para enfatizar a gravidade do episódio, Maquiavel, além de relatar, seguindo os cronistas, alguns detalhes de forte impacto simbólico (a bandeira do povo é rasgada enquanto a insígnia do duque é hasteada: Villani XIII 13, Stefani 556), insere de forma independente a referência ao saque, pelos homens do duque, do Palazzo della Signoria, símbolo da tradição republicana. Note-se que, se nos capítulos anteriores a distinção entre os diferentes ânimos populares tinha emergido de forma mais clara, nesta página dedicada à aclamação do Duque Maquiavel fala genericamente de “povo” e não de “plebe”, enquanto Villani, Stefani e Bruni especificam que a multidão jubilosa é composta pelo *popolo minuto* (Villani XIII iii, Stefani 556, Bruni m10 v). (Figorilli, 2014, s/p)

Duas coisas a se observar, a partir daí. Em primeiro lugar, o fato de que o discurso do Senhor que clama pela liberdade, que alerta para

a força da memória do passado republicano de Florença, ser uma invenção de Maquiavel⁹. A isso é preciso acrescentar que o teor desse discurso converge com teses assumidas pelo próprio Maquiavel, sobretudo a de que a manutenção do poder na cidade depende da capacidade dos homens superarem a particularidade de suas ambições: “só é duradouro o domínio voluntário” e “a cegueira causada pelas ambições” resultam em grande prejuízo, diz o florentino (Machiavelli, 1993, p. 682; Maquiavel, 2007, p. 137). Ora, se recolocarmos o problema da natureza da verdade efetiva, parece evidente que ela emerge no texto exatamente no momento em que Maquiavel se afasta do relato dos fatos. É claro que essa verdade efetiva está, no limite, também alicerçada na experiência, quer dizer, em fatos. Porém, sua potência argumentativa depende da capacidade de reconfiguração da realidade, da produção de uma imagem da cidade, sem a qual não é possível apreender seu verdadeiro sentido. Algo da mesma ordem se atesta na passagem destacada acima por Figorilli, a saber, a de que todo o povo acabou por apoiar o tirano. Da lavra de Maquiavel, essa versão dos fatos será confirmada no capítulo 37 onde será narrada a derrocada do Duque. Vamos passar a esse ponto. Entretanto, vale percorrer rapidamente, com a ajuda de Figorilli, o capítulo 36 onde Maquiavel descreve o *modus operandi* do tirano.

No capítulo 36, Maquiavel centra-se nas medidas tomadas pelo duque após a conquista da senhoria, destacando o

⁹ E a esse respeito, Garin nos esclarece que ele “foi composto em uma primeira versão, conservada como autógrafo, com uma certa autonomia, confirmada pelo título que o autor lhe deu (e que, claro, desapareceu quando de sua inserção nas *Istorie*): *Orazione de' Signori al Duca d'Atene quando presentirono che si voleva fare signore*” (Garin, 2006, p. 87).

trabalho de desmantelamento sistemático das instituições republicanas tradicionais e de eliminação do regime anterior. Na fase inicial, Brienne adotou uma política favorável aos *ottimati*, que o apoiavam, procedendo à abolição dos Ordenamentos de Justiça de 1293, dirigidos contra os *magnati* (com toda a probabilidade, os Ordenamentos foram tornados inoperantes em vez de revogados). Quanto às escolhas de política externa, o duque comprometeu-se imediatamente a fazer a paz com os pisanos e não hesitou em aliar-se às cidades sujeitas a Florença para se fortalecer contra quaisquer inimigos internos. De acordo com as fontes – que, no entanto, parecem fornecer uma versão exagerada – Maquiavel destaca o excessivo aperto da pressão fiscal, com a instituição de novos impostos e o aumento daqueles já existentes. A desautorização das magistraturas ocorre de mãos dadas com a nomeação de três “reitores”, seus assessores e homens de confiança, o que contribui para conferir ao seu poder um forte caráter personalista. (Figorilli, 2014, s/p)

As medidas do Duque provocarão uma insatisfação geral na cidade, o que está na origem de sua queda. A importância de chamar a atenção para isso se justifica da seguinte maneira: em sua análise da tirania, Maquiavel não se contenta, em absoluto, em manter-se dentro dos limites da tradição do pensamento político que, em grande medida, informa as fontes de Maquiavel. Se, à primeira vista, não há grandes divergências com essa tradição, que figura o tirano como um ser bestial, tomado pela lascívia e pelas mais baixas inclinações, sem respeito pela lei e pela propriedade de seus súditos, quando examinamos a questão mais de perto, vemos que o interesse de

Maquiavel recai não sobre a personalidade do tirano, mas sobre as causas que conduzem uma cidade à tirania. As considerações de ordem moral jamais ocupam o primeiro plano de sua análise porque são incapazes de penetrar o âmago das coisas políticas. É sempre a história política da cidade que deve ser recuperada para se entender seu surgimento, *ênfatizando o conflito que as perturba*. No caso de Florença, são as divisões entre grandes, povo e plebe, resolvidas por meio de lutas facciosas, que estiveram na origem do poder do Duque, como vimos. E aí também estará a causa de seu fracasso. O destino do Duque será selado a partir do momento em que, por excesso de ambição e por falta de prudência, ele fomentará a provisória união entre as partes da cidade. Como tirano, o Duque deixará todas as partes da cidade insatisfeitas, exceção feita àqueles poucos nobres que constituíram a base inicial de seu poder. No capítulo 37, quando narra sua destituição, Maquiavel apagará novamente as distinções entre as partes do povo. “O povo todo armou-se ao ouvir o grito de liberdade” (Machiavelli, 1993, p. 685; Maquiavel, 2007, p. 144), diz o florentino. Momentaneamente, a oposição se reconfigura: de um lado o Duque, de outro, simplesmente o povo.

Mas há ainda algo notável neste capítulo 37. No final, vemos mais uma licença de Maquiavel frente às crônicas medievais. Trata-se de uma cena que ele acrescenta, uma cena de canibalismo. Após a queda do tirano, *Messer* Guglielmo d'Ascesi, que estava a serviço do Duque, e seu filho foram postos no meio do povo, quer dizer, foram entregues “à fúria da multidão”. Eis como a cena é descrita:

Guglielmo e o filho foram postos no meio de milhares de inimigos; o filho ainda não tinha dezoito anos, mas, nem a idade, nem a beleza, nem a inocência puderam salvá-lo da

fúria da multidão; e, quem não conseguiu feri-los vivos, feriu-os depois de mortos; e, não saciados de dilacerá-los com a espada, rasgavam-nos com as mãos e com os dentes. E, para que todos os sentidos se satisfizessem na vingança, depois de ouvirem seus gemidos, de verem seus ferimentos, de tocarem suas carnes dilaceradas, também quiseram que o paladar as saboreasse, para que, depois de saciarem os sentidos externos, também os internos se saciassem. (Machiavelli, 1993, p. 686; Maquiavel, 2007, pp. 146-7)

Sandro Landi, em artigo recente, indicou a presença, nos arquivos da família de Maquiavel, de certos escritos de Amerigo Vespucci, que narravam a prática do canibalismo comum entre alguns povos que habitavam o novo mundo. Sabemos o quanto essas “descrições” irão impactar o pensamento e o imaginário europeu nas décadas seguintes. Desde os *Discursos sobre a primeira Década de Tito Lívio*, Maquiavel integrava em seus escritos o imaginário das descobertas, mas ainda não havia evocado o canibalismo¹⁰. Na *História de Florença*, como indica Sandro Landi, ele está utilizando esse outro elemento da narrativa das explorações para interpretar a história de sua própria cidade:

Maquiavel sobrepõe aqui à memória medieval da cidade, com seus periódicos regurgitos de violência coletiva, o imaginário relativo aos descobrimentos: gostar da carne dos inimigos é de fato uma experiência descrita por alguns

¹⁰ Temos em mente a conhecida passagem do primeiro proêmio: “Ainda que, devido à natureza invejosa dos homens, sempre tenha sido tão perigoso encontrar modos e ordens novos quanto procurar águas e terras desconhecidas [...]” (Machiavelli, 2000, p. 55).

indígenas a Vespúcio (“A qual dizem ser saborosíssima”) e, desde os primeiros anos de 1500, graças às edições ilustradas das suas cartas, torna-se um lugar comum nas representações do Novo Mundo. O detalhe não é menos relevante, porque permite anular, abruptamente, a distância entre as sociedades tribais e a sofisticada sociedade urbana cujos mecanismos foram revelados por uma crônica guerra civil: nos dois casos a guerra e o consequente devoramento dos inimigos fundam ou refundam, como nesse caso, a comunidade política. (Landi, 2020, p. 35)

Seguindo Landi, poderíamos dizer que a cena simboliza uma nova fundação da cidade, sobretudo quando lembramos que a saída do Duque esteve de fato na origem de sua “reordenação” (Machiavelli, 1993, p. 686; Maquiavel, 2007, p. 146). Ao equiparar o povo florentino aos assim chamados “selvagens”, Maquiavel, diferentemente de Platão, não parece preocupado em denunciar o impulso anti-civilizatório da turba, mas explicitar, por meio de uma imagem, um princípio geral da política: o fato de que toda fundação repousa sobre um fundo de desordem, de que a estabilidade é uma construção política sempre precária, sempre a ser refeita, jamais definitiva. Não seria o conhecimento desse princípio geral o próprio fundamento de uma verdade efetiva das coisas?

*

A partir do que foi exposto, talvez seja possível dizer que a verdade efetiva das coisas não está refletida na superfície do espelho do mundo ou do espelho que Maquiavel poderia estender diante do príncipe; ela é a inteligência da ação, aprendida somente com o auxílio da imaginação. É imprescindível mobilizar as imagens com o intuito

de conhecer. Este é um preceito que remonta, como é sabido, à retórica clássica, que não vê nenhuma oposição entre o conhecimento do mundo e o discurso imagético. A *História de Florença*, quisemos mostrar, explicita como a escrita de Maquiavel produz o encontro entre verdade e imaginação. Quisemos mostrar que a efetividade da verdade, isto é, a utilidade para aquele que a entende e sua capacidade de apreender o sentido da política, requerem a imaginação. E não seria ainda a imaginação que capacita o arqueiro a acertar o alvo distante mirando alto, mirando um ponto que não existe, um ponto imaginário? Esta conhecida imagem, forjada por Maquiavel no capítulo 6 de *O príncipe* (Maquiavel, 2017, p. 121), parece atestar, *em negativo*, o auxílio que a imaginação presta à ação. Neste caso, o príncipe apenas poderá atingir seu objetivo se for capaz de ver o invisível¹¹.

Caberia, para encerrar essas considerações, alguma precaução. Se, por um lado, a verdade efetiva das coisas requer o uso da imaginação, como vemos na narrativa histórica, por outro lado não podemos esquecer que a imaginação pode também impedir a visão clara da realidade. Mais ainda, as imagens podem ocupar o lugar das coisas e usurpar o poder da realidade. Não se trata de bom ou mau uso de uma faculdade, portanto. Trata-se do fato de podermos eliminar totalmente a opacidade das coisas políticas e, por isso, sempre correremos o risco de nos perder em suas imagens.

¹¹ E, poderíamos nos perguntar, não seria essa a força cognitiva da imaginação, isto é, não representar o real, mas fazer ver a verdade que nele se encontra e que não se mostra imediatamente aos olhos?

Referências bibliográficas

- Cabrini, A. M. (2010) Machiavelli's Florentine Histories. In: Najemy, J. (org.), *The Cambridge Companion to Machiavelli*. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 128-43.
- Figorilli, M. C. (2014) Brienne, Gualtieri di. *Enciclopedia Treccani*. [www.treccani.it/enciclopedia/gualtieri-di-brienne_\(Enciclopedia-machiavelliana\)/](http://www.treccani.it/enciclopedia/gualtieri-di-brienne_(Enciclopedia-machiavelliana)/). Último acesso 19/06/2024.
- Garin, E. (2006) *Machiavel entre politique et histoire*. Paris: Allia.
- Landi, S. (2020) Canibais e conflitos urbanos. Um estudo sobre uma fonte etnográfica de Maquiavel. *Discurso*, vol. 50, no. 1, pp. 25-38.
- Machiavelli, N. (1993) *Istorie Fiorentine*. In: *Tutte le opere*. Firenze: Sansoni.
- Machiavelli, N. (2000) *Discorsi sopra la prima Deca di Tito Livio*. Milão: Rizzoli.
- Mansfield, H. (2023) *Machiavelli's Effectual Truth*. Creating the Modern World. Cambridge: Cambridge University Press.
- Maquiavel, N. (2007) *História de Florença*. Trad. de MF. São Paulo: Martins Fontes.
- Maquiavel, N. (2017) *O príncipe*. Trad. de Diogo Pires Aurélio. São Paulo: Editora 34.
- Roman, S. (2023) Le conflit civil et la puissance de la représentation. In: Pasquier, S. (org.) *Avec Lefort, après Lefort. Prendre en charge l'expérience de notre temps*. Caen: PUC, pp. 93-104.
- Sfez, G. (2016) *Machiavel et la vérité politique*. Paris: Éditions Demopolis.

Capítulo 4

As Histórias florentinas no interior do corpus maquiaveliano

José Antônio Martins¹

A análise da relação entre as *Histórias florentinas*² com as demais obras do *corpus* político maquiaveliano não é nova, muito ao

¹ Prof. de Filosofia Política da UEM e do PGF-UEM.

² Optamos por utilizar *Histórias florentinas* e não *História de Florença*, ao contrário do título dado pelas edições brasileiras, primeiro porque é literal e essa foi a intenção do autor. Ademais, a noção de história, conforme assume na modernidade e na contemporaneidade, quando do nascimento de uma *ciência* da história, difere daquilo que Maquiavel compreendia como *história*, no caso, um estilo discursivo ligado à retórica, conforme à tradição que descende dos historiadores gregos e romanos e da qual ele é herdeiro. Outro aspecto a ser salientado, que contribui para a designação de *histórias* (no plural) e não *história* (no singular) é, conforme Gilbert (1977), que a exposição maquiaveliana não estabelece um nexos causal entre os fatos narrados, como diz: “falta uma exposição histórica contínua” (p. 165). Ora, em face disto, o autor não oferece uma narração de fatos históricos articulados, uma história da cidade, mas, intencionalmente, a exposição de fatos históricos que servem aos seus desígnios teóricos, ou, nas palavras de Rubinstein (2012): “a história a serviço da teoria” (p. 179). Com efeito, a obra se constitui de diversas histórias coligidas e não uma história linear e progressiva, justamente para exemplificar o ciclo político (Livro V, cap. 1), donde ser de fato histórias. O que fornece a ligação é uma teoria da política que se apoia na obra. Enfim, entendemos que optar por fazer essa pequena, mas profunda, alteração

contrário, já foi explorada pelos comentadores, entretanto, talvez seja o caso de ainda revisitá-las.

Quando se olha para as obras políticas de Maquiavel, notadamente os quatro textos políticos mais conhecidos (*O príncipe*, os *Discursos sobre a primeira Década de Tito Lívio*³, *A arte da guerra* e as *Histórias florentinas*) uma questão recorrente reside em uma possível articulação, desarticulação, contradição ou complementaridade dos textos do filósofo. Com efeito, tendo em vista a importância de cada obra, cabe a indagação de como elas se articulam para formar, ou não, uma reflexão teórico-política coerente. Caso seja identificável mudanças ou inflexões argumentativas nasce, necessariamente, indagações do porquê dessas alterações e se elas seriam conscientes e clara para o autor. Adiantando um ponto, em nenhum destes textos Maquiavel reconhece ou anuncia uma mudança ou inflexão argumentativa, demonstrando uma coerência teórica pontuada pela tradição de comentário que destaca, justamente, um mesmo fio argumentativo que perpassa os escritos políticos maquiavelianos. Assim, parece ser ocioso empreender uma busca por contradições teóricas em sua reflexão. Na verdade, ocorre o contrário, o que se verifica é uma conformidade argumentativa nos núcleos conceituais, às vezes até com uma terminologia, senão idêntica, ao menos muito semelhante, como é o caso da famosa definição: “os grandes desejam dominar e o povo não quer ser oprimido” (Machiavelli, 1994; 2001).

terminológica em nomear o texto histórico maquiaveliano como *Histórias* e não *História*, evita uma compreensão distorcida da obra, algo que a conservação do título original garante.

³ Doravante citado como *Discursos*.

Então, se é evidente a presença de uma mesma estrutura argumentativa que percorrem as obras políticas, as questões se voltam para outro aspecto: em que medida os textos políticos maquiavelianos se complementam ou se sobrepõem, quando tomados no seu conjunto, na economia do *corpus*? Tendo em vista o *corpus* político, como os textos posteriores retomam ou reproduzem noções já exploradas, conferindo, talvez, uma nova terminologia ou exemplificando aquilo que já se demonstrou e, quem sabe, sendo meramente repetitivo? Ou, como as obras poderiam complementar e ampliar noções apresentadas, mas que ganham novos contornos e informações para torná-las mais precisas ou claras?

Como é notório, tentar dar conta dessas dificuldades demandaria um esforço de análise de todas as obras políticas de Maquiavel, nas suas múltiplas formulações teóricas apresentadas, o que ultrapassa em muito os limites desse ensaio. Nossas intenções aqui são muito mais restritas. Por ocasião da efeméride dos quinhentos anos de publicação das *Histórias florentinas*, concluída certamente em 1524⁴, quando o autor se dedica a elaboração da(s) cópia(s), visto que em março de 1525 ele entrega uma cópia para o

⁴ Sobre a composição das *Histórias florentinas*, Gilbert, 1969, defende que elas foram escritas em duas etapas, ao menos, uma primeira redação até maio de 1522, até a conjuração em Florença contra o cardeal Medici, contendo os quatro primeiros livros. Depois, a escrita dos livros restantes até 1524. Essa hipótese é refutada por Dionisotti, 1980, p. 383 e ss. Rubinstein, 2012, pp. 177-179, apoiado nos estudos de Eugenia Levi (1967) sobre um manuscrito autógrafo das *Histórias*, concorda que houve duas redações, mas que nessa segunda etapa Maquiavel escreveu o Proêmio e os capítulos introdutórios dos Livros II – VI, bem como o restante da obra. Com efeito, os capítulos introdutórios se mostram como um roteiro teórico do que será narrado no livro, o que indica uma escritura posterior, com o texto dos livros prontos, o que corrobora muito essa hipótese de dois momentos redacionais e reforça a tese que Maquiavel reordenou os fatos históricos em função de seu ideário político.

Papa Clemente VII, somos instados, uma vez mais, a pensar a articulação dos textos políticos maquiavelianos⁵. Tentando ser mais preciso, nossas ambições são bem mais modestas, pois o que pretendemos é verificar as articulações conceituais desta última grande obra maquiaveliana com, ao menos, os dois outros grandes textos, escritos uma década antes, *O príncipe* e os *Discursos*. Colocando o problema por outro viés, interrogam-se como alguns conceitos apresentados nessas duas primeiras grandes obras políticas são mobilizados no texto histórico e o que isso pode implicar em termos de conformação de um quadro teórico definitivo do pensamento político maquiaveliano.

Contudo, ainda assim o escopo de análise se apresenta amplo e complexo, visto que várias noções políticas centrais expostas nas obras políticas anteriores retornam nas *Histórias florentinas* como: a fundação política, os conflitos sociais, a imitação dos antigos, a corrupção etc., de tal modo que somos compelidos a delimitar, uma vez mais, a abordagem e buscar nos concentrar em um aspecto, que é certamente a noção central do pensamento político maquiaveliano, no caso, a teoria dos conflitos políticos que movem a vida da cidade. Enfim, nosso interesse é tentar identificar, especificamente a partir das históricas contendas na cidade de Florença, que são narradas nos Livros II e III, como essas informações históricas impactam aquilo que

⁵ A redação das histórias foi consignada pelo Papa Leão X, em 26 de Abril de 1520, por um período de dois anos, que foram renovados por mais dois. Provavelmente a obra foi concluída em dezembro de 1524, sendo entregue para cópia nas primeiras semanas de 1525 (Opera Nazionale, p. 80). As primeiras edições impressas são quase simultâneas: uma em Roma, de 25 de março de 1532, pelo editor Antonio Blado, e outra em Florença, por Bernardo Giunti, em 27 de março de 1532. Ambas feitas a partir de um manuscrito autógrafa (ou seja, uma redação reconhecida pelo próprio autor), da qual derivam todas as demais edições (cf. *Nota ai testi* in Machiavelli, 2010, pp. XLI-CXIV).

foi apresentado sobre a temática dos conflitos políticos no *Príncipe* e nos *Discursos*.

Importa destacar que esse problema da articulação teórica das obras já foi explorado, em alguma medida, por alguns comentadores, como Gilbert, Sasso e Rubinstein, por exemplo, de tal modo que não é novidade tratar dessa dificuldade interpretativa. Dentre esses, certamente foi Gilbert, em um estudo de 1969, quem conferiu grande atenção a essa discussão sobre o lugar das *Histórias florentinas* no *corpus* maquiaveliano, apresentando no início de seu trabalho um apanhado das discussões anteriores. Posteriormente, Sasso (1993) se deteve neste assunto, consagrando o segundo volume de sua obra principal dedicada ao pensamento de Maquiavel, realizando uma análise profunda e exaustiva sobre as *Histórias florentinas*. Ainda deve ser citado o trabalho de Cabrini (1985) que, embora se concentre somente na análise do Livro II, apresenta um relevante estudo para a compreensão do texto maquiaveliano. Enfim, tendo em vista a profusão dos estudos, não pretendo aqui resenhar as principais posições desses intérpretes, mas, a partir dessas posições e tendo-as em consideração, tentar explorar um aspecto que parece ainda não muito analisado.

Retornando ao nosso ponto de partida, o objetivo de nossa análise comporta outras dificuldades pressupostas que precisam ser, senão resolvidas, ao menos enunciadas.

Quando nos propomos a pensar que há uma noção teórica que perpassa diversas obras de um autor, em um arco temporal significativo, sendo que ele não faz remissões aos seus outros textos, o intérprete se vê diante do problema de tentar entender como o filósofo, no seu escrito atual, leva em consideração os conceitos formulados anteriormente. Em outras palavras, sabendo que as

Histórias florentinas foram escritas depois do *Príncipe* e dos *Discursos*, quando Maquiavel aborda os conflitos políticos em Florença, ou mais especificamente, nos Livros II e III das *Histórias* é possível reconhecer a presença da teoria conflitos dos *Discursos* (Livro I, cap. 4) e do *Príncipe* (cap. 9)? Em caso afirmativo, a questão que se põe é como alguns trechos das *Histórias* se articulam com as reflexões políticas das obras anteriores? São exposições complementares, reiterativas ou apresentam sutis divergências? Ainda mais, como entender os exemplos históricos dos conflitos expostos nos Livros II e III das *Histórias florentinas*? Seria o texto histórico um alargamento e esclarecimentos das noções de conflito descritas nos *Discursos* ou revelam novidades teóricas que impactam a compreensão dos conceitos anteriores?

Há ainda outro pressuposto que convém, desde já, considerar. Ao tomar as obras de um autor em perspectiva temporal, no caso, do futuro em relação ao passado, corre-se o risco de tomar a posição final como um pressuposto que estava dado de início. Como Maquiavel não deixou nada declarado nesse sentido, faz-se necessário entender que, quando ele intencionou escrever sua primeira obra política relevante (esclarecendo: primeira e relevante para nós, leitores, e não para ele, autor), não estava em seu horizonte que escreveria as demais e que, ao final, com as *Histórias florentinas*, daria um acabamento ao seu pensamento político – admitindo que ele pretendeu dar uma conclusão à sua reflexão política. Evidentemente, não foi isso que ele desejou e nem foi desse modo que as coisas ocorreram. Maquiavel foi elaborando as obras conforme sua intenção, as circunstâncias e a cada texto ele, certamente, buscava alargar suas análises. Tanto é assim que os textos políticos possuem estilos discursivos próprios e singulares: *O príncipe* é um tratado, os *Discursos* são comentários a um texto

histórico, a *Arte da Guerra* um diálogo e as *Histórias florentinas* são narrativas históricas. Insistindo, o que se depreende é que Maquiavel não sabia e não previu de antemão como iria expor seu pensamento político, o fazendo a cada tempo, conforme as circunstâncias, os meios, o público a que se dirigia. Enfim, tudo isso para dizer que não há nenhum dado biográfico, histórico, textual ou teórico de que ele arquitetou, de antemão, o seu *corpus* político.

Por outro lado, se cada texto escrito não previa o texto futuro, então houve um esforço de, em cada obra, dar conta da dificuldade teórica que a mobilizava. Donde a questão se, do ponto de vista do escritor, um texto posterior teria ou não como pressuposto o texto anterior. Evidentemente que sim, ainda que um autor não deva presumir que seu leitor conheceu os demais escritos que redigiu (algo que demonstra uma vaidade enorme e nada no texto maquiaveliano permite afirmar isso). Ora, para não ser repetitivo e buscar atingir seus intentos, parece que Maquiavel assume que certas noções foram expostas alhures e procura seguir para o objetivo teórico desejado no escrito em questão, como prova o famoso e problemático período que abre o capítulo II do *Príncipe*⁶. Então, a cada texto político é coerente admitir que Maquiavel avança no aprofundamento, no esclarecimento ou no alcance de sua teoria, de tal modo que um texto não seja uma redundância do anterior, mas um “a mais” em termos de compreensão de sua reflexão.

Com esses pressupostos metodológicos de análise, somos convidados a interpretar as *Histórias florentinas* como: ou uma ampliação de algo já exposto, ou uma explicação, ou, quem sabe, as duas coisas, mas certamente não parece ser uma reescrita, em outro

⁶ “Deixarei de lado a discussão sobre as repúblicas, porque, em outro momento, dissertei longamente sobre elas” (Maquiavel, 2020, p. 33).

estilo, de algo já assaz conhecido. Assim, estamos tomando o texto histórico maquiaveliano não como um escrito político sob a forma de narrativa histórica, algo como a política na história, mas uma obra que tem um objetivo claro e definido, conforme declarado pelo autor no Proêmio, embora ao longo da exposição ele mobilize ou pressuponha noções teóricas já demonstradas.

Ainda assim, resta a questão, talvez a grande questão de fundo nessa perspectiva analítica que estamos adotando, em saber qual o papel ou a função da exposição histórica na possível tarefa de esclarecimento ou aprofundamento dos conceitos políticos. Mais especificamente, as narrativas históricas dos conflitos políticos descritos nos Livros II e III impactam de que maneira aquilo que foi exposto nos capítulos iniciais do Livro I dos *Discursos* e no capítulo IX de *O príncipe*? Retomando o que foi proposto por Rubinstein (2012, p. 179), se nos *Discursos* era a teoria política a serviço da história, aqui a dificuldade está em pensar até que ponto é a história que se põe a serviço da teoria, sendo que tanto nos *Discursos* quanto nas *Histórias* teoria e exposição histórica não se confundem.

Proponho um exercício hipotético para auxiliar a justificação de nossa abordagem aos textos maquiavelianos. Ao ler trechos ou partes dos Livros II e III das *Histórias*, tome-se como pressuposto o que foi exposto nos *Discursos* ou no *Príncipe*. Que hoje o leitor conheça as duas obras política maquiavelianas é fato e colocá-las como pressuposto teórico antes de ler as *Histórias florentinas* é uma ordem argumentativa razoável. Contudo, a questão está em saber se Maquiavel, quando estava escrevendo sua obra histórica, também tinha esse dado como pressuposto para o seu futuro leitor. Ao menos nos dois livros das *Histórias* que escolhemos para análise, ele não faz nenhuma remissão a essas obras anteriores, o que implica em não

poder afirmar ou negar que ao escrever o texto histórico, o Secretário Florentino pressupunha que seu leitor conhecesse as outras obras ou mesmo que estivesse familiarizado com os seus argumentos. Entretanto, ainda que o leitor iniciasse seu contato com os argumentos maquiavelianos pelas *Histórias*, isso não o impediria de apreender certas noções fundamentais de seu pensamento, como por exemplo, a noção de conflito. Assim, a título de exercício hipotético, tomando tão somente essa concepção central do pensamento político maquiaveliano, o que poderia ser possível depreender da leitura dos Livros II e III das *Histórias*? Imediatamente se comprova que Florença, nos séculos XIII e XIV, foi marcada por diversas lutas políticas entres os diversos grupos, ora facções de grandes contra os grandes, ora os grandes contra o povo, ora grupos de grandes associados a facções do povo lutando contra outros grupos de grandes aliados a outras facções do povo, ou seja, que a cidade foi marcada por conflitos políticos de toda ordem. Então, as disputas políticas internas foram uma constante, com poucos períodos de tranquilidade e que a resolução final das disputas gerou mortes, exílios e, principalmente, mudança no ordenamento político da cidade, ora suprimindo instituições, ora criando, ora alterando a composição, ora restringindo ou mesmo extinguindo o regime republicano florentino, ora restaurando a liberdade.

Então, se essa compreensão da leitura dos livros históricos é plausível, verifica-se, por meio de narrativas históricas, uma coerência com aquilo que é declarado em termos mais gerais, por exemplo, nos capítulos de 3 a 6 do Livro I dos *Discursos*, onde Maquiavel expõe essa mesma dinâmica política em termos mais genéricos ou teóricos, fazendo curtas referências à história de Roma. A título de corroboração, basta lembrar o emblemático capítulo 4 dos *Discursos*,

com a conhecida menção à oposição natural entre os grandes e o povo, que geraram tumultos (gritas e assuadas) por mais de trezentos anos, sem que isso significasse a destruição da república romana, antes foram a causa da liberdade política, a origem do *vivere libero*.

Enfim, lendo as *Histórias florentinas* isoladamente o leitor depreenderá que há tumultos que nascem da oposição natural entre os grandes e o povo (notem que Maquiavel usa os mesmos termos nas duas obras, apenas variando e alargando o alcance nas *Histórias*, quando especifica melhor as subdivisões nesses grupos políticos), que podem resultar em fortalecimento institucional ou, no caso específico de Florença, pode resultar, como ocorreu em alguns eventos, em enfraquecimento da república e a perda da liberdade política. Ainda assim, os elementos que estruturam essa noção de conflito no pensamento maquiaveliano estão presentes nos dois escritos.

Contudo, se o nosso exercício especulativo seguisse por outro caminho, em um sentido inverso, na qual o leitor conhece as posições teóricas maquiavelianas dos *Discursos* e do *Príncipe*, e inicia sua leitura pelas *Histórias florentinas*, o que poderia resultar? Vamos manter nosso exemplo teórico, os conflitos políticos.

Imediatamente se verifica que Maquiavel está descrevendo casos que comprovam a presença constante de disputas na vida política florentina e as consequências que delas resultam, ou seja, rerepresentando seu argumento no interior da exposição histórica. Entretanto, duas novidades são agregadas nas *Histórias* que não estavam tão claras ou evidentes, seja no *Príncipe* ou nos *Discursos*, a saber: que os conflitos políticos não são sempre benéficos para a república, que eles podem implicar no enfraquecimento do regime ou mesmo em sua dissolução; também no texto histórico fica detalhado quem são os grandes e o povo, algo que não tem uma acepção unívoca

como possa parecer em um primeiro momento. Adiante retomaremos essa expansão terminológica.

Acerca da noção de conflito político, as *Histórias florentinas*, como o próprio Maquiavel declara no proêmio, é o fio condutor da narrativa. Sob essa perspectiva, por vezes, parece até cansativo a quantidade de episódios conflituosos ocorridos na cidade em dois séculos (XIII e XIV), no entanto, sua exposição se justifica para corroborar o alcance das lutas políticas na dinâmica institucional da cidade. Todavia, nessa abundância de eventos, que não são meramente a repetição sob diversas formas da luta entre os grandes e o povo, Maquiavel vai adicionando, paulatinamente, elementos novos que não contradizem seus pressupostos teóricos, mas, na medida em que exemplificam melhor, alargam o alcance da teoria. Ou seja, ao narrar as diversas lutas políticas em dois séculos de história da cidade, ele desvela, aos poucos, a compreensão da oposição política, que passa ser mais precisa e ampla do que nos *Discursos*, por exemplo.

Convém considerar com um pouco mais de atenção esse movimento argumentativo de especificação conceitual e, para isso, voltemo-nos para a passagem clássica do capítulo 4 dos *Discursos*, quando Maquiavel diz sobre os conflitos:

Nem se pode, portanto, julgar estes tumultos nocivos, nem uma república dividida, que em tanto tempo, em razão de suas lutas, não mandou ao exílio mais que oito ou dez cidadãos, e não assassinou muitos, e nem, ainda, condenou muitos com multas em dinheiro. Nem se pode chamar de algum modo com razão uma república desordenada, onde haja tantos exemplos de *virtù*, porque os bons exemplos nascem da boa educação, a boa educação das boas leis, e as boas leis daqueles tumultos

que muitos consideram danosa; porque quem examinar bem o fim desses, não encontrará quem tenha partido em exílio ou violência em desfavor do bem comum, mas em leis e ordenações em benefício da liberdade pública. (Machiavelli, 2001, pp. 30)

Esse trecho notável sobre a noção de conflito e seu lugar central no pensamento político maquiaveliano poderia ensinar a ideia de que todos os conflitos são benéficos, que qualquer luta política entre grandes e povo gera boas leis e boas instituições. O próprio texto dos *Discursos* não afirma exatamente isso, uma vez que há que se ter em conta o fim, a intenção que mobiliza a luta política. Todavia, ainda que o leitor dos *Discursos* permaneça com a compreensão de que todo e qualquer conflito político é bom para a cidade, ao ler apenas os Livros II e III das *Histórias florentinas*, isso seria colocado em xeque. Ao longo do Livro II emergem conflitos que implicaram na perda da liberdade de Florença, no domínio da cidade por uma força estrangeira ou um por uma autoridade externa, como foi o caso do Duque de Atenas (nos capítulos 30-37), um verdadeiro tirano. Por outro lado, houve conflitos que implicaram na retomada da liberdade política da cidade, na criação de instituições mais permeadas à participação dos grupos populares e o renascimento da liberdade republicana, como foi por ocasião da expulsão do Duque de Atenas e a instauração de mais assentos aos grupos populares nos conselhos, entre 1348 a 1353.

Essas poucas passagens corroboram a importância da análise dos conflitos para a compreensão da vida da cidade, visto que eles podem engendrar leis e instituições em favor da liberdade, mas eles também podem ser nocivos, quando essas lutas são motivadas por interesses particulares, de facção, e não são causadas por um interesse político geral. Então, ao ler as *Histórias florentinas* afasta-se qualquer dúvida

acerca de uma hipotética “bondade intrínseca” dos conflitos, necessitando de uma análise caso a caso, seja do ponto de vista de quem são os atores em disputas, seja de suas intenções, seja pelos modos como travam as disputas políticas. Portanto, é do conjunto dessas considerações que se poderia fazer uma inferência adequada sobre os impactos dos conflitos na vida da cidade.

Então, o que a exposição das *Histórias florentinas* contribui para a compreensão da noção de conflito político? Elas expandem, seja pelos exemplos narrados, seja pelos comentários de Maquiavel no início de cada livro, possibilitando avaliar as disputas e retirar delas o seu real sentido político. Por esse viés, o texto histórico alarga e explica com mais detalhes aquilo que foi apresentado tanto nos *Discursos*, como no *Príncipe*, colaborando para dirimir algum equívoco que, porventura, tenha restado da leitura desses textos. Enfim, no que tange às consequências dos conflitos expostos nas *Histórias florentinas*, não há contradição teórica, mas acréscimo e detalhamento de uma noção que perpassou todos os textos anteriores, de modo a não restar qualquer dúvida sobre como Maquiavel entende a finalidade dos conflitos.

Outro aspecto que convém destacar na exposição histórica maquiaveliana diz respeito à especificação dos grupos políticos em disputa. Conforme apresentado nas *Histórias* fica evidente que as oposições não estão restritas a duas parcelas sociais da cidade, os grandes e o povo. A partir do que é sugerido no *Príncipe* (cap. IX), se nada frear a ambição dos grandes, eles passam até a disputar entre si o comando político, pois é de sua natureza dominar. Outro exemplo disso é quando no Livro II, cap. 4 das *Histórias*, Maquiavel apresenta dois grupos políticos dos grandes em confronto, na metade do século XIII (1248), por ocasião da luta entre os partidos *guelfo* e *gibelino*. Na

lista de nomes das famílias vinculadas a cada lado, descreve-se quem são os grandes, reiterando, ainda, que eles não perfazem um grupo político coeso, muito pelo contrário. Ao longo do Livro II, principalmente, narram-se vários episódios de lutas e combates entre essas famílias, que tentam a todo instante tomar o controle político da cidade, ora lutando entre si, ora contra o povo. Um dado curioso nessa listagem das famílias presentes ao longo do Livro II é que os Medici não aparecem nesse primeiro momento, o que sugere que essa família não foi sempre nobre ou pertencente ao grupo dos grandes. Mais adiante (Livro II, cap. 41), ao narrar a derrota dessas famílias após a expulsão do Duque de Atenas, Maquiavel posiciona os Medici ao lado das facções populares que vencem um grupo armado pelos grandes na Praça de San Giovanni. Nos dois fatos citados, a família Medici não figura entre as famílias grandes, mas sim ligada aos grupos populares, o que causa alguma estranheza, pois será ela, tempos depois, a família dominante em Florença e no Papado. O que de todo modo gera a questão em como enquadrar politicamente os Medici: eles pertencem aos grandes ou ao povo? Seria o critério de distinção entre esses grupos tão somente a riqueza? Adiante voltamos a esse ponto.

De modo geral, o Livro II das *Histórias* expõe várias lutas políticas que se caracterizam por serem confrontos entre famílias grandes ou entre grupos de famílias ricas contra grupos populares. Já no Livro III a exposição se volta para as diversas lutas entre grupos populares contra os grandes e das facções populares entre si, com destaque para a Revolta dos Ciompi⁷ em 1378.

⁷ Não custa lembrar que *ciompo* significa, neste contexto florentino do século XIV, aquele que trabalha para uma corporação de ofício, para uma Arte, ou seja, um trabalhador assalariado, mas sem função fixa e que algumas vezes se confunde com a noção de plebe no pensamento político maquiaveliano.

Em todos os fatos narrados, a disputa é exposta tendo dois polos protagonizando o confronto, a saber: famílias de grandes contra grandes (por exemplo, os guelfos contra os gibelinos, ou o partido branco contra o partido negro); famílias grandes contra facções populares; setores populares, como alguma corporação de ofício, contra outro grupo popular; facção popular contra a plebe. O dado comum é que a disputa é sempre apresentada, como já dito, orbitando entre dois polos (Gaille-Nikodimov, 2004).

Aqui importa fazer um destaque. Na exposição sobre os conflitos dos *Ciampi*, quando tratam da luta entre povo e plebe, nasce um problema na teoria dos conflitos políticos, pois não se trata mais de uma luta entre grandes e povo, mas entre dois setores, em geral, considerados como os defensores da liberdade. Como entender essa novidade no interior do pensamento maquiaveliano? Primeiramente, como já mencionado, nem todo conflito é benéfico e essa é a grande contribuição teórica das *Histórias florentinas* para a reflexão política maquiaveliana, haja vista o cap. 1 do Livro III, quando da comparação entre os conflitos de Roma e Florença. Conforme demonstrado à exaustão nas *Histórias*, há disputas que levam à corrupção do regime, sendo que nesses casos gera a perda da liberdade e a instalação de um regime tirânico. Por isso, ainda, a luta política não pode ser mensurada apenas considerando os atores em disputa, mas os fins por que lutam. Ora, não é porque o povo ou a plebe lidera a ação política que o resultado são leis e instituições em favor da liberdade. Relembre-se o cap. 37 do Livro I dos *Discursos* quando Maquiavel mostra o quão prejudicial foi a luta dos Gracos pela reforma agrária em Roma e como isso ensejou a corrupção da república. Ou mesmo o modo como ele narra a Revolta dos Ciampi, que, ao fim e ao cabo, não resultou em um governo da plebe duradouro.

Verifica-se, também, a insistência do filósofo em ressaltar a finalidade da ação política dos grupos envolvidos. Ora, apesar de sabermos que o traço fundamental da natureza política dos grandes, que é dominar, e do povo, que é não ser dominado, isso não significa que toda ação do povo, por exemplo, será uma resposta em termos de resistência ao ímpeto dominador dos grandes. Quando se apresenta dois grupos populares em disputa, e esse seria o exemplo mais chamativo, reconhecer a natureza popular não é o suficiente para compreender o que se está em disputa. Esse dado novo do argumento das *Histórias* agrega um elemento a mais, ainda que indicado nos *Discursos*, por exemplo, mas que agora se torna relevante, a saber: não é suficiente reconhecer a natureza do povo em agir politicamente contra a dominação dos grandes, importa também identificar a finalidade da ação, os interesses que movem os grupos políticos, se são interesses particulares da facção ou se são motivações de ordem geral ou pública. Apesar do termo finalidade receber em alguns sistemas filosóficos, notadamente no sistema metafísico aristotélico, uma acepção ligada à sua condição final (causa final) ou acabada do ente, aqui claramente se verifica que a noção de finalidade está designada no sentido de reconhecer os interesses que mobilizam a ação, que impulsionam os grupos políticos, em suma, o que se deseja alcançar com a ação política. Assim, apesar da natureza própria do povo, grupos populares podem estar mobilizados por interesses particulares, restritos e excludentes, o que gera, necessariamente, os efeitos deletérios para a república. Neste sentido ainda é notório a designação por Maquiavel desses grupos como facções, justamente, para diferenciá-los do povo, tomado de forma geral, para destacar sua condição de fração do povo que luta por interesses particulares em sobreposição aos interesses gerais da república.

Ao apresentar, pois, que a Revolta dos *Ciompi* foi uma luta política entre grupos populares e, depois, desses contra a plebe, Maquiavel revela uma nova faceta de sua teoria dos conflitos, visto que não se tem, tão somente, disputas entre povo e grandes. Agora, pode-se conceber uma disputa política sem os grandes como atores, fato esse que não altera a teoria dos conflitos, mas confere uma nova dimensão para essa noção central no pensamento maquiaveliano.

A novidade em relação ao exposto nos *Discursos* ou no *Príncipe* é que se identifica melhor quem são os grandes e o povo. Conforme as *Histórias*, os grandes não são um grupo coeso e único, mas que pode se dividir para disputar entre si o comando político, ou seja, não há um único grupo dos grandes contra o povo, mas esse setor político pode sim se unir para lutar, como pode se dividir em outros subgrupos para fazer o embate. No caso do povo, a subdivisão é muito mais evidente, pois essa parcela social, ora se associa aos mais ricos, ora se trata da união dos diversos membros das corporações de ofício que se juntam, seja sob esse nome, seja por meio da localização geográfica no tecido urbano, no caso os *quartiere* (que era também uma divisão do território da cidade pelas especialidades laborais). Há ainda o grupo político denominados *popolo minuto*, que não está vinculado a nenhuma dessas associações de ofício ou por localização geográfica, talvez podendo ser entendido como o grupo dos trabalhadores manuais sem especialização, como é o caso dos *Ciompi*. Por fim, há um outro grupo político também bastante mencionado que é a plebe ou plebe ínfima, que também não são estes trabalhadores manuais.

Assim, seguindo a exposição maquiaveliana, o povo, tomando prioritariamente como grupo político e não econômico, pode ser subdividido em, pelo menos três subgrupos: aqueles que detém riqueza, mas não são grandes, os membros das corporações de ofício e

popolo minuto. Em seguida ter-se-ia a plebe, como outro grupo político, que também pode ser dividida em dois subgrupos: plebe e plebe ínfima.

Sem querer adentrar no debate sobre esses grupos políticos, sua natureza, suas peculiaridades, o que foi e é ainda motivo para muitos estudos específicos, para aquilo que nos importa, fica evidente que tanto a categoria política *grandes*, quanto a categoria *povo* é muito mais abrangente e complexa do que se pode depreender da leitura dos *Discursos* e do *Príncipe*. Nestas obras Maquiavel não explora as diferentes subdivisões do povo, tratando-o como uma parcela política com atuação decisiva na dinâmica política, sendo um grupo quase monolítico. O mesmo sobre os grandes, apesar de em algumas passagens ser possível verificar as divisões que podem existir entre eles como, por exemplo, nas disputas entre as famílias romanas dos Colonna e Orsini pelo controle do papado (*O príncipe*, cap. XI). Entretanto, em geral os grandes se apresentam também como um grupo monolítico. Nos *Discursos*, como se trata de um comentário a um texto histórico que versa sobre a Roma antiga, Maquiavel se vale basicamente dos termos grandes ou nobres e plebe ou povo, sem entrar em maiores detalhes. Ora, tanto nos *Discursos* quanto no *Príncipe*, poder-se-ia inferir que a análise das disputas políticas se condensa tão somente nesses dois grupos, o que não seria estranho se pensarmos que algo semelhante ocorre na *Política* de Aristóteles quando, no Livro IV, ele restringe os grupos políticos que compõe o regime possível entre oligarcas e democratas. De qualquer modo, essa simplificação dos protagonistas não causa nenhum prejuízo ou limitação para o núcleo da teoria dos conflitos políticos.

Todavia, com a exposição mais detalhada e abrangente dos diversos grupos em disputa na Florença dos séculos XIII e XIV, o

entendimento dos termos grandes e povo se alarga, tornando o quadro de análise mais rico e complexo. Não se trata de negar que há disputas, ao contrário, mas de demonstrar com maior riqueza de dados quem são os seus causadores. O que revela, por fim, que os atores da luta política possuem nuances que a mera nomeação de grandes e povo não permitem abarcar.

Nesse sentido convém lembrar o modo como os membros da família Medici são descritos, ao menos, em três passagens específicas. Conforme já dito, o nome da família não figura, na exposição de Maquiavel, no rol dos membros dos partidos guelfos ou gibelinos, o que indica que eles, naquele momento pelo menos, não eram parte dos grandes. Uma hipótese proposta por alguns historiadores⁸ é que em meados do século XIII a família Medici não tinham tantas posses e, certamente, não tinha uma origem nobiliárquica. Um século depois, quando das lutas para destituir os grandes dos cargos dirigentes, os Medici são apresentados combatendo ao lado de grupos populares contra os grandes, o que sugere serem eles considerados como uma família ligada ao povo, senão até como membro do povo. No Livro III, por ocasião da Revolta dos Ciompi, quem fica ao lado do líder popular Michele Lando é Salvestro di Medici, o que mostra sua vinculação aos segmentos populares. A partir do Livro IV, quando Cósimo de Medici assume o governo da cidade, a narrativa histórica girará em torno da família Medici, sugerindo, pelo poder adquirido, que se tornara um dos grandes⁹.

⁸ Rubinstein, 1997 e 2012, cap. 9-12; Fubini, 2003, pp. 195-207.

⁹ Essa apresentação dos Medici do lado das lutas populares, apesar de sabermos que eles se tornaram poderosos politicamente e economicamente nos séculos XIV e XV, lança uma pequena dúvida acerca do seu enquadramento social. Não parece ser totalmente fora de propósito considerar que os Medici eram grandes que representavam os setores populares, algo assemelhado aos tribunos da plebe de Roma,

O que os três exemplos citados indicam é que a família Medici de início não poderia ser classificada, necessariamente, como grande e sim como uma família ligada aos setores populares. Nesse sentido, tal exemplo é ilustrativo das nuances que subjazem à definição grandes e povo, de tal modo que a partir desse quadro traçado não é de todo suficiente uma simplificação binária, necessitando de uma análise mais apurada, novamente, nos atores em confronto, das finalidades, dos modos. Isso não quer dizer que está invalidada a polarização política apresentada nos *Discursos* e no *Príncipe*, mas que essa deve ser mais apurada, considerada com mais atenção nos seus detalhes.

Assim, as exposições das *Histórias florentinas*, longe de invalidar ou negar aquilo que foi apresentado nos textos anteriores, enriquecem e ampliam o alcance da análise política maquiaveliana, tornando-a mais completa e complexa.

A título de comprovação da nossa hipótese de articulação teórica e conceitual entre as obras, convém observar, ainda que brevemente, sem ser exaustivo e minucioso, a utilização e ocorrência de alguns termos chaves para a teoria maquiaveliana dos conflitos. Como já o sabemos, essa teoria se funda no natural antagonismo entre os grandes ou nobres e o povo ou a plebe. Uma dificuldade recorrente está em como caracterizar esses grupos: grande e nobres são a mesma categoria política? O mesmo para povo e plebe? Quem compõe o povo? Se contar na dificuldade maior em como entender a noção de

que não eram, necessariamente, pertencentes à plebe, mas que deveriam defender os interesses da plebe. Ademais, o capítulo final do *Príncipe* sugere que os Medici assumam a condição desse *privato ciptadino* que se torna príncipe, tome a bandeira da cidade em suas mãos e lidere os italianos, em uma clara referência a alguém que defenda os interesses da *universalità*, ou seja, do povo também. Por essa perspectiva, os Medici seriam grandes que se identificam, por vezes, às lutas populares. Enfim, é inegável uma certa ambiguidade na descrição dos Medici nas *Histórias*.

universal (*universale*): seria esse o conjunto de todos os atores políticos ou o *universal* exclui os grandes? Uma rápida consulta restrita ao emprego dos termos nas três grandes obras políticas pode ilustrar melhor o quanto Maquiavel conservou a terminologia e acepção relativa aos grupos sociais. Para tanto, fizemos uma pequena busca acerca da ocorrência dos termos: *popolo grasso*, *popolo minuto*, *plebe infima*, *ricchi*, tendo em vista que tais termos poderiam ou não demonstrar uma inflexão teórica ou mudança conceitual no pensamento político maquiaveliano.

Uma primeira constatação é que Maquiavel, quando quer se referir ao grupo político dos grandes ou nobres, utiliza em maior número o termo *grande* que o termo *nobres*¹⁰, sendo que o termo *ricchi* não ocorre no *Príncipe*. Esses empregos da terminologia revelam que Maquiavel pensa um polo dos conflitos políticos ocupado pelos *grandes*, que em alguns casos podem ser denominados de *nobres*, e que em ambas designações não possuem qualquer qualificativo que os caracterize. No caso específico do termo *nobres*, por vezes, Maquiavel utilizará como o lado oposto aos *ignóbeis*, os *não nobres*, numa acepção política e social, diferente da acepção corrente do termo em nossos dias, associada à noção de ignorância, desconhecimento. Essas ocorrências dos termos contraditórios *nobres* e *ignóbeis* estão presentes apenas nos *Discursos*.

Já para as ocorrências relativas ao povo e à plebe, nota-se alguns qualificativos mais sutis. É evidente que Maquiavel se vale mais do termo *povo* que *plebe* nas três obras¹¹, o que revela sua opção por

¹⁰ Para o termo *grandes* são respectivamente: 166 ocorrências nas *Histórias*, 95 nos *Discursos* e 43 no *Príncipe*. Para o termo *nobres* são: 99 ocorrências nas *Histórias*, 98 nos *Discursos* e 3 no *Príncipe*.

¹¹ Para o termo *popolo/i* são respectivamente: 330 ocorrências nas *Histórias*, 396 nos

qualificar os antagonistas dos grandes como povo. E aqui um dado chamativo: o termo *plebe* quase não ocorre no *Príncipe*, e tem sua maior incidência nos *Discursos* que nas *Histórias*, e nessas ele se faz com maior frequência nos Livros II e III, durante os conflitos políticos dos séculos XIII e XIV. Então, em uma primeira abordagem, a noção de plebe é utilizada basicamente no contexto romano, conforme se vê pela maior incidência nos *Discursos*. Quando ocorre nas *Histórias*, o termo *plebe* é mobilizado para caracterizar basicamente um grupo político mais específico nas disputas citadinas, como uma distinção de povo, sendo que em três momentos específicos ele utiliza o qualificativo *plebe ínfima*¹² no texto histórico. Portanto, *plebe* em sentido genérico é apenas utilizado nos *Discursos*. Já nas *Histórias*, *plebe* se apresenta como uma categoria para distinguir esse grupo político-social do *popolo*, bem como ocorre uma segunda distinção entre *plebe* e *plebe ínfima*.

Voltando aos usos do termo *popolo*, uma primeira constatação é que não há nenhuma ocorrência do termo *popolo grasso* para se referir aos ricos ligados aos grupos populares. O que temos é a utilização do termo *principi degli Arti*, para designar os líderes dos grupos populares, em geral, membros de uma família reconhecida vinculada a alguma corporação de ofício. Neste caso nasce uma boa dificuldade, pois fica a dúvida se esses *principi* ligados às Artes podem ser identificados como pertencente aos grandes ou como um membro do povo? Reconhecendo que essa questão merece um tratamento mais

Discursos e 83 no *Príncipe*, ainda que neste caso Maquiavel se valha do termo *populo/i* em 81 vezes. Para o termo *plebe* são: 61 ocorrências nas *Histórias*, 133 nos *Discursos* e 3 no *Príncipe*.

¹² As ocorrências de *plebe ínfima* nas *Histórias* são: Livro II, cap. 37 (duas ocorrências) e Livro III, cap. 12 (uma ocorrência).

aprofundado, algumas passagens das *Histórias*, notadamente nos Livros II e III, sugerem que essas famílias seriam compreendidas por Maquiavel como inseridas no espectro da noção de *povo*, apesar da sua condição econômica e política de destaque, como é o caso controverso da família Medici citado acima. Insistindo: apesar de em algumas passagens ser notório que são os membros de famílias com posses e de destaque que lutam ao lado do povo, fazer uma classificação sem mais que elas pertencem ao grupo dos grandes – já que são ricas – é um tanto quanto superficial, bem como inseri-las entre o povo, por estar lutando ao lado desses, não parece ser razão suficiente. Com efeito, um estudo mais aprofundado desses casos se impõe, mas é algo que ultrapassa os limites deste ensaio.

Retomando o ponto, há poucas ocorrências do termo *ricos* (*popolani ricchi, cittadini ricchi*) como outra forma de designação desse grupo político ligados ao povo¹³. Ao todo são quatro ocorrências nas três obras, o que impede também de afirmar, por esses poucos exemplos, que exista um estrato superior ou rico de povo no argumento maquiaveliano.

Retomando a análise do termo *popolo*, nas *Histórias florentinas* ocorrem por treze¹⁴ vezes o termo *popolo minuto*, como uma subdivisão ou classificação no interior de povo, quase todas as ocorrências nos Livros II e III, terminologia essa que não aparece nos *Discursos* nem no *Príncipe*. Nos trechos em que ocorrem, fica evidente o esforço de Maquiavel para caracterizar melhor o grupo político em

¹³ As ocorrências são: *popolani ricchi*, uma nas *Histórias* (l. 2, cap. 13); *cittadini ricchi*: uma nas *Histórias* (l. 2, cap. 12), uma nos *Discursos* (l. 1, cap. 10), uma no *Príncipe* (cap. 18).

¹⁴ Livro II: cap. 36 (linha 7), cap. 40 (linha 1); Livro III: cap. 12 (linhas 3, 7e 8), cap. 15 (linha 5), cap. 18 (linhas 2, 3 e 4), linha 21 (linha 3 por duas vezes e linha 4), cap. 25 (linha 9).

luta, seja se aliando a alguma família dos grandes, seja se opondo a plebe. Ainda, tais empregos de *popolo minuto* mostram, a partir das vinculações e das oposições que travam, que se trata de uma parcela organizada e destacada. No geral, as lutas que o *popolo minuto* realiza buscavam, e algumas vezes conseguiram, alterações nas estruturas institucionais da república, ampliando o campo de participação popular no regime, como por ocasião da deposição do Duque de Atenas.

Essas breves considerações sobre a terminologia dos grupos políticos nas três grandes obras mostram que Maquiavel amplia nas *Histórias* as designações dadas nos *Discursos* e no *Príncipe*, de tal modo a conferir maior precisão a esses segmentos em disputa. Por outro lado, também fica evidente, que apesar dessas novidades terminológicas que ocorrem nas *Histórias*, em especial a designação *populo minuto* e *plebe infima*, elas não alteram sua teoria dos conflitos, pois não se trata de outros grupos em disputa, mas de uma apresentação mais detalhada dos atores em ação. Ora, ao designar que o *popolo minuto* se aliou a alguma arte ou família contra outra facção dos grandes, o raciocínio está sendo operado ainda dentro do esquema geral da luta de um povo que não quer ser dominado contra os grandes, sendo que esses continuam querendo dominar. Ao fim e ao cabo, o leitor das *Histórias florentinas*, tenha ou não lido as duas obras políticas maquiavelianas anteriores, reconhecerá o argumento central da teoria dos conflitos políticos, mas, agora, com maior riqueza de detalhes.

Retornando ao nosso ponto de partida, como pensar as *Histórias florentinas* no interior do corpus político maquiaveliano? Seria uma obra que complementa, amplia ou faz uma inflexão teórica no argumento do filósofo?

Penso que ficou evidente que não há uma contradição conceitual entre o texto histórico e as outras duas obras. Não se encontram elementos que permitam constatar que o exposto nas *Histórias* contradiz ou negue algum aspecto da reflexão dos *Discursos* ou do *Príncipe*.

Por outro lado, indo ao extremo oposto, não se trata também de atribuir ao texto histórico maquiaveliano uma reapresentação com outros fatos históricos do que havia sido dito antes. Seja pelos exemplos coligidos para compor as histórias, seja pelas terminologias mobilizadas, como visto, há um aumento e enriquecimento da reflexão. A estrutura argumentativa nas *Histórias*, como no caso dos conflitos políticos e dos atores em disputa, é a mesma encontrada nos *Discursos* e no *Príncipe*, de tal modo que o cerne da sua teoria permanece. A novidade está, ao menos, em detalhar melhor a dinâmica dos conflitos e como os grupos políticos podem interferir na disputa, o que implica em uma ampliação da compreensão dos conceitos a partir da mobilização de mais informações. Esse é, enfim, um aspecto evidente que perpassa as *Histórias florentinas*: ampliar e enriquecer com informações históricas e terminológicas aquilo que já havia sido feito nos textos anteriores.

Ainda sobre isso convém notar que Maquiavel poderia ter organizado sua obra histórica de forma diferente, fazendo algo próximo de uma história oficial da cidade, como fez Bruni e Salutati, mas optou deliberadamente em reunir fatos e relatos para justificar a sua tese central conforme declara no próêmio do Livro I: relatar os conflitos internos de Florença e as consequências em termos de ordenamentos e leis que resultaram deles. As histórias coligidas estavam a serviço dessa tese fundamental e, conforme visto, elas realizaram o intento pretendido pelo autor, pois comprovaram, agora

com abundância de exemplos históricos, a teoria política maquiaveliana. Em face disto, devemos concordar com Gilbert (1969) que as *Histórias florentinas* não possuem um nexo causal entre os fatos históricos, um entrelaçamento na qual um fato implique o outro, realizando um percurso histórico ou, como diríamos hoje, um processo histórico. Com efeito, o texto histórico maquiaveliano não deve ser lido pela ótica da apresentação um processo histórico em curso que tenderia a uma finalidade. O que ocorre é uma exposição de fatos, muitas vezes sem qualquer ligação factual, mas que tem, como denominador comum, exemplificar e corroborar o que foi proposto no proêmio e nos capítulos iniciais de cada livro. Donde ser mais um compilado de *histórias* e não uma *história* tal qual tomamos pelo termo hoje e pelo que nomeou o próprio autor.

Ainda que perfaça, em um primeiro olhar, a reunião de fatos, por outro lado, verifica-se nas *Histórias florentinas* um fio condutor teórico a percorrer a exposição, como já reiterado – as lutas políticas internas é um dos denominadores comuns –, noção essa que também perpassa os escritos políticos maquiavelianos, conferindo coerência e unidade argumentativa à reflexão.

Também é inegável que há uma mobilização de termos novos e, por meio de algumas exposições históricas, uma descrição mais complexa dos grupos políticos em disputa, o que se revelou em perfeita consonância teórica e terminológica com os escritos anteriores. Notem que Maquiavel mantém nas *Histórias* os vocábulos principais dos textos anteriores, apenas apresentando novas qualificações para dois casos específicos, que na verdade alargaram a compreensão do espectro político dos grupos em disputa na cidade. Importa insistir, se tomarmos o volume de termos presentes nas obras, o fato de Maquiavel ser um notável literato e profundo conhecedor,

seja da língua italiana, seja da língua latina, e ainda assim ele mobilizar um léxico muito restrito de termos para designar os segmentos políticos, isso revela o quanto estava comprometido com o ponto central da sua teoria. Agregue-se que estamos tratando, como já dito, de três obras com estilos distintos, que demandam, por seu turno, uma adequação formal e estilística que poderia implicar em alterações substantivas, tendo em vista, principalmente, o modo como o autor pretendia atingir seu público. Se podemos conceder que em um texto de aconselhamento, que na verdade é um tratado político, como é o *Príncipe*, o autor se vê premido a operar dentro de limites teóricos mais precisos, e em um comentário a um texto histórico, como são os *Discursos*, os limites da reflexão estariam definidos pela obra em análise, no texto histórico também se apresentariam limitações de diversas ordens para alguém que pretendesse inovar teoricamente. Ainda assim, apesar dessas restrições formais e estilísticas, Maquiavel consegue expandir e aprofundar, por outro viés, suas reflexões, ampliando o quadro conceitual do seu pensamento filosófico.

Antes de concluir, duas rápidas notas sobre o estilo e a sagacidade maquiaveliana de exposição. Como destaca Sasso (1993), se considerarmos apenas o *proêmio* das *Histórias* e o capítulo I do Livro III, evidencia-se uma ambiguidade na apresentação de alguns temas e personagens, sugerindo que tal procedimento estilístico revela uma insegurança das suas posições teóricas em confronto com o fato histórico narrado. Contudo, ao invés das manifestações de insegurança, parece que há uma estratégia expositiva deliberada pelo autor em lançar mão dessa ambiguidade expositiva. De fato, a imprecisão ou dubiedade gera algumas ou inúmeras possibilidades interpretativas. Ora, sabendo o quanto Maquiavel não queria, por um lado, contrariar os contratantes do texto, a família Medici, e por outro,

justamente, não expor grande vinculação a ela, assumindo uma posição “filo-medicea”, optar por uma redação ambígua pareceu ser, e de fato foi, uma estratégia expositiva eficiente e não uma manifestação de incerteza teórica. As *Histórias florentinas*, notadamente a segunda metade da obra, tem nos governos da família Medici seu núcleo expositivo, donde a importância dela, quase como um retrato de seus governos, que poderia ser definido como uma posição “filo-medicea”. Entretanto, seja por encerrar a exposição sem tratar do último governo Medici, de Lorenzo O Magnífico (1492-1494), seja por apresentar fortes críticas aos governos Medici, dando voz aos seus adversários, Maquiavel contrabalança o que seria uma posição favorável à família.

A hipótese da ambiguidade expositiva se articula, ainda, com a escolha da língua italiana, e não o latim, como língua para a redação, visto que o latim, língua formal e não mais falada no século XVI, permitira pouca margem de manobra discursiva, algo que a língua toscana falada e mais informal possibilitaria explorar a polissemia dos vocábulos em uso. Enfim, parece claro que Maquiavel escolheu uma estratégia expositiva, seja em termos da língua na qual redigir a obra, seja nos usos dos vocábulos e no modo da exposição, que lhe permitisse maior liberdade e, proporcionalmente, menor rigidez argumentativa, donde a ambiguidade ser mais uma manifestação de sofisticação discursiva do que de insegurança teórica.

Tendo em vista a coerência argumentativa presente nas obras políticas maquiavelianas, diga-se, por fim, o quanto as *Histórias florentinas* se fazem necessárias, justamente, pelo exposto, por ampliar e detalhar elementos conceituais e terminológicos. Ora, furtar-se à leitura e à análise do texto histórico maquiaveliano implica ignorar uma série de aspectos do seu pensamento político, o que, se

não prejudica, empobrece o entendimento de sua reflexão. Esses poucos aspectos elencados, como diversos outros, demonstram o quanto fundamental é tomar com a devida atenção e cuidado o exposto no texto histórico para compreender o pensamento político maquiaveliano em sua inteireza.

Portanto, ao considerar o *corpus* político maquiaveliano, ao menos nas suas principais obras, verifica-se uma coerência teórica, um rigor conceitual e uma precisão terminológica que as percorrem, de tal modo que se ressalta um fio condutor teórico em todas. Reflexão essa que se amplia e se aprofunda a cada novo escrito, culminando, com essa última grande obra, que são as *Histórias florentinas*, em um pensamento político amplo, complexo e organicamente rigoroso, de tal modo que aquele que pretende enveredar por esse universo teórico não pode se furtar a passar pelo texto histórico, que encerra a carreira de Maquiavel, sob o risco de perder elementos centrais de sua reflexão política.

Referências bibliográficas

- Adverse, H. (2007) Maquiavel, a república e o desejo de liberdade. *Trans/Form/Ação*, nº 30 (2), p. 33-52.
- Cabrini, A. M. (1985) *Per una valutazione delle 'Storie fiorentine' del Machiavelli. Notte sulle fonti del Secondo Libro*. Firenze: La Nuova Italia.
- Cardoso, S. (2015) Em direção ao núcleo da “obra Maquiavel”: sobre a divisão civil e suas interpretações. *Discurso*, nº 45 (2), p. 207-247.
- Cardoso, S. (2018) Maquiavel: Lições das “Histórias florentinas”. *Discurso*, nº 48 (1), pp. 121-154.

- Dionisotti, C. (1980) *Machiavellerie*. Torino: Einaudi.
- Fubini, R. (2003) Machiavelli, i Medici e la storia di Firenze nel Quattrocento. In: *Storiografia dell'Umanesimo in Italia da Leonardo Bruni ad Annio da Viterbo*. Roma: Edizioni di Storia e Letteratura, pp. 195-207.
- Gilbert, F. (1977) *Machiavelli e il suo tempo*. Bologna: Il Mulino.
- _____, *Machiavelli e Guicciardini*. Pensiero politico e storiografia a Firenze nel Cinquecento. Torino: Einaudi, 2012.
- Guidi, A. (2009) *Un Segretario militante*. Politica, diplomazia e armi nel Cancelliere Machiavelli. Bologna: Il Mulino.
- Gaille-Nikodimov, M. (2004) *Conflit civil et liberté*. La politique machiavélienne entre histoire et médecine. Paris: Honoré Champion.
- Levi, E. (1967) Due nuovi frammenti degli abbozzi autografi delle “Istorie fiorentine” del Machiavelli. *Rivista La Bibliofilia*, LXIX, pp. 309-323.
- Machiavelli, N. (1984) *Discorsi sopra la prima deca di Tito Livio*. Introduzione di Gennaro Sasso, premessa al testo e note di Giorgio Inglese. Milano: Rizzoli.
- Machiavelli, N. (1994) *De principatibus*. Testo critico a cura di G. Inglese. Roma: Istituto Storico Italiano per il Medio Evo.
- Machiavelli, N. (2001) *Discorsi sopra la prima deca di Tito Livio*. Edizione Nazionale Delle Opere – I/2, a cura de Francesco Bausi. Roma: Salerno Editrice.
- Machiavelli, N. (2010) *Istorie fiorentine*. In: *Opere Storiche*. A cura di Alessandro Monteverocchi e Carlo Varotti. Edizione Nazionale delle opere. Roma: Salerno Editrice.
- Maquiavel, N. (2020). *O príncipe*. [Bilingue] Trad. José Antônio Martins. São Paulo: Hedra.

- Pocock, J. G. A. (1980) *Il momento machiavelliano*. Bologna: Società ed. Il Mulino.
- Rubinstein, N. (2012) Machiavelli Storico. In: *Studies in Italian History in the Middle Ages and the Renaissance*, Volume 3: Humanists, Machiavelli, Guicciardini. Rome: Edizioni di Storia e Letteratura, (cap. 9-12).
- _____, (1997) *The Government of Florence under the Medici (1434-1494)*. Oxford: Clarendon Press.
- Sasso. G. (1993) *Niccolo Machiavelli, storia del suo pensiero politico*. Vol. II - La storiografia. Bologna: Il Mulino.

Da guerra nas *Histórias florentinas* de Maquiavel: o caso de Francesco Sforza

Newton Bignotto¹

As Histórias florentinas vieram à luz quase ao mesmo tempo que a *Arte da guerra*, cujo texto foi publicado e circulou nos mais importantes meios literários e políticos de Florença e da Itália. Como era natural na época, a guerra é um tema fundamental dos dois livros e concentra um grande número de análises e reflexões. Tanto do ponto de vista metodológico quanto teórico, raciocinar sobre os feitos guerreiros e suas consequências para a política era um caminho conhecido e garantia a plena atenção dos leitores. Só muitos séculos depois, a historiografia iria abandonar esse cânone e abordar temas e lugares muitos diferentes dos que estruturaram a escrita da história

¹ Departamento de Filosofia da UFMG. Este texto faz parte da pesquisa financiada por meio de uma Bolsa de Produtividade 1-A do CNPq. As traduções de *O príncipe* são de autoria de Diogo Pires Aurélio. As restantes são de nossa responsabilidade.

por muitos séculos. Nesse sentido, não há razão para se espantar com as escolhas de Maquiavel. Sua originalidade se encontra em outros recantos de sua escrita revolucionária.

O objeto desse texto é a relação entre escritos, que são próximos em seu nascimento: *O príncipe*, *Os Discursos*, *A arte da guerra* e as *Histórias florentinas*. A obra maquiaveliana, deixando de lado os escritos do período em que serviu ao governo de Florença entre 1498 e 1512, se concentra num período bastante restrito de sua vida. Nosso ponto de partida é a ideia de que as diferenças existentes entre os diversos livros de Maquiavel devem ser analisadas no interior de um pensamento que se construiu num desenrolar contínuo a partir da redação de *O príncipe*. As diferenças existem e podem ser estudadas, mas não há lugar para falar de rupturas, que nos levariam a afirmar a existência de um primeiro e de um segundo Maquiavel nos anos que separam a queda da República florentina e a morte do autor em 1527. Com isso, não queremos dizer que a filosofia política maquiaveliana seja homogênea e tenha se limitado a repetir conteúdos ao longo dos anos. Ao contrário, o pensamento de Maquiavel se fez num contínuo movimento de alargamento de suas fronteiras teóricas que lhe conferiu complexidade e abrangência. Temas e personagens históricos se repetem em vários escritos, mas o olhar para cada um deles guarda a marca da intenção original de cada um dos textos.

A pergunta que gostaríamos de responder nesse texto é se é possível encontrar nas *Histórias* um reflexo direto da escrita de *O príncipe*, dos *Discursos* e da *Arte da guerra*. Uma resposta plena a essa indagação implicaria o exame detalhado das obras, o que escapa ao nosso escopo. Mais modestamente, vamos basear nossas análises num procedimento metodológico que está fundado no fato de que, se ficarmos apenas com os quatro livros centrais de nosso autor, vamos

encontrar vários fatos históricos e personalidades que estão presentes em alguns deles, ou mesmo em todos eles. O que Maquiavel faz é multiplicar o olhar sobre os mesmos objetos teóricos abordando-os a cada vez de um ângulo diferente, com uma preocupação diversa e com uma intensidade compatível com o tema do escrito. Nossa aposta é que se tomarmos, por exemplo, uma figura histórica como referência, o estudo comparativo de suas aparições nas diversas obras pode nos ajudar a esclarecer algumas questões relativas aos objetivos específicos de cada escrito.

Para nosso propósito, vamos analisar a trajetória de Francesco Sforza. Trata-se de um personagem presente nas quatro obras e que, a cada vez, desempenha um papel teórico diferente. Para realizarmos um estudo completo sobre ele seria necessário estudar as quatro obras em profundidade, o que não é possível no espaço de um texto. Francesco Sforza é um instrumento para nossa investigação e não seu objeto principal. O *condottiere* aparece nos escritos maquiavelianos como uma figura central da política italiana, sempre em ligação com a condução de empreitadas mercenárias, enganos e conquista de novos principados. Por meio dele, podemos, ainda que de forma inicial, inquirir sobre o possível efeito que as reflexões sobre a arte da guerra tiveram na maneira como nosso autor pensa o fenômeno bélico em sua última grande obra. Para realizar nossos objetivos, vamos privilegiar o exame dos livros da década de 20 do século XVI, mas faremos uma breve passagem pelo *Príncipe* e pelos *Discursos*.²

*

Antes de estudarmos como Francesco Sforza aparece nas *Histórias florentinas*, vale a pena dar uma olhada em *O príncipe* onde

² Para um estudo da figura dos *condottieri*, ver Mallet, 2009, pp. 76-106.

seu papel é inicialmente diferente do que vamos encontrar nas obras posteriores. No primeiro capítulo do livro, seu nome aparece vinculado à tópica dos principados novos, que terá grande importância no desenrolar dos argumentos maquiavelianos (Machiavelli, 1997a, pp. 115-192; Maquiavel, 2017, pp. 90-1)³. Como diz Maquiavel, no sétimo capítulo, tornar-se príncipe novo nem sempre é uma tarefa complicada, mas manter-se no poder é obra de atores políticos superiores (1997a, p.133; Maquiavel, 2017, p. 127). Essa observação já foi objeto de muita discussão por parte dos estudiosos de sua obra. Para nós, interessa o fato de que ela fixa o parâmetro para se pensar a inovação na política em torno do eixo da conquista-manutenção do poder. Maquiavel afirma que os príncipes novos podem surgir seja por obra da *fortuna*, seja por obra da *virtù* (1997a, p. 131; Maquiavel, 2017, p. 127). É nesse quadro teórico que o *condottiere* reaparece no texto maquiaveliano. Diz Maquiavel:

Eu quero aduzir, sobre um e outro dos ditos modos de se tornar príncipe, por virtude ou por fortuna, dois exemplos que estão ainda na nossa memória: são eles Francesco Sforza e César Bórgia. Francesco, pelos devidos meios e com grande virtude, de privado tornou-se duque de Milão, e aquilo que com mil afãs havia adquirido com pouca fadiga mantém. (Machiavelli, 1997a, p. 134; Maquiavel, 2017, p. 127)

Nos capítulos iniciais de *O príncipe*, o governante de Milão é citado como um caso de *virtù*. Capaz de se servir dos meios militares

³ O tema dos principados novos já foi objeto de muitos estudos dentre o quais e destaca Pocock, 2021, pp. 189-210. Peter Stacey, 2011, pp. 263-65, fez uma análise instigante do mesmo fenômeno.

privados de que dispunha para atingir seus objetivos, ele soube executar um movimento difícil que é o de romper as barreiras que separam o mundo político do mundo privado, para se integrar plenamente no primeiro. Maquiavel não está preocupado com a natureza moral da ação do *condottiere* nem com suas consequências para os habitantes da cidade nessa altura do texto. O que lhe interessa é mostrar que a conquista do poder se associa a uma capacidade de agir na arena pública, que não necessariamente incorre na ira dos povos, pois, como diz em outro momento do livro, conquistar é algo natural e não pode ser criticado, salvo quando o ator político fracassa em sua tentativa (Machiavelli, 1997a, p. 125; Maquiavel, 2017, p. 107). Sforza foi capaz de conquistar e manter o poder o que faz dele um personagem interessante para Maquiavel em sua busca de um saber sobre a política e seus desvãos.

O que chama a atenção é que depois de fazer o elogio das ações de Francesco Sforza, ele o abandona para se dedicar ao exame das ações de César Borgia. É possível imaginar que isso tenha sido determinado pelo fato de que Maquiavel tenha conhecido pessoalmente o duque Valentino. Seu exemplo, o de um governante que alcança o poder pelas mãos da *fortuna*, talvez seja mais importante do que o do Duque de Milão para explorar os passos de uma conquista do poder e dos vários fatores que nela influenciam. Para nós, interessa o fato de que Francesco Sforza é considerado, na primeira parte de *O príncipe*, um personagem positivo, capaz de conservar um poder que não lhe era destinado e ao qual acedeu por meios próprios.

Na sequência do livro, o Duque de Milão aparece com outras roupagens. No décimo segundo capítulo, Maquiavel faz duras críticas às tropas mercenárias. Referindo-se aos fundamentos da vida política,

ele afirma que são de duas ordens: as leis e as armas (Machiavelli, 1997a, p. 150; Maquiavel, 2017, p. 165). Sem hesitação, ele dirige sua atenção às armas, o que representa uma guinada em relação ao caminho argumentativo que seguira até então. Ao longo do capítulo, Maquiavel parece dizer que o uso da força é o fator preponderante da vida política, pois sem ele as leis nada valem. Muitos leitores fizeram dessa afirmação a pedra de toque de uma leitura que abdica de compreender o papel da força em sua relação com a política para imaginar que o Secretário florentino teria reduzido seu pensamento a um único aspecto, ou a uma determinação final: a do papel das forças armadas na vida dos corpos políticos. Nada mais distante de sua filosofia do que essa interpretação simplificadora. O que ele faz, no referido capítulo, é mostrar a conexão que existe entre guerra e política e os fios de continuidade e ruptura entre as duas atividades.

Essa tese fica mais clara, quando, logo depois de ter chamado a atenção para a importância das armas, critica uma de suas configurações históricas: os exércitos mercenários. Diz ele: “As (forças) mercenárias e auxiliares são inúteis e perigosas. Se alguém tem o seu estado fundado sobre armas mercenárias, nunca estará firme nem seguro porque elas são desunidas, ambiciosas, sem disciplina, infiéis, galhardas entre os amigos e vis entre os inimigos [...]” (1997a, p. 150; Maquiavel, 2017, p. 165). A relação das leis com as armas se mostra muito mais complexa do que pensam os que reduzem o pensamento de nosso autor a uma de suas faces. Para ele, as leis precisam se apoiar na força para regular a vida em comum. Essa afirmação não tem nada de extraordinária. Marsilio de Padova, já havia mostrado, em sua obra de 1324 – *Defensor pacis* –, que uma lei sem o aparato coercitivo, que a faz ser obedecida, não é nada. Por isso, dizer que as leis precisam

da força é apenas uma maneira de afirmar a natureza organizativa do aparato legal na vida das cidades.

A sequência do capítulo nos ajuda a compreender a importância das duas instâncias da vida pública, quando mostra que a força não designa um fator unitário que pudesse proporcionar uma compreensão abrangente da vida em comum. Essa era uma ilusão da geração dos jovens amigos de Maquiavel que se reuniam nos *Orti Oricellari*, e que acreditavam ter encontrado a chave para compreender a realidade mutante da vida política. O Secretário florentino, ao contrário, nunca acreditou que existisse uma chave de compreensão total do real da política. Por isso, no tocante às armas, ele mostra que a diferença entre suas diversas configurações – mercenárias ou cidadãos – influencia diretamente o papel que desempenham na história dos povos. Por meio da análise do caráter das forças militares, Maquiavel parte para a análise da organização militar republicana, tal como existiu em Roma, e a maneira como os italianos de seu tempo faziam a guerra, que só servia para colocá-los em perigo. Não podemos esquecer que, quando escreve, Maquiavel já tinha presenciado a tragédia da invasão da Itália por forças estrangeiras e o papel deletério que os mercenários haviam tido na história recente das cidades italianas, quando confrontadas com as novas forças militares europeias.

Nesse contexto teórico, aparece uma nova visão da prática militar de Francesco Sforza. Diz Maquiavel: “os milaneses, morto o duque Filipe, contrataram Francesco Sforza contra os venezianos, o qual, superados os inimigos em Caravaggio, se conluiou com eles para oprimir os milaneses, seus patrões” (Machiavelli, 1997a, p. 151; Maquiavel, 2017, p. 167). Ser capaz de comandar um exército mercenário é um algo importante, mas, pensando a vida política do

ponto de vista das repúblicas, pode ser um mal e um perigo para os habitantes das cidades. Assim como a política não pode ser pensada sem as armas, a arte da guerra interessa por influir diretamente na vida política das cidades. Um mercenário pode ser capaz de realizar feitos políticos – passar de cidadão privado a príncipe – apoiado em sua capacidade de comandar tropas, mas sua *virtù* será sempre limitada ao quadro da conquista e manutenção do poder no espaço das formas limitadas de mando, típica dos principados autoritários e das tiranias. Como mostrou em *A arte da guerra*, os exércitos mercenários nunca foram capazes de realizar os feitos dos exércitos formados à imagem dos valores republicanos. Eles são uma parte da vida política, mas não a contém em todas suas determinações e, poderíamos dizer, não são capazes de conduzir as cidades à glória das antigas repúblicas.

Nesse teatro amplificado da cena política, a guerra surge, portanto, como um denominador essencial, que permite compreender o estado real das forças políticas. Mais à frente, Maquiavel fará uma afirmação ainda mais forte. No começo do capítulo XIV, ele diz:

Deve, pois, um príncipe não ter outro objetivo, nem outro pensamento, nem tomar coisa alguma por sua arte, fora a guerra e suas ordens e disciplina. Porque essa é a única arte que se espera de quem comanda. E é de tamanha virtude que não só mantém aqueles que nasceram príncipes, como faz muitas vezes os homens de fortuna privada treparem a essa graduação. (Machiavelli, 1997a, p.157; Maquiavel, 2017, p. 179)

Vê-se, assim, que a ideia de introduzir os debates sobre a arte da guerra faz parte do movimento de compreensão da política em nova

chave operado por nosso autor. Também em *A arte da guerra*, ele começa a expor a tese crítica dos mercenários e de seu papel negativo na vida das cidades italianas, mas o propósito explícito do livro é o de mostrar o funcionamento interno dos exércitos e como se relacionam com a organização social dos corpos políticos. Em *O príncipe*, o vínculo entre política e guerra preside a análise, o que determina o olhar que nosso autor dirige à figura do *condottiere*. Mas a oposição entre mercenários e comandantes republicanos já está presente e determina os rumos da argumentação sobre o tema da guerra.

De um lado, Maquiavel afirma a importância da arte da guerra e faz o elogio dos príncipes que sabem praticá-la. Francesco Sforza se enquadra num primeiro momento como um homem de guerra, que soube realizar a difícil passagem de ator privado a ator público aproveitando-se de sua condição de homem de guerra. Por isso, sua primeira aparição no texto foi a de um ator dotado de *virtù*. A associação entre a *virtù* e a arte da guerra é confirmada no trecho que citamos que apontam para a importância da guerra. Mas essa afirmação não contém todo o pensamento de Maquiavel. Antes de dizer que a arte da guerra é essencial, ele já havia mostrado que não é a guerra ela mesma que interessa. É a relação com a política que importa. Nesse terreno, o *condottiere* é um ator menor, e mesmo nocivo à vida política de seu tempo.

*

Na *Arte da guerra* o *condottiere* é citado três vezes no primeiro livro, sempre por Fabrizio Colonna, interlocutor principal do diálogo que se desenrolou nos célebres *Orti Oricellari*. Como Francesco Sforza não é objeto de um longo desenvolvimento, para compreender sua figura precisamos recorrer ao início do livro e aos problemas que são abordados. Logo no Proêmio, Maquiavel afirma

que em seu tempo considerava-se a vida civil como totalmente distinta da vida militar e que esse não tinha sido o caso na Antiguidade (Machiavelli, 1997b, p. 529). Essa primeira afirmação visa colocar no centro da discussão a importância da defesa das cidades, pois, sem ela, os melhores ordenamentos jurídicos se mostram incapazes de resistir à passagem do tempo. Desde o início, a Antiguidade serve como paradigma tanto no tocante à importância do bem comum quanto no tocante à sua defesa no interior das cidades e em suas relações externas. Entre outras coisas, a aspereza da vida permitia que a guerra fizesse parte do cotidiano dos habitantes de uma cidade qualquer, o que não era mais o caso nos corpos políticos corrompidos da Renascença (Machiavelli, 1997b, p. 536).

Esse diagnóstico da situação política da Itália conduz Fabrizio a dizer que a introdução dos costumes militares romanos em seu tempo era impossível. Maquiavel experimentara essa realidade, quando se ocupou com a organização da milícia cidadã de Florença a partir de 1506. O debate sobre a organização das forças militares estará no centro do livro, mas, num primeiro momento, o que interessa é retomar a crítica aos mercenários da época, que nada mais faziam do que se servir das artes militares para seu próprio proveito (Machiavelli, 1997b, p. 539). É nesse contexto que o nome de Francesco Sforza é citado pela primeira vez. Diz Fabrizio: “nos tempos de nossos pais, Francesco Sforza, para viver de forma honrada nos tempos de paz, não somente enganou os milaneses para quem trabalhava como soldado, mas tomou-lhes a liberdade e se transformou em seu príncipe.” (1997b, p. 538). A contraposição principal é entre o uso público e o uso privado da força. Que toda cidade, ou reino, tenha de se defender contra seus inimigos é um fato indiscutível. O problema se encontra na maneira como os que usam a força se relacionam com a política. Mercenários

não possuem vínculos com as pessoas e os territórios que defendem e, por isso, mudam frequentemente de aliança. O que lhes define, por excelência, é o apego ao bem privado contra o bem público.

O nome de Sforza reaparece no texto quando Fabrizio analisa o comportamento dos que fazem da guerra uma profissão (Machiavelli, 1997b, p. 543). Ainda que nem todos os soldados mercenários possam se transformar em príncipe, por falta de meios materiais, casos havia como o assinalado antes. O quadro conceitual do primeiro livro da *Arte da guerra* lembra as críticas feitas no século XV às tropas mercenárias por autores como Leonardo Bruni. De fato, muitos humanistas haviam transformado a contraposição entre os exércitos próprios e as tropas mercenárias numa referência importante de seu pensamento. Maquiavel se move no mesmo terreno, alargando, no entanto, seu significado.

Voltando ao nosso personagem, ele faz considerações que caberiam muito bem na boca dos humanistas do século anterior. Criticando as cidades que empregam tropas mercenárias, Fabrizio afirma:

Além disso, uma cidade deve temer dois inimigos e não apenas um. A que se serve de armas estrangeiras teme ao mesmo tempo o estrangeiro que ela emprega e seus cidadãos, e esse temor pode ser compreendido por aquilo que falei há pouco de Francesco Sforza. A que usa um exército próprio teme somente seu próprio cidadão. (1997b, p. 549)

O *condottiere* que se transformou em governante de Milão pela força era a demonstração clara do valor das milícias cidadãs. Maquiavel nunca se iludiu quanto às dificuldades de se construir um

exército próprio. Ele as havia experimentado quando tentara dotar Florença de uma força capaz de resguardá-la dos perigos externos. Mas, para ele, não havia dúvida quanto à pertinência de sua posição e da de seus antecessores. O que vai diferenciá-lo de escritores como Bruni é o fato de que deu uma dimensão prática à sua posição teórica, tentando adequá-la às exigências de sua época tanto do ponto de vista técnico quanto político. Na *Arte da guerra*, a concepção inovadora de Maquiavel, desenvolvida em suas obras anteriores, impacta o saber militar, tanto quanto esse impacta a política. A arte da guerra não devia ser uma profissão privada, voltada para objetivos particulares, mas também não podia desconhecer os aspectos práticos e as dificuldades inerentes à constituição de uma força militar numa época em que poucos cidadãos desejavam colocar suas vidas em risco para defender a cidade. O colapso dos valores antigos impactava diretamente na maneira como as guerras eram travadas.

Francesco Sforza não reaparece em *A arte da guerra*. Sua importância no texto é de natureza política. Ele serve para demonstrar como a preponderância dos interesses privados sobre os interesses públicos coloca em risco a sobrevivência das cidades italianas enquanto corpos políticos livres. Na sequência do livro, os debates sobre o aspecto político das questões referentes às tropas mercenárias virão acompanhados de considerações práticas, que se mostram cruciais para o desenvolvimento das teses principais do autor. Tudo se passa como se o *condottiere*, convertido em príncipe, não tivesse nada a ensinar, quando se tratava de pensar a guerra em sua inteireza. Ele era um exemplo da política de seu tempo, mas não possuía um saber que poderia ser útil aos que se interessavam pelo problema da criação de um exército de cidadãos. Na *Arte da guerra*, ele é um fator negativo, que pouco conta na busca de um saber positivo sobre a guerra.

*

Voltemos agora nosso olhar para as *Histórias florentinas*. Nos *Discursos sobre a primeira Década de Tito Lívio*, Francesco Sforza havia sido citado apenas uma vez. No vigésimo quarto capítulo do segundo livro, Maquiavel o criticava por ter fortificado a cidade na ilusão de que isso garantiria seu poder e o dos seus dependentes (Machiavelli, 1997c, p. 392). Considerado “sábio” por alguns, por sua conduta na guerra, mostrou toda a limitação de seu “saber” ao acreditar que muralhas são capazes de deter os inimigos, quando o povo está descontente e se sente oprimido pelos governantes. Saber conduzir um exército mercenário de forma adequada para seus propósitos não transformou Sforza num grande ator político. Ao contrário, suas ações, depois que se tornou o príncipe de Milão, apenas expuseram os limites de um ator que pensava apenas do ponto de vista da força e de seu emprego contínuo para manter o poder. Nos *Discursos*, Maquiavel desmentia os que pensavam ser a força o elemento determinante em última instância da política. Incapaz de transformar seu poder em lei, aceita pelos habitantes da cidade, Francesco Sforza foi derrotado pelos mesmos instrumentos que o haviam guindado ao poder.

As *Histórias florentinas* trazem um outro olhar sobre a relação da política e da guerra. Em *O príncipe*, o olhar era guiado pela política e sua interação com a guerra. Em *Arte da guerra*, era o estudo da guerra, suas formas e sua condução interna, que nos levava a enxergar novos aspectos da política. Nas *Histórias florentinas*, em meio à apresentação da tumultuada história da cidade de Florença, os fatos guerreiros ocupam um lugar de destaque em sua concretude e diversidade. Fieis à estratégia que definimos no começo, vamos nos servir da figura de Francesco Sforza, para tentar compreender como o problema da guerra aparece na obra de Maquiavel quando se trata de

estudar em detalhes os feitos guerreiros nos quais a cidade de Florença e a Itália estiveram envolvidas até o ano de 1492. Nossa hipótese é que as teses defendidas antes se mantêm e se aprofundam com o uso de novos instrumentos de análise e de novos métodos historiográficos. Ao mesmo tempo, as *Histórias florentinas* permitem analisar o tema da guerra numa mistura constante entre as coisas vividas e as referências aos grandes autores do passado.

O *condottiere* aparece muitas vezes ao longo do livro. Por motivos de economia, vamos nos limitar a segui-lo nos livros quinto e sexto das *Histórias florentinas*. O livro quinto começa recordando a tese exposta em detalhes nos *Discursos* segundo a qual as coisas humanas estão em constante mutação (Machiavelli, 2005, p. 519). Fazendo eco ao capítulo XIV de *O príncipe*, Maquiavel reafirma o papel fundamental dos exércitos na manutenção da independência das cidades e na capacidade de resistirem com maior ou menor sucesso à passagem do tempo. Não se trata aqui de retornar ao tema da constituição mista nem de fazer uma análise detalhada da vida institucional das cidades italianas. Recordando o papel dos homens de guerra, nosso autor afirma que “nas províncias e nas cidades os capitães nascem primeiro do que os filósofos” (2005, p. 519). Esse fato garante que o corpo político possa obter vitórias nos campos de guerra e com isso chegar à glória. O primeiro movimento do texto não apresenta, no entanto, teses diferentes das que haviam sido defendidas nos outros escritos. Elas apoiam, com menor ou maior intensidade, a visão que Maquiavel tinha de seu tempo.

Em primeiro lugar, ele se serve das referências clássicas, que mobiliza para mostrar que a esperança italiana de conseguir uma paz eterna era vã, pois contraria a natureza das coisas humanas e impede

o desenvolvimento de corpos políticos sadios e fortes. Com ironia, afirma, referindo-se à situação política italiana:

porque paz não se pode afirmar que exista onde os principados atacam uns aos outros com suas armas; guerra também não se pode chamar aquelas nas quais os homens não se matam, as cidades não são saqueadas, os principados não são destruídos: porque essas guerras são de tal forma débeis que são iniciadas sem medo, são travadas sem perigo e acabam sem dano. (2005, p. 520)

Essa descrição em cores retóricas visa apresentar ao leitor o quadro real dos conflitos armados na Itália dos séculos XIV e XV e a razão da fraqueza que será determinante na futura queda de muitas cidades sob o jugo estrangeiro. Maquiavel falará de guerras, de disputas, de astúcias na condução dos combates. É preciso, no entanto, levar em conta que se trata de uma época com pouca *virtù*, com quase nenhuma glória e muito distante da arte da guerra e dos costumes antigos que o encantavam. O verdadeiro objeto do livro são disputas em um tempo corrompido. Sem esse conhecimento, o estudo da história seria convertido em mera crônica dos eventos mais importantes, como haviam feito historiadores que o precederam (Machiavelli, 2005, p. 521)⁴. Pensando na arte da guerra, podemos dizer que as *Histórias florentinas*, ao propor um quarto olhar sobre o tema, descortinam um conjunto de problemas, que estavam pressupostos nos livros anteriores, mas que ainda não tinham sido guindados ao estatuto de questões centrais. Maquiavel repetidas vezes fala da corrupção dos regimes políticos, da fraqueza que a Igreja Católica

⁴ A esse respeito ver Ianziti, 2012.

havia introduzido nos costumes militares, da incapacidade de personagens centrais da história italiana recente de se conduzir com *virtù* nos momentos mais difíceis da vida política. Agora, ele pinta esse cenário com novas cores propondo uma reflexão da arte da guerra em tempos corrompidos nos quais o que domina a cena pública é a fraqueza generalizada dos atores principais. É nesse contexto teórico que a figura de Francesco Sforza reaparece.

No quinto livro das *Histórias florentinas*, nosso personagem é associado a uma das duas “escolas” (*sette*) de conduta nas guerras italianas: a Bracesca e a Sforzesca. A primeira escola era conhecida por atacar de forma rápida os adversários com ações que deviam ser decisivas. Já a segunda preferia ameaçar os adversários por meio de manobras. Maquiavel afirma que as táticas da casa dos Sforza eram a mais prestigiosas da Itália, o que não quer dizer que ele as admirasse ou mesmo respeitasse. Aos poucos, o resultado dos usos do saber militar dos capitães italianos vai sendo apresentado em sua realidade crua e sendo julgado pelo que realmente era (Machiavelli, 2005, p. 521). Para nossos propósitos, interessa-nos o fato de que, pela primeira vez, Francesco Sforza é mencionado no texto associado a uma maneira de se comportar na guerra, como alguém que possuía um certo saber militar, imitado e seguido em seu tempo. Saber se conduzir como *condottiere* no século XV na Itália não significava muito para Maquiavel do ponto de vista militar. Os combates eram pouco decisivos e as conquistas breves e de pouco alcance. Em termos modernos, podemos dizer que havia alguma tática nos combates, mas nenhuma estratégia. As ações tinham algo de fortuito, seguiam o fluxo dos acontecimentos, mas não tinham grandeza nem contribuíam para avançar os principais atores para posições que de fato os transformariam em poderosos chefes políticos e militares.

No curso do livro, Maquiavel oferece um painel da política italiana detalhado e irônico. As guerras entre as cidades e reinos dominam a cena. Nas entrelinhas, nosso autor mostra que se a combinação de habilidade militares e políticas do Duque de Milão faziam dele uma figura central da Itália de seu tempo, da mesma feita, o mantinha num patamar de glória e conquistas bastante limitado, muito distante dos grandes comandantes do passado. A política italiana da época era governada pela sucessão de alianças e guerras, que mudavam quase ao sabor dos ventos. Maquiavel resume essa situação afirmando sobre os diversos corpos políticos: “Cada um, desconfiando da paz, se preparava para a guerra” (Machiavelli, 2005, p. 532). A narrativa dos feitos militares e das desgraças políticas, que cercaram a vida de Francesco Sforza, reafirma a tese mais geral de nosso autor sobre os vínculos indissolúveis existentes entre política e guerra, mas a declina numa chave diferente daquela que guia seu olhar em suas outras obras. A guerra é parte íntima da política e a política influi de maneira decisiva na condução das guerras. Esse princípio geral é válido, para Maquiavel, em todas as circunstâncias históricas e se expressa por meio de condutas militares e políticas específicas, centradas nos meios e ideias de cada lugar. Posto isso, é preciso ver que só o olhar acurado sobre os acontecimentos históricos é capaz de descobrir as manifestações concretas do político na realidade. Dizendo de outra maneira, focar o olhar no desenrolar dos fatos históricos é uma maneira de expandir o campo de análise do fenômeno da guerra e de seus vínculos com a política.

Por isso, seguir o percurso do *condottiere* e não o da cidade de Florença, objeto central do livro, permite-nos aquilatar o alcance das teses tradicionais de nosso autor e apresentar seus novos contornos. A crítica dos exércitos mercenários já havia sido feita de maneira

contundente ao longo da carreira de Maquiavel. Vimos o lugar importante que ocupa em seu pensamento. Nas *Histórias florentinas*, ela está presente ao longo de todos os livros, mas é apresentada de uma outra maneira. No lugar de falar da constituição das milícias e da diferença com outras maneiras de fazer a guerra, Maquiavel descreve em detalhes as batalhas, as táticas e seus limites. Por vezes, aparece o comportamento virtuoso de um capitão, a ação ousada de um príncipe, mas no curso da narrativa detalhada das campanhas nas quais Florença se envolveu, o que se destaca são os traços de indecisão e covardia de seus homens políticos e a *virtù* de povos, que resistiram ao desejo de conquista dos florentinos, levado a cabo com muita ambição e pouco saber militar e político.

Nesse particular a história da resistência de Lucca é exemplar. Em abril de 1437, a cidade se viu no meio de um imbróglio que mobilizava grandes forças da política italiana: Florença, o Papado, Veneza, Milão e outras pequenas localidades. Florença ambicionava tomar a cidade, como já havia tentado antes, em 1429, quando era governada por Paolo Guinigi, que se comportava como um tirano. No meio das idas e vindas das alianças e da ambição dos *condottieri*, Lucca se viu abandonada diante da ameaça florentina. Do ponto de vista militar, a situação era delicada. Não dispondo de fundos para contratar um capitão dotado de forças, restava à cidade conseguir que alguns aliados potenciais como Veneza se movessem, ou tentar resistir com as próprias forças. Maquiavel analisa essa segunda possibilidade reportando o pretenso discurso de um cidadão honrado, que tentava convencer a população de que a autodefesa era um caminho possível e mesmo necessário.

O discurso é certamente produto da imaginação teórica do Secretário florentino. Mas, justamente por isso, ajuda-nos a

compreender a maneira como ele aborda o tema da guerra nas condições reais da Itália de seu tempo. O grande medo dos dirigentes de Lucca era que eclodisse uma revolta popular no meio de um cerco dos florentinos. Os argumentos levantados pelo orador são claramente maquiavelianos. Em primeiro lugar, ele lembra aos seus concidadãos que as coisas feitas sob o império da necessidade não são passíveis de elogio nem de críticas (Machiavelli, 2005, p. 534). Lucca não desejava guerra, mas não tinha como fugir dela. Qualquer que fosse a decisão da cidade, ela sofreria as consequências. Os florentinos eram movidos pela ambição da conquista e nada iria detê-los se as condições de fazer a guerra lhes parecesse favorável (Machiavelli, 2005, p. 535). Os habitantes de Lucca lutavam pela sobrevivência de suas posses e da liberdade. Nesse ponto do discurso, a ideia da liberdade como independência do jugo de outros povos é o significado a ser levado em conta. Num determinado momento, o orador recorda que, em outras ocasiões, lutar pela cidade era lutar pela vida, mas não por suas instituições, pois era governada por um tirano. Naquela situação, conclui: “Tomem as armas e, quando estiverem combatendo, pensem que o prêmio de vossa vitória será não somente a salvação da pátria, mas também de suas casas e de seus filhos” (2005, p. 536). A guerra tinha, aos olhos do orador maquiaveliano, o duplo escopo de resguardar a liberdade/independência da cidade e salvar os bens privados. A ideia, portanto, de que a arte da guerra era vista por Maquiavel como destinada apenas a fazer ressurgir os antigos valores políticos não se sustenta. Os combates tinham um caráter político tanto quanto particular e as guerras italianas no período eram uma mistura perfeita dos dois elementos, quando as cidades eram capazes de se mobilizar para se salvar tendo em vista seu próprio bem, o que estava longe de ser o caso mais frequente.

A dimensão exclusivamente privada da guerra se expressava no comportamento de capitães como Francesco Sforza. No caso da guerra de Florença contra Lucca, ele teve um comportamento ambíguo, que ajuda a compreender o tipo de relação que entretinha com a arte da guerra. Florença se sentia ameaçada pelos ataques levados a cabo pelas tropas milanesas na Toscana e, por isso, solicitaram a ajuda da aliada Veneza, que deveria atacar a Lombardia, para obrigar os milaneses a recuar suas tropas para defender seus territórios. Ocorre que os venezianos haviam sido obrigados a diminuir seu ímpeto guerreiro depois que foram abandonados por seu antigo *condottiere*, o marquês de Mantova. Para cumprirem o acordo que tinham com Florença, pediram-lhes que mandasse o então conde Francesco Sforza em reforço. Ocorre que o conde havia passado para o lado dos florentinos com o acordo de que não ultrapassaria o rio Pó e, portanto, não atacaria Milão. Ele era movido por sua promessa ao então duque da cidade, mas, sobretudo, pelo desejo muito particular de esposar sua filha Bianca Maria Visconti. No meio de tratativas complexas ocupou um papel determinante, que pouco tinha a ver com qualidades políticas e mesmo guerreiras.

Sempre disposto a trair, jogava o tempo todo com o frágil equilíbrio entre as maiores forças do tabuleiro italiano. Cientes dos riscos que corriam e sempre desejosos de ocupar Lucca, os florentinos enviaram Cosimo de Medici a Veneza para tentar persuadir o Senado da República de que se Francesco Sforza se aliasse ao duque de Milão, os venezianos seriam jogados no mar e Florença perderia sua liberdade (Machiavelli, 2005, p. 539). À essa possível ameaça, os senadores responderam aconselhando os florentinos de se servir do conde, pois não lhes cabia pagar um *condottiere* para realizar os desejos de conquista de outra cidade. Os florentinos tinham de se

haver com o problema representado pela presença de um homem de guerra no meio de suas manobras de conquista de outros territórios, ao mesmo tempo em que deviam lutar para preservar a própria independência. Maquiavel narra o conselho supostamente dado pelos venezianos a Cosmo da seguinte maneira:

Portanto, a eles parecia necessário colocar algumas vezes um freio à sua insolência (do conde) e não a deixar crescer a ponto de tornar-se incorrigível. E se por temor ou vontade o quisessem manter como amigo era necessário que o pagassem. (Machiavelli, 2005, p. 539)

Como acontecia com frequência naquele tempo, o caso terminou com a intervenção de Francesco Sforza que, entre ameaças e promessas, conseguiu intervir para que fossem feitas as pazes entre Lucca e Florença. A conduta do capitão demonstra que a guerra entre cidades e reinos italianos no século XV era um negócio particular com reflexos na política. O *condottiere* era uma figura privada, movido por suas ambições pessoais e pelo acaso dos encontros e desencontros com outros atores da cena italiana. Num certo sentido, exercia uma profissão privada que o levava a estar no centro da arena política, sem necessariamente compreender a dimensão pública do que fazia. A guerra era uma profissão, como mostrara Maquiavel em *A arte da guerra*, que repercutia na política, no mais das vezes enfraquecendo os laços que deveriam unir os habitantes de uma cidade, que eram alvos tanto da violência dos soldados de profissão quanto dos acordos que os governantes passavam no complexo balé das forças italianas. Num certo sentido, Francesco Sforza importa mais por seus movimentos políticos do que por suas habilidades guerreiras. Sua

principal arma era a fraqueza das cidades italianas (Mallet, 2009, p. 208).

É nesse contexto que uma personagem como Francesco Sforza pôde ocupar um lugar tão importante nas *Histórias florentinas*, depois de ter sido apresentado em outras obras como alguém que utilizava de sua capacidade militar para fins políticos particulares. Desse ponto de vista, não estava sozinho. Ao longo do livro, Maquiavel o coloca na companhia de outros capitães como Niccolò Piccino, que atormentava os governantes com suas constantes manobras e ataques a várias localidades. Sua grande arte era de fato a pilhagem de terras e habitações que se encontravam em seu caminho. Adepto da tática chamada de Bracesca, Piccino teve momentos de grande reputação entre os grandes da Itália. Para se ter uma ideia da importância desses guerreiros basta lembrar que eram capazes de ameaçar até mesmo uma cidade rica como Florença (2005, p. 562). Falando do fracasso do *condottiere*, ao tentar conquistar a cidade, Maquiavel reafirma um de seus princípios mais claros: “poucas vezes as paixões particulares não são nocivas às comodidades universais” (2005, p. 565). A crítica visa diretamente aos guerreiros de aluguel e repete o que já havia sido dito a respeito das tropas mercenárias. Exposta, no entanto, no corpo de uma narrativa detalhada das pequenas disputas militares, que gangrenavam as forças políticas italianas, serve como uma ferramenta crítica que se aplica, ainda que de forma indireta, à família Medici, que desde 1434 havia se tornado o centro do poder florentino e fora incapaz de estruturar a defesa da cidade de forma adequada.

No sexto livro das *Histórias florentinas*, Maquiavel segue de perto o caminho tortuoso de Francesco Sforza, que de uma condição particular se tornou senhor de Milão, como afirma em *O príncipe*. O começo do texto é de grande interesse para nós. O secretário

florentino analisa as guerras de um ponto de vista que podemos chamar de econômico. Sem rodeios afirma:

Foi sempre assim, e é razoável que assim seja: a finalidade dos que desencadeiam uma guerra é de se enriquecer e de empobrecer os inimigos, e não é por outra razão que se busca a vitória; e as aquisições são desejáveis para se tornar potente e enfraquecer o adversário. (Machiavelli, 2005, p. 573)⁵

Para os leitores da *Arte da guerra* pode parecer que nosso autor tenha dado uma guinada em relação às considerações que fizera sobre o caráter político da guerra. De alguma maneira, isso é verdadeiro. Mas não se trata de abandonar as tópicas teóricas até então estudadas, mas de expandir o arsenal conceitual olhando para o fenômeno das milícias privadas por meio de seu impacto na vida material dos que sofrem com suas ações. Do ponto de vista dos soldados e de seus comandantes, é fácil de enxergar os interesses materiais envolvidos. Esse aspecto é visível em todos os tempos, daí o alcance das formulações maquiavelianas. O que muda é a inclusão do fator econômico como um operador central para o estudo da guerra em todas as situações.

Maquiavel faz questão de mostrar a universalidade de sua proposição ao comparar as guerras da Antiguidade com as do seu tempo. Segundo ele, as repúblicas bem ordenadas do passado se serviam das vitórias militares para se enriquecer e para recompensar os cidadãos seja diretamente com benefícios monetários seja por meio de festejos e jogos. Já as guerras levadas a cabo por mercenários

⁵ Sobre esse capítulo, ver Zuckert, 2017, pp. 427-29.

esgotavam o erário público e as finanças dos habitantes, sem serem capazes de empobrecer, ou mesmo enfraquecer, os inimigos a ponto de aumentar seu poder real (Machiavelli, 2005, p. 573). De forma sintética, diz Maquiavel: “do que nascia que alguns gozavam pouco da vitória e os outros sentiam pouco suas perdas, porque o que fora vencido tinha tempo para se recuperar e o vencedor não tinha tempo para usufruir da vitória” (Machiavelli, 2005, p. 574). Ao colocar o fator econômico no centro, Maquiavel mostra a extensão dos efeitos das guerras no corpo político. Em todas as suas formas, elas atingiam a dimensão política, a maneira de conduzir os combates e a economia dos envolvidos. Não há razão para separar os fatores. Eles estão sempre presentes nos conflitos armados e, olhados em conjunto, permitem uma visão ampla dos acontecimentos.

*

Dessa nova perspectiva, vamos revisitar as ações de Francesco Sforza. Já vimos que, do ponto de vista militar, ele era um típico *condottiere* de seu tempo. Suas manobras táticas têm pouco interesse para os estudiosos da arte da guerra, pois repetem o que já se sabia das guerras conduzidas do ponto de vista dos interesses particulares, sem consideração alguma pelo bem público. O giro produzido por Maquiavel alarga nossa compreensão do caráter nocivo das tropas mercenárias. Ao longo do livro VI nos deparamos com uma descrição minuciosa dos procedimentos do personagem e de outros *condottieri* como Niccolò Piccino, cujos destinos estiveram entrelaçados à história italiana do Renascimento. O quadro composto pelo Secretário florentino dá ao leitor uma visão alargada de como se desenrolava a política italiana no século XV. As guerras e as negociações eram levadas a cabo no interior de um jogo intrincado de interesses particulares. A ambição dos diversos atores era enorme e os levava a

agir o tempo todo buscando o proveito próprio. Quase ao mesmo tempo em que firmavam a paz, como foi o caso entre o duque de Milão, Francesco Sforza e Niccolò Piccino, os florentinos e os venezianos, os embates explodiram no reino de Nápoles. Para nosso personagem, a trégua de novembro de 1441 serviu para que ele finalmente esposasse Bianca, filha do senhor de Milão, o que lhe parecia ser o caminho para seu próprio poder (Machiavelli, 2005, p. 578). Incapazes de conduzir uma guerra de maneira decisiva a ponto de fundar uma nova realidade política, os atores desse tipo de guerra também não sabiam superar seus desejos particulares em proveito de uma paz duradoura.

A morte de Niccolò Piccino, em 1445, significou a decadência de sua forma de combater e o triunfo de Francesco Sforza (Machiavelli, 2005, p. 583). À luz das modificações que estavam em curso na Europa, que Maquiavel havia estudado antes, a vitória das táticas sforzescas tinha pouco significado para a arte da guerra. Em seu caminho para a tomada do poder, o conde serviu-se dos mesmos estratagemas, que o haviam tornado um *condottiere* temido em seu tempo. A ele, Maquiavel atribuiu a posse de uma certa *virtù*, desde a primeira menção em *O príncipe*. O leitor moderno pode compreender que o conceito contém uma alguma dimensão moral, mas pode se surpreender com o fato de que uma personalidade como Sforza mereça o mesmo tratamento conceitual de generais como Camilo. As *Histórias florentinas* dissolvem qualquer dúvida quando ao significado do termo. É claro que não se trata de equiparar uma figura ambígua como Francesco Sforza a atores que mudaram a história e ajudaram a preservar a liberdade romana. O que está em jogo é a capacidade de agir no contexto real no qual o ator se encontra e nas condições objetivas de suas lutas, inclusive militares. Confrontados com outras

condições, os capitães italianos, que Maquiavel estuda, seriam devorados pelas forças em luta, como de fato aconteceu nos anos finais do século XV e depois no século XVI. Nas guerras limitadas em que atuaram, no entanto, alguns mereceram ser chamados de atores de *virtù* pela capacidade que demonstraram de compreender os dados da realidade na qual estavam imersos e de agir em conformidade com seus propósitos. Esse foi o caso de nosso personagem.

Na complicada dança das relações entre as forças políticas italianas, acordos de paz se rompiam do dia para a noite e jogavam os vitoriosos num redemoinho de traições e ameaças. Francesco Sforza, depois de ter alcançado uma posição de destaque na Itália, com o apoio de Florença e Veneza, passou a ser o alvo de muitas cidades, que não aceitavam o novo equilíbrio de forças. Com a morte do Papa Eugênio IV, em fevereiro de 1447, a situação do conde se complicou. Veneza fazia jogo duplo, o rei Afonso sempre o odiara e, com a morte de Filippo Maria Visconti, Duque de Milão, em agosto do mesmo ano, a possibilidade de que finalmente pudesse tomar o poder se abria. As coisas, no entanto, eram mais complicadas do que pareciam. Uma parte da população apoiava o conde, outra desejava se entregar ao rei Afonso, enquanto uma terceira parte desejava viver livre numa república (Machiavelli, 2005, p. 589).

A parte republicana triunfou e se estabeleceu com apoio de muitos nobres, em 14 de agosto de 1447, como a República Ambrosiana. Sua vida foi curta e tumultuada. Muitas cidades e territórios, que viviam sob o poder de Milão, não aceitaram a situação e aproveitaram-se da confusão inicial para reivindicar a própria independência. Nesse cenário, Francesco Sforza começou mais uma vez a se movimentar para tomar o poder. Segundo Maquiavel, diante da complexidade do quadro, ele: “deliberou se expor à fortuna e seguiu

o fluxo dos acidentes para com ele se aconselhar, porque muitas vezes agindo se descobre os conselhos que, na imobilidade, se escondem” (Machiavelli, 2005, p. 589). Expor-se às garras da fortuna é uma maneira de abrir-se para a *virtù*. Nada garante que as armadilhas da deusa poderão ser evitadas, mas, na inconsciência de suas artimanhas, é certo que o ator político terá muito mais dificuldade para alcançar seus objetivos.

Francesco Sforza soube desenvolver uma estratégia para ocupar o ducado de Milão e usou das táticas necessárias para alcançar seu objetivo. Suas táticas eram as do seu tempo. Tendo sido contratado pelos milaneses, que temiam os venezianos, assaltava cidades com poucas forças, saqueava e depois se retirava. Outras vezes, construía fossos e outros obstáculos para resistir aos ataques de seus adversários (Machiavelli, 2005, p. 595). Suas habilidades militares eram as dos condutores de guerra de seu tempo. Não inovou em nada e recorreu aos mesmos métodos de combate de outros guerreiros. Mas soube como poucos reconhecer os laços estreitos que ligavam a política à guerra e muitas vezes a determinavam. Também os venezianos se conduziam dessa maneira de tal forma que Maquiavel, com certo exagero, chegou a dizer: “Foi um tempo que era quase normal que a República veneziana perdesse as guerras e vencesse nos acordos” (Machiavelli, 2005, p. 597). O vínculo entre as duas esferas era permanente e, dadas as condições técnicas dos exércitos, se mostrava em todas as circunstâncias. Os capitães de guerra, que Maquiavel criticara na *Arte da guerra* por fazer da guerra uma profissão, eram em grande medida atores políticos relevantes na cena pública de seu tempo. Essa era a condição para se manterem e almejar grandes feitos, que eram sempre percebidos pelas lentes da política e não da guerra.

Isso ficou demonstrado quando o conde Sforza, depois de ter derrotado os venezianos em Caravaggio, aceitou um acordo em 18 de outubro de 1448, pelo qual restituía algumas posses que havia tomado da República, em troca de apoio financeiro e militar, para levar a cabo seu projeto de tornar-se senhor de Milão. A traição, à qual Maquiavel se referiu em obras anteriores, foi recebida pelos milaneses como uma verdadeira catástrofe, depois de terem acreditado no conde e o ajudado a se liberar de uma situação incômoda na qual se encontrava nos anos anteriores, quando fora transformado em inimigo de todos os senhores potentes da Itália, aí incluindo a própria cidade de Veneza, com a qual agora se aliava (Machiavelli, 2005, p. 599). O Secretário florentino aproveita o acontecimento para apresentar, pela boca do emissário que a República Ambrosiana enviou a Francesco Sforza, um longo requisitório contra os exércitos mercenários. Falando do ponto de vista de uma república, que a duras penas se mantinha, fica claro o papel preponderante que nosso autor atribuía à organização militar. Se, do ponto de vista dos objetivos do poder, o uso da força é um meio para levar a cabo as ambições particulares, do ponto de vista dos habitantes de uma república, é o instrumento de manutenção da liberdade. As ações do *condottiere* demonstram que ele era capaz de conquistar o poder, mas as armas mercenárias estavam em total contradição com os valores republicanos. O recurso a dois capitães – Francesco e Iacopo Piccinino – para defender Milão contra a ambição do conde acabou por demonstrar a tese do Secretário florentino. Mais uma vez, o intrincado jogo político militar envolvendo forças mercenárias e a ambição da cidade de Veneza jogou a Lombardia num conflito incessante, que minou suas forças e a transformou mais tarde, com a campanha militar do rei Luís XII da França, uma presa fácil para os exércitos modernos.

Francesco Sforza não se tornou duque de Milão por algum feito militar. A cidade viveu tempos tumultuados. Assediada pelas tropas do conde, pela fome, pelas doenças e pela pouca esperança de poder conservar a liberdade, ela acabou sendo dominada. Uma revolta interna contra os magistrados da República explodiu no momento mais delicado, conduzida por Gasparre da Vicomercato. Expulsas ou mortas as autoridades republicanas, a cidade deliberou entregar-se a um novo senhor. Depois de alguns debates, decidiu-se pelo nome do conde (Machiavelli, 2005, p. 606). Maquiavel, não sem certa ironia, afirmou, comentando a proposta feita pelos milaneses: “A qual o conde aceitou alegremente e entrou em Milão na condição de príncipe no dia 26 de fevereiro de 1450. Foi recebido com grande e maravilhosa satisfação pelos mesmos que pouco tempo antes o haviam com tanto ódio difamado” (Machiavelli, 2005, p. 607). Quase ao mesmo tempo, os oradores de Florença, que haviam viajado ao norte da Itália para selar a paz com o conde, mudaram de rota e se dirigiram a Milão para confraternizar com o novo duque da cidade (Machiavelli, 2005, p. 607)⁶.

*

Francesco Sforza foi um homem de *virtù*, mas nem todos os homens e mulheres de *virtù* se equivalem⁷. Em *O príncipe*, quando Maquiavel menciona seus feitos para logo depois mergulhar na análise das ações de César Bórgia, ele dá mostras de que a exemplaridade de nosso personagem era também a marca de seus limites. Olhado do ponto de vista da tópica da conquista/manutenção do poder, o

⁶ Erica Benner, 2009, pp. 242-245, estudou o papel de Florença na tomada do poder pelo conde Sforza.

⁷ Curiosamente, Alessandro Capata (2008), que estudou a tipologia da *virtù* em Maquiavel, não incluiu Francesco Sforza em seu estudo sobre as *Histórias florentinas*.

condottiere foi capaz de agir de forma adequada e tornar-se o senhor de Milão. Esse feito, no entanto, revelou-se efêmero, pois, como assinalado nos *Discursos*, ao escolher construir uma fortaleza para defender a cidade legou a seus herdeiros um poder sem fundamento. Bastou a *fortuna* mudar os ventos depois de sua morte para sua obra ruir como um castelo de areia. A arte da guerra serve como uma poderosa ferramenta para a compreensão das fragilidades dos corpos políticos, que não sabem se defender nem expandir. O que alguns intérpretes criticaram em Maquiavel, a saber, a associação entre república e desejo de expansão, é na verdade um dos eixos de sua filosofia da guerra⁸. Tendo sempre considerado o fenômeno como parte da história humana, ele soube transformar suas análises em um instrumento agudo de compreensão da política por meio de uma de suas faces menos compreendidas pelos pensadores de seu tempo. Nas *Histórias florentinas*, ele escreve mais um capítulo de sua filosofia política, que aumenta em muito nosso aparelho crítico ao desdobrá-la em uma filosofia da guerra. Os estudos detalhados do comportamento dos *condottieri*, de suas táticas de guerra, de suas limitações técnicas e da incapacidade que demonstraram de compreender o papel da técnica na guerra, contribuem para construir a melhor análise da realidade das guerras conduzidas como negócios privados. Seus efeitos sobre a cena pública, sua fragilidade diante da potência dos novos exércitos modernos, que passaram a se servir da artilharia pesada e das tropas de infantaria, fizeram dos senhores da guerra do Renascimento figuras menores da história política e militar do

⁸ A obra de referência nesse assunto continua sendo Mikael Hörnqvist, 2004. O autor não cita Francesco Sforza, mas parte da ideia de que toda república tem um eixo interno – a liberdade – e um eixo externo – a conquista – na estruturação de suas políticas.

Ocidente. Ao seguir de perto as escaramuças das tropas, o comportamento errático dos capitães e dos atores políticos, Maquiavel escreveu o tratado definitivo sobre as tropas mercenárias e seus efeitos nefastos no cenário político. Seu estudo continua a ressoar nos dias de hoje, quando as guerras privadas assolam continentes, como o africano, e produzem efeitos diretos em guerras como a da Ucrânia.

Referências bibliográficas

- Benner, E. (2009) *Machiavelli's Ethics*. Princeton: Princeton University Press.
- Capata, A. (2008) *Il Lessico Dell'Esclusione*. Tipologie di Virtù in Machiavelli. Roma: Vecchiarelli Editore.
- Hörnqvist, M. (2004) *Machiavelli and Empire*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Ianziti, G. (2012) *Writing History in Renaissance Italy*. Cambridge: Harvard university Press.
- Machiavelli, N. (1997a). *Il Principe*. In: *Opere*. Paris/Torino: Einaudi-Gallimard.
- _____, (1997b). *Dell'Arte della Guerra*. In: *Opere*. Paris/Torino: Einaudi-Gallimard.
- _____, (1997c) *Discorsi sopra la Prima Deca di Tito Livio*. In: *Opere*. Paris/Torino: Einaudi-Gallimard.
- _____, (2005) *Istorie fiorentine*. In: *Opere*. Torino: Einaudi.
- Maquiavel, N. (2017). *O príncipe*. Trad. Diogo Pires Aurélio. São Paulo: Editora 34.

- Mallett, M. (2009) *Mercenaries and their Masters*. Warfare in Renaissance *Italy*. Pen & Sword Books: Barnsley.
- Pocock, J.G.A. (2021) *O momento maquiaveliano*. Tradução Modesto Florenzano. Rio de Janeiro: EDUFF.
- Stacey, P. (2011) *Roman Monarchy and the Renaissance Prince*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Zuckert, C. (2017) *Machiavelli's Politics*. Chicago: The University of Chicago Press.

Histórias florentinas e a fundação das cidades

Luís Falcão¹

Introdução

O Livro I das *Histórias florentinas* se ocupa, em grande medida, dos acontecimentos ocorridos na Itália, em particular, e na Europa, como um todo, desde a queda do Império Romano à ascensão dos Médici em Florença, em inícios do século XV. Há uma profunda querela entre os estudiosos a respeito dos motivos que levaram Maquiavel a debater o Medievo, dentre os quais, aqueles que defendem que o texto estava pronto em 1522 e, a fim de ganhar tempo com sua obrigação junto a Giulio di Medici, teria ele aproveitado o rascunho (Barbutto, 2013, p. 224; Bausi, 2005, p. 255). De outro lado, há quem veja ali uma robustez teórica que aproximaria esse primeiro livro dos capítulos iniciais do Livro I dos *Discorsi*², qual seja, a origem

¹ Professor do Departamento de Ciência Política (UFF). Pesquisador do CNPq.

² *Discorsi sopra la prima Deca di Tito Livio*. Daqui em diante, esta obra será referida como *Discorsi*.

das cidades, e particularmente a fundamentação “causal” da fundação de Roma em paralelo com a de Florença (Sasso, 1993, p. 55 e ss.)³. A partir dessa segunda hipótese, que congrega uma datação posterior com uma proximidade temática com os *Discorsi*, construiremos a nossa.

Observa-se no Livro I das *Histórias* uma verdadeira profusão descritiva de povos, reis, imperadores, príncipes e um vasto conjunto de acontecimentos que narra os surgimentos e ruínas de diversas cidades. De certo modo, esses relatos prenunciam um dos objetos centrais da obra: a fundação de Florença e seus desdobramentos. O fato de nenhum dos povos invasores do Império Romano ter sido capaz de estabelecer a grandeza de Roma, na verdade, serve como um exercício de comparação histórica de sua cidade com aquelas mais bem estabelecidas. Exercício esse que coloca em evidência as condições gerais de fundação e/ou de conquista das cidades.

Já no capítulo 5, Maquiavel afirma que a variação dos governos e príncipes, das leis, do modo de vida, da religião, da língua, dos trajes e dos costumes foi a principal responsável pelo nascimento, crescimento e ruína de muitas cidades. Inevitavelmente, acabamos por nos lembrar dos capítulos iniciais dos *Discorsi* que tratam da mesma temática, com a diferença de que, aqui, os relatos são contados com uma ambição historiográfica, isso é, como uma descrição factual de eventos que ocorreram no passado. Ainda que se saiba, corretamente, da armadilha que é afiançar a Maquiavel a descrição factual dos eventos e de sua crença naquilo que escreve, ele se posiciona, nesse momento, como se os relatos fossem verdadeiros, ao contrário do que faz em muitas passagens dos *Discorsi* onde coloca sob

³ Para uma análise dessa querela, que remete a estudos mais antigos, cf. Dionisotti, 1980, pp. 370-380.

suspeição um fato. De certo modo, as causas das fundações das cidades e a tipologia que isso envolve contidas nos *Discorsi* podem ser testadas pela letra do próprio autor em sua obra posterior. O que congrega o Livro I das *Histórias florentinas* com as “causas” das fundações das cidades dos *Discursos* é a necessidade. Essa é nossa hipótese de partida.

A primeira bifurcação da tipologia das causas se faz entre fundadores nativos e estrangeiros.

O primeiro caso ocorre quando os habitantes dispersos em muitas e pequenas partes não pareciam viver seguros, não podendo cada um por si resistir ao ímpeto de quem os assaltasse (pelo lugar e pelo pequeno número), e não tendo tempo de unirem-se para sua defesa ao ver o inimigo; quando isso ocorre, lhes convém abandonar muitos desses lugares e assim tornarem-se presas fáceis dos inimigos. (Machiavelli, 2010, p. 61)

A falta de segurança – gerando o medo, ao qual mais à frente ele se refere – e o pequeno número da população foram os motivos centrais que levaram à migração de uma cidade recém conquistada ou que teve sua autoridade abruptamente modificada para uma outra região. Nas *Histórias*, a guerra dos romanos, com seu império em decadência, exemplifica magistralmente esse preceito (cf. Barbutto, 2013, p. 235). Ao resistirem às invasões de outros povos, e ao tentarem reconquistar territórios perdidos, os romanos produziam a migração, mas também eram vítimas dela e isso fundava novas cidades.

Nos *Discorsi*, paira no ar a ideia de que os lugares recentemente eleitos pelo povo em fuga estavam desabitados. Ainda que isso não seja explícito, parece ser verdadeiro que o nascedouro das cidades

residia em terras devolutas, conferindo-lhes certa dimensão de originalidade na empreitada. Dentre os exemplos de destaque estão Atenas e Veneza. A primeira – e Maquiavel fecha os olhos às críticas da versão mitificada da cidade grega – foi edificada por Teseu, e isso é algo bastante coerente com sua máxima da necessidade de um único fundador. No caso de Veneza, a situação é mais complicada.

1 A fundação de Veneza

Fugindo dos bárbaros, um conjunto de diferentes povos foi habitar regiões devolutas no norte do Adriático que, por suas condições naturais, não interessavam a ninguém. Ainda assim, repete o secretário nos *Discorsi* mais de uma vez e nas *Histórias* ao menos uma, aqueles habitantes criaram leis, ordenações e mantiveram-se independentes das potências estrangeiras sem qualquer auxílio de um fundador humano, herói ou divino. Ora, se a necessidade constringe um povo a se submeter a um dos seus membros, tornando-o seu principal líder para a escolha do lugar, das primeiras leis e ordenações, como pôde Veneza não apenas produzir os mesmos efeitos sem possuir as mesmas causas? E mais: como pôde a sereníssima viver livre por mais tempo que qualquer outra cidade? As *Histórias* auxiliam nas respostas.

Há uma importante diferença nos relatos dos surgimentos das cidades durante a queda de Roma até o momento em que Maquiavel se detém na análise de Veneza. Em todos os casos citados por ele, e são muitos e oriundos de povos diferentes, a fuga ocorre sob a liderança de alguma autoridade já estabelecida, como quando, em diversas ocasiões, os papas alteravam seu local de moradia – juntamente com

suas forças políticas e militares – de Roma para as terras germânicas e itálicas. O mesmo se pode dizer de príncipes e barões. Isso difere, por exemplo, da análise do povo hebreu nos *Discorsi*, cujo encontro com seu fundador se deu posteriormente à sua constituição enquanto povo.

A questão aqui em tela é que não se pode confundir um governo com seu povo. As migrações de populações capazes de fundar uma cidade, ou de encontrar lugar para refundar suas cidades originalmente invadidas, não equivalem àquelas migrações de governantes, nem mesmo àquelas de zona cinzenta, quando não se sabe ao certo ainda se aquele líder já é um governante. Isso é perfeitamente coerente com a separação entre governantes e governados e, mais ainda, entre ambos e a cidade como um todo. Prova disso é que muitas vezes os governantes retornavam ao local de origem depois de uma vitória contra o antigo invasor, refaziam, quando sempre com tenacidade e dificuldade, suas vidas, reconstruíam as cidades e, por vezes, a reordenavam. Essa separação era menos evidente nos *Discorsi*, porque nesse texto ele joga luz sobre a ascensão de um novo governante no processo de constituição da nova cidade, ambos, governante e cidade, nascem juntos quando a “matéria” caminha em direção a alguma unidade, constituindo-se sob alguma “forma”.

As condições de fundação de Veneza são emblemáticas, porque acentuam justamente o fato de que nela não havia líderes (*capi*), e Maquiavel faz questão de frisar isso mais de uma vez. Mas as condições de migração estavam todas lá: a necessidade impôs àqueles povos, exasperados pelo medo, a busca de um lugar onde pudessem viver em segurança (cf. Pocock, 2010). Os povos da Aquileia, de Pádua e de outras regiões próximas, “depois de se defenderem por muito tempo

como melhor podiam, desesperados pela salvação, se refugiaram com seus bens, sobre muitos escolhos, na ponta desabitada do mar Adriático” (Machiavelli, 1997, p. 348). Esse relato está bem mais próximo das reflexões mais teóricas dos *Discorsi* do que das incontáveis menções, supostamente factuais, presentes nas *Histórias*, salvo pelo fato de que Veneza não teve líderes.

Assim, constritos pela *necessidade*, deixaram lugares ameníssimos e férteis, e foram habitar em lugares estéreis, repugnantes e privados de qualquer comodidade. E por terem muitos povos ali se reunido de uma só vez, em brevíssimo tempo fizeram daqueles lugares não apenas habitáveis, mas agradáveis, e constituíram para eles mesmos leis e ordenações. Em meio à ruína da Itália, desfrutavam de segurança. (Machiavelli, 1997, p. 348. Grifo nosso)

Como apontamos acima, o exemplo da sereníssima destoa bastante da dimensão generalista das fundações apresentada nos *Discorsi* e, por isso, parece haver aqui uma contradição tremenda. Diz-nos Maquiavel nos *Discorsi* que as regiões estéreis somente são preferíveis às férteis se vierem acompanhadas de uma necessidade criada pelas leis e ordenações a fim de coibir o ócio dos homens. Mas essas leis e ordenações são, basicamente, obras do fundador, não de um povo amorfo. A reunião dos povos quase que instantaneamente estabelecida quando do surgimento do medo, pode ser entendida como a principal virada histórico-conceitual desde quando a fuga se inicia. Aqui, o processo de fuga parece ser o operador fundamental que une os povos em um só, e não seu encontro com o fundador, seja

nativo ou estrangeiro. Mas como, afinal, Veneza foi capaz de restringir os povos a leis e ordenações mesmo sem um fundador?

Além disso, assim como a *necessidade* os levava a morar em meio às águas, também os forçava a pensar que, já que não se valiam da terra, teriam de viver ali honestamente⁴ e, indo com seus navios para todos os lugares do mundo, enchiam suas cidades de diversas mercadorias; e, como os outros homens também precisavam delas, para lá iam todos com muita frequência. (Machiavelli, 1997, p. 349. Grifo nosso)

Parece haver um mistério na formação veneziana que impele Maquiavel a negar a citação de nomes de pessoas ou de acontecimentos precisos daquela cidade, diferentemente do que faz com todas as outras. A necessidade que impeliu aqueles povos a fugirem para a esterilidade do Adriático não é fundamentalmente diferente daquela que força os demais povos a migrarem, qual seja, o medo. Este foi, de fato, a “causa” que conduziu à ocupação territorial de uma planície erma. Nesse sentido, o medo cumpre a função primordial de migração e, pela dificuldade das condições de vida do lugar recém-ocupado, o instante da criação de leis e ordens por um único fundador, se dispersou pelos povos. O medo, as leis e as ordenações, na verdade, podem ser atribuídas ao desenvolvimento histórico dos povos, diferentemente da esterilidade do solo, que são

⁴ A referência de Maquiavel aqui ao modo de vida honesto se refere a uma vida sem comodidades, diferentemente daquela da qual desfrutavam antes. Portanto, a constrição pela necessidade se passa também pela imperiosa mudança no modo de vida de uma terra fértil para uma estéril.

condições naturais. É na reunião dessas duas necessidades que diferentes povos são capazes de se unificarem.

A relativa expansão pelo comércio é uma hipótese a ser considerada para explicar o implausível sucesso veneziano, uma vez que essa atividade depende mais de regras firmes e cumprimentos de acordos do que de poderio militar⁵. Mas isso, além de escapar à letra maquiaveliana, forçaria uma interpretação quase de um Maquiavel mercantilista, ou quiçá fisiocrata. O que não faz o menor sentido. É claro que o comércio teve seu papel, mas daí a ser ele o substitutivo prático do fundador é certamente um exagero. Ele foi consequência da necessidade das novas condições de vida. Observe-se que as características da ascensão comercial de Veneza não foram obras do fundador ou das opções dos líderes que rumaram para lá, mas, devido à esterilidade do solo, não tinham alternativas senão se lançar ao mar em uma empreitada comercial. A ausência de agricultura foi a necessidade mais incisiva após o medo e ela está diretamente relacionada às condições naturais de algumas ilhas estéreis. Mas nada disso nos autoriza a afirmar que a estabilidade e duração de Veneza se deveu, em última análise, ao comércio.

Uma segunda hipótese para responder o sucesso de Veneza parece mais plausível: os venezianos estavam completamente isolados, sem ameaças externas, sem intervirem nos negócios da Itália (Machiavelli, 1997, p. 347) e, principalmente, mantinham em sua memória o temor dos Hunos. Aliás, assim como estes, os venezianos se beneficiavam do temor que eles mesmos infundiam nos povos a serem conquistados. Essa proximidade da expansão hunica e veneziana

⁵ Observe-se que existe uma complementaridade entre as cidades que não expandem militarmente e a prática comercial. Isso significa, por outro lado, que o próprio comércio nunca foi uma verdadeira ameaça para Veneza.

não é coincidência. Na verdade, é um modo caracteristicamente romano de agir contra o inimigo, um modo estratégico do ponto de vista militar. Mas as semelhanças param na estratégia de infundir medo nos inimigos, pela violência huno ou pelo acúmulo de poder comercial dos venezianos.

O que de fato aproxima hunos e venezianos, e os diferem de Roma, nas suas respectivas conquistas não é o fundador ou a virtude do povo, mas a brutal hegemonia dos *grandes*, a tal ponto que sufocavam por completo qualquer humor popular. Isso permite a Maquiavel ignorar os líderes de Veneza e chamá-los pela generalidade de “venezianos” e, como se sabe, uma cidade que se torna homogênea pelo desejo de dominação e conquista jamais é capaz de viver segura, porquanto o povo não tem qualquer razão para defendê-la militarmente. Isso explica a profunda ojeriza de Maquiavel, diferentemente de muitos de sua geração, a Veneza. Isso explica também a facilidade com que a liga de Cambrai a devastou em 1508. Uma cidade sem conflitos e sem humores populares que sustentem uma expansão não pode sobreviver senão pela absoluta negligência de outros povos.

Para voltarmos ao ponto, diríamos que o momento da migração foi crucial na formação de uma “oligarquia” veneziana capaz de impor suas leis e ordenações, frágeis e dependentes de que a natureza do território e a fortuna coibissem invasões. Sem fundadores, sem o humor do povo, restava apenas a ilimitada vontade de dominação dos *grandes*, a tal ponto que foram capazes de impor suas leis e ordenações à toda cidade e, feito isso, foram obrigados a expandir. Entretanto, isso não foi um processo posterior à fundação, se deu simultaneamente à conquista huno. “Mas, tomada Aquileia e tendo Átila devastado Pádua, Monselice, Vicenza e Verona, os habitantes de Pádua e os mais

poderosos ficaram habitando os pântanos que havia em torno do Rio Alto” (Machiavelli, 1997, p. 349). Ao se isolarem, os poderosos, carregados pelos seus bens mais valiosos, isolaram o povo dentro do processo de ocupação das terras que viriam a ser a sua própria cidade. Tem-se aqui uma sequência de necessidades: o medo, a esterilidade do solo, a concentração de poder nos *grandes* e o isolamento do povo reafirmado pelo comércio. As duas primeiras foram fatos alheios aos povos que viriam a se tornar venezianos, a última, dependeu deles e causou a própria derrocada da cidade.

Veneza é exceção na tipologia das fundações, não porque suas causas tenham sido diferentes, mas porque o isolamento e o sucesso no comércio tornaram os venezianos ociosos, tal qual o fazem as terras férteis sem leis ou ordenações. Em suma, os venezianos jamais foram constritos pela necessidade depois que iniciaram a ascensão comercial. Até 1508, portanto, jamais precisaram de virtude, e então, quando precisaram, ela estava ausente.

O caso comum do livro primeiro das *Histórias*, aquele que aproxima fuga de poderosos com a migração de um povo, funda ou conquista cidades de cima para baixo e isso é diferente em Veneza, pois ainda que a necessidade tenha sido imposta a todo um povo ou a um conjunto de povos, não foi capaz de manter a virtude, ou, até mesmo, ela nunca esteve presente. A cidade foi fundada pela necessidade, mas as condições históricas e políticas que ocorreram posteriormente não a mantiveram ativa. Uma comparação com Florença parece fazer sentido nesse ponto:

os florentinos, submetidos às mesmas *necessidades* [de terem armas, mas de as destinarem a terceiros] às obedeciam, porque tendo sido, pelas muitas divisões,

extinguida a nobreza e estando aquela república nas mãos de homens formados nos mercados, seguiam as ordenações e a fortuna dos outros. (Machiavelli, 1997, p. 360. Grifo nosso)

Como Veneza, Florença fora forjada no comércio e delegava o controle militar a terceiros, mas sua nobreza fora praticamente extinta por divisões internas. A fundação dessa cidade está diretamente relacionada a isso.

2 A fundação de Florença

O debate entre os especialistas de Maquiavel é bem mais profícuo em relação à cidade de Florença do que de Veneza. O fato de Maquiavel endereçar o leitor a fontes medievais, Dante e Villani, para a justificativa da origem de Florença, colocá-lo-ia, portanto, em um campo abertamente oposto àquele do humanismo de Salutati, Bruni e Poggio⁶, que sustentavam a fundação da cidade no período republicano de Roma em oposição a essas fontes anteriores (cf. Barbuto, 2013, p. 226). A fim de integrar ambas as versões, sustentam ainda alguns comentadores (Bausi, 2005, p. 267), Maquiavel admitiria, seguindo Bartolomeo Scala, uma dupla fundação da cidade na qual a segunda investida, aquela romana, estaria bifurcada em dois períodos diferentes.

Alternativamente, sustentamos que, em Florença, nem ocorreu uma fundação aos moldes tradicionais descritos nos *Discorsi* e, em pare, no Livro I das *Histórias*, nem uma dupla fundação. Mas, à moda

⁶ Para uma leitura polêmica e alternativa, cf. Gilbert, (2012, p. 165).

romana, uma fundação no tempo, ainda que imperfeita e inacabada. Paulatinamente, não obstante sem a *fortuna* e a *virtù* romanas, Florença foi igualmente fundada no tempo (Coby, 1999, p. 41).

O relato sobre Florença, assim como o de Veneza, segue de perto o esquema teórico dos *Discorsi*, embora os termos de proximidade sejam outros. No entanto, antes, ainda no Livro II, Maquiavel, como em todos os capítulos de abertura dos livros das *Histórias*, apresenta uma reflexão mais teórica. De saída, o secretário florentino deixa claro que as colônias, edificadas com cidadelas e cultivos, ocorrem em lugares “desabitados ou ocupados”, acentuando a diferença para com os *Discorsi* e confirmando o histórico dos conflitos itálicos. Constatase que essa estratégia colonial produz um impacto demográfico positivo: a população se multiplicava, a mesma expressão empregada nos *Discorsi* (Machiavelli, 2010, p. 65), quando afirma a união pela defesa do engrandecimento populacional.

Novamente, a diferença reside no fato de que a fundação original da cidade, em lugar desabitado, se realiza no tempo pelo conjunto da população, ao passo que as colônias são obra da *virtù* humana sob a liderança de um ou de poucos. Contudo, deixadas à própria sorte, a população se distribui de modo tal que se concentra e se dispersa em lugares diferentes, afetando diretamente a segurança da província. Emerge mais uma vez o tema da necessidade criada pelos homens a fim de coibir uma tendência engendrada pela natureza, tal qual a fertilidade do solo. “E porque a natureza não pode sanar essa desordem, é *necessário* que a indústria o faça” (Machiavelli, 1997, p. 362. Grifo nosso). Enfim, as colônias podem tanto fundar uma nova cidade quanto expandir os domínios de uma já estabelecida, aos moldes do principado misto (Machiavelli, 2013). Florença foi

inicialmente desse segundo tipo, resultado da expansão de outra cidade.

Gostaríamos de destacar aqui não a querela de Maquiavel com os humanistas a respeito da origem republicana ou imperial de Florença⁷, mas, diferentemente, o caráter paulatino dessa edificação. Mas antes é preciso uma observação. Dos inúmeros exemplos de fundação, refundação ou conquista de cidades, Maquiavel sempre destaca o momento, o instante original, “*in uno tratto*”, de uma só vez do ocorrido⁸. Todavia, Florença é exceção juntamente com nada além do que Roma. Ambas, em certo sentido e com conteúdos diferentes, foram fundadas no tempo e isso, inevitavelmente, leva à questão: dado que Roma e Florença tiveram uma fundação diluída no tempo, isso as aproxima de algum modo?

A sequência de Roma é nítida: Enéas, fugindo de Troia; Rômulo, com o fratricídio e a criação do senado; Numa, com a criação da religião; a plebe, com a criação dos Tribunus. Florença também teve um percurso temporal, embora inteiramente diferente. Primeiramente,

a cidade de Fiesole, estando no alto do monte, fez com que seus mercados fossem mais frequentados e mais cômodos àqueles que desejavam ir com suas mercadorias, ordenou o seu lugar não sobre o morro, mas na planície, entre o pé do monte e o rio Arno. Acredito que esses mercados

⁷ Sobre isso, cf. Pinto e Falcão, 2021.

⁸ Observe-se que a expressão comumente usada por Maquiavel para designar o instante fundacional – “*in uno tratto ridoti insieme*” (Machiavelli, 1997, p. 349) – aparece também no caso de Veneza, mas ele mantém, coerentemente, a separação entre a reunião dos povos pelo medo e a instituição propriamente de um governo.

tenham sido a causa das primeiras edificações.
(Machiavelli, 1997, pp. 362-363)

Tem-se aqui a primeira ocupação territorial de um lugar até então desabitado. Por um lado, ela se assemelha às descrições dos *Discorsi* da migração de um pequeno grupo a ocupar originariamente o lugar. Por outro, descreve uma empreitada colonial, ainda que sem fortificações ou cultivos, características marcantes das colônias. Nesse ponto, Florença se encontra a um meio termo entre uma cidade inteiramente nova e a conquista colonial pura e simples, pois não é empreendimento de um povo amorfo forçado pela necessidade a abandonar sua terra, nem um posto colonial avançado.

O segundo momento é quando Roma avançou com as guerras na península. “Porque os homens não se mantêm nunca nas dificuldades se alguma *necessidade* não os mantém nela” (Machiavelli, 1997, p. 363, grifo nosso). Isso é, ao terminarem a guerra, os romanos partiam para lugares seguros, como o mercado de Fiesole, sem qualquer constrangimento da necessidade. Era de supor que o ócio viria logo, mas não entre os romanos, que, logo em seguida, voltavam a fazer a guerra. O “medo das guerras constringem [os homens] a habitarem lugares fortificados e rudes” (Machiavelli, 1997, p. 363), e, assim, a expansão romana ocupa o lugar das leis e ordenações dos *Discorsi* na criação da necessidade.

O terceiro momento fundacional é a criação, após a segurança garantida pelos romanos, de uma “terra”, isso é, uma cidadela, uma fortificação, um burgo, que ganhou o nome de Villa Arnina. Por fim, dos desdobramentos das guerras civis romanas, Sula foi o primeiro a enviar colônias à região, depois, pelo triunvirato de Otaviano, Antônio e Lépido, conformando, assim, uma verdadeira cidade.

Independentemente da facticidade do relato histórico, é importante aqui perceber que Maquiavel, pela primeira vez nas *Histórias*, e ele não volta a fazê-lo, relata uma cidade que emergiu de um esforço progressivo, paulatino, no tempo, e, também como na fundação de Roma, constrita pela necessidade criada pelos homens: na criação do mercado, nas guerras itálicas de Roma, na construção de uma cidadela e, por fim, da própria cidade. Todos esses empreendimentos estão livres de quaisquer condicionantes naturais. Aliás, contrariamente a Veneza, Florença nunca esteve isolada e, por isso, não desfrutou das benesses da fortuna para o autogoverno. Por outro lado, e as *Histórias* o relatam com maestria, a permanência da necessidade em Florença não foi capaz de institucionalizar os conflitos, de criar meios para o povo desafogar seus humores e conter a fúria violenta dele contra os *grandes*. Além disso, e até mesmo por causa disso, os grandes entraram em uma disputa fratricida que impediu que a cidade tivesse o mesmo destino de Roma.

Considerações finais

A diferença entre o exemplo florentino e o romano não é senão das necessidades impostas ao longo de cada uma de suas respectivas histórias. Mas essas são as duas únicas cidades de que se tem notícias, na obra maquiaveliana, que se fizeram em diferentes etapas e paulatinamente⁹. Se, por um lado, isso as aproxima, por sofrerem a coerção da necessidade de cada situação, por outro, então, isso as

⁹ Ainda que o caso de Veneza possa ser controverso, não houve um momento marcante na história da constituição daquela cidade senão a fuga pelo medo, uma vez que no início da expansão comercial, Veneza já era uma cidade.

separa, por responderem adequadamente ou não a cada necessidade. Contudo, o fato singelo de que, diferentemente de Veneza, ambas estavam constringidas pela necessidade e que a ela respondiam ativamente aponta um fio condutor que poderia levar a crer em uma boa ordenação florentina, como o próprio nos relata desde o próêmio das *Histórias*:

E, sem dúvida, se Florença tivesse tido a felicidade que, depois que se libertou do Império, ela tivesse tomado forma de governo que a mantivesse unida, eu não sei qual república, moderna ou antiga, lhe seria superior, de tanta virtude de armas e de indústria que estaria repleta. (Machiavelli, 1997, p. 309)

Em todos os momentos de Florença, a necessidade é criada pelos homens, nativos ou estrangeiros, e jamais recebeu as benesses da natureza. Isso nos leva à conclusão de que o autogoverno florentino, diferentemente do Veneziano, sempre foi algo profundamente difícil. Mas é o movimento das disputas externas algo que também conduz a parte popular da cidade a agir, inclusive, contra os *grandes*. Momentos esses primorosamente relatados em diferentes passagens das *Histórias*. Se, por um lado, Florença jamais foi principado ou república verdadeiramente, como ele nos relata no *Discursus florentinarum rerum*, obra escrita próxima das *Histórias*, por outro, então, ela jamais deixou de ter seus humores ativos.

Torna-se algo verdadeiramente libertador, particularmente em relação ao humanismo cívico, que os instantes fundacionais mais importantes não determinem o todo da vida de uma cidade. Ainda que Florença tenha sido fundada, ao menos em parte, por uma empreitada colonizadora imperial isso não é determinante para a constituição de

sua liberdade. A constrição das necessidades naturais é certamente um elemento importante no desenvolvimento de cada cidade. Entretanto, são as ações humanas sempre superiores a ela. As *Histórias florentinas* mostram que toda cidade é sempre capaz de se libertar se as necessidades adequadas às suas condições forem criações humanas.

Referências bibliográficas

- Barbuti, G. M. (2013) *Machiavelli*. Roma: Salerno Editrice.
- Bausi, F. (2005) *Machiavelli*. Roma: Salerno Editrice.
- Dionisotti, C. (1980) *Machiavellerie: storia e fortuna di Machiavelli*. Torino: Einaudi.
- Gilbert, F. (2012) *Machiavelli e Guicciardini: pensiero politico e storiografia a Firenze nel Cinquecento*. Torino: Einaudi.
- Machiavelli, N. (2010) *Discorsi sopra la prima deca di Tito Livio*. A cura di Giorgio Inglese. Introduzione di Gennaro Sasso. Milano: BUR.
- _____, (2013) *Il Principe*. A cura e introduzione di Giorgio Inglese. Torino: Einaudi.
- _____, 1997) *Istorie Fiorentine*. In: *Opere*. A cura di Corrado Vivanti. Torino: Einaudi- Gallimard.
- Pocock, J. G. A. (2010) Rome: the Republic as Ideal and History. In: Najemt, John (ed.). *Cambridge Companion to Machiavelli*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Sasso, G. (1993) *Niccolò Machiavelli*, vol. 2: *La storiografia*. Bologna: Il Mulino, 1993.

Fundação e refundações republicanas na Florença de Maquiavel¹

Sérgio Cardoso²

Os grandes clássicos nos proporcionam uma experiência intelectual de interrogações que resistem a se fechar, que se reabrem a cada vez que delas nos aproximamos com nossas convicções e conclusões. Os comentários resvalam; passagens nos fazem duvidar mais uma vez, reabrindo seu exame e o diálogo com outros leitores da obra. Os clássicos fustigam o pensamento; não permitem que nos satisfaçamos e descansemos. É nessa experiência de um pensamento vivo, aceso, que nos enreda a clássica “obra Maquiavel”³.

¹ Este texto é dedicado ao mestre Newton Bignotto, que nos sensibilizou para a importância do tema da “fundação” no pensamento de Maquiavel.

² Professor do Departamento de Filosofia da USP.

³ Claude Lefort denomina sua tese “O trabalho da obra Maquiavel”, lembrando-nos que uma obra de pensamento inclui o texto do autor e os de seus leitores/intérpretes, já que o sentido da obra não está apenas no texto e na letra do autor, mas, mais amplamente, no campo das interpretações e debates produzido por seus leitores. Cf. Claude Lefort, 2024.

Assim, volto ainda uma vez à questão⁴ certamente central dessa obra que nos fascina, à questão da divisão civil e da natureza dos desejos que a promovem, instaurando a vida política e fazendo história. As *Histórias florentinas* nos propõem um campo extraordinariamente fértil para levar adiante tal questão, visto que é da matéria histórica, do passado e de seu presente, que desabrocha a reflexão política de nosso autor.

Há para ele, evidentemente, a referência fundamental à história romana, lida sobretudo a partir de Tito Lívio. Porém, como observa no *Proêmio* destas *Histórias florentinas*, nelas sua reflexão se vê particularmente mobilizada e instigada; pois, diz, “se todo exemplo de república move, aqueles que se leem sobre a própria movem muito mais” (Machiavelli, 1971a, p. 632)⁵, além de serem muito mais úteis, ele completa. E, sabemos, não se trata de uma República qualquer. Florença tornou-se célebre por suas turbulências políticas, produzidas pelos conflitos civis e enfrentamentos externos, oferecendo, pois, matéria histórica privilegiada para as considerações do investigador político. Uma particularidade enfatizada nesse *Proêmio* do livro:

se foram notáveis as divisões de alguma república, as de Florença foram notabilíssimas, já que a maior parte das repúblicas de que se tem notícia contentava-se com uma divisão – com a qual, conforme os acontecimentos, a cidade ora cresceu, ora se arruinou; mas Florença, não

⁴ Refiro-me sobretudo aos textos “Sobre a divisão civil (e suas interpretações)” e “O estatuto e a operação do desejo popular nas *Histórias florentinas*” do livro *Maquiavelianas* (Cardoso, 2022).

⁵ As traduções, salvo aviso em contrário, são de minha autoria.

contente com uma, produziu várias. (Machiavelli, 1971a, p. 632)

Desse modo, na perspectiva do observador político – sempre interessado, acima de tudo, na compreensão da natureza “das discórdias civis e inimizades internas e dos efeitos que delas nasceram” (Machiavelli, 1971a, p. 632) –, Roma, Atenas, ficam para trás, pois sua cidade produziu conflitos de toda ordem e em profusão: os advindos de sua tutela por potências estrangeiras (provocadas quase sempre pelas disputas entre os nobres e o *popolo* burguês); as disputas entre os próprios nobres e aquelas no interior do *popolo*; entre o *popolo* e a plebe e outras mais, protagonizadas por “partidos” (guelfos e gibelinos, *Bianchi* e *Neri*, amigos e inimigos das tutelas da cidade pelo reino de Nápoles), lideradas por famílias proeminentes, nobres ou burguesas, como as nomeadas no início do Livro III: Buondelmonti versus Uberti, Donati *versus* Cerchi ou, depois, Albizzi *versus* Ricchi (aliados dos Medici) e tantas assim.

Em Roma, observa ainda o *Proêmio* do livro, “depois de afastados os reis, veio a desunião entre os nobres e a plebe, a qual se manteve até a derrocada da cidade” (Machiavelli, 1971a, p. 632). Desse modo, lá se vê o desenrolar de um mesmo longo e estável enfrentamento sociopolítico. E, a repararmos bem, podemos verificar que algo semelhante se passa nessas *Histórias florentinas* se considerarmos o Livro III. Pois, ele tem em seu centro o enfrentamento entre a plebe e o *popolo* (burguês e pequeno burguês) e parece narrar um mesmo extenso episódio, com seu início, meio (sua *akme* assinalada pela revolta dos *Ciompi*) e fim, com a volta à situação inicial do domínio de uma das facções burguesas, aquela liderada pela família dos Albizzi. Tal segmento, narrado no Livro III, se inicia depois da interdição da

participação institucional dos nobres nos postos de governo, motivada pela dominação opressiva da chamada *parte guelfa* (a facção liderada pelos Albizzi) sobre as ordenações e leis da cidade, indo, depois, à contestação e à derrubada dessa dominação (num movimento liderado inicialmente pela pequena burguesia das corporações menores), para chegar, em seguida, então com o protagonismo da plebe, à inédita e efêmera democratização total das instituições, que desmoronará depois de três anos, em 1381, retornando a cidade ao ponto de partida do domínio oligárquico do partido guelfo, que controlará o governo por volta de 50 anos mais. Depois, com a volta de Cosimo de' Medici do exílio em 1434, inicia-se um outro ciclo, no qual se concluirá o processo de oligarquização da República, logo transformada em um verdadeiro principado (hereditário), que se estenderá por 60 anos, até o retorno das instituições republicanas em 1494 (Cardoso, 2022, pp. 133-79).

Já a história do período anterior, narrada no Livro II⁶, é bem diversa. Trata-se de um tempo de hegemonia da nobreza, permeado por conflitos regionais e, internamente, por rivalidades de grupos de famílias (que provocam frequentemente a intervenção de potências estrangeiras), mas também por uma permanente e indefectível resistência popular republicana. No início, temos os primeiros embates no interior da nobreza entre guelfos e gibelinos (mais aplicados, é preciso dizer, às ambições de cada grupo pelo poder

⁶ O Livro I dedica-se à história da Itália do final do desmoronamento do Império romano ao fim do século XIV, momento das guerras contra Florença e Veneza provocadas por Filipe Maria Visconti, duque de Milão. Já o Livro II passa a ocupar-se propriamente das histórias florentinas, da fundação da cidade até meados do século XIV. O Livro I repassa cerca de 1000 anos, como assinala o próprio Maquiavel; o Livro II centra-se sobretudo em 100 anos, de aproximadamente 1250 até o afastamento da nobreza do governo da cidade.

interno que às motivações dos conflitos do tempo entre Império e Papado); no final, a inteira exclusão política da nobreza e a consolidação do domínio popular, burguês, sobre a cidade.

Nesse período, os elementos oferecidos pela matéria histórica à reflexão política mostram-se não só abundantes, mas talvez mais interessantes ainda que os de outros segmentos da obra, se não pela grandeza e alcance histórico dos acontecimentos, pela sua multiplicidade, pela diversidade de natureza das divisões e dos conflitos, pela complexidade histórico-política do conjunto dos eventos considerados. No acompanhamento da longa e persistente oposição oferecida pelo *popolo* – a grande e a pequena burguesias – ao desejo de dominar, insolente e prepotente, da nobreza, o historiador vai apurando e destacando as razões, a natureza e a lógica dos conflitos políticos, de modo que são muitos os conhecimentos extraídos por ele dessas histórias: o sentido crucial da experiência da fundação e das contínuas refundações das *ordini* republicanas; a compreensão da implicação e entrelaçamento constante dos conflitos de facção e de interesses com os movimentos de teor propriamente político; a apreensão da mútua implicação dos eventos externos e internos à cidade; enfim, a observação do intrincamento desses diversos registros na singularidade de cada um dos episódios históricos narrados. Tentemos, assim, acompanhar, brevemente, em panorama, o fio e a trama que Maquiavel, neste Livro II, impõe às memórias da cidade para estabelecer sua história.

Talvez a primeira observação a fazer sobre o início do Livro II (aquele que deixa as peripécias da história geral da península italiana para concentrar-se nas histórias florentinas) seja relativa ao tratamento dado por Maquiavel à questão controversa da origem da cidade. Segundo narra, nem descendente do Império nem da

República Romana – como pretendia Leonardo Bruni –, mas uma modesta colônia do povoado de Fiesole, que passa depois ao domínio (*alla ubbidienza*) dos romanos, sendo em seguida destruída pelos ostrogodos e, muito tempo depois, reedificada por Carlos Magno (pelos anos 800), para viver a partir daí, sempre submetida, “segundo a fortuna dos que comandavam a Itália” (Machiavelli, 1971a, p. 660). Mesmo tendo experimentado, pelo tempo do imperador Henrique III, nos anos 1080, as conhecidas divisões entre guelfos e gibelinos, os florentinos “até 1215 – diz o historiador – mantêm-se unidos, obedecendo ao vencedor da hora, buscando apenas salvar-se” (Machiavelli, 1971a, p. 660). Não têm autonomia; não têm vida própria; não têm identidade política: unida – Maquiavel insiste –, essa gente obedece aos que a assenhoram (*signoreggiono*), aos que, ao sabor dos ventos, a dominam.

Esse “preâmbulo” – pode-se dizer assim – do Livro II, além da importância de sua tomada de posição nas controvérsias relativas às origens da cidade, mostra-se fundamental para o estabelecimento da natureza política e da dinâmica histórica dos acontecimentos do livro. O minimizar o peso da origem temporal e da cronologia (sequer são celebrados os favores da implantação geográfica da cidade, como é costume, e como faz Leonardo Bruni, que o antecede nessa missão de historiador de Florença) e o acentuar a acidentalidade de seu percurso inicial estão nitidamente a serviço do destaque dado à sua verdadeira origem, o momento de sua fundação política, aquele em que advêm suas ordenações próprias, penhores de sua identidade como cidade, como República, um termo que, mesmo em meio às aventuras e desventuras das instituições da liberdade, Maquiavel não deixará de reiterar.

Na vida dessa comuna, que passa, “assenhorada”, pelo reinado de Carlos Magno, dos Berengários e imperadores alemães, o momento da origem (o ato da fundação) vai ser desencadeado pelo acirramento dos conflitos entre as famílias nobres, quando o apoio de Frederico II, rei de Nápoles, à facção liderada pelos Uberti, leva à expulsão dos Buondelmonti da cidade, comprometendo toda a vida da comuna nas rivalidades entre guelfos e gibelinos. A ameaça de desintegração induz e impõe a reação que logo adiante dará aos florentinos sua vida e identidade próprias, realizando seu desejo de independência (que continuará acossada, é verdade) e a instituição de um governo próprio. Tal movimento ocorre por ocasião da morte de Frederico, em 1250. Maquiavel relata assim esse momento inaugural: “Com a morte de Frederico, os que em Florença eram *uomini di mezzo* [nem nobres, nem plebe, e também independentes das facções] pensaram ser melhor unir a cidade que mantê-la dividida e arruiná-la” (Machiavelli, 1971a, p. 661). Assim, esses homens agem no sentido da reconciliação, levando os guelfos a retornarem à cidade e os gibelinos a recebê-los, parecendo-lhes ter chegado o tempo de “tomarem forma de *vivere libero* e [instituírem] ordenações para poderem defender-se, antes que o novo imperador adquirisse forças” (Machiavelli, 1971a, p. 661). Esses homens medianos (*uomini di mezzo*), para o benefício da cidade e o seu próprio, com respaldo popular – “tinham maior confiança por parte do povo” (Machiavelli, 1971a, p. 661) –, estabelecem as instituições civis e militares e instituem a república. Demarcam politicamente a geografia da cidade, dividindo sua extensão em seis partes e estabelecendo dois representantes de cada uma em um Conselho de governo. Estabelecem dois juízes externos – um *Capitano del Popolo* e um *Podestà* – para julgarem os conflitos civis e criminais e criam uma força pública (vinte bandeiras na cidade e setenta e seis

no *contato*), porque sabem que “nenhuma ordenação é estável sem que lhe seja dado um defensor” (Machiavelli, 1971a, p. 661). Assinalado isso, o historiador completa com grande ênfase: “com tais ordenações militares e civis os florentinos fundaram a sua liberdade” (Machiavelli, 1971a, p. 662)⁷.

Observaremos que toda a história posterior da cidade, até o início do século XV, oscilará entre a perda dessa fundação do *vivere libero* (vida sob ordenações e leis, *ordini e leggi*) – em episódios de tirania, servidão e obediência a facções internas ou a potências estrangeiras que pisam as leis – e retomadas, a cada vez, do gesto fundador, de sua reinstitucionalização e reinstituição da Liberdade republicana. A cada vez que submerge a *libertà*, a cada vez que prevalece sobre as leis o desejo de dominar dos grandes, reascende-se o ímpeto popular de se livrar da *servitù* e, quase sempre, desse desejo renasce a República. Tudo parece corroborar o belo discurso dos *Signori* eleitos da cidade diante do Duque de Atenas⁸, que perpetra a mais violenta das agressões sofridas por suas instituições: “procurais fazer serva uma cidade que sempre viveu livre”, mas – prosseguem – deveis saber que é previsível vossa ruína, visto que “é certíssimo que não basta dar tempo para se consumirem os desejos de liberdade” (Machiavelli, 1971a, p. 682)⁹. Aos que experimentaram o *vivere libero*,

⁷ “Con questi ordini militari e civili fondarono i fiorentini la loro libertà”. A palavra *libertà* nomeia sempre as instituições republicanas.

⁸ Gualtieri, Duque de Atenas, que dirige Florença até 1326 como vigário de Carlos da Calábria (filho do rei Roberto de Nápoles) a quem fora dada a *Signoria* sobre a cidade. O duque volta posteriormente a dirigir a cidade em nome do rei Roberto, chamado mais uma vez a socorrê-la diante do fracasso da campanha dos florentinos contra Mastino Della Scala de Verona e os pisanos, como se verá adiante.

⁹ “Voi cercate fare serva una città la quale è sempre vivuta libera”, mas – prosseguem – deveis saber que é previsível vossa ruína, “che il tempo a consumare i desiderii della libertà non basti, è certissimo”.

dizem ainda, “força alguma doma, tempo algum consoma e mérito algum contrapesa” (Machiavelli, 1971a, p. 682). E, de fato, a cada episódio de servidão, o povo se rebela, reafirma e retoma sua autonomia, renovando o ato da fundação, instituindo *nuovi ordini*. A cada episódio vemos Maquiavel constatar, em formulações diversas, o que observa quando do término de um dos episódios de tutela da cidade pelo rei de Nápoles: “a cidade tornada *principe di se stessa* reordenou-se com seus dirigentes e magistrados costumeiros” (Machiavelli, 1971a, p. 675).

E são inúmeros esses episódios de retomada da liberdade e do *riformare lo stato* após momentos de ruína das instituições por conflito de facções ou tirania. Considerando tais eventos, o historiador pondera e se permite generalizar: “ocorre em todas as repúblicas que sempre, depois de algum acidente, anulam-se algumas leis antigas e inovam-se algumas outras” (Machiavelli, 1971a, p. 676). São momentos em que as repúblicas não só reafirmam o vínculo com seu passado de liberdade, mas precisam também marcar, de algum modo, com algum traço original, seu renascimento, o tempo da refundação.

Passemos, pois, a uma breve consideração dos episódios dessa história política de Florença, à parte narrada nesse fundamental Livro II. Busquemos o fio, a trama e a lógica que Maquiavel confere a essa história – que se constitui e perdura como tal pela renovação constante do gesto de sua fundação republicana.

Logo depois da primeira instituição da *libertà*, da constituição das ordenações e leis próprias da cidade, os gibelinos, “odiados pelo povo por seu comportamento soberbo no tempo de Frederico” (Machiavelli, 1971a, p. 662), tentam retomar o controle da cidade. São expulsos, mas logo retornam acompanhados de um capitão de Manfredo (rei da Sicília, filho ilegítimo de Frederico II), o conde

Giordano, “que submeteu toda aquela cidade ao domínio de Manfredo, destituindo os magistrados e toda outra ordenação que deixasse aparecer alguma forma de sua liberdade” (Machiavelli, 1971a, p. 662), além de exilar os guelfos. Esta injúria vinda dos gibelinos “foi recebida com grande ódio de todos (*dello universale*), de modo que [o povo], de inimigo dos gibelinos, tornou-se inimicíssimo deles” (Machiavelli, 1971a, p. 662). Ora, quando em 1266, com o apoio do Papa, Carlos de Anjou¹⁰ conquista o reino da Sicília e de Nápoles, afastando os descendentes dos Hohenstaufen, os mesmos odiados gibelinos tentam ardilosamente ganhar a simpatia popular restituindo à cidade sua *libertà*, sob novas ordenações. Entretanto, logo depois, arrependidos, tentam voltar atrás, mas enfrentam uma enorme reação popular. A cidade expulsa o vigário real (o conde Guido Novello, que substituíra o conde Giordano), apoiado pelos gibelinos, e retoma as instituições da sua liberdade: “para satisfação daqueles que queriam o bem da república, decidem reunir a cidade e acolher todos os cidadãos, gibelinos ou guelfos”, exatamente como se fizera no momento da fundação original. Voltam, assim, os exilados guelfos, perdoados aos gibelinos *la fresca ingiuria* – sem apagar, evidentemente, a memória do exílio de seis anos e o ódio aos seus adversários (Machiavelli, 1971a, p. 664). O *popolo*, então, assume e defende as *nuovi ordini* que os gibelinos lhe haviam concedido “por imprudência e por medo” (Machiavelli, 1971a, p. 663). E assistimos à estabilização de um novo regime de governo, que vai perdurar: o chamado “governo das artes”, das corporações (Machiavelli, 1971a, p.

¹⁰ Carlos de Anjou, irmão do rei Luís IX da França, torna-se rei da Sicília (coroado em Roma pelo Papa em janeiro de 1266) e de Nápoles (em 1282), derrotando os descendentes dos Hohenstaufen, Manfredo (filho de Frederico II) e Corradin, também personagens dessa história.

663), que vem associado a várias outras inovações feitas em benefício comum, segundo lembra o historiador (Machiavelli, 1971a, p. 663).

O episódio seguinte acontece quando da descida para a Itália de Corradin, sobrinho de Manfredo, um momento que os gibelinos aproveitam para tentar novamente impor seu domínio. Os guelfos, no entanto, recorrem a Nápoles, a Carlos de Anjou, e os gibelinos fogem da cidade amedrontados. Nesta crise, os florentinos não sofrem a supressão das instituições recentemente estabelecidas, o governo das Artes; mas, ainda assim, marcam a saída da crise e a retomada do tempo da liberdade, criando novos conselhos, fortalecendo a *parte guelfa* (o partido guelfo) e confiscando bens dos gibelinos. “Reordenaram as instituições da cidade (*riordinarono lo stato della città*)”, diz Maquiavel, que observa também que, com esse novo governo, ela “mantém sua reputação, dentro com as leis, fora com as armas” (Machiavelli, 1971, p. 664). Florença retoma sua liberdade, ainda que sob a proteção e vigilância de Carlos de Anjou, feito vigário da Toscana pelo Papa.

Os episódios da ruína e da refundação da liberdade se sucederão, frequentemente provocados pelos movimentos da balança dos poderes das potências estrangeiras, de forças externas à cidade. Não vem ao caso – nem é possível – escrutiná-los todos aqui; mas podemos lembrá-los.

Com a inesperada aliança do Papa Nicolau III com o imperador alemão – visando a neutralizar o crescimento do poder de Carlos de Anjou, rei de Nápoles, na Itália –, o angevino afasta-se da Toscana, para melhor defender ao sul seus próprios territórios. Florença aproveita esta ocasião para conter a degradação de suas instituições, desta feita causada pela prepotência dos guelfos, que haviam se tornado insolentes com a hegemonia de seu partido, apoiado por Carlos. Com

o aval de um novo legado enviado agora pelo imperador, Messer Latino, os florentinos decidem, mais uma vez, reunir a cidade e renovar suas instituições. No entanto, antes que isso ocorresse, a eleição de um novo Papa – um Papa francês – trouxe de volta à região a autoridade do rei de Nápoles. Os florentinos, então, expulsaram Messer Latino e “estabeleceram uma nova forma de regimento para impedir os gibelinos de participar do governo e para impor freios aos poderosos” (Machiavelli, 1971a, p. 665). Conferem maior poder aos Priores, dão-lhes um palácio e passam a chamá-los *Signori, per maggiore magnificenza* e autoridade. Com essas novas ordenações, diz Maquiavel, a cidade prospera e “tem-se por extintos em Florença os partidos gibelino e guelfo” (Machiavelli, 1971a, p. 666).

O apaziguamento dos enfrentamentos entre as duas facções da nobreza faz mudar a natureza dos conflitos. O desgaste das instituições vem agora da prepotência e do comportamento arrogante próprio ao status mesmo da nobreza. Enquanto temiam uns aos outros, diz o historiador, enquanto uma facção temia à outra, os nobres mantinham alguma compostura civil¹¹; porém, atenuados os entreveros, “a cada dia algum popular era injuriado e as leis e os magistrados não eram suficientes para vingá-lo; porque os nobres, com seus parentes e amigos, defendiam-se das forças dos Priores e do Capitão [do Povo]” (Machiavelli, 1971a, p. 666). Diante desse quadro, a providência das autoridades foi a de reforçar o poder policial, o que evidentemente não funcionou. A solução para as desordens só vêm

¹¹ Maquiavel detecta um comportamento semelhante na nobreza romana. Também ela contém sua natural ambição e soberba enquanto enfrenta um oponente que pode beneficiar-se de uma aliança com o povo. Ela trata a plebe “humanamente”, enquanto viveram os Tarquínios, diz. Com a falta deles, “acabando o medo, começaram a cuspir na plebe todo o veneno que tinham no peito e a ofendiam de todos os modos que podiam” (Machiavelli, 1971b, p. 82).

com uma drástica reforma das instituições – mais uma restauração republicana –, os *Ordinamenti della Giustizia* de 1293, com suas severíssimas medidas antinobiliárias: os nobres têm seu acesso vetado às magistraturas da *Signoria*; o *Gonfaloniero della Giustizia* (autoridade policial maior) passa a residir no Palácio com os Prioros (aumentando seu poder de intervenção); a fama pública, na ausência de testemunhos, torna-se suficiente para inculpar um nobre de um delito; os nobres encontram-se sujeitos a multas mais pesadas que os demais cidadãos, além de outras disposições semelhantes. O interessante é que tais medidas são sugeridas ao povo por um nobre “amante da liberdade”, Giano della Bella, que, pelo ódio de seus pares (*come di loro potenza distruttore*) e a falta de reconhecimento da cidade (que ele *aveva libera della servitù de’potenti*), será depois recompensado com o exílio (Machiavelli, 1971a, p. 667).

Com esta retomada draconiana da ordem, o historiador observa, então, que “nossa cidade não mais alcançou uma situação melhor e mais feliz que naqueles tempos” (Machiavelli, 1971a, p. 668). Mesmo as “naturais suspeitas” existentes entre a nobreza e o povo passaram a não ter grande efeito, de modo que “unidamente e em paz cada um vivia (*unitamente e in pace ciascuno si viveva*)” (Machiavelli, 1971a, p. 668).

O novo desafio às instituições republicanas virá, no entanto, mais uma vez de conflitos entre famílias nobres, a partir de um incidente que acaba por dividir toda a cidade em dois partidos, *Bianchi* e *Neri*¹², multiplicando conflitos que deixam a *Signoria* impotente para

¹² Depois do prolongado conflito entre guelfos e gibelinos e dos *ordinamenti della giustizia* de 1293, um conflito entre famílias poderosas de Pistóia – logo identificados como Bianchi e Neri – alcança Florença reacendendo antiga rivalidade existente entre as famílias dos Cerchi (Bianchi) e dos Donati (Neri), ambas guelfas. Logo, em maio de

garantir a vigência das leis. A pedido dos Neri, o Papa envia à cidade o irmão do rei da França, Carlos de Valois, que estava na Itália para buscar recuperar para os franceses o reino de Nápoles. Os magistrados de Florença, de seu lado, “deram-lhe autoridade para dispor da cidade segundo seu arbítrio” (Machiavelli, 1971a, p. 670). Ele, todavia, mantém as instituições estabelecidas e alcança certo apaziguamento das facções, de modo que a cidade voltou a viver *assai quietamente*, sem que fosse necessária sua reinstitucionalização. O mesmo ocorre por ocasião dos tumultos provocados pelo poderoso e inquieto Corso Donati, que é punido pelas leis e morre em 1308 (Machiavelli, 1971a, p. 673). Essa paz interna da cidade durará até a notícia da descida à Itália do Imperador Henrique em nova disputa pelo reino de Nápoles, pois vêm com ele novas ameaças da parte dos exilados gibelinos.

Inicia-se um período de sucessivos perigos para a cidade. Há o imperador que desce da Alemanha; as ameaças de Uguccione della Faggiola, senhor de Pisa e Lucca, com sua pretensão de dominar a Toscana; em seguida, Florença se depara com as ambições e a ferocidade de Castruccio Castracani, que se torna o novo senhor das duas cidades. Tais perigos põem os florentinos mais uma vez em inteira dependência – e submissão – em relação ao reino de Nápoles. Uma submissão sobre a qual Maquiavel não tergiversa: “Além disso – diz – dirigiram-se a Roberto¹³, rei de Nápoles, em busca de ajuda. E não podendo obtê-la como amigos, deram-lhe a cidade por cinco anos, para que a defendesse com seus homens” (Machiavelli, 1971a, p. 674).

1300, um incidente entre jovens das duas casas divide toda a cidade, nobres e populares. O conflito só arrefece com a descoberta (duvidosa) de uma conjuração dos Bianchi, que leva à expulsão da cidade de todos os Cerchi e de muitos de seus partidários, inclusive Dante Alighieri. A rigor, o conflito se estende até 1308, com a morte de Corso Donati (Machiavelli, 1971a, pp. 668-74).

¹³ Roberto, rei de Nápolis (1275-1343). Neto de Carlos I de Anjou, reinou de 1309 a 1343.

Inicialmente, vem o irmão do rei, Piero, que é derrotado e morto na luta contra Uguccone. Nápoles envia, então, como novo capitão, o conde Novello; mas fazem-lhe resistência e logo a cidade “se divide entre amigos e inimigos do rei” (Machiavelli, 1971a, p. 674). Os *popolani*, que têm maioria no governo, conseguem, então, expulsar o conde e entregar a cidade a um tal Lando d’Agobio, “com pleníssimos poderes sobre os cidadãos” (Machiavelli, 1971a, p. 674). O novo capitão, com seus aliados, passa a dominar a cidade com extrema violência: saqueia os cidadãos; comete assassinatos; estabelece, enfim, uma tirania sanguinária. Só conseguem expulsá-lo por ocasião da estadia da nora do rei Roberto na cidade. E, nesse episódio, afastado o tirano, ao invés da refundação de suas instituições, a cidade prorroga a tutela e *Signoria* do rei de Nápoles por três anos. Será apenas ao cabo desse período, com o término dessa submissão, que a cidade, novamente *diventata principe di se stessa*, se reordenou (Machiavelli, 1971a, p. 675) – deixando de lado seus conflitos internos (o que, a bem da verdade, ocorre nesse momento principalmente pelo medo da nova ameaça representada por Castruccio Castracani).

Dura pouco, porém, a retomada do decoro republicano motivada pelo perigo representado por Castruccio, pois a cidade se vê novamente forçada a submeter-se a Nápoles para sua defesa. O filho do rei Roberto, Carlos da Calábria, é, então, anunciado como *Signore* da cidade (Machiavelli, 1971a, p. 677). E, como vigário de Carlos, chega à cidade o Duque de Atenas, que passa a escolher os magistrados *secondo lo arbitrio suo* e leva os florentinos a perder todas as garantias da sua *libertà*. No entanto, afortunadamente, nesse momento, em 1328, ocorrem as mortes de Castruccio e de Carlos da Calábria, de modo que os florentinos, diz o historiador, “libertam-se da *Signoria* de um e do temor do outro [...] e, ficando livres, reformaram a cidade”

(Machiavelli, 1971a, p. 678), isto é, refundaram mais uma vez sua república. Assim, até 1340, a cidade permanecerá apaziguada e viverá sob suas próprias *ordini e leggi* republicanas. Há pequenos conflitos internos (por exemplo, denúncias de manipulação das bolsas eleitorais pelos nobres) e também externos, bem como o verdadeiro dilúvio e inundação do Arno que assolam a cidade em 1333¹⁴. Mas, no geral, vigem as leis e a paz civil.

O episódio seguinte dessa nossa história é aquele da campanha contra as ameaças e ofensivas de Mastino della Scala, senhor de Verona. As patentes inabilidades na sua condução suscitam a indignação popular contra os vinte cidadãos escolhidos para conduzi-la, obrigando os dirigentes, como sempre, a recorrer a Nápoles, que lhes envia novamente o Duque de Atenas, sinistro personagem, que os nobres logo fustigam para que estabeleça um principado. O Duque, com a cumplicidade e o incentivo de muitos *grandi* – “que, carregados de dívidas, desejam saldar seus débitos com o que é de outros e com a servidão da pátria livrar-se de seus credores” (Machiavelli, 1971a, p. 681)¹⁵ – passa a cortejar a plebe e logo convence o povo a conceder-lhe uma *Signoria* vitalícia, *signoria libera*, o coroamento da tirania mais terrível entre todas que a república conheceu. Mas também começam as reações nesse momento, em 1342. Os cidadãos – “vendo a majestade do estado arruinada, as ordenações corroídas, as leis anuladas, toda

¹⁴ Grandes enchentes do rio Arno marcam a história da cidade de Florença. Depois desta de 1333, são lembradas outras ocorridas em 1557, 1844 e a recente e devastadora de 1966.

¹⁵ Lembremos também a seguinte passagem do mesmo capítulo: “I Grandi, i quali, per le cagioni dette di sopra, vivono malcontente, e avendo molti di loro conoscenza con Gualtieri, [...] pensorono che fusse venuto tempo da potere, com la rovina della città, spegnere lo incendio loro; giudicando non avere altro modo a domare quel popolo che gli aveva afflitti, che ridursi sotto un principe [...]” (Machiavelli, 1971a, p. 681).

vida honesta corrompida, toda modéstia civil extinta” (Machiavelli, 1971a, p. 684) – movidos pela vergonha, o medo e o ódio, empenham-se em diversas conjurações, que mobilizam simultaneamente os nobres, os *popolani* e os artesãos. Ao serem descobertas, elas se unem e atacam o Duque e seus aliados, terminando por vencê-los: uma multidão, em *rabioso furore*, saqueia, incendeia, mata e os expulsa da cidade (em julho de 1343), produzindo um teatro de violência inaudita em um dos episódios históricos que maior orgulho cívico infundiu nos florentinos.

Acalmados os tumultos, são escolhidos 14 cidadãos (sete nobres e sete *popolani*) *per dare forma allo stato* (Machiavelli, 1971a, p. 686), de modo a permitir à cidade retomar sua vida e costumes republicanos com novas instituições. E Maquiavel observa, então, que ela permaneceria assim pacificada não fosse a “natural” soberba e prepotência da nobreza, que continua a exasperar os populares, de modo a levá-los finalmente a decidir excluir de uma vez os nobres das funções da *Signoria*, como já ocorrera com os *Ordinamenti di Giustizia* de 1293, que se haviam afrouxado ao longo do tempo. Com a reação veemente e agressiva por parte da nobreza, o povo se arma e passa a exigir não só a reforma da *Signoria*, mas também dos conselhos, “de modo que todo o governo ficasse sob o arbítrio do povo” (Machiavelli, 1971a, p. 688). Os nobres, indignados, buscam, o apoio da Lombardia; o *popolo*, por sua vez, o de Perugia e Siena. Os relatos são da ocorrência de enfrentamentos de extrema violência, em que o *popolo* vai vencendo e dominando cada parte da cidade. Seu furor contra a nobreza atinge uma intensidade sem precedentes: saques, incêndios, destruição de palácios e torres de defesa dos *grandi* – numa ferocidade, diz o historiador, “capaz de envergonhar mesmo o mais

cruel dos inimigos do próprio nome florentino” (Machiavelli, 1971a, p. 689).

No final desses terríveis acontecimentos, vencida a nobreza, o povo mais uma vez *riordinò lo stato* (Machiavelli, 1971a, p. 689), retomando todas as disposições antinobiliárias das legislações antigas. Daí em diante, relata Maquiavel, os nobres não mais ousaram pegar em armas contra o povo. Assim, na conclusão desse segundo livro, abre-se uma nova etapa dessas *Histórias florentinas*, aquela da neutralização política da nobreza e da passagem das divisões civis – inultrapassáveis – para o interior do próprio *popolo* burguês e ainda para sua oposição não mais à nobreza, mas à plebe, como se vê ao longo do terceiro livro.

Os ensinamentos que nos vêm das histórias florentinas que aqui acompanhamos são muitos. O primeiro deles, certamente, é o que se procurou até agora sublinhar: a extraordinária resistência popular (no caso, a burguesia florentina primeva – a grande e a pequena –, posta entre a nobreza e a plebe) à opressão arrogante dos *grandi*, os nobres, e sua capacidade de, a cada vez, recuperar a liberdade republicana – a vida sob *ordini e leggi* – desde que esta foi experimentada no momento da fundação política da cidade, no século XII. No único discurso direto¹⁶ inscrito nesse Livro II (aquele dos *Signori* legalmente estabelecidos que buscam dissuadir o Duque de Atenas de avançar na tirania), Maquiavel estampa claramente, já vimos, esta convicção:

que é certíssimo que o tempo nunca é capaz de apagar os desejos de liberdade; pois amiúde se ouve que ela é

¹⁶ Trata-se de um recurso dos historiadores antigos em que se faz um personagem expor em discurso direto razões que levam à ação ou oferecem ou comentam o sentido dos acontecimentos em curso.

restabelecida em cidades em que os habitantes nunca a experimentaram e que a amavam tão somente pela memória deixada por seus pais. (Machiavelli, 1971a, p. 682)

Como pudemos verificar, o Livro II se escande sobretudo por esta reiterada resistência do desejo de liberdade, desejo de não ser oprimido e arbitrariamente dominado, a aspiração por ver a cidade unida (expressão que volta a cada passo) e vivendo tranquilamente (*quietamente*), em paz (*in pace*), sob leis e instituições, um desejo permanentemente, indefectivelmente, afrontado pela soberba dos *grandi*, seja das famílias da velha nobreza florentina, seja dos prepostos das potências estrangeiras que subjagam a cidade. Prepotências efetivamente indefectíveis, como faz ver Maquiavel ao narrar a pacificação e refundação das ordenações republicanas da cidade após a expulsão do Duque de Atenas:

Concluídas estas ordenações, esse governo, a cidade se teria assentado, se os grandes se contentassem em viver com a modéstia requerida pela vida civil, mas eles agiam de modo contrário, porque, enquanto privados, não queriam companheiros e, nas magistraturas, queriam ser senhores. (Machiavelli, 1971a, 687)

Tal soberba e insolência mostram-se comuns ao estamento da nobreza como um todo, mas manifestam-se particularmente através de alguns de seus personagens. No período que consideramos, o caso paradigmático para Maquiavel é certamente o de Corso Donati. Depois da cidade apaziguada dos conflitos entre *Bianchi* e *Neri*, Corso permanece insatisfeito e irritado “porque não lhe parecia ter na cidade a posição que acreditava convir-lhe; sendo o governo popular, ele via

a república administrada por muitos inferiores a ele” (Machiavelli, 1971, p. 671). Dele, nosso autor comenta a certo momento: *che il modo suo di vivere ogni civili misura trespasava* (“seu modo de viver ia além de todas as medidas civis”) (Machiavelli, 1971a, p. 673). Porém, podemos nos lembrar também daqueles nobres que insuflavam no ânimo ambicioso do Duque de Atenas seus ímpetos de tirania. Eles pensavam, já vimos, “não haver outro modo de domar o povo que submetê-lo a um príncipe, o qual, conhecendo a *virtù* de um dos lados [o seu, certamente] e a insolência do outro, freasse uma e premiasse a outra” (Machiavelli, 1971a, p. 681), com privilégios.

É essa arrogância que, a partir de certo ponto, torna insuportável, sobretudo para os *popolani*, os membros da burguesia abastada, a presença dos nobres nos conselhos republicanos. É ela que em 1393 provoca os *Ordinamenti di Giustizia* que afastam a nobreza das funções do priorato, as magistraturas da *Signoria*, e que enseja também seu afastamento final, em meados do século seguinte, de todos os ofícios públicos, como se vê no término do Livro II. E são os fatos que aqui evidenciam aquela consideração que Maquiavel renova em todas as suas obras fundamentais: que, mesmo quando faltam motivos diretos de conflito, ainda assim, “restam acesos aqueles humores que naturalmente costumam existir em todas as cidades entre os poderosos (*potenti*) e o povo, porque querendo o povo viver segundo leis e os poderosos querendo comandar aqueles, não é possível que se entendam (*cappino insieme*)” (Machiavelli, 1971a, p. 666). Nada mais claro, enfim: o desejo popular de liberdade é desejo de *ordini*, aspiração continuada por viver sob leis e instituições

republicanas. O povo é o sujeito, o motor e o autor das ordenações propriamente políticas¹⁷.

É importante insistir em que Maquiavel não atribui ao povo aquele humor que os Antigos identificavam na massa popular democrática: um humor “libertário” e anárquico, avesso a qualquer autoridade, guiado pelo desejo de independência e de prazer. O desejo de liberdade é para ele a pulsão coletiva de um povo, imbuído da experiência histórica da sua fundação e constituição política, sem a qual os homens naturalizariam as relações de dominação e opressão. O humor popular que opera na divisão política maquiaveliana não é, portanto, um humor natural “aos homens” ou à massa dos indivíduos oprimidos. Ele é o humor de um povo, que só existe como povo – como bem mostra o historiador – pela experiência histórica de uma vida própria coletiva, procedente de um acontecimento originário, o acontecimento de sua fundação política. Não há povo sem a memória de uma fundação política. Enfim, o humor popular que Maquiavel diz existir “naturalmente” *em todas as cidades*, não está inscrito na natureza dos homens e não é de modo algum uma resistência à dominação semelhante à dos potros rebeldes aos arreios, evocados, por exemplo, por La Boétie (1999).

A materialidade histórica que suscita e sustenta os enunciados universalizantes de Maquiavel (Maquiavel, 2017, p. 147; Machiavelli, 1971a, p. 690; 1971b, p. 82) nos adverte, pois, consistentemente, em relação a uma compreensão do desejo popular de liberdade como

¹⁷ Não devemos deixar de frisar que essa figura política do “povo” pode ser efetivamente representada por estratos sociológicos diversos. Aqui, no Livro II, o papel do povo é desempenhado pela burguesia florentina – a grande e a pequena: cidadão inscritos nas *Arti maggiore* e nas *Arti minori* – em sua oposição à nobreza. No Livro III a função política popular será principalmente exercida pela plebe e pelo *popolo minuto*, excluído das *Arti*, das corporações.

negação absoluta e abstrata de toda e qualquer dominação, de modo a conferir-lhe um caráter antropológico, como ocorre em relação a outros temas de uma obra, que é – não é demais insistir – de teor eminentemente político. O elemento “popular” se manifesta na recusa da dominação e opressão (vinda de uma classe ou de facções), permeada pelo desejo de unificação da cidade sob *ordini* e *leggi*, desejo de paz republicana – historicamente lastreado –, condenado a enfrentar sem trégua, permanentemente, a arrogância e prepotência dos que se julgam naturalmente aptos a comandar acima das leis e instituições, que desprezam e manipulam em função de seus interesses. É esse desejo de liberdade que move os jovens que se reúnem com Maquiavel nos *Orti Oricellari* e que olham inconformados e exasperados para a servidão da sua cidade, novamente submetida ao domínio dos Medici em 1512.

Referências bibliográficas

- Cardoso, S. (2022) *Maquiavelianas*: Lições de política republicana. São Paulo: Editora 34.
- La Boétie, E. de (1999) *Discurso da servidão voluntária*. São Paulo: Brasiliense.
- Lefort, C. (2024) *O trabalho da obra Maquiavel*. São Paulo/Belo Horizonte: Todavia/Editora UFMG.
- Machiavelli, N. (1971a). *Istorie fiorentine*. In: *Tutte le opere*. A cura de M. Martelli. Florença: Sansoni.
- _____, (1971b) *Discorsi sopra la Prima Deca di Tito Livio*. In: *Tutte le opere*. A cura de M. Martelli. Florença: Sansoni.
- Maquiavel, N. (2017) *O príncipe*. Trad. de Diogo Pires Aurélio. São Paulo: Editora 34.

Conservadorismo ou plebeísmo? *História de Florença* no republicanismo tardio de Maquiavel

Ricardo Silva¹

“...ele escreve história menos como historiador e mais como político, e para servir à ciência política.”²

Inúmeros estudos recentes têm contribuído para elevar o pensamento político e constitucional dos últimos anos da vida de Maquiavel ao patamar de uma reflexão tão ou mais consistente e sofisticada que aquela que se encontra em textos de sua lavra anterior, sobretudo em *O príncipe* e nos *Discursos sobre a primeira Década de Tito Lívio* – os *Discorsi*. No âmbito dos debates suscitados por esses estudos, destacam-se duas correntes interpretativas com visões

¹ Professor do Departamento de Sociologia e Ciência Política da UFSC. Pesquisador do CNPq.

² Ridolfi, 2003, p. 226.

fortemente conflitantes sobre o significado de *História de Florença* no republicanismo da última fase da carreira do pensador florentino.

A primeira, mais antiga e ainda predominante, retrata o esforço de Maquiavel nos textos da década de 1520, com destaque para a *História de Florença*, como o resultado de uma espécie de inflexão aristocrática – ou mesmo monárquica – em relação aos textos da década anterior. Premido por circunstâncias que iriam do desejo de reaproximação aos Medici ao crescente pessimismo em relação à aptidão do povo florentino para assumir papel importante no governo da cidade, Maquiavel teria abandonado por completo sua defesa anterior do modelo constitucional da república romana, com sua ênfase no papel do povo como guardião da liberdade, para assumir, como outros humanistas de sua época, a superioridade do modelo veneziano.

A segunda corrente, de desenvolvimento mais recente, contesta a existência de tal inflexão aristocrática e reafirma o acento popular dos textos de maturidade de Maquiavel. A busca do autor por uma fundação democrática da república de Florença continuaria presente tanto em *História de Florença* quanto em suas propostas de reforma constitucional esboçadas pós-1520, revelando a permanência da orientação popular/plebeia de seu republicanismo. O exame desse conflito de interpretações sobre o significado (aristocrático *versus* democrático) dos textos de maturidade de Maquiavel é o propósito do presente capítulo.

O capítulo organiza-se em três seções, além desta introdução. Na primeira seção, apresento algumas circunstâncias subjacentes à composição de *História de Florença*, importantes para a compreensão dos constrangimentos discursivos enfrentados por Maquiavel na redação da obra. Na segunda, examino as razões apresentadas pelos

propositores da interpretação aristocrática para fundamentar sua hipótese de mudança no modelo constitucional advogado pelo florentino. Na terceira seção, ocupo-me de contribuições recentes para a interpretação democrático-plebeia, apresentando suas objeções à hipótese de mudança e indicando suas razões para a hipótese de continuidade das crenças fundamentais que estruturam o republicanismo democrático de Maquiavel.

I

Em 8 de novembro de 1520, Maquiavel assina o contrato para a redação da história de sua cidade. A empreitada lhe fora encomendada por Giulio de Medici, eminente cardeal que, pouco tempo depois, se tornaria o papa Clemente VII. Terminada a redação, em 1525, foi a ele quem Maquiavel dedicou a obra. O fato de ter sido uma obra encomendada por um membro da poderosa família Medici, para contar uma história protagonizada, em grande medida, pelos próprios Medici, não preveniu Maquiavel de dizer tudo o que precisava ser dito. Conforme o próprio autor confidenciou a seu amigo Donato Giannotti, quando ainda procurava a forma mais adequada para sua narrativa, “os fatos serão relatados veridicamente e não omitirei nenhum.” Contudo, na mesma conversa com Gianotti ele reconhecia a impossibilidade de “escrever esta História começando quando Cosimo tomou o governo até a morte de Lorenzo como teria feito se me encontrasse livre de qualquer obrigação.” Por isso, em seu relato da ascensão de Cosimo a virtual príncipe de Florença, ele preferiu silenciar sobre “as causas gerais dos acontecimentos” e manter em suspenso, ao menos na superfície do texto, seu juízo

pessoal sobre “com que meios e manobras uma pessoa atinja tamanha altura.” Os fatos desabonadores dos Medici não seriam ocultados da narrativa, mas apareceriam como opiniões de seus desafetos: “porque o que não desejaria dizer eu, como se coisa minha fosse, farei seus adversários dizerem.”³

É compreensível a preocupação de Maquiavel com a forma que deveria imprimir à sua narrativa. Embora o Cardeal Giulio o tivesse instruído a ser franco e objetivo sobre os fatos envolvendo seus antepassados (Black, 2013, p. 244), essa instrução teria de ser seguida com máxima prudência. Os anos anteriores, desde sua expulsão do serviço público, em 1512, foram de sucessivos esforços para voltar a servir à cidade, e qualquer caminho para a realização desse fim teria de passar pelo consentimento dos Medici. Estes, por seu turno, tinham motivos de sobra para desconfiar de Maquiavel. Afinal, ele fora muito próximo de Soderini, chefe da república derrubada pelos Medici. Além disso, imediatamente após sua demissão, Maquiavel foi acusado de conspirar contra o regime mediceu recém instituído, o que ocasionou sua prisão, em fevereiro de 1513, seguida de interrogatório sob tortura. Tentativas anteriores de reaproximação, como o gesto de dedicar *O príncipe* a Lorenzo, haviam sido malsucedidas.

Nesse contexto, a encomenda do Cardeal Giulio, que selou o tão desejado retorno de nosso autor ao serviço público, embora em condição bem menos distinta do que aquela que ostentava em seus tempos de chancelaria⁴, representava a realização de um importante

³ Conforme carta de Donato Gianotti a Marcantonio Michele de 30 de junho de 1533 (*apud* Ridolfi, 2003, p. 228).

⁴ A nova função o manteria preso a uma biblioteca em vez de lhe facultar viagens para dialogar com grandes autoridades políticas e militares estrangeiras, o que era frequente em seus tempos de chancelaria. Além disso, Maquiavel receberia um salário de pouco menos da metade do que recebia no emprego anterior. Seja como for,

objetivo, que devia se manter protegido contra sua franqueza verbal mal administrada. Ferir as suscetibilidades do cardeal e futuro papa, em nome da objetividade e da clareza narrativa, estava completamente fora de questão. Disso se pode deduzir que a costumeira dificuldade de interpretação que se impõe à leitura detida de todos os textos centrais de Maquiavel adquire dimensões ainda maiores quando se trata de interpretar *História de Florença*. Nessa obra, mais do que em qualquer outra, o figurino de politólogo moderno e objetivista, que recorrentemente se atribui a Maquiavel a partir da leitura do capítulo XV de *O príncipe*, não encontra qualquer adequação.

Mais ou menos no mesmo momento da encomenda de *História de Florença*, o Cardeal Giulio instou vários intelectuais, entre eles o próprio Maquiavel, a participarem do debate sobre a reforma da constituição florentina. Ao mesmo tempo em que realizava um mergulho em profundidade na história de sua cidade, Maquiavel punha-se a esboçar projetos de reformas constitucionais voltadas a conferir alguma estabilidade a um regime que suas pesquisas e sua experiência mostravam ser cronicamente instável. É desse contexto escritos como *Sumário das coisas da cidade de Lucca* (1520) e, sobretudo, *Discurso sobre as formas de governo de Florença depois da morte do jovem Lorenzo de Medici* (1520-1521), além de dois outros esboços menores de reformas das instituições florentinas: o *Memorando ao Cardeal Giulio sobre a reforma da constituição de*

embora tenha recebido, na mesma circunstância, uma proposta de emprego em Ragusa, com salário quatro vezes maior, e outra em Colonna, com vencimentos maiores que os do próprio primeiro chanceler de Florença, preferiu ficar em Florença e abraçar a missão de narrador oficial da história de sua cidade, função que havia sido desempenhada no passado por ilustres humanistas, como Leonardo Bruni, Poggio Bracciolini e Bartolomeo Scala (Black, 2013, p. 242).

Florença (1522) e o *Esboço de uma lei para a reforma da constituição florentina no ano de 1522* (1522).

Não é difícil imaginar que o imperativo de agradar ou, ao menos, não decepcionar os Medici, somado ao desejo de influir efetivamente nos rumos da reforma da cidade pretendida pelo Cardeal Giulio e pelo próprio papa Leão X, também um Medici, a quem Maquiavel endereça o projeto de reforma de 1520-21, produziram efeitos no tratamento dos temas centrais de sua teoria política presentes em *História de Florença*. Diferentemente de *O príncipe*, obra redigida solitária e rapidamente nos meses iniciais de seu exílio, e dos *Discorsi*, produto de conversas ao longo de anos com amigos nos jardins da família Rucellai, *História de Florença* é fruto de uma situação que exigia vários compromissos do autor, seja com os Medici, seja com a conjuntura político-institucional da cidade. Não surpreende, portanto, que sua interpretação seja, ainda hoje, motivo de tão intensos debates.

II

Uma das mais difundidas maneiras de se compreender o significado de *História de Florença* no corpus maquiaveliano sugere uma espécie de virada conservadora (aristocrática ou mesmo monárquica) na teoria política do pensador florentino. Estudiosos italianos como Nicola Matteucci (1970; 1972), Guidubaldo Guidi (1969; 1972), Giovanni Silvano (1990), Mario Martelli (1996) e Francesco Bausi (2005), assim como anglófonos, incluindo Mark Hulliung (1984), Humfrey Butters (2010), Albert Ascoli (2013), Mark Jurdjevic (2014), Mauricio Suchowlansky (2015) e Robert Black (2013 e 2022), têm contribuído ao longo das últimas décadas para consolidar essa

interpretação. Embora estejamos diante de um grupo bastante heterogêneo de intérpretes, suas leituras dos textos maquiavelianos pós-1520 compartilham a crença de que a teoria política e institucional que se depreende da leitura d'*O príncipe* e, sobretudo, dos *Discorsi* sofre profunda alteração, se não total abandono, quando Maquiavel passa ao estudo em profundidade da história política e institucional de Florença. Não apenas *História de Florença*, mas também seus textos de reforma pós-1520 seriam testemunho dessa inflexão conservadora.

Como se sabe, a principal inovação do constitucionalismo maquiaveliano reside em uma concepção de forma política fundada na inerradicável divisão presente em todas as cidades entre o humor do povo e o humor dos grandes (Pedullà, 2018). Como Maquiavel deixa claro no capítulo IX d'*O príncipe*, quer a forma político-institucional de uma cidade se manifeste como principado, quer como república, quer como licença, ela será sempre um “efeito” dos desejos opostos que nascem da presença dos dois humores: “o povo deseja não ser comandado nem oprimido pelos grandes e os grandes desejam comandar e oprimir o povo” (Maquiavel, 2017, p. 147). Nesse mesmo capítulo, Maquiavel argumenta que o chefe de um principado civil deve buscar a amizade do povo, fazendo deste o fundamento de seu estado, mesmo tenha ascendido ao poder pelo favor dos grandes.

Nos capítulos iniciais do Livro I dos *Discorsi*, observa-se o aprofundamento dessa tese fundacional, agora aplicada especificamente à vida política e institucional das repúblicas. No capítulo 4, o autor não apenas reitera a presença desses humores na república romana, como argumenta que os tumultos decorrentes dos desejos opostos foram a “causa primeira” da grandeza e da liberdade de Roma, não de suas imperfeições, como pensavam autoridades da tradição republicana clássica e renascentista. É da desunião entre o

povo e os grandes que “nascem todas as leis que se fazem em favor da liberdade.” (Maquiavel, 2007b, pp. 21-22) No capítulo seguinte, o autor pergunta se a guarda da liberdade estaria mais segura nas mãos dos grandes, configurando uma república aristocrática, como Esparta e Veneza, ou nas mãos do povo, configurando uma república popular, como Roma. Após considerações retóricas sobre os prós e contras de cada forma de república, o autor afirma, no capítulo 6, que atribuir ao povo a guarda da liberdade, como fez a república romana, é a solução não apenas mais “honrosa”, mas também a mais atenta à “necessidade.” (Maquiavel, 2007b, p. 32)

Assim, as duas obras mais célebres de Maquiavel fornecem os fundamentos de um modelo constitucional para as repúblicas que reúne as seguintes características: 1) o arcabouço institucional de uma cidade deve reconhecer e regular a divisão bipartite de humores entre povo e grandes; 2) tal divisão e os conflitos por ela gerados têm efeitos potencialmente positivos para o modo de vida livre das repúblicas; 3) uma república bem ordenada deve atribuir preferencialmente ao povo a guarda da liberdade. Mas as interpretações que sugerem uma virada conservadora nos textos de maturidade de Maquiavel argumentam que nenhum desses três fundamentos permanecem pós-1520: o conflito de humores se complica, com o abandono do modelo bipartite e a adoção de um modelo tripartite, envolvendo grandes, povo e plebe; longe de gerar bons efeitos, os conflitos de humores seriam a causa das desordens na história de Florença; o povo não apenas perde para os grandes o lugar de fiel guardião da liberdade, como passa a ser considerado um elemento disruptivo da boa ordem republicana.

Uma das estratégias de sustentação dessas interpretações é a de dar relevo às relações do pensador com a família Medici. Contra as

interpretações republicanas que destacam os motivos para animosidades de ambas as partes, autores como Bausi, Martelli, Silvano e Butters apresentam os esforços de Maquiavel para voltar às graças dos Medici como um dos móveis de sua inclinação tardia para uma forma de governo muita distinta daquela articulada e defendida nos *Discorsi*. No caso dos três primeiros, um governo de características monárquicas, ainda que sob disfarce de república; no caso de Butters, um governo republicano, porém aristocrático. Em qualquer caso, um governo sob a tutela da poderosa família florentina. Examinando o projeto de reforma escrito entre novembro de 1520 e fevereiro de 1521 e endereçado a Leão X, Silvano conclui que a forma de governo nele advogada contrasta fortemente com aquela favorecida nos *Discorsi*, pois no projeto, a “república é, nas palavras do próprio Maquiavel, de fato uma monarquia” (Silvano, 1990, p. 60). Uma monarquia, deve-se acrescentar, para satisfazer o desejo de permanência de poder dos Medici.

Observando a trajetória do intercâmbio entre Maquiavel e os Medici, Bausi vê mais motivos para se crer no endosso do que na recriminação do primeiro em relação aos segundos – e vice-versa. A história da inimizade entre Maquiavel e os Medici seria fruto do “mito” que postula a “inabalável fé republicana do Secretário.” (Bausi, 2005, p. 21) Um “mito difícil de morrer”, reclama o autor, por mais numerosos que sejam os registros da boa relação entre Maquiavel e os Medici. A começar pelo fato de que em carta a uma “*gentildonna*” e em seu *Ai Palleschi*, ambos de 1512, o autor “saúda favoravelmente o retorno dos Medici e imediatamente começa a aconselhá-los sobre a melhor forma de fortalecer sua posição em Florença.” (Bausi, 2005, p. 21) Outros indícios da aprovação de Maquiavel aos Medici incluiriam: a famosa carta a Vettori de dezembro de 1513, em que Maquiavel pede

a ajuda do amigo para que os “senhores Medici” aceitem servir-se de suas habilidades; a intenção de dedicar *O príncipe* a Giuliano e, depois, a dedicatória efetiva a Lorenzo; a composição, em outra carta a Vettori, de um “retrato entusiástico” do mesmo Lorenzo, em que destaca a habilidade com que este governava Florença à moda de um verdadeiro “príncipe civil”; a aceitação da encomenda do cardeal Giulio para a redação de *História de Florença* e o projeto de reforma de 1519-21; além das missões diplomáticas, em nome dos Medici, nos últimos anos de sua vida. Mas a relação de apreço não seria de mão única, pois, poucos anos depois de sua morte, Maquiavel teve suas “obras impressas, em Florença e em Roma, por iniciativa de um grupo de homens ligados ao poder dos Medici e, principalmente, ao papa (que certamente deu seu beneplácito ao projeto)” (Bausi, 2005, p. 22). Bausi apresenta fatos dessa natureza como prova da inclinação de Maquiavel para um “príncipe civil” mediceu “que exerça sua autoridade dentro de estruturas ainda republicanas.” (Bausi, 2005, p. 166)

Mas os fatos destacados por Bausi podem significar apenas que Maquiavel, sempre desejoso de ver suas ideias produzindo efeito prático, não tinha alternativa além de manter boas relações com os senhores de fato de Florença. Como bem observa Fabio Raimondi, “era impossível ignorar a presença dos Medici em Florença depois de seu retorno em 1512.” Assim, “a questão enfrentada por Maquiavel era como restabelecer na cidade a república a despeito do poder empregado pelos Medici contra isso” (Raimondi, 2018, p. 161). Seja como for, não é preciso ir tão longe quanto Martelli, Silvano e Bausi na análise das consequências da presumida inflexão conservadora dos textos de maturidade de Maquiavel, forjando o retrato de um autor que abandona radicalmente sua defesa do republicanismo para propor uma forma velada de principado. Outros intérpretes apontam

para seu desencantamento com o modelo romano de república, em que o povo é o guardião da liberdade, sem desassociá-lo da tradição republicana como um todo. Nessa variante da tese da virada conservadora, Maquiavel teria abandonado o modelo popular de república e adotado um modelo mais aristocrático, substituindo o exemplo de Roma pelo de Veneza.

Guidubaldo Guidi, por exemplo, afirma que os textos de Maquiavel pós-1520 passam a abraçar uma “solução de compromisso entre os vários ideais de governo e forças políticas” semelhante àquela promovida por Francesco Guicciardini em seus textos de 1512-16 (Guidi, 1969, p. 585). Humfrey Butters segue na mesma direção, argumentando que o projeto constitucional contido no *Discurso sobre as formas de governo de Florença* “tem muito em comum com aquele avançado por Guicciardini em seu *Diálogo sobre o Governo de Florença*”, já que ambos os intelectuais “rejeitaram a ideia de que os Medici deveriam estabelecer um principado”, promovendo, em vez disso, a tese de que Florença só poderia ter um governo republicano inspirado no exemplo veneziano. Butters chega a sugerir que o projeto de reforma de 1520-21 propõe “um modelo constitucional ainda mais aristocrático do que as propostas de reforma de alguns dos *ottimati* durante o governo popular” (Butters, 2010, p. 74).

Estudos mais recentes têm procurado conferir maior densidade teórica à pretensa guinada conservadora de Maquiavel, indo além da apresentação dos motivos mais pragmáticos, como a dependência do autor da aprovação dos Medici e seu desejo de influenciar a política institucional de Florença pós-1520. São estudos que dão ênfase ao amadurecimento teórico do pensador florentino, que teria acontecido *pari passu* com seu mergulho no estudo da história de Florença. O exame das razões da recorrente instabilidade política florentina o teria

levado a uma profunda reformulação de seu republicanismo, com o completo abandono dos principais pilares de sua teoria política e constitucional anterior: a ideia de que toda cidade é dividida em dois humores, a aposta nos efeitos positivos do conflito desses humores e a defesa do povo como o melhor guardião da liberdade.

Mark Jurdjevic argumenta que a análise da história e da situação de Florença leva Maquiavel a deixar de lado a análise política em termos da “oposição binária” entre o povo e os grandes e a adotar uma perspectiva analítica mais complexa. Já por volta de 1520 “ele havia introduzido uma terceira categoria de análise: as classes médias, uma classe com seu próprio senso de identidade, solidariedade e interesses” (Jurdjevic, 2014, p. 77). Assim, em um nível mais elevado de abstração, o pensador florentino formula uma divisão “tripartite” entre os nobres, o povo e a plebe, sem a qual não seria possível entender Florença. Mas nem essa tripartição básica seria suficiente para dar conta da multiplicação de facções que caracteriza a história da cidade. Por isso, embora Maquiavel utilizasse ocasionalmente as categorias convencionais de nobres, povo e plebe,

com mais frequência o encontramos usando termos compostos híbridos como “classes mais altas entre o povo”, “aristocratas de origem popular”, “príncipes da república”, “príncipes das guildas”, “a antiga nobreza”, “os homens influentes entre o povo”, “os homens do povo que agora se tornaram aristocratas”, “príncipes na cidade”, “uma república de aristocratas”, “cidadãos aristocráticos” ou simplesmente “cidadãos poderosos”. (Jurdjevic, 2014, p. 115)

Tão importante quanto a introdução da divisão tripartite, seria o novo juízo adotado por Maquiavel sobre as motivações e as atitudes do povo. Nas obras anteriores, ele atribuía ao povo desejos e comportamentos consistentes com o modo de vida livre. Diferentemente dos grandes, que desejam dominar, o povo deseja apenas não ser dominado. Em *História de Florença*, ao contrário, os desejos e atitudes de todos os setores se igualam. “A plebe, o povo e a nobreza, todos eles se revezam tentando dominar os outros” (Jurdjevic, 2014, p. 128). Ademais, a divisão ocorre não apenas entre as três classes, mas no interior do próprio povo. Nos *Discorsi*, Maquiavel usa indiscriminadamente os termos povo e plebe, representando a universalidade dos cidadãos, mas em *História de Florença* esses termos indicam a ocorrência de uma divisão do conjunto dos cidadãos não nobres em que ora uma parte, ora outra, associa-se aos grandes para a satisfação de seus desejos particulares. Assim, “o conflito de classes não necessariamente resulta em ‘leis que favorecem a liberdade’ porque a natureza do povo não é universal, como é implicitamente sugerido no *Príncipe* e nos *Discursos*, mas variável.” Na verdade, Maquiavel teria concluído que, em Florença, “as ambições políticas do povo eram completamente imoderadas” e que “o povo florentino lutava pelo exclusivo e monopolístico controle do estado” (Jurdjevic, 2014, p. 119-120).

Jurdjevic ressalva que a nova perspectiva de Maquiavel sobre o povo não representa necessariamente a “condenação da política popular em favor da política aristocrática ou oligárquica”, mas sim o “reconhecimento da facilidade com que os membros do *popolo* poderiam adotar a psicologia aristocrática tirânica dos nobres” (Jurdjevic, 2014, p. 119). Contudo, em comparação com o constitucionalismo dos *Discorsi*, não há como negar que os textos pós-

1520 apontam no sentido de um modelo de república bem menos favorável ao protagonismo do povo, que perde a prerrogativa da guarda da liberdade. Daí a conclusão de que Maquiavel, em seus textos de maturidade, “se aproximou significativamente do modelo veneziano de republicanismo, revisando argumentos igualitários anteriores” (Jurdjevic, 2014, p. 79).

Se Jurdjevic hesita em afirmar que sua análise do republicanismo da maturidade de Maquiavel revela uma faceta nitidamente aristocrática e conservadora do florentino, autores como Robert Black e Mauricio Suchowlansky seguem esse raciocínio até as últimas consequências. O primeiro já havia observado, em sua exaustiva biografia do pensador, que *História de Florença* representa “a fase final de um movimento na vida de Maquiavel em direção ao conservadorismo constitucional, como incorporado na teoria da constituição mista” (Black, 2013, p. 263). Em trabalho mais recente, o comentador reitera essa conclusão e afirma que a forma de governo defendida por Maquiavel nos últimos anos de sua vida coincide com aquela advogada por seus antigos adversários intelectuais, porta-vozes das poderosas famílias florentinas, que se compraziam no fato de que “por trás da fachada da constituição mista por excelência – Veneza – existia, de fato, um regime oligárquico” (Black, 2022, p. 191).

Em sua tese de doutorado sobre *História de Florença* e os textos de reforma constitucional pós-1520, Suchowlansky segue a trilha aberta pelos comentadores mencionados nesta seção. A guinada aristocrática de Maquiavel resultaria de uma compreensão inteiramente nova da política e do poder, a que chegara com sua pesquisa sobre as razões da persistente instabilidade institucional de Florença. Nos textos pós-1520, Maquiavel não apenas abandona o modelo romano, como também inverte seus fundamentos: ao invés do

elogio à discórdia, a detração dos conflitos e a busca pela concórdia; ao invés da aceitação da inevitabilidade do movimento, a perseguição do equilíbrio; ao invés da guarda popular da liberdade, a aposta nas virtudes aristocráticas. A nova “política do equilíbrio” seria também republicana, mas um republicanismo centrado na “virtude institucional,” fruto de uma engenharia voltada a atribuir a cada parte o lugar que lhe cabe no governo coletivo da cidade. Em sua nova fórmula republicana, diversamente do que fizera em sua defesa anterior do modelo romano de república popular, “Maquiavel consistente e inegavelmente apoia um ideal constitucional que aceita a legitimidade das demandas e autoridade dos poderosos e ricos grupos sociais – um sinal inequívoco de sua nova direção veneziana” (Suchowlansky, 2015, p. 204).

III

Em franca oposição à interpretação aristocrática, inúmeros estudos mais recentes têm procurado reafirmar os fundamentos democráticos do conjunto da obra de Maquiavel, incluindo *História de Florença* e os textos de reforma constitucional pós-1520. Boa parte desses estudos associam-se ao que muitos vêm designando como uma “virada democrático-plebeia” na teoria política e constitucional contemporânea⁵. Trata-se de um movimento teórico cujo ponto de partida é o reconhecimento da irremediável cisão entre o universo das elites e aquele dos cidadãos comuns, os “poucos” e os “muitos”, os dominantes e os que resistem à dominação. Seus propositores o

⁵ Exemplares desse movimento são os trabalhos de McCormick, 2011; Breaugh, 2013; Green, 2016 e Vergara, 2020.

apresentam como um retorno ao realismo na teoria política, pois “com sua divisão fundamental e formal entre os poucos e os muitos, o plebeísmo macula o idealismo que conceberia a vida democrática simplesmente em termos de uma noção não diferenciada de cidadania livre e igual” (Green, 2016, p. 120).

Tanto na vertente republicana, quanto nas vertentes liberal e democrático-radical, o plebeísmo contemporâneo vem reivindicando a herança de Maquiavel. Martin Breugh, por exemplo, apresenta seu estudo sobre a “história descontínua da experiência plebeia” como uma obra “situada dentro da constelação maquiaveliana”, uma vez que ela se constrói sobre a ideia da divisão de humores entre nobres e plebeus. De fundamental importância é a lição de Maquiavel, segundo a qual a “divisão dos humores é tanto universal, porque é encontrada em todas as comunidades políticas, quanto impossível de transcender, porque permanece um fato primordial da condição política humana” (Breugh, 2013, p. XVI).

Em estudo recente, Gabriele Pedullà faz referência à “virada plebeia”, ou “democrática” como uma “leitura inteiramente nova” das obras de Maquiavel, que ganha tração a partir de 2011, “nos dois lados do Atlântico”⁶. O autor afirma que a interpretação plebeia se constrói a partir de uma absorção crítica das três grandes interpretações da segunda metade do século XX, a saber, a interpretação de influência marxista ou pós-marxista (Lefort e Althusser), a da Escola de

⁶ O autor não esclarece a razão da fixação do ano de 2011 como o marco de intensificação da virada plebeia nos estudos sobre Maquiavel. Contudo, não é despropositado supor que a escolha se deva à publicação, naquele ano, de dois livros fundamentais para deslanchar a referida linha de interpretação: *Machiavelli in tumulto*, do próprio Pedullà, e, principalmente, *Machiavellian Democracy*, de John McCormick. Em 2018, o livro de Pedullà foi publicado em inglês pela Cambridge University Press.

Cambridge (Skinner, Pocock e Pettit) e a straussiana (Strauss e seus discípulos). A preocupação com o aprofundamento das desigualdades sociais nas sociedades ocidentais contemporâneas é a motivação subjacente a essa nova onda de estudos. “Nesse sentido, os intérpretes plebeus/democráticos de Maquiavel acreditam fortemente na preciosidade de seus ensinamentos para combater as desigualdades sociais do século XXI” (Pedullà, 2023, p. 209). Daí a insistência desses intérpretes em conectar as dimensões política e econômica, além redobrar “atenção ao núcleo anti-oligárquico do pensamento de Maquiavel”, enfatizando, entre outros aspectos, sua “hostilidade persistente aos ‘poderosos’ florentinos” (Pedullà, 2023, p. 208).

Embora a interpretação democrático/plebeia de Maquiavel encontre sua principal ancoragem teórica nos *Discorsi*, onde se formula com clareza o princípio da divisão bipartite do corpo político, seus propositores a empregam, também, para a compreensão dos textos de maturidade do pensador florentino. Entre tais intérpretes, há inclusive quem defenda, como o faz Christopher Holman, que “a democracia maquiaveliana só é completamente articulada através da justaposição das lições únicas das *Histórias* com aquelas dos *Discursos*.” Enquanto o “significado democrático” deste último “reside na defesa de Maquiavel de uma forma de institucionalização republicana” que atribui ao conjunto dos cidadãos “acesso a órgãos participativos que facilitam o julgamento político e a deliberação,” o significado democrático de *História de Florença* “reside na demonstração de Maquiavel do potencial de estabelecer uma igualdade social concreta dentro do corpo político” (Holman, 2020, p. 725)⁷. Deve-se acrescentar que a diferença estaria menos nas

⁷ Embora Holman reivindique um lugar entre os intérpretes do campo democrático, ele acredita que a grande contribuição de *História de Florença* na teoria democrática

concepções teóricas de fundo em cada uma das obras ou nas disposições pragmáticas do autor quando as compôs do que na matéria sob exame. Em vez de debruçar-se sobre a vida política e institucional de uma república virtuosa, como no estudo do caso romano, ele passa a dedicar-se às adversidades de uma república instável e corrompida. Seja como for, contrariamente aos proponentes da virada conservadora, a interpretação democrático/plebeia estabelece que “ao reafirmar e reforçar os ensinamentos de suas obras anteriores, a investigação de Maquiavel sobre as falhas de Florença é [...] a culminação perfeita de sua jornada intelectual” (Pedullà, 2023, p. 159).

Para compreender *História de Florença* como uma obra movida pelo mesmo espírito democrático presente nos *Discorsi*, os teóricos do plebeísmo contemporâneo são instados a lidar com inúmeras passagens desafiadoras do texto, especialmente nos Livros II e III. Algumas dessas passagens fazem parte das evidências textuais apresentadas pelos proponentes da virada conservadora. Há pelo menos dois episódios da política florentina do século XIV fortemente disputados pelas interpretações contrastantes, episódios em que a narrativa de Maquiavel é repleta de juízos políticos e morais depreciativos das ações da plebe.

O primeiro desses episódios compreende os eventos relativos à ascensão e queda do duque de Atenas, um governante estrangeiro que ascendeu ao poder na cidade por meio de uma aliança entre a plebe e

de Maquiavel consiste justamente em questionar um dos fundamentos das demais leituras plebeistas, na medida em que nessa obra Maquiavel romperia com a tese da natureza insuperável da divisão entre os poucos e os muitos, postulando a possibilidade de superação das classes e a instituição de uma igualdade radical entre os cidadãos.

os grandes. Uma vez no poder, o duque passou a trilhar a largos passos o caminho da tirania. Foram tantas as ofensas e humilhações aos cidadãos de todas as classes, em tão curto período, que, no fim, todos abandonaram o lado do tirano e convergiram para sua deposição. Porém, antes da expulsão do duque, suas ações liberticidas contaram com entusiástico apoio da plebe. As execuções por ele ordenadas “amedrontaram muitos cidadãos medianos,” mas “satisfizeram os Grandes e a plebe.” No caso dos primeiros, “por vingança”; no caso da plebe, por motivação muito mais fútil, pois “é de sua natureza alegrar-se com o mal” (Maquiavel, 2007a, p. 134).

Maquiavel faz um membro da Senhoria implorar ao duque a contenção de sua ambição tirânica, alertando-o para o fato de que “a plebe, na qual confiais, pelo menor acontecimento se revolta” (Maquiavel, 2007a, p. 136). Quando ficou claro que o duque não recuaria, os membros da Senhoria firmaram com ele um acordo para lhe entregar plenos poderes pelo período de um ano. Os cidadãos foram reunidos em praça pública para a leitura e deliberação do acordo, e “quando, em meio à leitura, se chegou à parte em que se dizia que a senhoria lhe era dada por um ano, o povo gritou: ‘a vida toda’” (Maquiavel, 2007a, p. 138). Mas os florentinos “não sabem manter a liberdade e não conseguem suportar a servidão” (Maquiavel, 2007a, pp. 141-2), de modo que, como previsto na advertência do membro da Senhoria ao duque, pouco tempo depois, quando todos se voltaram contra ele, também a plebe o abandona. Maquiavel relata que o tirano deposto só pôde sair em segurança após atender a um último apelo de seus “milhares de inimigos”, entregando dois de seus aliados para desafogar a “fúria da multidão”. Vale destacar a cena em que o autor narra os detalhes do suplício perpetrado pela multidão aos bodes expiatórios do duque:

Quem não conseguiu feri-los vivos, feriu-os depois de mortos; e, não saciados de dilacerá-los com a espada, rasgavam-nos com as mãos e com os dentes. E, para que todos os sentidos se satisfizessem na vingança, depois de ouvirem seus gemidos, de verem seus ferimentos, de tocarem suas carnes dilaceradas, também quiseram que o paladar as saboreasse, para que, depois de saciarem os sentidos externos, também os internos se saciassem. (Maquiavel, 2007a, pp. 146-7)

A necessidade de enquadramento desse episódio e de outros de igual crueldade da multidão tem gerado uma tensão no interior da interpretação plebeia, que se divide sobre o lugar da violência no republicanismo popular de Maquiavel. Yves Winter afirma que o florentino compreende esse tipo de violência como um traço constitutivo da política plebeia, atendendo à necessidade da plebe de “desafogar” seus humores em determinadas circunstâncias. Mais importante, Maquiavel favoreceria essa violência espetacular como demonstração de que “a crueldade não é de modo algum apenas disponível aos príncipes”, tratando-se de “uma estratégia à disposição de rebeldes e intimamente associada com a mobilização de movimentos populares e anti-oligárquicos” (Winter, 2018, p. 109). Por outro lado, Jeffrey Green sugere que não há razão para duvidar da franqueza de Maquiavel ao condenar o comportamento violento da plebe florentina. É verdade que “Maquiavel vê o ódio plebeu às elites como uma paixão natural e universal”, mas isso não implica que ele acredite que esse ódio “justifique a violência acima e além das punições legais” (Green, 2023, p. 27).

Maquiavel conclui o Livro II relatando que, com o fim da tirania do duque de Atenas e o subsequente banimento da antiga nobreza dos

espaços de poder de Florença, as “três espécies de povo, o poderoso, o mediano e o baixo”, reordenaram o estado florentino, atribuindo dois senhores à primeira espécie, dois à segunda e dois à terceira. Além disso, “o gonfaloneiro deveria ser ora de uma, ora de outra camada”. Concomitantemente, foram reinstituídas “as ordenações da justiça contra os Grandes” (Maquiavel, 2007a, p. 154). Mas esse arranjo não durou por muito tempo, pois logo ressurgiram as divisões facciosas, agora opondo o povo e a plebe. Como sempre ocorria na cidade, tais dissensões foram desencadeadas por disputas inter-elites, agrupadas em facções, como a do partido dos Guelfos, que reunia os remanescentes da antiga nobreza e “a maioria dos mais poderosos homens do povo.” A esta facção se opunham “todos os populares de menor condição.” Enquanto isso, “o restante da multidão, como sempre ocorre, aliava-se à parte descontente” (Maquiavel, 2007a, p. 172). Foi como resultado dessas divisões que se desencadeou o segundo episódio a que devemos fazer referência: a chamada revolta dos *ciompi*, um caso ainda mais relevante na disputa entre as interpretações divergentes sobre a mudança ou reiteração da perspectiva teórica de Maquiavel em *História de Florença*. Narrada numa série de capítulos constitutivos do núcleo do Livro III, essa revolta popular, protagonizada por trabalhadores da indústria de lã excluídos do sistema de representação corporativo da cidade, ilustra bem a divisão interna ao povo que se processou em Florença após a derrota dos grandes.

Antes de iniciar a narrativa dos eventos, Maquiavel, na abertura do Livro III, articula um conjunto de comparações entre Roma e Florença, destacando as disposições e comportamentos dos povos dessas duas repúblicas. É bem conhecida essa passagem, que revela as virtudes do povo romano e os vícios do povo florentino, motivos da

potência e grandeza de Roma e da fraqueza e instabilidade de Florença. Em Roma, a inimizade entre povo e nobres “eram definidas por disputas”; em Florença, terminavam em “combates”. Em Roma, as disputas “terminavam com leis”; em Florença, os combates terminavam “com o exílio e a morte de muitos cidadãos”. Essa diversidade de efeitos é explicada pelos “diferentes fins que os povos tinham em mira”. O povo romano se satisfazia com a honra de participar junto aos nobres no governo da república, enquanto o povo florentino queria “ficar sozinho no governo, sem a participação dos nobres”, um desejo “injurioso e injusto”, destinado a despertar a reação violenta da nobreza (Maquiavel, 2007a, pp. 157-8).

Amplamente estudada na historiografia de Florença, a revolta dos *ciompi* deixou profunda marca na cidade, potencializando a ojeriza e o medo das elites à plebe florentina, e gerando uma “hostilidade profunda e sustentada em relação às classes mais baixas” (Najemy, 2006, p. 177). O movimento ocorreu em três etapas. A primeira fase, em junho de 1378, foi desencadeada por uma disputa interna às elites, que provocou tumultos mobilizando os trabalhadores da lã. Estes realizaram um dia de violentos protestos, com ataques incendiários às mansões de famílias poderosas e a libertação de detentos das prisões comunais. Se no episódio do duque de Atenas a plebe se associou aos nobres para fustigar a camada popular mais poderosa, agora ela se associava aos populares poderosos para obviar a insolência da facção dos guelfos. Mas a luta pelo poder inter-elites foi logo ofuscada pelos operários da indústria de lã, que algumas semanas depois, já na segunda fase da revolta, intensificaram a rebelião, resultando em inédito protagonismo da plebe na política florentina. No final de julho, eles derrubaram o governo e instalaram um regime popular sob a liderança de um cardador de lã, Michele di

Lando. Milhares de trabalhadores armados sitiaram a Senhoria. O palácio do governo foi tomado e um certo *ser Nuto*, uma espécie de chefe de polícia da cidade, foi pendurado pelos pés e trucidado em praça pública⁸.

No entanto, o novo governo *ciompi* permaneceu deferente às elites políticas e econômicas. Em vez de atender as continuadas demandas da plebe por reformas mais igualitárias, Michele di Lando passou a fazer concessões às guildas já estabelecidas, entrando em conflito com a ala radical dos trabalhadores. Reagindo ao que enxergavam como um ato de traição do gonfaloneiro, os *ciompi* continuaram a rebelião. Na terceira fase da revolta, no final de agosto, milhares se reuniram na praça São Marcos, exigindo a renúncia do governo de Michele di Lando. No final de agosto, a insurreição foi contida com o brutal massacre dos *ciompi* realizado pelo próprio gonfaloneiro em coalizão com as guildas maiores e menores.

O ponto alto da narrativa de Maquiavel sobre o episódio dos *ciompi* é a citação de um discurso fictício atribuído a um *ciompo* anônimo, ocorrido ainda na primeira fase da revolta. Esse líder, que Maquiavel apresenta como “um dos mais audazes e de maior experiência” (Maquiavel, 2007a, p. 184) no âmbito do movimento, tenta convencer a plebe a intensificar as ações violentas e criminosas iniciadas nos dias anteriores. Como observa Corrado Vivanti, o discurso mostra “a força da economia como motor dos acontecimentos que conduziram à insurreição (Vivanti, 2016, p. 148)”

⁸ “Enquanto isso, *ser Nuto* foi levado à praça pela multidão e pendurado à força por um pé; e, como todos aqueles que os rodeavam lhe tiravam um pedaço, em breve só ficou dele o pé” (Maquiavel, 2007a, p. 193). O relato do linchamento de *ser Nuto* no episódio dos *ciompi* é análogo ao relato da morte dos asseclas do Duque de Atenas canibalizados pela plebe. Ambos os relatos chamam a atenção para a desmedida que pode atingir a violência e a crueldade da “multidão desenfreada”.

e é recheado de ideias e expressões comuns em outros textos do próprio Maquiavel. Isso tem levado alguns propositores da interpretação plebeia, especialmente os de orientação pós-marxista e pós-estruturalista (Del Lucchese, 2015, p. 99; Holman, 2018, p. 174; Winter, 2012, p. 737), ao equívoco de ver nas palavras do *ciompo* a expressão da perspectiva do próprio pensador florentino sobre o conflito. Com uma orientação radicalmente igualitária e uma entonação aguerrida, o líder revolucionário procura convencer os demais de que “para sermos perdoados dos erros antigos, precisamos cometer erros novos”. E isso deveria ser feito aumentando a escala dos erros, “duplicando os males e multiplicando os incêndios e os roubos” porque “se os crimes pequenos são punidos, os grandes e graves são premiados”. Além disso, seria preciso “ter nisso muitos companheiros, porque, quando muitos erram, ninguém é castigado” (Maquiavel, 2007a, p. 184). Quando o *ciompo* afirma que “todos aqueles que conseguem grandes riquezas e grande poder os conseguiram com a fraude ou com a força”, é impossível não lembrarmos do capítulo 13 do livro segundo dos *Discorsi*, que já no título adverte “que se passa da pequena para a grande fortuna por meio da força e da fraude” (Maquiavel, 2007b, p. 223). Em expressão que sintetiza o igualitarismo socioeconômico radical do movimento, o orador, comparando os pobres e malvestidos cardadores aos nobres, conclui que “somente a pobreza e a riqueza nos desigualam” (Maquiavel, 2007a, p.185).

Os intérpretes voltados a demonstrar a mudança de entendimento de Maquiavel sobre a natureza do desejo popular compreendem o discurso como uma representação fiel das crenças e predisposições da plebe florentina, inclinada ao desprezo das leis de aplicabilidade universal, ao uso da violência para a vingança contra os grandes e à satisfação de seus interesses particulares, além de

desejosas da instituição de um governo próprio sem a participação de outros setores. Contudo, escapa a tais intérpretes um detalhe fundamental, posto em relevo nos trabalhos recentes de John McCormick, um dos principais articuladores da interpretação democrático/plebeia de *História de Florença*. Como observa o intérprete,

há um problema insuperável com qualquer tentativa de usar o *ciompo* anônimo como um representante da “nova” visão de Maquiavel sobre o povo comum: seus companheiros não seguem, em última análise, seu conselho. Os trabalhadores de lã e outros plebeus, apesar das exortações do *ciompo*, não recorrem à violência para derrubar completamente a ordem sociopolítica da cidade, mesmo quando têm a oportunidade e o poder para fazê-lo. (McCormick, 2020, p. 375)

McCormick argumenta ainda que a correta compreensão da visão de Maquiavel sobre as predisposições e atitudes do povo comum de Florença requer redobrada atenção às diferenças entre seus juízos morais mais abstratos e depreciativos do suposto desejo do povo florentino, como os que aparecem na abertura do Livro III de *História de Florença*, e a descrição das atitudes concretas da plebe durante a revolta. Haveria evidências textuais para afirmar que as “descrições das ações contradizem tais críticas ostensivamente severas” (McCormick, 2018, p. 83). Com base nessa distinção, McCormick investe contra o lugar comum interpretativo que associa as acusações de Maquiavel do caráter “indecente”, “desonesto” e “insolente” das demandas da plebe com o desejo desses setores de tornar-se “príncipes da cidade” e de governar tiranicamente, acima das leis e sem a

participação dos demais grupos sociopolíticos. No caso do movimento dos *ciompi*, o que a descrição das ações efetivas da plebe demonstra é bem o contrário desse lugar comum. Longe de querer governar sozinha, a plebe formula demandas que representam seu desejo de inclusão, não de usurpação. McCormick vai mais longe: tratava-se de demandas por inclusão que conferiam à própria plebe um lugar ainda subordinado na estrutura de poder. Assim, “os plebeus não desejam nem o domínio completo nem sequer uma parcela significativa do poder dentro da cidade” (McCormick, 2018, p. 90).

Com efeito, Maquiavel mostra que, após a série de tumultos que caracterizaram a primeira fase da revolta, a plebe propôs à Senhoria um acordo que contemplasse as seguintes demandas: a criação de três novas guildas para incluir trabalhadores e pessoas de menor condição, até então incluídos na condição de *sottoposti* de outras guildas; a instituição de dois priores para representar essas novas guildas na Senhoria; a recomposição de dois para três do número de priores atribuídos às guildas menores já existentes; a atribuição de um espaço físico onde as novas guildas pudessem realizar suas reuniões; a proibição do uso de um juiz estrangeiro pela guilda de lã; o perdão aos prisioneiros sob acusação ou recentemente condenados; e a restituição dos direitos de cidadãos “gibelinos” advertidos pelos guelfos. Além disso, a plebe também reivindicava uma anistia de dois anos para os crimes cometidos durante a revolta e alguns benefícios fiscais. Como se vê, até aqui não há qualquer razão para supor que a plebe florentina desejava usurpar o poder e governar à moda tirânica. Na verdade, como aponta McCormick, embora Maquiavel afirme que tais “pedidos eram desonrosos e onerosos para a república” (Maquiavel, 2007a, p. 190), ele acaba deixando claro que, “quando os plebeus têm a cidade pela garganta, eles propõem um arranjo

constitucional pelo qual eles, a maioria dos homens livres, nativos e adultos na cidade, podem ser superados na *Signoria* por seus antagonistas nas guildas principais e intermediárias” (McCormick, 2018, p. 83).

No enquadramento de McCormick, os *ciompi* querem participar do poder, mas, em nenhum momento, tomam atitudes efetivas para “governar sozinhos”. O discurso radical do *ciompo* anônimo não representa a visão de Maquiavel, que era claramente contra repúblicas desprovidas de um espaço institucional para abrigar a ambição dos grandes e conter a “insolência aristocrática” (McCormick, 2021, p. 486). Não era sequer a perspectiva que Maquiavel atribuía ao conjunto da plebe, que não atendeu aos apelos do líder para, por meios violentos, tomar para si todo o poder. Como já observaram outros intérpretes democráticos, o discurso em questão, como outros tantos que aparecem em *História de Florença*, era um recurso típico do perspectivismo de Maquiavel para reconstituir a lógica da situação, apresentando as razões de todas as partes do conflito (Litvin, 2019); no caso do *ciompo* anônimo, a parte mais indignada, radicalizada e, provavelmente, minoritária do conjunto da plebe.

Mas o foco de McCormick na pauta de reivindicações dos *ciompi*, ainda na primeira fase da revolta, não parece suficiente para dirimir todas as dúvidas acerca da natureza do desejo da plebe florentina naquela situação. Tendo todas as suas demandas atendidas, a plebe ingressa em um novo governo sob o comando de um dos seus, o cardador Michele di Lando, cujo gonfalonato demarca a segunda fase da revolta. Neste ponto, precisamos recorrer à contribuição recente de Sérgio Cardoso, com sua criteriosa leitura de *História de Florença*. Cardoso se perfila às interpretações democráticas da obra, rejeitando a hipótese da ruptura de Maquiavel com os fundamentos da teoria

republicana contida nos *Discorsi*, sobretudo o fundamento da divisão bipartite de humores. Em *História de Florença*, assim como nas obras anteriores, a divisão originária entre os grandes e o povo continua atuante e o desejo (negativo, segundo Cardoso) do povo continua em sintonia com a liberdade. Mas em debate com José Luiz Ames (2019), cuja leitura da revolta dos *ciompi* segue as linhas gerais do enquadramento de McCormick, Cardoso sugere que é preciso ir até o fim da narrativa de Maquiavel sobre a revolta para atingirmos o núcleo da discussão. A formulação e o atendimento das demandas da plebe, na primeira fase da revolta, e o governo de Michele di Lando, na segunda, constituem os momentos em que “plebe e *popolo minuto* buscam, republicanamente, conquistar cidadania *para todos*”. Contudo, prossegue o intérprete, “não é esse ápice dos acontecimentos de 1378 o verdadeiro objeto da discussão”. O grande desafio para a interpretação democrático/plebeia “se refere ao que se convencionou chamar o terceiro ato dessa peça histórica, o desfecho desastroso do movimento” (Cardoso, 2022, p. 233).

Maquiavel mostra com clareza que nem o governo chefiado por um plebeu, nem a nova divisão institucional do poder, mais inclusiva da plebe, nem a instituição das novas leis exigidas pelos próprios *ciompi* foram o bastante para aplacar os ânimos da plebe e pôr fim à insurreição, que entra agora em sua terceira e última fase. Mal iniciadas as reformas de Michele di Lando, a plebe aumentou a pressão contra o gonfaloneiro, por avaliar que, na implementação das reformas, ele teria revelado ingratidão ao apoio que os plebeus lhe franquearam, beneficiando desproporcionalmente seus adversários, os “populares maiores” (Maquiavel, 2007a, p. 194). Então, após reuniões e deliberações, a plebe envia representantes para tratar de suas novas demandas com o gonfaloneiro. Na reunião, às exigências

seguiram-se ameaças, o que motivou o gonfaloneiro a “frear com modo extraordinário, uma extraordinária insolência” (Maquiavel, 2007a, p. 195), ferindo gravemente os emissários da plebe e tornando-os prisioneiros. Esse gesto agravou ainda mais a ira da plebe, que decidiu empunhar armas e entrar em confronto com as forças do gonfaloneiro. O combate terminou com a derrota dos insurrectos e com o consequente banimento da plebe dos postos de governo. Com base nesse relato, Cardoso conclui que, na visão do próprio Maquiavel, “é a própria plebe [...] que provoca o retorno à situação dos conflitos de facção. Ao passar ela própria, a partir de certo momento, a comportar-se como facção” (Cardoso, 2022, p. 233).

Mas não se pode dizer que a leitura de Cardoso encerre a questão sobre o significado atribuído por Maquiavel ao comportamento plebeu na revolta dos *ciompi*. Nem nos parece ter sido essa a intenção do intérprete, ainda que ele não se furte de apresentar como resposta a formulação de uma hipótese plausível à luz do texto de Maquiavel, mormente das partes do texto em que o florentino fala abertamente, sem recorrer à sua costumeira técnica de usar os discursos dos agentes em conflito para dizer indiretamente o que ele próprio pensa. O mais importante é a formulação da questão que, a depender da resposta, tem o potencial de reabrir a discussão: “o que e quem leva o novo regime, devidamente instituído à sua derrocada? Seria a ingenuidade política e/ou o oportunismo de Michele di Lando [...]?” (Cardoso, 2022, p. 233). Já vimos a resposta de Cardoso: a mudança do comportamento da plebe – de republicano para faccioso – foi o verdadeiro estopim da reversão oligárquica subsequente à derrota militar dos *ciompi*. Além disso, ele isenta Michele di Lando de qualquer responsabilidade pelo trágico desfecho. De fato, nenhum personagem de *História de Florença* foi tão louvado por Maquiavel, por sua *virtù* e dedicação ao bem

comum, quanto o gonfaloneiro de origem plebeia⁹. Lançar dúvidas sobre a franqueza desse elogio seria um exercício de “questionar o próprio autor, para além de interpretá-lo” (Cardoso, 2022, p. 234).

Contudo, em alguns casos, a interpretação de Maquiavel depende exatamente do questionamento do valor de face do texto. Seriam desse tipo os casos de seu elogio a Michele di Lando e de sua explícita detração do humor da plebe florentina? Voltemos, aqui, à interpretação de McCormick, que oferece uma resposta afirmativa a essa pergunta. No caso de Michele di Lando, o intérprete sugere que a real avaliação, embora não explícita, de Maquiavel a respeito da meteórica carreira do líder plebeu é bem menos laudatória do que a que se revela na superfície do texto. Ele estaria situado entre duas figuras não mutuamente excludentes: um príncipe civil falido e um traidor de sua própria classe. Em vez de agarrar a ocasião e agir à moda dos fundadores/reformadores bem-sucedidos de repúblicas e principados, di Lando optou por violar as lições centrais encontradas nas grandes obras anteriores de Maquiavel. Primeiro, buscou ativamente os favores dos nobres populares, apesar de ter se alçado ao poder com o apoio da plebe, exatamente o contrário do que Maquiavel prescreve no capítulo 9 d’*O príncipe*. Esse erro vai também de encontro às lições contidas nos *Discorsi* aos reformadores de repúblicas, que não devem perder a oportunidade de livrar-se dos “filhos de Brutus”, metáfora de Maquiavel para designar os nobres cuja ambição é deletéria ao bem comum e à liberdade das repúblicas. O gonfaloneiro

⁹ Maquiavel afirma que a pacificação definitiva dos tumultos ocorreu “apenas graças à *virtù* do gonfaloneiro. Este, em ânimo, prudência e bondade, superou naquele tempo qualquer outro cidadão, merecendo ser contado entre os poucos que beneficiaram sua pátria: porque se nele houvesse intenções malignas ou ambiciosas, a república teria perdido a liberdade, sofrendo tirania maior do que a do duque de Atenas” (Maquiavel, 2007a, p. 196).

parece ter recebido pouco ou nada em troca dos benefícios prestados aos Scali, aos Alberti, aos Medici e aos Strozzi, que se tornariam, nas palavras de Maquiavel, “quase que príncipes da cidade,” enquanto a di Lando franqueou-se apenas o direito de concluir seu mandato de gonfaloneiro e rumar silenciosamente para o exílio.

Além disso, o gonfaloneiro plebeu não apenas falhou em buscar a “amizade” do povo, como a desprezou depois de já conquistada, desdenhando a lição central de Maquiavel aos candidatos ao principado civil. Mais: não apenas não armou a plebe, como devem fazer os líderes de repúblicas populares, como a desarmou completamente, ao ponto de torná-la presa fácil daqueles que não suportavam o “fedor da plebe” e que aproveitaram a oportunidade para garantir que jamais houvesse alguém “do povo miúdo entre os Senhores”, anulando a “Arte do povo miúdo” e privando “do direito de ocupar cargos aqueles que a ela se subordinavam, exceto Michele di Lando” e outros poucos (Maquiavel, 2007a, pp. 196-197).

Para McCormick, é questionável até que ponto as palavras elogiosas de Maquiavel a di Lando são realmente elogios, ao menos à luz do ensinamento válido tanto para repúblicas quanto para principados, que instrui o governante a “aprender a ser não bom” (Maquiavel, 2017, p. 183). O pensador florentino refere-se repetidamente à “bondade” como a mais destacada qualidade do gonfaloneiro, mas, como ele próprio havia ensinado, em determinadas situações críticas, essa virtude do homem comum pode ser a principal debilidade do governante. E aquele período entre 1378 e 1381, em Florença, configurava uma dessas situações. A última menção de Maquiavel a Michele di Lando ocorre no encerramento da narrativa sobre esse período crítico, apenas para mostrá-lo prisioneiro da nova coalizão entre “o povo nobre e os guelfos”, que “reassumiram o estado”.

O pensador refere-se também à ingratidão da “pátria pelas suas obras” e à falta de consideração “aos tantos bens que causara com sua autoridade” (Maquiavel, 2007, pp. 204-205). Também esta avaliação, argumenta McCormick, deve ser questionada à luz do gabarito oferecido pelo próprio Maquiavel para aquilatar o valor da herança de um líder reformador. Assim, no caso em questão,

os fatos empíricos e os detalhes históricos fornecidos por Maquiavel, cruzados com as lições de “O Príncipe” e dos “Discursos”, sugerem que Michele não forneceu praticamente nenhum benefício. De fato, ele pode ser acusado de ter ajudado a piorar as condições na república. Sob a oligarquia dos Albizzi e depois no principado dos Médici, como Maquiavel posteriormente indica, a cultura cívica de Florença sucumbiria a uma corrupção sem precedentes; e sua dependência de armas mercenárias, em vez de um exército popular em grande escala, a deixaria desesperadamente em desvantagem. (McCormick, 2020, p. 214)

E o que dizer das palavras duras de Maquiavel sobre o comportamento da plebe? Segundo o intérprete em questão, elas tampouco devem ser interpretadas literalmente. Aqui pesa decisivamente o contexto de composição da obra, ao qual fizemos referência na primeira seção deste capítulo. O pensador florentino não estava livre de qualquer obrigação para escrever o que lhe parecia evidente. Escrevia, em grande medida, sobre os Medici e para os Medici. Ainda mais do que na avaliação do papel do gonfaloneiro, é preciso atentar à “incongruência entre palavras e ações que acompanham a discussão de Maquiavel sobre o povo e a plebe em

História de Florença". Tendo como audiência imediata os principais representantes da nova nobreza de Florença, "seria imprudente para Maquiavel, nessas circunstâncias precárias, elogiar generosamente o povo e a plebe, os antagonistas sociopolíticos firmes de seus patronos, no relato histórico da cidade financiado pelos Médici". O comentador acrescenta que "a discrição era ainda mais necessária", dada a associação pessoal do narrador "tanto com o governo popular de 1494-1512 quanto com seu principal magistrado, o fervoroso rival dos Medici, Piero Soderini" (McCormick, 2018, pp. 98-99).

A interpretação plebeia de McCormick exige que se olhe para Maquiavel mais como um político do que como um filósofo. Exige também um foco na dimensão retórica do texto, concebida mais para a persuasão de uma audiência refratária às suas crenças do que para a proclamação clara e direta dessas crenças. Trata-se, sem dúvida, de uma produtiva chave de leitura. Ela tem a vantagem de reduzir as ambiguidades da tese da permanência, na maturidade de Maquiavel, das ideias fundamentais forjadas anteriormente n'*O príncipe* e nos *Discorsi*. Mas é também uma leitura suscetível de relevantes críticas, sustentadas nas incontáveis declarações explícitas do florentino sobre as predisposições e ações do povo de sua cidade, declarações que atribuem à plebe uma conduta incompatível com os padrões éticos e morais convencionais, algo que, anteriormente, parecia restrito às elites.

Neste ponto, está correto Jeffrey Green, quando afirma que tendência à moralização da conduta plebeia representa o calcanhar de Aquiles da interpretação de McCormick e de outros intérpretes plebeístas de Maquiavel, como Martin Breugh. O esforço sistemático para afastar o repetido juízo do florentino sobre o comportamento "injurioso", "indecente" e "desonesto" da plebe florentina e de acentuar

sua “bondade”, “decência” e “honestidade” reflete uma falha em compreender que não apenas os líderes, as elites e os governantes precisam “aprender a ser não bons”. Esta deve ser uma lição dirigida também à plebe, que nem sempre pode se conformar aos padrões morais tradicionais. Green concede que “o famoso ensinamento de Maquiavel” sobre a necessidade de “aprender como não ser bom é claramente direcionado aos príncipes, seja no sentido literal de líderes de principados ou no sentido de políticos líderes em repúblicas” (Green, 2023, p. 12), não aos cidadãos comuns. Ela visaria aos “poucos”, não aos “muitos”. E assim como “numerosos pensadores plebeus contemporâneos”, ele quase sempre silencia sobre a “transgressão moral requerida pela defesa das instituições e ideias plebeias” (Green, 2023, p. 8). Green poderia ter acrescentado que os relatos do comportamento da plebe em *História de Florença* podem ser as exceções que nos auxiliem na quebra desse silêncio do pensador florentino. Mas é justamente a maneira em que esses relatos podem ser instrutivos, tendo em vista a dupla tarefa de entender Maquiavel e mobilizá-lo para entendermos nosso tempo, o que está em disputa no plebeísmo contemporâneo.

O ponto central dessa disputa sobre o que significa, do ponto de vista plebeu, “aprender a ser não bom” refere-se ao lugar reservado à violência na política plebeia. Por exemplo, continua inconclusiva a resposta para a questão sobre o endosso ou não de Maquiavel aos apelos para o uso da violência no memorável discurso do *ciompo* anônimo. Como mencionado acima, teóricos do plebeísmo como Yves Winter defendem que o pensador florentino elabora esse discurso para expressar seu próprio ponto de vista sobre os requisitos da política plebeia. Maquiavel estaria convicto de que o recurso à violência é “o único benefício político que as classes politicamente

excluídas e economicamente desfavorecidas têm contra o establishment” (Winter, 2018, p. 190).

Embora essa conclusão seja altamente contestável à luz do próprio texto de Maquiavel, mesmo que ela fosse correta, ou seja, mesmo que Maquiavel estivesse sugerindo o recurso à violência como expediente legítimo da política plebeia de sua época, o papel reservado à violência na política plebeia contemporânea continuaria altamente disputado. Aqui, é mais prudente seguir a teoria alternativa que atribui ao pensador a insistência nos meios ordinários (legais e institucionais) de canalização dos humores da plebe (Silva, 2018). E ainda que essa perspectiva mais institucionalista esteja errada a respeito de Maquiavel, isso não implica que esteja errada para a política plebeia de hoje. De todo modo, parece-nos mais apropriada a conclusão de Green de que “a perspectiva maquiaveliana não justificaria a violência revolucionária”, uma vez que tal perspectiva “é profundamente não-revolucionária em sua aceitação dos poucos e dos muitos como categorias inevitáveis que moldam a vida social (Green, 2023, p. 28).

Referências bibliográficas

- Ames, J. L. (2019) Povo internamente dividido: plebe, seitas e partidos em *Histórias florentinas. Dissertatio*, v. 50, pp. 227-251.
- Ascoli, A. R. (2013) “Vox Populi”: Machiavelli, Opinione, and the Popolo, from the Principe to the Istorie Fiorentine”. *California Italian Studies*, v. 4, nº 2, pp. 1-23.
- Bausi, F. (2005) *Machiavelli*. Roma: Salerno Editrice.
- Black, R. (2013) *Machiavelli*. Nova York/Londres: Routledge.

- Black, R. (2022) *Machiavelli: from Radical to Reactionary*. Londres: Reaktion Books.
- Breaugh, M. (2013) *The Plebeian Experience: a Discontinuous History of Political Freedom*. Columbia: Columbia University Press.
- Butters, H. (2010). Machiavelli and the Medici. In: Najemy, John (org.). *The Cambridge Companion to Machiavelli*. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 64-79.
- Cardoso, S. (2022) *Maquiavelianas: Lições de política republicana*. São Paulo: Editora 34.
- Del Lucchese, P. (2015) *The Political Philosophy of Niccolò Machiavelli*. Edinburgh: Edinburgh University Press.
- Holman, C. (2018) *Machiavelli and the Politics of Democratic Innovation*. Toronto: University of Toronto Press.
- Holman, C. (2020) “Gli umori delle parti’: Humoral Dynamics and Democratic Potential in the Florentine Histories. *Political Theory*, v. 48, nº 6, pp. 723-750.
- Hullington, M. (1984) *Citizen Machiavelli*. Nova Jersey: Princeton University Press.
- Green, J. (2016) *The Shadow of Unfairness: A Plebeian Theory of Liberal Democracy*. Oxford: Oxford University Press.
- Green, J. (2023) Ten Theses on Machiavelli. *Theoria* v. 70, nº 1, pp. 8-23.
- Guidi, G. (1969) Machiavelli e i progetti di riforme costituzionali a Firenze nel 1520. *Pensiero Politico*, v. 2, nº 3, 1969, pp. 580-97.
- Guidi, G. (1972) La Teoria delle “Tre Ambizioni” nel Pensiero Politico Fiorentino del Primo Cinquecento. *Pensiero Politico*, v. 5, nº 2, pp. 241-60.
- Jurdjevic, M. (2014) *A Great and Wretched City: Promise and Failure in Machiavelli’s Florentine Political Thought*. Cambridge: Harvard University Press.

- Litvin, B. (2019) Mapping Rule and Subversion: Perspective and the Democratic Turn in Machiavelli Scholarship. *European Journal of Political Theory*, v. 18, nº 1, pp. 3-25.
- Martelli, M. (1996) Machiavelli e Firenze dalla Repubblica al Principato. In: Marchand, Jean-Jacques (org.). *Niccolò Machiavelli: Storico, Politico, Letterato*. Roma: Salerno, pp. 16-31.
- Maquiavel, N. (2007a). *História de Florença*. São Paulo: Martins Fontes.
- Maquiavel, N. (2007b). *Discursos sobre a primeira Década de Tito Lívio*. São Paulo: Martins Fontes.
- Maquiavel, N. (2017) *O príncipe*. Trad. de D. P. A. São Paulo: Editora 34.
- McCormick, J. (2011) *Machiavellian Democracy*. New York: Cambridge University Press.
- McCormick, J. (2018) *Reading Machiavelli*. New Jersey: Princeton University Press.
- McCormick, J. (2020) Machiavelli, Popular Resistance and the Curious Case of the *Ciompi* Revolt. In: Ferrer, Véronique; Desan, Philippe (org.). *Penser et agir à la Renaissance*. Genève: Librairie Droz, pp. 369-39.
- McCormick, J. (2021) Aristocratic *Insolenzia* and the Role of Senates in Machiavelli's Mixed Republic. *The Review of Politics*, v. 83, n. 4, pp. 486-509.
- Matteucci, N. (1970) Machiavelli, Harrington, Montesquieu e Gli "Ordini" di Venezia". *Pensiero Politico*, v. 3, nº 3, pp. 337-70.
- Matteucci, N. (1972) Machiavelli Politologo. In: Gilmore, Myron (org.). *Studies on Machiavelli*. Florença: Sansoni Editore, pp. 207-48.
- Najemy, J. (2006) *A History of Florence: 1200-155*. Oxford: Blackwell.
- Pedullà, G. (2018) *Machiavelli in Tumult: the Discourses on Livy and the Origins of Political Conflictualism*. Cambridge: Cambridge University Press.

- Pedullà, G. (2023) *On Niccollò Machiavelli: The Bonds of Politics*. New York: Columbia University Press.
- Raimondi, F. (2018) *Constituting Freedom: Machiavelli and Florence*. New York: Oxford University Press.
- Ridolfi, R. (2003) *Biografia de Nicolau Maquiavel*. Trad. De N. C. São Paulo: Musa Editora.
- Silva, R. (2018) A república democrática de Maquiavel: uma crítica à interpretação anti-institucionalista". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 33, pp. 1-21.
- Silvano, G. (1990) Florentine Republicanism in the Sixteenth Century. In: Bock, Gisela; Skinner, Quentin; Viroli, Maurizio (orgs.). *Machiavelli and Republicanism*. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 143-71.
- Suchowlansky, M. (2015) *Machiavelli's Republicanisms: Society, Discord and the Politics of Equilibrium in the Florentine Histories*. Toronto: University of Toronto.
- Vergara, C. (2020) *Systemic corruption: Constitutional Ideas for an Anti-oligarchic Republic*. Nova Jersey: Princeton University Press.
- Vivanti, C. (2016) *Nicolau Maquiavel: nos tempos da política*. São Paulo: Martins Fontes.
- Winter, Y. (2012) Plebeian Politics: Machiavelli and the *Ciampi* Uprising. *Political Theory*, vol. 40, nº 6, pp. 736-766.
- Winter, Y. (2018) *Machiavelli and the Orders of Violence*. New York: Cambridge University Press.

Capítulo 9

Conflito e igualdade nas *Histórias florentinas* de Maquiavel*

Sebastián Torres¹

Introdução: as *Istorie*, mais além da anarquia e da corrupção

As *Istorie florentine* de Maquiavel não tiveram a mesma sorte que *Il principe* e os *Discorsi sopra la prima deca di Tito Livio*, obras das quais se seguiram as mais influentes e inflamadas polêmicas sobre seu pensamento ao longo da história.

É claro que as análises e avaliações desta obra são diversas, mas para as leituras que recuperaram o *conflito* e a *divisão* como princípios de inteligibilidade de seu pensamento político, as *Istorie* adquirem

* Tradução de Helton Adverse.

¹ Professor de Filosofia Política na Universidad Nacional de Córdoba.

uma relevância particular² (perspectiva presente desde seus primeiros escritos³, e que vai adquirindo maior complexidade em suas obras). No entanto, a crueza com que é contada a história da inimizade, do exílio e da morte causados pelas divisões em Florença parece fazer desta obra a história de uma relação fracassada entre conflito e política, dominada pela anarquia e pela corrupção, completamente oposta às possibilidades abertas a partir de uma saída virtuosa, pela grandeza e liberdade da cidade, sustentada em *Il principe* e nos *Discorsi*. Essa leitura encontraria justificativa em uma carta a Guicciardini, datada de 21 de outubro de 1525, onde Maquiavel lhe diz: “Recebi o aumento, que equivale a cem ducados, para a *História*. Retomei sua escrita e desabafo acusando os príncipes que fizeram todas as coisas necessárias para nos levar até onde estamos. Até logo. Niccolò Machiavelli. Historiador, cômico e trágico” (Maquiavelo, 1979, p. 244)⁴. Mas esse desabafo do homem político, que ama sua cidade mais do que sua própria alma, não pode nos desviar do trabalho de pensamento a partir do qual ele se propõe decifrar o *caso florentino*.

² Uma primeira análise do que vamos propor aqui sobre divisão e igualdade é desenvolvida no quadro mais amplo da questão da relação entre temporalidade política e conflito (Torres, 2013), derivada de intuições iniciais sobre a relação entre paixões e a questão social (Torres, 2002). Agradeço a Helton Adverse, Gabriel Pancera e a todos os organizadores do *V Colóquio Internacional Maquiavel: História de Florença* por me convidarem a retornar a este fascinante livro de Maquiavel, revisitar conjecturas passadas e incorporar novas leituras e preocupações.

³ A unidade temática que existe entre história, comportamentos, paixões e relações de dominação pode ser vista em uma passagem de um relatório à Chancelaria de 1503: “Ouvi dizer que as histórias são mestras de nossas ações e muito mais das dos príncipes, e o mundo sempre foi habitado por homens que sempre manifestaram as mesmas paixões, e sempre houve os que mandam e os que obedecem, e os servos que servem com gosto e com desgosto, e as pessoas que se revoltam e são reprimidas” (Maquiavelo, 2001, pp. 21-22).

⁴ N do trad.: todas as traduções de Maquiavel e dos demais autores são feitas a partir dos textos em espanhol, tal como citados pelo autor.

O Proêmio das *Istorie* é uma peça maravilhosa e contundente, na qual se explicita o núcleo daquilo que será o principal nó de sua reflexão:

Se em algumas repúblicas essas divisões foram célebres, na de Florença são celebérrimas, pois enquanto a maior parte das outras repúblicas de que temos notícia se contentaram com uma única divisão graças à qual, segundo as circunstâncias, engrandeceram algumas vezes e arruinaram outras sua própria cidade, Florença, não contente com uma única, promoveu muitas. Em Roma, como todo mundo sabe, uma vez que foram expulsos os reis, nasceu a desunião entre nobres e plebeus, e nessa divisão continuou a cidade até sua ruína. O mesmo fez Atenas e o mesmo fizeram todas as repúblicas que naquele tempo floresceram. (Maquiavelo, 2009, p. 24)

Algumas linhas antes, Maquiavel se diferencia dos historiadores de Florença porque estes não prestaram atenção às “discórdias civis”, que em suas outras obras permitiram sustentar a produtividade política do conflito como fonte da liberdade. Mas aqui a investigação sobre os conflitos e divisões requer ir mais além do que nos ensinou a história das repúblicas da antiguidade. Existe uma diferença entre Florença e as demais repúblicas como Roma investigada nos *Discorsi* e Atenas (cuja menção no caso em que estão é significativa). A progressão dos conflitos enumerada por Maquiavel não apenas mostra os distintos tipos de república possíveis, de acordo com a dinâmica conflitiva na qual participam diferentes setores da sociedade, mas também busca identificar o fio condutor da potência mesma do conflito, que como uma força aritmética divide sem qualquer freio

(situando-se nas antípodas da tradição metafísica ou política fundada sobre um, o idêntico, o imutável). O que Florença exige interrogar é a própria dinâmica de uma divisão a partir de uma relação antagônica que antecede as partes. Se, como indica Maquiavel, as repúblicas de que temos conhecimento foram dominadas por uma única divisão, entre os grandes e o povo (de acordo com as características próprias de cada parte em diferentes tempos e lugares), se requer agora voltar a interrogar esse novo saber sobre o conflito para compreender as causas que fazem com que esta “divisão em dois” continue operando.

O *desejo* de dominar e não ser dominado poderia ocupar o lugar de causa primeira da conflitividade e explicar o caráter derivado das partes em disputa. Não obstante, a natureza mesma de um desejo que existe desde sempre como antagonismo nos conduz a interrogar a história, porque essa divisão em dois do desejo é inerente ao devir singular dos corpos políticos, iluminando sua constituição e suas mutações.

O que Maquiavel põe em jogo na apresentação do caso florentino, a diferença com as repúblicas do passado, é sua modernidade, quer dizer, o novo que indica uma transformação na dinâmica das mutações do passado. Não basta desocultar o não pensado na história política das repúblicas, a *verdade efetiva* tem que poder decifrar a novidade. A história é sempre história do presente.

Para poder avançar com essa hipótese de leitura, nos voltaremos sobre o Livro III das *Istorie fiorentine*, onde se condensa a análise da novidade da divisão que Maquiavel identificou no Proêmio.

1 *Istorie*, III.1: Roma e Florença

No começo do Livro III, Maquiavel retoma o motivo exposto no Proêmio. Não obstante, saltam à vista duas formulações que resultam dissonantes frente às paradigmáticas análises presentes no *Il principe* e nos *Discorsi* sobre os conflitos. Em primeiro lugar, a reiteração da tese da divisão entre aqueles que desejam comandar e aqueles que não desejam ser comandados produz, à primeira instância, um efeito negativo:

As graves e lógicas rivalidades (*naturali inimicizie*) que existem entre as pessoas do povo e os nobres, nascidas do fato de que estes querem comandar e aqueles não querem obedecer, são a causa de todos os males que surgem nas cidades, já que todas as demais coisas que perturbam a paz das repúblicas se nutrem desta diversidade de sentimentos (*umori*). (Maquiavelo, 2009, p. 141)

Em segundo lugar, a avaliação comparativa entre Roma e Florença sobre os efeitos da divisão conclui com uma afirmação que parece modificar o efeito mesmo de tal enumeração. Maquiavel condensa sua teoria das paixões e da divisão para iniciar a seguinte série comparativa:

Foi isto (os conflitos) que manteve Roma desunida e, se nos é permitido equiparar as coisas pequenas com as grandes, isto é, foi isto que manteve dividida Florença, ainda que diversos sejam os resultados (*diversi effetti*) que se deram em ambas as cidades, porque as rivalidades que houve no princípio em Roma, entre o povo e os nobres,

acabaram em meras discussões (*disputando*) enquanto em Florença acabaram em lutas (*combatendo*); as de Roma terminavam com uma lei, as de Florença com o desterro ou a morte de muitos cidadãos; as de Roma aumentaram o valor militar, as de Florença o apagaram totalmente; *as de Roma levaram aquela cidade, da igualdade entre seus cidadãos, a uma grande desigualdade, as de Florença a levaram da desigualdade a uma inacreditável igualdade (mirabile uqualit)*. (Maquiavelo, 2009, p. 141. Grifos nossos)

A *mirabile uqualità* (cuja tradução mais próxima seria igualdade “admirável” ou “maravilhosa”⁵) introduz uma dissonância, enunciando o critério que determina o terceiro momento da divisão mencionado antes, entre o povo e a plebe, com o motivo do “ódio que o *popolo minuto* nutria contra os cidadãos ricos e contra os chefes das Artes, porque lhes parecia que não haviam sido recompensados por seus trabalhos segundo acreditavam merecer com justiça” (Maquiavelo, 2009, p. 159). A igualdade interrompe a força retórica da enumeração das virtudes e dos defeitos fazendo da comparação um argumento cujo desvio permite dar conta de uma enigmática conclusão: o fortalecimento de Florença que, antes do aprofundamento da divisão, sobreviveu a tais conflitos. Desde o início do livro são enunciadas as exigências da *verità effettuale della cosa*: o caráter originário do conflito e o histórico da divisão *produzindo efeitos diversos*, mas nunca uma resolução definitiva.

Nos *Discorsi* (I.6), Roma é apresentada como uma anomalia, singularidade que interrompe a lógica cíclica polibiana e permite

⁵ Aqui, a partir do conceito de “multidão” em Maquiavel, se abre uma possível relação entre o “maravilhoso” e o “monstruoso”, como vemos nos estudos de Canguilhem sobre o que transgride a norma (Torres, 2013, p. 150 e ss).

introduzir a institucionalização da conflitividade como exemplo para pensar Florença. Nas *Istorie*, Maquiavel torce a retórica da Roma exemplar, fazendo uso do próprio elogio de sua virtude para mostrar que, na realidade, não existe um modelo virtuoso do conflito político: é a variação, a multiplicidade de efeitos que podem seguir das divisões, o que permite historicizar um corpo político e assim compreender as condições concretas para a ação⁶. O problema dos historiadores de Florença assinalado no Proêmio não é apenas a omissão dos conflitos, que Maquiavel poderia sanar repondo-os; o problema – que poderia desprender-se de uma equivocada leitura dos *Discorsi* – é antepor um modelo de virtude para a conflitividade como critério para a história e, com isso, confundir e inverter o sentido que o próprio questionamento maquiaveliano havia introduzido. Entender o conflito é entender o *poder*, por isso, “nenhum outro exemplo demonstra a força de nossa cidade tão claramente como aquele que se desprende dessas divisões, as quais teriam podido aniquilar qualquer outra grande e poderosíssima cidade. Não obstante, a nossa parecia que ressurgia cada vez mais forte” (Maquiavelo, 2009, p. 24). Saber ler a história, então, é saber identificar não somente a invenção – inclusive, fugaz – de instituições livres, mas também a reativação permanente de uma conflitividade que, nesta obra, encontra na igualdade sua chave de decodificação.

Como veremos, a relação igualdade/desigualdade muda no interior da própria dinâmica política. Os fins nos quais diferem os povos de Roma e de Florença – “o que o povo de Roma pretendia era poder gozar das supremas honras, assim como os nobres, o [povo] de Florença, em troca, combatia para estar só no governo sem que os

⁶ “As pretensões do povo romano eram mais razoáveis [...] a pretensão do povo florentino era injuriosa e injusta” (Maquiavelo, 2009, pp. 141-2).

nobres tomassem parte no mesmo” (Maquiavelo, 2009, p. 141) – são apenas o início de uma luta que põe em questão a única ideia de igualdade aceita pela tradição: “a igualdade entre os iguais” (enunciada por Platão⁷, transformada no problema da filosofia política e sustentada por Aristóteles⁸, e adotada na definição ciceroniana de povo, tão relevante para a tradição republicana: a igualdade diante da lei⁹). Mas esta noção de igualdade, instituída a partir do encontro entre as hierarquias naturais e políticas (instituição que Maquiavel considera, mesmo que não seja nesses termos), não consegue suprimir a desigualdade: pelo contrário, a reproduz e a multiplica. Recordemos que, em sua análise do tribunato da plebe nos *Discorsi*, ele nos diz que esta instituição funcionou até que os tribunos deixassem de representar o povo, porque os tribunos terminaram por fazer leis em benefício de alguns poucos e quando o povo tinha que eleger seus representantes para ocupar os lugares do tribunato, terminou por eleger os cidadãos mais poderosos das famílias mais importantes da cidade (Maquiavelo, 2000, p. 90). O desejo de não dominação se transformou em uma identificação dos representantes e dos representados com os grandes, a partir da paixão da ambição e da

⁷ Em Platão, esta ideia pode ser reconhecida em sua crítica à democracia: “uma forma de governo encantadora, anárquica e pitoresca, que estabelece uma espécie de igualdade tanto entre os iguais como entre os desiguais (Platon, 1995 [558c], p. 443).

⁸ “E o bem político é o justo, quer dizer, o bem comum; mas a todos lhes parece que o justo é uma igualdade [...] Mas, de quê é igualdade e de quê é desigualdade não deve ser passado por alto, pois isto implica uma questão e uma filosofia políticas” (Aristóteles, 1994 [1282a], pp. 129-30).

⁹ “O povo não é toda reunião de homens agregados de qualquer maneira, mas uma associação de homens que aceitam as mesmas leis e têm interesses comuns (pueblo no es toda reunión de hombres congregados de cualquier manera, sino una consociación de hombres que aceptan las mismas leyes y tienen intereses comunes” (1992, I, 25-40, p. 27).

universalização de sua perspectiva. Por esse motivo, da “incrível igualdade” recuperada nas *Istorie*, na medida em que coloca em jogo uma dimensão mais ampla das relações materiais que determinam as formas reais de dominação, resulta uma *igualdade conflitiva*, núcleo de uma divisão permanente¹⁰.

2 Os três discursos do Livro III

Uma maneira de ingressar no Livro III para entender o modo no qual Maquiavel intervém nessas linhas de força que se impõem a partir de uma saga de conflitos facciosos entre famílias – que produziram mortes, desterros e os exílios (Saw, 2003), resultado da primeira divisão entre nobres e povo – é a partir da função crítica que cumprem os discursos que Maquiavel coloca na boca de diferentes atores, considerando-os como perspectivas que permitem entender a progressão do conflito e as linguagens políticas envolvidas nessa contenda. Como terminava a carta a Guicciardini que citamos no início, o historiador, o cômico e o trágico se encontram na montagem de uma cena com vários atos, que lhe permite introduzir, no devir dos tumultuosos acontecimentos, uma crítica aos saberes. Essa análise nos permitirá compreender como opera seu materialismo histórico-crítico.

¹⁰ O conceito e o problema da igualdade não captaram a atenção dos intérpretes de acordo com a relevância que entendemos que possui no pensamento de Maquiavel, mais além da igualdade civil subsumida à recuperação republicana do conceito de liberdade. Os trabalhos existentes são relativamente recentes. Sem pretendermos à exaustão, podemos mencionar algumas contribuições interessantes, como Ostrensky, 2019; Silva 2020 e Lamadrid, 2020.

Trata-se de três discursos: em primeiro lugar, o discurso “cidadão” que intervém na raiz da disputa entre os Albizzi e os Ricci; em segundo lugar, o discurso de Luigi Guicciardini diante das ações do “povo de menor condição”; e, em terceiro lugar, o mais conhecido discurso dos *Ciampi*. Esses discursos não somente expõem a progressão de uma cena que vai crescendo em conflitividade, produzindo essa permanente “divisão em dois”, mas também nos mostram a maneira na qual eles se encontram ligados ao conflito e são atravessados pela linguagem do litígio, indicando os limites de suas virtudes resolutivas. A estratégia teórica maquiaveliana recorre a esses discursos para interrogar o *status* do saber, permitindo entender que não há um fora do conflito, pelo que a autonomia e a objetividade narrativa do historiador – tais como são reivindicadas no Proêmio – implicam assumir um ponto de vista que deve ser construído, implicam tomar partido em um campo de forças teórico e político.

Em uma breve caracterização desses três discursos, poderíamos dizer que o primeiro representa o discurso humanista republicano: trata-se de “cidadãos, movidos por seu amor pela pátria”, onde a prioridade do bem comum se sustenta sobre a valoração das virtudes próprias de uma comunidade política; “cidadãos livres” que priorizam a “união e a amizade”, frente a uma “cidade dividida em *sette*”, movida pela “avareza”, pelos “ódios, inimizades e rivalidades”, onde os promotores dessa divisão “[fingem] defender [a cidade] sob as aparências de um regime aristocrático ou democrático”, mas propõem leis não “para a defesa do *vivere libero*, e sim de acordo com as ambições do partido vencedor”. Neste discurso, Maquiavel introduz duas considerações muito interessantes sobre o conflito: a primeira, que o descontentamento com os governos da cidade resulta em que “não nos colocamos jamais de acordo para viver livres e tampouco nos

resignamos a ser escravos”, fazendo da liberdade a condensação entre a lógica do acordo e do desacordo; a segunda consideração – quando afirma que “é disposição do alto, a fim de que não haja nas coisas humanas nada duradouro nem estável, que em todas as repúblicas haja famílias assinaladas pelo destino e nascidas para a ruína dessas mesmas repúblicas” – põe a contingência do lado das disputas familiares, excluindo a república aristocrática do paradigma da estabilidade. Não obstante – continua o discurso –, mais além das adversidades, é “possível mantê-la [a cidade] unida [...], reformá-la de acordo com os bons costumes e os modos cívicos [...], movidos pelo amor pela pátria”, pois se pode atribuir as antigas desordens “não à natureza dos homens, mas às circunstâncias”. Assim, “é possível vencer a adversidade da fortuna com a prudência [...] que favorece um verdadeiro *vivere libero* e o civismo”. Adverte o discurso, por fim, que se essas ações não são realizadas introduzindo “leis humanas”, as pessoas resolverão o conflito por meio das armas (Maquiavelo, 2009, pp. 146-9). Não é difícil ver nesse discurso os motivos brunianos do humanismo cívico, onde o primado da virtude, a amizade e a concórdia, a lei e o bem comum se antepõem ao conflito. Mas, de que maneira essa anatomia da moral cívica dá conta efetivamente das circunstâncias, quer dizer, das condições materiais (sociais e institucionais) que impulsionam a conflitividade? Quem está em condições de tomar a palavra e o saber assumindo a posição do universal?

O segundo discurso, proferido pelo gonfaloneiro Luigi Guicciardini, que foi escolhido para resolver as lutas internas, expressa um *realismo político* limitado, no qual a prioridade da ordem ante o conflito se sustenta sobre a possibilidade de resolver o problema a partir de um acordo entre os interesses das partes. Poderíamos

imaginar que a escolha de Maquiavel não é casual, a partir do jogo homônimo com seu amigo Francesco Guicciardini, que para muitos comentadores é o verdadeiro pai da *real Politik*. Nesse discurso, dirigido aos *síndicos* e magistrados das Artes que, apesar das concessões conseguidas, continuavam impulsionando os tumultos pela desconfiança dos poderosos, Guicciardini não abandona a retórica cívica. Afirma que aceitou o cargo “com a esperança de tratar com homens de sentimentos humanitários e de alguma forma de amor pela pátria”, e os interroga: “Quando terão fim vossas exigências, e até quando continuareis abusando de nossa generosidade?”. Mas essa pergunta, que põe em questão o que supostamente deve ser a natureza de um pacto negociado onde cada parte deve ceder algo, é reforçada por outro argumento ligado às consequências do conflito. Guicciardini argumenta que, quando a cidade esteve “desunida”, foi presa de estrangeiros de pouco valor, ao passo que, quando esteve “unida”, conseguiu resistir aos ataques de temíveis forças externas. Assim, volta a interrogá-los: “Que outra coisa a não ser a escravidão ireis conseguir a partir de vossas próprias decisões, e que outra coisa além da pobreza ireis conseguir a partir dos bens que roubastes ou que continuam roubando”? Sua argumentação, estritamente dependente de uma análise de meios e fins, busca suscitar um pacto entre as partes, apelando para as consequências negativas de ações que prejudicam a ordem interna, resultando em perda para todos. Guicciardini não nega o conflito, mas solicita que as demandas “sejam feitas com modos civis e não mediante tumultos”. Se o amor pela pátria é um móbil de eficácia duvidosa, a concórdia poderia ser alcançada priorizando racionalmente os interesses, que não são alheios à fortuna de toda a cidade, pois querer tudo leva a perder tudo.

Maquiavel afirma que “estas palavras, baseadas como estavam na realidade, impressionaram fortemente” (Maquiavelo, 2009, pp. 157-8). A prudência, não mais orientada pelos valores do *vivere libero*, recorre aos interesses reais para alcançar uma liberdade que permita certa igualdade, mas continua pressupondo uma ideia de unidade da cidade que pode ser anteposta à sua divisão racionalizando-a sob a lógica do pacto. Um acordo sustentado sobre a exteriorização do conflito, que termina subsumindo a divisão interna. Mais além dos elogios deste sábio personagem, Maquiavel deixa claro que esta racionalização da contenda não conseguiu deter a “parte mais ínfima da plebe”, pelo “ódio que o *popolo minuto* nutria contra os cidadãos ricos e contra os chefes das Artes” (Maquiavelo, 2009, p. 159). Sob que condições é possível supor que partes confrontadas podem harmonizar seus interesses para alcançar um benefício comum? O que garante que uma divisão inalterada da sociedade não voltará a provocar as mesmas desigualdades sobre as quais a própria divisão se sustenta?

Antes de passar a analisar o terceiro discurso, abrimos aqui um parêntese para indicar algo que se depreende destas duas primeiras análises. Nos dois primeiros discursos não seria difícil reconhecer as duas linhas dominantes na interpretação do pensamento político de Maquiavel: o humanismo cívico republicano dos *Discorsi*, desenvolvido pelo neorrepublicaníssimo, e o mais clássico realismo pragmático atribuído a *Il principe*¹¹. Não iremos nos deter nesta querela

¹¹ A interpretação neo-republicana remete principalmente às obras de J.G.A Pocock, 2002 e Quentin Skinner, 1993. Uma clássica interpretação que atribui a Maquiavel elementos que justificam sua inscrição nas posteriores teorias da razão de Estado como paradigma do realismo político é a de Meinecke, 1959, pp. 27-50. Sobre as interpretações que situam em Guicciardini o início do realismo político, equivocadamente atribuído a Maquiavel, pode-se ver Viroli, 1992, pp. 126-77. Para uma análise interessante sobre a relação entre republicanismo e realismo, pode-se

hermenêutica, mas nos interessa recordá-la para sugerir que a estrutura do Livro III abre outras vias de leitura, se prestamos atenção ao lugar que ocupa o terceiro discurso na história crítica que o próprio Maquiavel continua desdobrando.

Maquiavel introduz um terceiro discurso, aquele dos *Ciampi* (2009, pp. 160-2). Sua importância pode ser reconhecida não somente por dar a palavra para quem nunca escreveu a história, mas também porque através desse discurso se produz um encontro entre realismo e igualdade, o que o dota de uma singular densidade teórica. É por meio do discurso político *Ciampo* que Maquiavel desdobra um realismo crítico que dá conta da conjuntura teórica e prática em que Florença se encontra. Primeiramente, nos interessa assinalar – a respeito da maneira como Maquiavel politiza o saber histórico sustentado sobre princípios naturais e éticos – a “inversão dos valores” que, iniciada em *Il príncipe*, adquire sua dimensão histórica concreta no discurso de um *Ciampo*:

Não fiquem assustados com a antiguidade de sua estirpe, que ostentam diante de nós, porque todos os homens, tendo um idêntico princípio, são igualmente antigos, e a natureza nos fez de maneira idêntica. Se todos ficarmos completamente nus, vereis que somos iguais a eles; que nos vistam com seus trajes e os vistamos com os nossos e, sem dúvida alguma, nós pareceremos os nobres e eles os plebeus; porque somente a pobreza e a riqueza nos fazem desiguais [...]. Quanto à consciência, não devemos nos preocupar muito com ela, porque onde habita, como habita em nós, o medo da fome e do cárcere, não pode

consultar o estudo de Newton Bignotto dedicado a Guicciardini, 2006, em particular, o capítulo final onde é tematizado o vínculo com Maquiavel.

haver lugar o medo do inferno. E se observais o modo de proceder dos homens, vereis que todos aqueles que alcançaram grandes riquezas e grande poder, o alcançaram mediante o engano ou mediante a força; e, depois, para encobrir o ilícito dessa aquisição, trataram de justificar com o falso nome de ganho o que roubaram com engano e com violência. Pelo contrário, aqueles que por pouca visão ou por demasiada estupidez deixam de empregar estes métodos, vivem sempre afundados na escravidão e na pobreza, já que os servos fiéis são sempre servos e os homens bons são sempre pobres. (Maquiavelo, 2009, p. 161)

Esta longa passagem, fragmento de um discurso ainda mais extenso, sintetiza alguns dos núcleos de sua crítica, inserida na origem política do conflito que define o mapa das *Istorie*, e que consideramos a chave de um modo de pensar a história que poderia denominar-se genealógico (Esposito, 1999), ainda que prefiramos chamá-lo *materialista* (Morfini, 2019; 2028): a crítica a uma noção metafísica de natureza, que supõe hierarquias de ser imutáveis; a identificação das relações socioeconômicas como parte do sistema de dominação; a usurpação como origem de todo título social; e a crítica à moral cristã, que inibe as possibilidades de intervir sobre o mundo. Esses são elementos que poderíamos encontrar em *Il principe* e nos *Discorsi*, em uma tentativa de apreender as forças materiais que atuam à luz de um problema concreto: de que maneira os conflitos fazem as cidades livres ou servas.

Mas quais são as mediações colocadas em jogo para produzir a passagem do desejo de não ser dominado ao desejo de liberdade? Já vimos que as mediações presentes nos dois primeiros discursos (uma

razão prática atenta aos fins, orientada pelos valores cívicos e uma racionalidade prática atenta aos meios, orientada pelos interesses) resultam insuficientes, basicamente porque é impossível responder a esta questão sem uma compreensão do conflito e da divisão.

No discurso do *Ciomo* podemos encontrar com clareza aquilo que Althusser observa sobre o florentino: “Maquiavel é provavelmente um dos raros testemunhos do que denominaria acumulação primitiva política” (2008, p. 341). Mas também, na trilha deixada por Gramsci, seguindo a leitura de Frosini (2013a; 2013b), podemos reintroduzir a figura do perspectivismo que aparece na dedicatória de *Il principe*. No opúsculo, a distância entre povo e príncipe permite afirmar que somente o povo pode bem conhecer os príncipes, uma perspectiva que se concentra na relação entre governantes e governados, pondo em jogo a relação entre saber e não saber. Nas *Istorie*, o perspectivismo plebeu se amplia, pondo-se à distância do conjunto das relações sociais de dominação e estendendo seu saber em direção a um conhecimento mais extenso, o da cidade, onde a relação liberdade-dominação se faz compreensível a partir da relação igualdade-desigualdade.

Entendemos que o “anonimato” do discurso do *Ciomo* – um aspecto bem assinalado por Aranovich, que o identifica como um discurso contraposto ao de Guicciardini (2007, pp. 268 e ss) – deve ser lido e contraposto ao anonimato do primeiro discurso, o humanista. Em ambos os casos, o anonimato do orador é uma interessante estratégia retórica para introduzir a *igualdade da palavra*. Mas se trata de duas palavras diferentes, determinadas por diferentes posições de parte no conflito, que enunciam uma falta a partir de diferentes noções de igualdade e desigualdade: no primeiro caso, trata-se da palavra que ocupa o lugar do saber, de uma igualdade cívica

dependente de uma virtude aristotélica-bruniana, onde a igualdade diante da lei é a institucionalização política de uma maneira de compreender a unidade na universalidade, substantivada no bem comum; no segundo caso, a palavra formulada a partir do não-saber plebeu expõe o caráter litigioso da igualdade, recurso que permite negar a desigualdade de fato e a impostura do discurso da igualdade cívica e de um bem que é menos comum do que se enuncia. Nesta transformação política do não-saber em conhecimento histórico-crítico, a universalidade da igualdade é uma tomada de partido e, por isso, não se trata de um universal que suprima as partes em uma unidade indivisa (Raimondi, 2006).

A importância desses três discursos não está radicada na resposta à pergunta sobre com que atores maquiavel se identifica politicamente, nem em avaliar sua posição apenas pelo modo como julga cada uma de suas ações, considerando os motivos de seus fracassos e a impossibilidade de deter os conflitos da cidade. A função principal desses discursos é expor três diferentes ordens do saber sobre a divisão, três *perspectivas* que permitem entender uma nova e moderna dinâmica da conflitividade na qual a igualdade resulta em uma chave fundamental para sua inteligibilidade.

3 Conflito e igualdade

Muitas leituras assinalaram que o conceito de natureza maquiaveliano se encontra ligado à mutação, e este núcleo materialista rompe com a contraposição entre natureza e história¹². O

¹² A partir de diferentes ângulos, Morfino, 2005; Raimondi, 2006 e Caporali, 2014.

discurso plebeu contribui para esta conceitualização, mas entendemos que o mais interessante das *Istorie* se encontra na gênese teórica que permite um claro movimento de mão dupla entre os conceitos de natureza e contingência e os conceitos de conflito e história; por isso, manteremos nossa análise no segundo para conceitual. A potência da retórica plebeia nos interessa, uma retórica da contenda que põe à prova a verdade da igualdade a partir de um ato cuja simplicidade se condensa na relação entre discurso e ação: “que nos vistam com seus trajes e os vistamos com os nossos e, sem dúvida alguma, nós pareceremos os nobres e eles os plebeus; porque somente a pobreza e a riqueza nos fazem desiguais”, diz o orador (Maquiavelo, 2009, p. 161). A igualdade aparece na história como *deslocamento imaginário* e como *luta*, estabelecendo um corte, uma interrupção na história natural da desigualdade e nas sucessivas ordens políticas que a administraram. Maquiavel não introduz a igualdade como um princípio normativo deduzível da ordem natural (principalmente, um direito natural), seu caráter negativo opera sob a lógica da contestação e tem múltiplos alcances. Um deles, como dissemos, é retórico no pleno sentido que adquire o *status* da palavra na ordem do saber e da ação, entre retórica e poder (Adverse, 2017). Quando a igualdade irrompe no conflito divide a própria linguagem da política. A mais evidente divisão anunciada por Maquiavel já se produz na partição da palavra *popolo*, a partir do conflito entre o povo e a plebe (que depois prossegue em outras denominações mais descritivas, como “a parte mais pobre”, a “parte ínfima”, etc.), outorgando *status* político à linguagem social de parte. Mas aqui não somente se expõe o caráter polêmico de toda linguagem política, mais além de suas pretensões de definir o natural, o comum, o universal. A igualdade introduz algo novo que torna complexa a própria linguagem

da divisão e da discórdia: à diferença, por exemplo, das categorias de “amigo-inimigo”, que atravessa as *Istorie* e expulsa toda possibilidade do comum, *a igualdade divide unindo e reúne dividindo*, porque enuncia através de um “universal” uma posição, uma tomada de partido radical, introduzindo um conflito permanente que alcança o conjunto das relações sociais.

Vamos nos deter um pouco mais na conceitualização dessa “maravilhosa igualdade”. À diferença da liberdade, efeito virtuoso da desunião em Roma que possibilita institucionalizar o conflito a partir da criação dos tribunos da plebe, nas *Istorie* Maquiavel nos mostra as dificuldades de esconjurar (tomando as palavras de Lefort) “fantasticamente a dominação-opressão e a identificação social” (Lefort, 1988, p. 113) a partir dessa radical igualdade. Com a igualdade aparece outra dimensão da “operação da negatividade”, assinalada por Lefort, que funciona como contestação da identidade e unidade da comunidade, sob a suposição de uma divisão do poder natural e racional. Para entender isso, voltemos brevemente a duas passagens dos *Discorsi*.

A primeira passagem, em *Discorsi*, I, 6, compara diferentes constituições, e em sua leitura de Esparta introduz a questão da igualdade:

Licurgo, com suas leis, estabeleceu muita igualdade em essência e pouca na categoria (più equalità di sustanze, e meno equalità di grado); pois todos eram igualmente pobres, e os plebeus careciam de ambição, já que os cargos públicos se repartiam entre muito poucos cidadãos e eram mantidos afastados da plebe, e tampouco a nobreza, com seus maus tratos, despertava desejos de obter acesso a eles. Isso se devia aos reis espartanos que, colocados naquele

principado em meio à nobreza, não tinham outro remédio, para manter sua dignidade, do que defender a plebe frente a toda injúria, de modo que a plebe não temia nem desejava o poder, e não tendo poder nem medo, não havia lugar para que surgisse alguma rivalidade com a nobreza nem causa para tumultos, de modo que puderam viver unidos por muito tempo. (Maquiavelo, 2000, p. 48)¹³

A segunda passagem, em *Discorsi*, I, 55, depois de explicar por que nas cidades onde há muitos *gentiluomini*, enquanto inimigos da vida civil, dificilmente se pode alcançar a liberdade, conclui que para instituir uma república (igualdade) convém eliminá-los e, se isto não é possível, convém instituir um principado (desigualdade). Após esta afirmação, Maquiavel reconhece que isto “parece opor-se à experiência da república veneziana, na qual não podem alcançar nenhum cargo público os que não sejam patrícios” (2000, p. 172). Não obstante, ele mostra que os patrícios venezianos são *gentiluomini* em *aparência*, já que suas posses provêm do comércio e tomaram os títulos nobiliários de empréstimo:

O nome de patrícios indica, ente eles, dignità e riputazione, sem fundar-se em nenhuma das coisas que, em outras cidades, caracterizam os gentiluomini [...] e enquanto eles podem alcançar todas as honras, os outros ficam absolutamente excluídos, o que, entretanto, não causa desordem. (Maquiavelo, 2000, p. 172)

¹³ Uma análise minuciosa e iluminadora sobre a relação entre Maquiavel e Licurgo, em torno do conceito de igualdade e a partir da reconstrução de suas fontes e de suas implicações para a leitura dos *Discorsi*, podemos encontrar em Del Lucchese, 2021.

A distinção entre igualdade de *sustanze* e a igualdade de *grado*, assim como a transmutação veneziana entre riqueza e reputação, nos mostra com clareza que a unidade e a estabilidade espartana e veneziana dependem de duas maneiras diferentes de organizar a desigualdade, a partir de um governo específico da relação entre igualdade material ou social e igualdade formal ou política. Nas *Istorie*, a “incrível igualdade” cumpre a função de interromper a própria distinção entre *sustanze* e *grado*, ao mesmo tempo em que denuncia a transmutação veneziana, introduzindo uma dimensão conflitual da igualdade que não deixa lugar para uma instituição simbólica e material da organização da igualdade na desigualdade, a partir da qual se concebeu historicamente a unidade e a hierarquia do social.

Nos *Discorsi*, a comparação das constituições de Esparta e Veneza tem por objetivo mostrar a singularidade romana a partir da instituição dos tribunos da plebe, conflitividade que tem por efeito a liberdade. Mas, como vimos, nas *Istorie* Roma difere de Florença: a dinâmica igualitária da conflitividade florentina nos mostra que, desde esta perspectiva, Roma não é tão diferente de Esparta ou Veneza, pois a igualdade cidadã romana, quer dizer, a possibilidade de um acesso mais igualitário aos cargos públicos aberta pela instituição dos tribunos da plebe, não consegue ter um efeito proporcional sobre a igualdade social, motivo da divisão entre patrícios e plebeus; pelo contrário, Maquiavel nos diz que produz uma grandíssima desigualdade. A tumultuosa república romana alcança uma ordem no conflito, diferente de Veneza e Esparta, mas nem por isso resulta em um modelo para Florença.

Nesta análise se mostra com clareza a tese maquiaveliana da singularidade dos corpos políticos. Tal é o projeto dos *Discorsi*, visível no abandono do modelo polibiano de 1.2 para abordar a singularidade

do caso romano. E se mantém nas *Istorie fiorentine*, que requerem pensar a singularidade da divisão no caso florentino. Isto nos permite compreender a importância do Livro III das *Istorie* (comparável ao capítulo 4 do Livro I dos *Discorsi*) quanto ao estabelecimento histórico da *divisão* como princípio generativo dos corpos políticos e, em particular, quanto à centralidade que adquire para tal fim o tratamento que Maquiavel dá à revolta dos *Ciompi* e à breve e frustrada experiência democrática que viveu Florença entre 1378 e 1381.

Voltemos a outro reconhecido momento da retórica plebeia, marcada por uma cena que Maquiavel monta com uma particular intensidade: as palavras pronunciadas frente à multidão pelo cardador de lã Michele di Lando ao ingressar na sala da Senhoria, “descalço e mal-vestido”. Um momento no qual, através de uma pergunta, ganha consistência um núcleo central de sua análise: “Já o vedes [diz Lando]: o palácio é vosso e a cidade está em vossas mãos. O que vos parece que devemos fazer agora?” (Maquiavelo, 2009, p. 166).

Na saga que se segue, Maquiavel elogia as virtudes de Michele di Lando, a quem o povo elege como gonfaloneiro e relata as dificuldades que encontra para restabelecer a ordem, diante dos conflitos com a plebe. Novamente, Lando se encontrou diante de uma plebe que estimou que “ao reformar o governo, se havia mostrado excessivamente favorável aos principais do povo” (Maquiavel, 2009, p. 167) e “à soberba dos grandes, ao ter que suportar o fedor da plebe” (Maquiavel, 2009, p. 169). Este fracasso não nos deve impedir de reconhecer o que representa a igualdade naquela cena, enquanto questionamento da ordem histórica, como a possibilidade de renovação radical que se encontra no princípio do governo democrático. Mas também, as múltiplas dificuldades que surgem ao

pretender instituir uma nova ordem, sobretudo quando persiste a ilusão de que é possível suprimir as divisões da cidade a partir da supressão da parte vencida. Maquiavel não abandona a ideia de que um efeito necessário do igualitarismo plebeu requer sua institucionalização e sua inscrição nos fins coletivos da cidade. A pergunta “o que fazemos agora?” não é uma declaração de decisionismo; pelo contrário, ela expressa o caráter coletivo da ação, que tem que conseguir que a igualdade se transforme no princípio de um *nós* ampliado e em permanente ampliação, um universalismo partidário.

De outro modo, o risco da radical igualdade como motor da divisão, em sociedades que começam a descobrir-se profundamente desiguais e que recusam as formas passadas e presentes de exclusão, é a multiplicação das distinções entre uns e outros, surgindo ódios, ressentimentos e desconfianças que podem converter-se em um fator de decomposição política de acordo com as heterogêneas diferenciações existentes entre grupo e indivíduos. O Na política desta precoce modernidade não repercutirá somente o despontar de uma liberdade individual que compromete a participação pública. Também há que se considerar uma deriva particularista da igualdade conflitiva, cujo efeito bloqueia as possibilidades democratizantes das lutas plebeias, impedindo sua estabilização e duração no poder. Quando isso acontece, a decomposição da plebe, sua contínua divisão, pode ser reapropriada pela lógica das facções para reintroduzir a dominação. É o que efetivamente mostra Maquiavel nos livros seguintes das *Istorie*, até a paradigmática apropriação do poder produzida pela família Medici.

E como a cidade estava cheia de sentimentos contrastantes, cada qual tinha objetivos distintos, que todos tratavam de atingir antes de

depor as armas. Os antigos nomes, chamados “grandes”, não podiam suportar ser privados dos cargos públicos e, por isso, se esforçavam com todo empenho em recuperá-los, desejando que se devolvesse a autoridade aos capitães de bairro. Aos notáveis do povo e às Artes maiores desgostava ter de partilhar o poder com as Artes menores e com o *popolo minuto*. De outra parte, as Artes menores pretendiam antes aumentar do que diminuir sua autoridade, enquanto o *popolo minuto* temia perder a direção de suas próprias Artes.

Todos estes desacordos provocaram tumultos em Florença muitas vezes durante um ano inteiro, e às vezes eram os grandes que empunhavam armas, outras vezes as Artes maiores e, outras vezes, as menores e o *popolo minuto* com elas [...]. De modo que os partidos dos notáveis do povo e dos guelfos recobraram o mando, enquanto o partido da plebe o perdeu. (Maquiavel, 2009, pp. 174-5)

As rebeliões ocorridas em Florença durante toda a segunda metade do século XIV mantiveram um governo popular frágil e tumultuoso de 1378 até 1381, segundo o faz constar Maquiavel em suas *Istorie*. Este breve episódio, em que se constituiu uma república democrático-popular, goza, em termos particulares, de pouca glória na reconstrução que ele realiza. Mas a história não deve ser um relato épico de gloriosas façanhas: ainda dominado pelas discórdias e sem poder chegar a afiançar a liberdade, este momento lança luz sobre as forças que seguiram operando em Florença, e é valorizado com maior positividade do que o período que se seguiu, quando se consolida propriamente a grande experiência popular-burguesa. Mas além do obrigatório elogio aos Medici, que encomendaram essas *Istorie*, Maquiavel não se privará de assinalar que “entre 1343 e 1494 [...] ficou

novamente aberto o caminho para os bárbaros e a Itália caiu outra vez sob seu domínio” (Maquiavelo, 2009, p. 238)¹⁴.

Considerações finais

A igualdade é índice de uma verdade política apenas cognoscível na história: nenhuma sociedade é estática e homogênea, nem pode suprimir a conflitividade resultante de sua organização; por isso, deve produzir novas instituições, formas de organização e participação através da luta, que permitam fazer da igualdade um permanente impulso para a politização da cidade, e um critério permanentemente aberto à modificação das instituições econômicas, jurídicas, políticas e culturais existentes. Em Maquiavel, a liberdade e a igualdade não são princípios absolutos que possuem em si mesmos a cifra oculta de toda política. Sua verdade não se encontra no conceito – se se trata de uma liberdade positiva ou negativa, ou em um terceiro conceito de liberdade (como propõe o neo-republicanismo); se se trata de uma igualdade material ou formal (ou um terceiro conceito de igualdade?) –, mas nos movimentos que irrompem no estado de coisas presente e reorganizam um vasto mapa de relações sociais de dominação em constante conflito. Por isso, o materialismo histórico-crítico de Maquiavel não deixa de ser uma filosofia da ação, uma teoria sobre a prática política na qual essas irrupções têm que ser permanentemente organizadas e estando atentas aos efeitos que produzem.

¹⁴ A mesma consideração havia sido feita nos *Discorsi*, onde, novamente sem nomear os Medici, afirma que “diziam os que governaram o estado de Florença de 1434 até 1494, que era necessário renovar o governo [...] e chamavam renovar o governo encher os homens de terror e medo” (Maquiavelo, 2000, p. 308).

Se nossa análise é plausível, poderíamos abordar a partir de outra perspectiva essa conhecida passagem da *Allocuzione ad un magistrado* (1519-1520), muitas vezes considerada um mero exercício de retórica de um autor cujo realismo se encontraria nas antípodas de um pensamento sobre a justiça. Mas, como vimos, não se trata de deduzir uma teoria normativa de seu realismo crítico, mas estar atento ao caráter polêmico da linguagem política – linguagem de parte, conflitiva, partidária – e transformadora da ação:

É ela [a justiça] que gera a união nos Estados e reinos, sua conservação e potência; ela defende os pobres e impotentes, contém os ricos e poderosos, humilha os soberbos e audazes, freia os cobiçosos e avaros, castiga os insolentes e dispersa os violentos, e gera nos Estados essa *igualdade*, desejável em um Estado, se se quer conservá-lo. (Maquiavelo, 2001, p. 128)

Referências bibliográficas

- Adverse, H. (2017) Maquiavel: a força, o poder e a retórica. *Sapere aude*, v. 8, n. 16, pp. 350-362.
- Althuser, L. (2008) *La soledad de Maquiavelo*. Madrid: Akal.
- Aranovich, P. (2007) *Historia e política em Maquiavel*. São Paulo: Discurso Editorial.
- Aristóteles. (1994) *Política*. Trad. C. Garcia Gual y A. Pérez Giménez. Madrid: Alianza.
- Caporali, R. (2014) *Il neto e il sospetto. A proposito di Machiavelli*. Cesena: Il Ponte Vecchio.
- Cicerón. (1992) *Sobre la República - Sobre las leyes*. Trad. J. Guillén. Madrid: Ténos.

- Del Lucchese, P. (2021) Machiavelli e Licurgo. *Etica & Politica/Ethics & Politics*, XXIII, 1, pp. 39-72.
- Esposito, R. (1999) *El origen de la política*. Barcelona: Paidós.
- Frosini, F. (2013a) La “prospettiva” del prudente. Prudenza, virtù, necessità, religione in Machiavelli. *Giornale critico della filosofia italiana*, Settiam serie vol. IX, Anno XCII (XCIV), fasc. III, pp. 508-542.
- _____ (2013b) “Dubitando non incorrere in questo inganno di che io accuso alcuni”: Storia memoria giudizio nelle prefazioni e nella dedicatoria dei Discorsi. In: Caporali, R., Morfino, V., Visentin, S. (org.). *Machiavelli: tempo e conflitto*. Milano: Mimesis.
- Bignotto, N. (2006) *Republicanism e realismo. Um perfil de Francesco Guicciardini*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Maquiavelo, N. (1979) *Cartas privadas de Nicolas Maquiavelo*. Trad. de L. A. Arocena. Buenos Aires: Eudeba.
- _____ (2000) *Discursos sobre la primera década de Tito Livio*. Trad. de A. Martínez Arancón. Madrid: Alianza.
- _____ (2001) *Escritos políticos breves*. Trad. M. T. Navarro Salazar. Madrid: Tecnos.
- _____ (2009) *Historia de Florencia*. Trad. F. Fernández Murga. Madrid: Tecnos.
- _____ (2018) *Tutte le Opere*. Secondo l'edizione di Mario Martelli. Milano: Bompiani.
- Lamadrid, A. (2020) Maquiavelo y la “admirable igualdad”. El ideal social de la república. *Anacronismo e Irrupción*, Vol. 10, N° 18, pp. 139-172.
- Lefort, C. (1988) Maquiavelo: la dimensión económica de lo político. In: *Las formas de la Historia*. México: Fondo de Cultura Económica.
- McCormick, J. (2020) *Democrazia machiavelliana*. Roma: Viella.
- Meinecke, F. (1959) *La idea de la Razón de Estado en la edad moderna*. Madrid: Instituto de Estudios Políticos.

- Morfini, V. (2005) *Il tempo della moltitudine: materialismo e politica prima e dopo Spinoza*. Roma: Manifestolibri.
- _____, (2018) Las cinco tesis de la “filosofía” de Maquiavelo. *Anacronismo e Irrupción*, Vol. 7, N° 13, pp. 217-249.
- Ostrensky, E. (2019) Maquiavel: a ambição e o dilema das leis Agrárias. *Lua nova*, 107, pp. 55-90.
- Platón. *República*. Trad. A. Camarero. Buenos Aires: Eudeba, 1995.
- Pocock, J.G.A. (2002) *El momento maquiavélico. El pensamiento político florentino y la tradición republicana atlántica*. Madrid: Ténos.
- Raimondi, F. (2006) La “cagione della prima divisione” di Firenze. Per un’indagine sul materialismo di Machiavelli. In: Del Lucchese, F., Sartorello, L. y Visentin, S. (org.) *Machiavelli: immaginazione e contingenza*. Pisa: Edizioni ETS.
- Saw, C. (2003) *The Politics of Exile in Renaissance Italy*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Silva, R. (2020) Desigualdade e Corrupção no Republicanismo de Maquiavel. *Dados*, vol.63(3), pp. 1-37.
- Skinner, Q. (1993) *Los fundamentos del pensamiento político moderno. Vol. I: El Renacimiento*, México: Fondo de Cultura Económica.
- Torres, S. *Vida y tiempo de la república. Contingencia y conflicto político en Maquiavelo*. Los Polvorines: Editorial UNGS/UNC.
- _____, (2002) Maquiavelo: las pasiones y la cuestión social. *Nombres*, XII, 17, pp. 41-70.
- Viroli, M. (1992) *From Politics to Reason of State*. Cambridge: Cambridge University Press.

Lucrécio e o naturalismo trágico de Maquiavel

Jean Gabriel Castro da Costa¹

Nos últimos anos, surgiram inúmeras publicações sobre a recepção do epicurismo na Renascença e sua influência no desenvolvimento da filosofia e da ciência modernas. Há publicações importantes de perfil acadêmico² e outras que alcançaram um público maior, como o livro premiado *The Swerve: how the world became modern*, de Stephen Greenblatt (2011)³. Estas publicações apontam que o epicurismo exerceu uma influência mais profunda e generalizada do que se pensava anteriormente. O livro *De Rerum Natura*, de Lucrécio, aparece em destaque por ser o texto antigo com a exposição mais completa do epicurismo e ter tido ampla e documentada recepção na Renascença italiana. O livro foi redescoberto por Poggio Bracciolini em 1417, despertou grande

¹ Doutor em Ciência Política pela USP e professor do Departamento de Sociologia e Ciência Política da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

² Albrecht, 2003; Brown, 2001, 2010a; Lezra; Blake, 2016; Longo, 2004; Norbrook, 2016; Palmer, 2014; Prosperi, 2007 e Reeve, 2005, 2006 e 2007.

³ O livro de Greenblatt foi vencedor do Prêmio Pulitzer de Não Ficção em 2012, vencedor do National Book Award de 2011 e figurou entre os Best Sellers do New York Times.

interesse e recebeu cópias manuscritas e posteriormente edições impressas. Outra obra epicurista disponível na época de Maquiavel era “A Vida de Epicuro”, capítulo de *Vidas e doutrinas de filósofos ilustres* de Diógenes Laércio, que chegou a Florença em 1416, foi traduzido 17 anos depois e impresso nos anos 1470. Segundo Alison Brown, esses livros desencadearam o que ela chama de “naturalismo radical” e uma “nova visão de mundo” (Brown, 2010a, p. 2).

Sabemos que Maquiavel não apenas leu *De rerum natura*, mas também fez uma cópia do livro inteiro, em 1497, incluindo nela diversas anotações pessoais nas margens do texto. A cópia está disponível na biblioteca do Vaticano⁴ e foi divulgada nos meios acadêmicos pela primeira vez por William Merrill, no livro *The Italian Manuscripts of Lucretius*, publicado em 1929⁵. No início dos anos 1960, o tema volta a despertar interesse com a publicação de dois artigos (Finch, 1960 e Bertelli, 1961). Na época, não havia unanimidade a respeito da autoria da cópia. Roberto Ridolfi chegou a questioná-la (Ridolfi, 1963), mas depois admitiu seu erro e confirmou que Maquiavel era o autor da cópia de *De rerum natura* contida no Rossiano 884 (Ridolfi, 1968)⁶. Depois dessa controvérsia, se consolidou o reconhecimento de Maquiavel como autor da cópia. Também é provável que Maquiavel tenha lido “A Vida de Epicuro”, de Diógenes Laércio. Na juventude, Maquiavel conviveu com divulgadores do epicurismo, como Bartolomeu Scala e Marcello Adriani, ambos amigos de seu pai. Segundo Panichi, Adriani foi o sucessor de Angelo

⁴ Vatican MS Rossiano 884. Disponível em: https://digi.vatlib.it/view/MSS_Ross.884 (Acessado em 09/02/2024). Informações gerais da cópia: <https://digi.vatlib.it/mss/detail/247156> (Acessado em 09/02/2024).

⁵ Sobre essa informação ver Brown; Sasso, 2014.

⁶ Para um panorama mais detalhado a respeito do debate sobre a autoria de Rossiano 884, ver Panichi, 2018 e Brown; Sasso, 2014.

Poliziano no Studio de Florença, onde ensinava poesia e oratória, e foi sucessor de Bartolomeo Scala como primeiro chanceler de Florença em fevereiro de 1498. Também é amplamente conhecido, prossegue Panichi, que “quatro meses depois Maquiavel foi nomeado para servir sob Adriani como segundo chanceler da República Florentina” e, “com base no testemunho de Paolo Giovio, não são poucos os estudiosos que pensaram que além deste vínculo político havia uma ligação educacional, ou seja, o fato de que Adriani foi o professor de Maquiavel” (Panichi, 2021, p. 358). Há indícios de que Maquiavel assistiu à conferência de Adriani sobre Lucrécio intitulada *Nihil admirari*, em 1497, o mesmo ano em que ele fez sua cópia de *De rerum natura* (Brown, 2015, p. 113; Brown e Sasso, 2014). Segundo Rahe, cerca de seis anos após sua morte, Maquiavel foi lembrado por Luigi Guicciardini como “alguém que achava difícil acreditar nas coisas que tinham que ser acreditadas, sem mencionar aquelas que são risíveis”, e quando Luigi Guicciardini escreveu um diálogo sobre a questão do livre-arbítrio, ele retratou seu velho amigo Maquiavel como “um cético completo, inclinado a levantar objeções poderosas contra a doutrina cristã de uma forma consonante com a lógica final, se não o próprio argumento, de *De rerum natura*” (Rahe, 2007, p. 44. Ver também Brown, 2010b). Vale lembrar que bem antes da descoberta da cópia maquiaveliana do *De rerum natura*, alguns escritores já haviam associado Maquiavel com Lucrécio e o epicurismo. Por exemplo, em 1576, no *Anti-Machiavel*, Gentillet afirma que Maquiavel julgava que

o curso do sol, da lua, das estrelas, a distinção da primavera, verão, outono e inverno, o governo político dos homens, a produção que a terra faz de frutos, plantas, criaturas vivas; que tudo isso vem ao mundo por acidente e acaso, porque ele seguia a “doutrina de Epicuro” (o

doutor dos ateus e mestre da ignorância) que julgava que todas as coisas surgem e acontecem por circunstâncias fortuitas e um encontro accidental de átomos. (Gentillet, *apud* Rahe, 2007, p. 48)

Da suspeita acusatória de Gentillet em diante, surgiram provas do contato e interesse efetivo de Maquiavel com o epicurismo, sobretudo com a física epicurista, mais do que com a ética. Ada Palmer (2014) analisou cinquenta e dois manuscritos de *De Rerum Natura* copiados nesse período e constatou que a cópia de Maquiavel é a única a incluir notas extensas na seção do Livro II, que trata dos detalhes técnicos da física atomística epicurista, abordando temas como a natureza das partículas primordiais e a discussão do *clinamen* (Palmer, 2014, pp. 81-88). Segundo Palmer,

Maquiavel é conhecido hoje, com muita razão, por suas contribuições radicais à filosofia moral. Pode parecer surpreendente, então, que Maquiavel não anote as seções do *De Rerum Natura* que se concentram na filosofia moral epicurista, as quais 59 por cento dos leitores marcaram. (Palmer, p. 85)

Para Palmer, não podemos afirmar com toda a certeza que Maquiavel fosse um atomista, mas podemos dizer que ele demonstrou um “interesse excepcional pela cosmologia epicurista, cujo materialismo e deuses sem função permitem separar a filosofia moral das preocupações divinas” (Palmer, 2014, p. 85) e esse contato com a física epicurista sem Providência teria colaborado para que Maquiavel separasse a moral da divindade, abrindo o caminho para sua ética consequencialista e mundana e para uma ciência e política novas,

centradas no humano e no mundo material. Segundo Palmer, “o epicurismo era temido no Renascimento devido à preocupação de que um modelo de Natureza sem Providência pudesse minar a centralidade de Deus no universo e, assim, sua necessidade, abrindo as portas para o ateísmo” (Palmer, 2014, p. 87) e a natureza sem Providência do epicurismo teria fornecido “o primeiro modelo científico proto-ateu sistemático que a Europa viu em séculos” e isto “ressoou de maneira única com o autor da primeira filosofia moral proto-ateia sistemática que a Europa viu de fato” (Palmer, 2014, p. 87)⁷.

Para Gennaro Sasso (2014), há afinidades e diferenças entre os pensamentos de Maquiavel e Lucrécio. Os aspectos do pensamento de Maquiavel que mais refletiriam uma possível influência de Lucrécio, de acordo com Sasso, são: a narrativa sobre as origens primitivas e pré-sociais da humanidade e a reflexão sobre o papel do acaso ou fortuna. Esses pontos aparecem no capítulo 2 do Livro I dos *Discorsi*, em que Maquiavel afirma que “nascem tais variações de governos ao acaso entre os homens: porque no princípio do mundo os habitantes, que eram escassos, viveram durante algum tempo dispersos como animais” (Maquiavel, 2007, p. 14). Segundo Sasso, Maquiavel ecoaria

⁷ Há um debate entre especialistas a respeito da crença de Lucrécio em deuses. Alguns afirmam que os deuses mencionados no *De rerum natura* eram apenas “exotéricos”, criados com finalidade poética e política, para serem acreditados pelos leitores comuns, mas não pelos filósofos como Lucrécio. Outros afirmam que Lucrécio acreditava nesses deuses. Independente dessa controvérsia, os comentadores concordam que os deuses de Lucrécio não interferiam nesse mundo e eram indiferentes ao que nele acontecia, ou seja, não existia para Lucrécio a Providência divina. Se Maquiavel pode ter sido influenciado por Lucrécio a este respeito, podemos evitar “o debate cansativo sobre se Maquiavel era ou não um ateu secreto. O fato importante é simplesmente que Maquiavel tinha um interesse único em dar consideração séria a um sistema físico que remove a governança divina do mundo” (Palmer, 2014, p. 86).

Lucrécio ao descrever uma humanidade primitiva dispersa que, para fugir da solidão e do perigo, começa a se agrupar e estabelecer amizades, evitando a violência e a ofensa entre si. Além disso, Maquiavel preferiria o conceito lucreciano de acaso e a livre agregação e desagregação dos átomos dentro do vazio infinito, que lhe oferece mais liberdade e flexibilidade do que o “naturalismo rígido de Políbio”:

Mas, a propósito da observação relacionada ao “acaso”, sob cujo signo as variações dos governos “nasceram”, ao que já foi dito quando isso foi contraposto à lei da natureza polibiana (φύσεως οἰκονομία), é necessário acrescentar algo mais. De fato, não é improvável que, no ponto da conexão que ele estabeleceu entre os dois textos que tinha à disposição, mencionando o “acaso”, M. se lembrasse do que havia lido em L. sobre a agregação dos átomos que, ao constituírem os corpos das coisas, obedecem, não à lei da necessidade (ἀνάγκη) que lhes é intrínseca, mas àquela, precisamente, do acaso, do livre agrupar-se e desagregar-se dos átomos dentro da infinitude do vazio (cf., por ex., II 80 e seguintes); e a esse conceito, que lhe permitia mais liberdade e flexibilidade do que as concedidas pelo rígido naturalismo polibiano. (Brown; Sasso, 2014, s/p)

Para Sasso, um ponto em que Maquiavel poderia ter sido influenciado por Lucrécio, mas teria extraído conclusões diferentes, diz respeito à religião. Para Sasso, “o conteúdo irreligioso e anticristão que, não sem razão, foi identificado nesses pensamentos de Maquiavel pode, sem dúvida, ter um ponto de contato com o pensamento do epicurista Lucrécio” (2014, s/p), mas enquanto Lucrécio via a religião como essencialmente prejudicial, fonte de medo e subjugação, nascida do terror da morte, Maquiavel, por sua vez, a via como uma ferramenta útil para os legisladores manterem a ordem social. Essa visão pragmática da religião como falsa, mas útil, não é exatamente

igual à visão epicurista de Lucrécio sobre a religião como essencialmente prejudicial. Outro ponto de divergência entre Maquiavel e Lucrécio, segundo Sasso, seria a visão sobre a “eternidade do mundo”. Para Sasso, Maquiavel seria partidário da visão aristotélico-averroísta da eternidade do mundo e não da visão lucreciana da mortalidade dos mundos.

Leo Strauss, em *Reflexões sobre Maquiavel*, afirma que Maquiavel adotou uma “visão epicurista” ao discutir a origem do mundo, enfatizando a eternidade da matéria (Strauss, 1958, p. 201), o que contrastaria com a visão criacionista da Bíblia. Ele também afirma que Maquiavel compartilhava a visão epicurista quando descrevia os primeiros seres humanos vivendo dispersos e de forma semelhante aos animais, o que seria diferente da visão de Políbio, que não descreve os primeiros homens vivendo “dispersos como bestas” (Strauss, 1958, p. 201). Além disso, Strauss destaca que Maquiavel substitui o conceito aristotélico de “natureza” pelo “acaso” ao discutir o princípio do mundo e as mudanças cíclicas de regimes políticos. Enquanto Políbio descreve essas mudanças como ocorrendo “segundo a natureza”, Maquiavel atribui-as ao acaso. Essa mudança na perspectiva, de “natureza” para “acaso”, ou “o entendimento de natureza como acaso”, é associada por Strauss a Demócrito. Maquiavel, de acordo com Strauss, deixa de adotar uma visão teleológica da natureza e da necessidade natural, e frequentemente faz referência a “acidentes”, mas evita falar de “substâncias” (Strauss, 1958, p. 222).

Althusser também relacionou Maquiavel ao epicurismo. Ele desenvolveu esse tema em seus cursos dos anos 60 e em textos como “A Corrente Subterrânea do Materialismo do Encontro” (1982) e *Machiavelli and Us* (1999). Althusser enquadra Maquiavel no “materialismo do encontro”, uma tradição que remontaria a

Demócrito, Epicuro, e Lucrécio e inclui Maquiavel, Hobbes, Spinoza, e outros. Essa perspectiva é contrastada com o “materialismo incompleto” ou “racionalista”, que Althusser vê como uma forma disfarçada de idealismo devido à ênfase na teleologia e na necessidade. O materialismo do encontro, em contrapartida, é descrito como “completo” por abranger o acaso e a aleatoriedade como partes inerentes da realidade. Para Althusser, o cerne do pensamento político de Maquiavel reside na ideia de que um “encontro precisa acontecer”, especialmente o encontro bem-sucedido entre *Virtù* e *Fortuna*. Entretanto, “o encontro pode acontecer e pode não acontecer. O encontro pode se perder. O encontro pode ser breve ou duradouro. Ele precisa de um encontro que dure” (Althusser, 2006, p. 172)⁸.

Recentemente, comentários relacionando Maquiavel com o epicurismo foram feitos tanto por leitores de Leo Strauss, como Paul Rahe, *In the Shadow of Lucretius: the Epicurean Foundations of Machiavelli's Thought* (2007), quanto por leitores de Althusser, como diversos comentadores que colaboraram na coletânea *The Radical Machiavelli*, publicada em 2015 e organizada por Filippo del Lucchese, Fabio Frosini e Vitorio Morfino. Cabe destacar também os trabalhos de Alison Brown, especialmente o livro *The Return of Lucretius to Renaissance Florence* (2010) e o seu artigo *Lucretian Naturalism and the Evolution of Machiavelli's Ethics* (2016). Também devem ser lembrados os livros de Robert Roecklein, *Machiavelli and Epicureanism* (2012), o livro de Ada Palmer, *Reading Lucretius in the*

⁸ Houve uma confluência de diferentes pensadores franceses dos anos sessenta na “crítica à metafísica” que estaria presente no hegelianismo e no estruturalismo. As noções de teleologia e necessidade histórica eram alvo preferencial de ataque. Além de Althusser, Deleuze também se destacava neste campo. Sobre a relação de Nietzsche e Deleuze com o legado epicurista, ver Ansell-Pearson, 2016.

Renaissance (2014) e o artigo de Monica Centanni, Machiavelli e la Lezione di Lucrezio (2021).

Não se trata aqui de defender que Maquiavel era um seguidor ortodoxo do epicurismo ou de Lucrécio. Consideramos as suas referências teóricas ecléticas. As fortes evidências do contato de Maquiavel com os textos epicuristas não provam que ele fosse um epicurista, mas provam que ele conhecia a filosofia epicurista e a havia estudado cuidadosamente. Trata-se apenas de reconhecer o contato profundo de Maquiavel com a obra de Lucrécio e de um exercício para identificar possíveis influências desse contato no seu pensamento. O posicionamento político dele em relação à religião, por exemplo, não nos parece epicurista. Além disso, concordamos com Paul Rahe (e Ada Palmer) quando afirma que a influência do epicurismo em Maquiavel ocorre em sua cosmologia e não na sua ética, pois ele não abraça a defesa da moderação e a fuga da política para os jardins de Epicuro em busca de *ataraxia*. Nos *Discorsi*, III, 2, Maquiavel escreve que “os homens de qualidade não podem escolher a quietude”. Rahe está correto quando diz que a *ataraxia* para Maquiavel seria um “devaneio incompatível com a própria compreensão epicurista do universo” (Rahe, 2007, p. 52). Entretanto, com base nas evidências, consideramos que a influência do epicurismo em seu pensamento é digna de investigação, especialmente naquilo que a nosso ver indica mais claramente essa herança, o seu naturalismo trágico.

Existe uma literatura extensa sobre o naturalismo de Maquiavel⁹, mas não sobre o que denomino “naturalismo trágico”¹⁰. Preferimos

⁹ Sobre Maquiavel como pensador naturalista, ver Baron, 1943; Strauss, 1958, p. 222; Cassirer, 1963, p. 100; Chabod, 1965, pp. 213-15; Garin, 1965, p. 185; Gilbert, 1965, p. 330; Koyré, 1991, p. 17 e Parel, 1992, p. 28.

¹⁰ Ver Costa, 2019.

usar o termo “naturalismo trágico” em vez do termo “materialismo do encontro”, pois as origens da visão trágica são anteriores à filosofia, encontrando suas origens mais remotas na religião e poesia greco-romanas. Alguns filósofos antigos também foram trágicos, mas, como dizia Clément Rosset (1989, p. 13), a filosofia ocidental foi majoritariamente anti-trágica na sua tentativa de apagar o acaso e o devir sem finalidade. Apesar das diferenças entre os poetas e pensadores trágicos, é possível delimitar alguns elementos comuns das visões trágicas, que de modo sumário são: 1) o Ser é Caos, ou melhor, uma sucessão de ordens casuais e precárias (Caosmos); 2) o devir inocente e incessante é marcado por conflitos entre forças, sem *telos* e sem plano moral conduzindo os eventos para uma reconciliação no fim da história¹¹; 3) nossa capacidade de conhecer é limitada pelo acaso inerente ao real e pela nossa própria perspectiva; 4) sendo assim, nossa capacidade de controlar nosso destino com uma teoria adequada também é limitada; 5) não existe apenas uma concepção de Bem que possa ser derivada do caosmos, mas várias são possíveis e elas nem sempre são compatíveis (politeísmo de valores, pluralismo); 6) os trágicos defendem uma atitude afirmativa, trágica e cômica, frente aos Caosmos e aos limites da condição humana. A afirmação trágica aposta na agência humana como sendo capaz de realizar grandes feitos neste mundo, ainda que o agente não tenha pleno controle sobre si mesmo (agência não soberana) nem sobre as circunstâncias que antecedem e que decorrem de suas ações (caráter trágico da ação). Nesta concepção, as ações ocorrem no terreno da incerteza e nem os criadores nem as suas obras escapam ao devir e também desaparecerão no seu tempo (mortalidade). Mesmo neste

¹¹ Nesse sentido, alguns, como George Steiner, 2006, apontaram uma oposição entre a visão trágica e a visão judaico-cristã.

caso, é possível a afirmação cômica, que ri dos seus próprios limites e fracassos e até mesmo da queda dos seus próprios “mestres da finalidade da existência”¹². Encontramos visões trágicas desde Hesíodo que inicia a Teogonia, dizendo “sim, bem primeiro nasceu o Caos” (2005), até Nietzsche, que faz Zaratustra dizer que “sobre todas as coisas está o céu Acaso, o céu inocência, o céu Contingência” (Nietzsche, 2011, p. 158).

Diversos filósofos antigos desenvolveram perspectivas naturalistas, mas o naturalismo epicurista se diferencia de outros pelo peso dado ao acaso no processo natural¹³. Essa visão difere tanto da perspectiva judaico-cristã, centrada na Providência divina, quanto da ciência aristotélico-ptolomaica, que descrevia a “eternidade do mundo” em um universo finito, geocêntrico e teleológico. O universo epicurista, em contraste, é infinito, sem centro, sem propósito e sem distinção essencial entre humanos e animais. Como diz Lucrécio, no verso 830 do Livro V de seu poema, o mundo é composto por átomos

¹² “É inegável que a longo prazo cada um desses grandes mestres da finalidade foi até agora vencido pelo riso, a razão e a natureza: a breve tragédia sempre passou e retrocedeu afinal à eterna comédia do existir, e as ‘ondas de incontáveis risos’ – nas palavras de Êsquilo – devem finalmente se abater sobre os maiores desses trágicos também. Mas, apesar de todo esse riso corretor, a natureza humana foi mudada por esse aparecimento sempre renovado dos mestres da finalidade da existência – ela passou a ter uma necessidade mais, a necessidade justamente da aparição sempre renovada de tais mestres e doutrinas da ‘finalidade’ [...]. E sempre de novo, de quando em quando, a estirpe humana decretará: ‘Existe algo de que não se pode mais rir em absoluto!’ E o mais cauteloso dos amigos do humano acrescentará: ‘Não apenas o riso e a gaia sabedoria, mas também o trágico e sua sublime desrazão fazem parte dos meios e requisitos para a conservação da espécie!’” (Nietzsche, 2005, §1, p. 53).

¹³ Existe um debate sobre as possíveis diferenças entre Epicuro e Lucrécio. Os que defendem a existência de diferenças, apontam o peso mais acentuado dado ao acaso em Lucrécio. Para uma interpretação radical, que defende uma diferença mais acentuada entre os dois filósofos a este respeito, ver o capítulo III, Trágico e acaso, do livro *Lógica do pior*, de Clément Rosset (1989).

(*primordia*) e vazio e nele “tudo muda, nada fica igual a si mesmo” (Lucrécio, 2021, p. 351). Esses átomos, como vemos nos versos 280-6 do Livro II, são “corpos simples”¹⁴, tem peso e se chocam, mas além disso também, por “inata potência” (*innata potestas*), se desviam ligeiramente ao acaso (*clinamen*) e se chocam e agregam com outros átomos, formando corpos mistos (Lucrécio, 2021, p. 109). Nas palavras de Lucrécio (Livro II, versos 1059-63) “as próprias sementes das coisas, de um modo cego, em vão, batendo-se de muitos modos, finalmente juntam-se: aquelas que, por acaso, ao se encontrarem darão os inícios às mais grandiosas coisas: mares e terras e céus e as espécies viventes” (2021, p. 153). Os corpos mistos estão sujeitos à desagregação e morte, enquanto os corpos simples (*primordia*) e o vazio (*inane*) são eternos. Nesse universo, não há transcendência ou causalidade externa; todas as coisas estão interconectadas e em constante transformação, sujeitas a padrões emergentes de encontros aleatórios. Essa visão antecipa características de teorias científicas posteriores, como a teoria da seleção natural, que combina transmissão genética (necessidade) e mutações aleatórias que podem prosperar ou não dependendo da sua capacidade de adaptação aos constrangimentos do meio¹⁵. Além disso,

¹⁴ Maquiavel faz referência a corpos simples em D, II, 5, p. 202.

¹⁵ “Therefore, to understand the events and generalities of life’s pathway, we must go beyond principles of evolutionary theory to a paleontological examination of the contingent pattern of life’s history on our planet – the single actualized version among millions of plausible alternatives that happened not to occur. Such a view of life’s history is highly contrary both to conventional deterministic models of Western science and to the deepest social traditions and psychological hopes of Western culture for a history culminating in humans as life’s highest expression and intended planetary steward” (Portanto, para compreender os eventos e as generalidades do caminho da vida, devemos ir além dos princípios da teoria evolutiva e fazer uma análise paleontológica do padrão contingente da história da vida em nosso planeta – a única versão concretizada entre milhões de alternativas plausíveis que não chegaram a ocorrer. Tal visão da história da vida é altamente contrária tanto aos

os conceitos de “caos” e “incerteza” também são encontrados na física moderna, como a teoria dos sistemas complexos, termodinâmica e física quântica (Prigogine, 1996, pp. 57, 78 e 159; Prigogine, 1980, p. 174). A oposição tradicional entre natureza e liberdade não se aplica ao naturalismo epicurista. A liberdade não é vista em contraposição à “necessidade” ou à natureza, mas como inerente a ela, graças ao *clinamen*. Isso significa que a liberdade não é exclusiva dos humanos, sendo também compartilhada por outros animais, o que elimina a distinção cardinal entre humanos e animais.

Quando consideramos a hipótese da influência do naturalismo *epicurista* em Maquiavel, parece ser possível elucidar algumas aparentes contradições que existiriam no seu pensamento. Por exemplo, as coisas são sempre as mesmas ou mudam constantemente? O homem pode dominar a Fortuna ou é escravo dela? A seguir, vamos nos concentrar em dois pontos presentes em textos de Maquiavel relacionados com essas questões e que consideramos terem vínculos fortes com *De Rerum Natura*: a visão “cíclica” e a teoria do encontro.

modelos determinísticos convencionais da ciência ocidental quanto às tradições sociais mais profundas e às esperanças psicológicas da cultura ocidental por uma história que culmina nos seres humanos como a expressão mais elevada da vida e os destinados guardiões planetários) (Gould, 1994, p. 86). Sobre o conceito de acaso (*chance*) na teoria evolutiva, ver Gayon, 2005.

1 Visão cíclica: eternidade e *variazione*

Os heróis trágicos de Maquiavel vivem e agem em um Caosmos que está em eterno devir, como no universo lucreciano. Nele, “todas as coisas do mundo estão em movimento e não podem ficar paradas, é preciso que estejam subindo ou descendo” (Maquiavel, 2007, p. 32). Consequentemente, “a grande verdade é que todas as coisas do mundo têm seu tempo de vida” (2007, p. 305)¹⁶. O mesmo ocorre entre os homens, pois “as coisas humanas ora sobem, ora descem” (2007, p. 178). Os corpos mistos podem ter duração maior ou menor, conforme sua capacidade de se renovar e “voltar aos princípios” (2007, p. 305), entretanto, “é impossível ordenar uma república perpétua, porque sua ruína pode ser causada por mil vias imprevistas” (2007, p. 378). Roma, que Maquiavel chamou de “república perfeita”, morreu (2007, p. 19). No poema “L’Asino”, (Machiavelli, 1971, p. 2453), Maquiavel escreve: “sempre foi assim e sempre será que o mal suceda ao bem e o bem ao mal”. A ideia também aparece em *História de Florença*, quando Maquiavel escreve:

não permitindo a **natureza** que as coisas mundanas tenham parada, quando elas chegam à sua máxima perfeição, não podendo subir mais, é mister que desçam; e, assim também, depois de descerem e pelas desordens cheguem à máxima baixaza, como já não podem descer,

¹⁶ Ciclo da vida: Livro II, versos 569-80 e 991-1022 (Lucrecio, 2021, pp. 125; pp. 147-9).

haverão necessariamente de subir, e, assim, sempre se desce do bem ao mal, e do mal se sobe para o bem.
(Maquiavel, 1998, p. 281. Grifos nossos)

Alguns comentadores tentaram associar essa visão cíclica a Políbio, especialmente a partir da descrição das formas de governo nos *Discorsi*, I, 2. Entretanto, as diferenças entre Maquiavel e Políbio são significativas. Como em Políbio, tudo tem um tempo de vida, mas esta visão também estava presente em Lucrécio (2021, p. 351). Maquiavel não seguia a teoria da anaciclose, pois não há uma sucessão necessária e idêntica das formas de governo, de monarquia para tirania, de aristocracia para oligarquia e de democracia para oclocracia, reiniciando o ciclo. Os ciclos de Maquiavel são mais casuais e imprevisíveis que os de Políbio. Após resumir a teoria polibiana em D, I, 2, Maquiavel escreve:

Esse é o ciclo segundo o qual todas as repúblicas se governaram e governam, mas **raras vezes retornam aos mesmos governos**, porque quase nenhuma república pode ter tanta vida que consiga passar muitas vezes por tais mutações e continuar em pé. (Maquiavel, 2007, p. 17)

E Maquiavel também escreve:

nascem tais variações de governos **ao acaso entre os homens**: porque no princípio do mundo os habitantes, que eram escassos, viveram durante algum tempo **dispersos como animais**; depois, multiplicando-se, reuniram-se em grupos, e, para poderem melhor defender-se, começaram a respeitar aquele que, dentre eles, fosse

mais forte e corajoso. (Maquiavel, 2007, p. 14. Grifos nossos)

A passagem é muito parecida com o que Políbio escreve em *Hist.*, 6. 5. 5–6. e com o que Lucrécio escreve em *De rerum natura*, Livro V, versos 925-1010 (Lucrécio, 2021, pp. 355-61). Apesar das semelhanças, segundo Gennaro Sasso, essa passagem de Maquiavel possui “um eco preciso” de Lucrécio, ausente em Políbio:

a descrição de Lucrécio sobre como os primeiros homens viviam “vagando como bestas selvagens”, ou “espalhados como animais”, como Maquiavel expressou, sem sociedade, em contraste com Políbio, que “supunha a existência de alguma forma rudimentar de sociedade” (bandos). (Sasso, 1987, p. 459)¹⁷

Alison Brown, sobre a mesma passagem, afirma que

Maquiavel e Scala também seguiram Lucrécio e Epicuro ao enfatizar a importância da segurança e autodefesa – o desejo de 'nem infligir nem sofrer dano', nas palavras de Lucrécio – como motivos importantes para a formação de comunidades. (Brown, 2001, p. 59)

Os ciclos de vida em Maquiavel guardam mais semelhança com os ciclos de Lucrécio do que com os de Políbio, pelo peso maior dado ao acaso e por não apresentar em sequências de etapas necessárias idênticas, mas apenas ciclos de agregação e desagregação de corpos

¹⁷ Ver Lucrécio, *De rerum natura*, Livro V, verso 931 (2021, p. 355); Polybius, 2010, p. 374.

mistos que estão em relação com outros corpos mistos e decaem tanto por movimentos internos quanto externos. Em Lucrécio, como vemos no Livro I do *De rerum natura*, os movimentos só existem porque existe vazio (*inane*). Os *primordia* (átomos) são corpos simples, sólidos, sem vazio interno, por isso não haveria movimento interno aos corpos simples e eles seriam eternos (Lucrécio, 2021, p. 55). Em contraste, os corpos mistos são mortais, porque formados por átomos que se movimentam (*clinamen*) e vazio. Assim, quanto mais “vazios” os corpos mistos, mais “fraquejam” ou estão em desagregação, como escreve Lucrécio: “Quanto mais as coisas contêm em si o vazio, tanto mais, pressionadas em tais circunstâncias, fraquejam. Logo, se sólidos e sem vazio os corpos primevos são, como já ensinei, é mister que sejam eternos” (Lucrécio, 2021, p. 57).

Assim, aquilo que aperta, diminui os vazios, diminui o movimento, retarda a desagregação. Entretanto, apertar demais implicaria a ausência de movimento, o fim da vitalidade. Liberar demais, por sua vez, levaria à desagregação. Algum ponto ótimo entre a medida e a desmedida, entre o aperto e a liberação, parece ser buscado por Maquiavel. Em uma República, entendida como corpo misto, o que “aperta” é a necessidade, seja ela o solo infértil, um inimigo externo, a moral de uma religião forte, ou mesmo o rigor de instituições e leis que resultam do conflito, mas que o contém em nível produtivo, afinal, para ele, conflito que não deságua em leis e instituições seria pura desmedida desagregadora, assim como uma república exageradamente serena, sem conflito, seria sem vitalidade e sem capacidade de alcançar a grandeza. O que aperta prolonga a existência e o que libera facilita a desagregação. Mas não é fácil (ou é contra-intuitivo) querer o que aperta, querer a necessidade, o solo infértil, o inimigo externo, a moral rigorosa de uma religião, o rigor da

lei, etc. Buscamos lutar contra essas coisas que apertam, e quando temos sucesso em nos liberar delas, conquistamos “tranquilidade”, o que equivale a menos aperto ou, nas palavras de Maquiavel, mais “vazio”, conquistamos “o ócio”, e “a tranquilidade gera o ócio; o ócio, a desordem, e a desordem, ruína; de modo semelhante, da ruína nasce a ordem; da ordem a *virtù*; desta, a glória e a boa fortuna” (Maquiavel, 1998, p. 281). O ciclo de vida de um corpo misto teria duração maior se conseguisse se manter mais tempo no ponto ótimo de um tênue equilíbrio entre a medida e a desmedida. Esse objetivo pode ser buscado com *virtù*, “apertando” e “liberando” de acordo com a necessidade, mas também depende de “mil vias imprevistas”.

2 A Fortuna quer ser árbitra de todas as coisas humanas¹⁸

No tempo cíclico e sem finalidade de Maquiavel, os heróis enfrentam dificuldades imprevistas, podem vencer ou perder, sem nenhuma garantia de justiça final. Como se sabe, o termo preferido de Maquiavel para se referir ao acaso é “Fortuna”, nome romano para a deusa que os trágicos gregos chamavam *Tyché*. De modo geral, os comentadores que entendem Maquiavel como um pensador moderno

¹⁸ “*Ma la fortuna, che vuole essere arbitra di tutte le cose umane*”, frase de Maquiavel em *Vida de Castruccio Castracani* (Machiavelli, 1971, p. 1667). Como se sabe, as reflexões sobre o poder da *Fortuna* nas coisas humanas eram frequentes em diversos escritores e artistas renascentistas. Segundo Skinner, Poggio Bracciolini, que trouxe Lucrécio para Florença, seria um representante do polo “pessimista” dessa reflexão, e cita como exemplo a obra de Poggio, *A miséria da condição humana*, que “lamentava a licença e poder da Fortuna sobre as coisas humanas” (Skinner, 1996, p. 117).

procuram aproximá-lo da ideia moderna do sujeito soberano – do homem como senhor do seu destino. Nesta visão moderna, com o conhecimento e *virtù* adequados, o homem teria o poder de vencer, de modo seguro, os caprichos da Fortuna. O trecho mais citado dos defensores desta tese se encontra no capítulo XXV de *O príncipe*, em que Maquiavel escreve: “julgo ser verdadeiro que a fortuna seja árbitra de metade das nossas ações, mas que ela ainda nos deixa governar a outra metade, ou quase” (Maquiavel, 2017, p. 235).

Entretanto, no mesmo capítulo XXV de *O príncipe*, Maquiavel aumenta o poder da Fortuna, depois da passagem citada, quando escreve que “é feliz aquele que conforma o seu modo de proceder com os atributos do tempo; do mesmo modo creio infeliz aquele cujo proceder diverge do tempo” (Maquiavel, 2017, p. 237) e que em alguns momentos o bom seria agir com “respeito e paciência”, mas se

o tempo e as coisas mudam, ele se arruína, porque não muda o seu modo de proceder. Nem se encontra homem assim tão prudente que saiba se acomodar a isto: seja porque **não pode desviar-se de sua inclinação natural**, seja ainda porque tendo alguém sempre prosperado, caminhando por uma estrada, não se pode persuadi-lo a deixá-la. (Maquiavel, 2017, p. 239. Grifos nossos)

Trata-se da teoria do encontro, presente em todas as etapas da obra de Maquiavel. A teoria aparece em seus textos literários¹⁹, como o poema *Di Fortuna* (1506), na famosa carta *Ghiribizzi*, escrita para Giovan Battista Soderini, em 1506, no capítulo 25 de *O príncipe* (1513),

¹⁹ Sobre a teoria do encontro, ver Aranovich, 2013. Sobre a teoria do encontro em *A Mandrágora*, ver Ferroni, 1972, pp. 80-87.

nos capítulos 8 e 9 do Livro III dos *Discorsi* (1519) e em *A Vida de Castruccio Castracani* (1520). Esta teoria é eminentemente epicurista e trágica pela visão da limitação da capacidade humana para dominar a Fortuna. E é trágica, mas não epicurista, a postura afirmativa de Maquiavel frente a essa realidade, com seu apelo à coragem e *virtù* para que, mesmo nestas condições, tentemos realizar grandes ações no mundo (afirmação trágica), e, caso não seja possível, saibamos cair com dignidade. Há um *agon* trágico entre *Virtù* e Fortuna que concede grandeza aos personagens e seus feitos²⁰.

A carta *Ghiribizzi* e o poema *Di Fortuna*, escritos em 1506, constituem as primeiras manifestações da “teoria do encontro” de Maquiavel. No poema *Di Fortuna* Maquiavel escreve:

Porque, enquanto tu és girado pelas costas,
pela roda, agora feliz e boa,
ela costuma mudar os giros no meio do curso;
e, não podendo tu mudar de pessoa
nem abandonar a ordem da qual o céu te dota,
no meio do caminho ela te abandona.
Porém, se isto se compreende e nota,
seria sempre feliz e beato,
quem pudesse saltar de roda em roda.
Mas, porque este poder nos é negado
pela oculta *virtù* que nos governa,
muda, com seu curso, o nosso estado.
Neste mundo, nenhuma coisa é eterna:
a fortuna o quer assim, disso ela se embeleza.

²⁰ O enfrentamento com o destino e a dignidade da queda eram temas típicos de tragédias e aparecem nas comédias de Maquiavel. Calímaco diz em *A Mandrágora*: “Arrosta o destino; foge o mal, mas se não podes fugi-lo, suporta-o como homem; não te prosternes” (Maquiavel, 2004, p. 120).

(Maquiavel, 2011, p. 241. Grifos nossos)

Na carta *Ghiribizzi*, Maquiavel escreve:

Mas porque os tempos e as coisas mudam frequentemente, tanto universalmente como particularmente, e as pessoas não mudam suas fantasias nem seus modos de agir, acontece que alguém tem em um momento boa sorte e, em outro momento, má sorte. Na verdade, mesmo alguém que fosse tão sábio a ponto de compreender os tempos, a ordem das coisas e se adaptar a elas, teria sempre boa sorte ou evitaria a má sorte, e seria como se o sábio comandasse as estrelas e o destino. **No entanto, uma vez que tais sábios não são encontrados**, visto que os homens têm visões curtas e não podem comandar a sua própria natureza, resulta que a sorte é variável e comanda os homens, mantendo-os sob o seu jugo. (Maquiavel, 2015, p. 275. Grifos nossos)

No *agon* trágico entre *Virtù* e Fortuna, temos de um lado eventos imprevisíveis e de outro lado o agente que não pode “comandar a sua própria natureza”, portanto, não tem tanta flexibilidade para mudar seu modo de proceder de acordo com a necessidade dos tempos. Nos *Discorsi*, a teoria do encontro é repetida de forma idêntica e é usada para defender a superioridade das repúblicas que “têm vida mais longa e mais demorada boa fortuna que os principados, porque podem, mais que os príncipes, acomodar-se à diversidade dos tempos, em razão da diversidade dos cidadãos que nelas há” (Maquiavel, 2007, p. 352). Considerando a flexibilidade limitada dos homens que não podem se opor “àquilo que a natureza os inclina” (limite trágico), nem aos seus modos de proceder habituais (outro limite trágico), uma variedade de

homens no governo tem mais chance de acertar que um só, daí a superioridade das Repúblicas. Nessa teoria do encontro, a *virtù* de um agente é, ela própria, fruto de um encontro de encontros. A natureza biológica de uma pessoa é fruto do encontro da “semente” daquele pai e daquela mãe. À essa natureza se acrescenta uma segunda natureza, que resulta dos encontros dessa pessoa com o mundo, em determinada região, classe, com determinados pais, vizinhos, amigos, educação, religião e costumes. A flexibilidade dessa natureza sócio-biológica da pessoa existe, mas é limitada. O homem tem racionalidade, pode exercer a prudência, ela tem algum papel na sua agência, mas ela tem limites.

O naturalismo de Maquiavel está de acordo com a visão de natureza de Lucrécio e não implica determinismo. Em Lucrécio, a natureza não é determinista. É certo que ela possui padrões, “nada vem do nada por ato divino”, escreve ele no verso 150 do Livro I (Lucrécio, 2021, p. 35), para tudo há uma “semente específica” (Lucrécio, 2021, pp. 35-9). Mas também existe o *clinamen*. Na cópia de *De rerum natura* de Maquiavel, ao lado dos versos 250-255 do Livro II, em que Lucrécio trata do *clinamen*, Maquiavel escreveu “do movimento existe variedade, e dela nós temos uma mente livre” (Brown, 2010, p. 74). “Livre” graças ao *clinamen*, livre para seguir o seu desejo, com maior ou menor sucesso, mas não livre graças a uma faculdade da alma, de uma razão incondicionada. Essa visão pode não satisfazer a expectativa forte de controle e “soberania” que existe na ideia moderna (ocidental, cristã e humanista) de sujeito, mas não existe aqui, no enquadramento lucreciano de Maquiavel, um dilema entre naturalismo e liberdade. Depois de Maquiavel, outros leitores de Epicuro e Lucrécio, como Hobbes, Spinoza e Nietzsche também criticaram a ideia de sujeito soberano e sua compreensão da vontade

livre como faculdade da alma. Spinoza escreve que “não sabemos o que pode o corpo” e que aqueles que “julgam que é pela livre decisão da mente que falam, calam, ou fazem qualquer outra coisa, sonham de olhos abertos” (Spinoza, 2008, pp. 167-171). Hobbes, no Livro VI do *Leviatã*, escreve: “Na deliberação, o último apetite ou aversão imediatamente anterior à ação ou à omissão desta é o que se chama vontade, o ato (não a faculdade) de querer. Os animais, dado que são capazes de deliberações, devem necessariamente ter também vontade” (Hobbes, 1996, p. 122)²¹.

Não vamos explorar aqui outros aspectos do naturalismo em Maquiavel, como sua visão sobre a ambição, apetites insaciáveis (Maquiavel, 2007, p. 113) e o desejo “natural” de conquistar (Maquiavel, 2017, p. 53). Nem poderemos abordar o modo naturalista como Maquiavel articula corpo e perspectiva (Maquiavel, 2007, p.180). Nestas palavras finais, gostaríamos de tentar extrair algumas conclusões da teoria do encontro de Maquiavel.

Como bem observou Morfino, as contingências que Maquiavel vê tanto no campo da *Virtù* quanto no da Fortuna não são exceções à necessidade natural, “mas o próprio modo como ela ocorre” (Morfino, 2015, p. 159), o que é coerente com a visão lucreciana. Assim, o sucesso de um agente político depende do encontro de duas ordens de “necessidade”: a necessidade da virtude e a necessidade dos tempos. Maquiavel, no capítulo VI de *O príncipe*, chama essa conjunção de *occasione*:

Tratando daqueles que, pela própria *virtù* e não pela *fortuna*, tornaram-se príncipes, digo que os mais excelentes são Moisés, Ciro, Rômulo, Teseu e outros

²¹ Comparar com Lucrécio, Livro II, verso 256 (2021, p. 107).

semelhantes [...] e examinando suas ações e suas vidas, vê-se que não tiveram nada da fortuna **senão a ocasião**, a qual deu-lhes a matéria para que uma forma semelhante possa ser introduzida dentro dela; e sem essa ocasião, a virtù do seu ânimo ter-se-ia extinguido, e sem essa virtù **a ocasião** teria vindo em vão. (Maquiavel, 2017, p. 71. Grifos nossos)

Morfino afirma que a *occasione* “abrange o campo semântico de 'evento, circunstância, situação’” e devemos compreender esse conceito, “não como uma interrupção da necessidade, mas como uma conjunção de necessidades diferenciais”. Sendo assim, “o que é afirmado é a primazia das relações entre as coisas sobre qualquer essência interna que possam possuir; e a primazia do acaso sobre qualquer teologia ou teleologia da Causa” (Morfino, 2015, p. 160). Como observou Morfino, isso implica na rejeição de um modelo linear de causalidade, pois tudo está em relação, afetando-se mutuamente em processos que estão sujeitos ao *clinamen*. Assim, “dois homens, agindo de modo diferente”, podem ter “o mesmo resultado”, como Maquiavel escreve na carta *Ghiribizzi*, e cita alguns exemplos. Ao longo de sua obra, também há diversos exemplos dessa causalidade não linear. Por exemplo, nos *Discorsi*, Livro III, cap. 22, quando descreve Mânlio e Valério como “dois comandantes excelentes” que viveram “no mesmo período” e eram “iguais em *virtù*, iguais em triunfos e glória”, mas no que se referia aos exércitos e às relações com os soldados, eles agiam de maneira muito diferente. Mânlio comandava seus soldados “com toda sorte de severidade” (Maquiavel, 2007, p. 389). Valério, por outro lado, “os tratava de modo totalmente humano” e “apesar dessa diversidade de abordagens, ambos alcançaram o mesmo resultado, tanto contra os inimigos quanto em prol da república e de si mesmos” (Maquiavel, 2007, p. 389). Não há

causalidade linear simples, portanto, não há conselhos válidos de forma categórica e universal, o melhor a fazer depende da conjuntura, da conjunção de encontros em cada momento. Isso talvez frustre certas expectativas humanistas modernas a respeito do poder explicativo, preditivo e normativo da teoria política, mas não elimina a inteligibilidade da política nem a utilidade da teoria política, assim como a existência de mutações genéticas ao acaso não elimina a utilidade da biologia. Em Maquiavel, a alta expectativa humanista moderna do homem como senhor do seu destino cede lugar à sabedoria trágica.

A teoria do encontro é coerente com a visão trágica e com o naturalismo epicurista tal como descrito por Lucrécio. Maquiavel absorve do epicurismo o seu peculiar “naturalismo”, mas não a sua ética. Diante do caosmos, Maquiavel não recomendava a fuga para os jardins de Epicuro em busca de ataraxia. Como trágico, ele era afirmativo e recomendava a vida ativa nesse mundo. O sucesso dos homens de *virtù* pode ocorrer ou não. No entanto, mesmo em caso de insucesso, há a possibilidade de caírem com dignidade. Também podem se alegrar com as ações virtuosas dos outros ou até mesmo rir de si mesmos e decidir “fazer um bom carnaval”, conforme escreveu Maquiavel em sua carta ao amigo Guicciardini, datada de 21 de outubro de 1525, na qual se autodenominou “historiador, trágico e cômico” (Machiavelli, 1971, p. 3021).

Referências bibliográficas

Albrecht, M. Von. Lucrezio nella Cultura Europea. In: *Paideia*, 58., 2003, p. 264-286.

- Althusser, L. (1999) *Machiavelli and Us*. Londres: Verso.
- _____, (2006) *Philosophy of the Encounter: Later Writings, 1978-87*. Londres/Nova York: Verso.
- Ansell-Pearson, K. (2016). Naturalism as a Joyful Science”. *The Journal of Nietzsche Studies*, Volume 47, Issue 1, pp. 119-140.
- Aranovich, P. (2013) O Riscontro: Considerações sobre a Política e a História em Maquiavel. *Tempo da Ciência*, vol. 20, n. 40.
- Baron, H. (1943). Towards a More Positive Evaluation of the Fifteenth-Century Renaissance. *Journal of the History of Ideas*, v. 4, n. 1, pp. 21-49.
- Bertelli, S. (1964) Noterelle Machiavelliane: ancora su Lucrezio e Machiavelli. *Rivista Storica Italiana*, 76: 774-92.
- Brown, A. (2001). Lucretius and the Epicureans in the Social and Political Context of Renaissance Florence. *I Tatti Studies in the Italian Renaissance*, 9., pp. 11-62.
- _____, 2010a. *The Return of Lucretius to Renaissance Florence*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press.
- _____, 2010b. Philosophy and Religion in Machiavelli. In: Najemy, J. *The Cambridge Companion to Machiavelli*. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 157-172.
- _____, 2015. Lucretian Naturalism and the Evolution of Machiavelli's Ethics. In: Lucchese, F. Del; Frosini, F.; Morfino, V. (org.). *The Radical Machiavelli: Politics, Philosophy and Language*. Boston: Brill, pp. 105-127.
- Brown, A e Sasso, G. (2014) Lucrezio Caro, Tito. *Enciclopedia Machiavelliana*, vol. 2. Roma, 97-104. Também disponível online: [https://www.treccani.it/enciclopedia/tito-lucrezio-caro_\(Enciclopedia-machiavelliana\)/](https://www.treccani.it/enciclopedia/tito-lucrezio-caro_(Enciclopedia-machiavelliana)/) (acessado em 12/02/2024).

- Cassirer, E. (1963) *The Individual and the Cosmos*. New York: Barnes & Noble.
- Centanni, M. (2021). Machiavelli e la Lezione di Lucrezio. *Antichistica* 32, Filologia e letteratura 5. DOI 10.30687/978-88-6969-557-5/023.
- Chabod, F. (1965) *Machiavelli and the Renaissance*. New York: Torcher Books.
- Ferroni, G. (1972) *Mutazione e riscontro nel Teatro di Machiavelli: e altri saggi sulla commedia del inquecento*. Roma: Bulzoni.
- Finch, C. E. (1960) Machiavelli's Copy of Lucretius. *The Classical Journal*, 56.1, pp. 29–32.
- Garin, E. (1965) *Italian Humanism*. Oxford: Harper & Row.
- Gayon, J. (2005). Chance, Explanation, and Causation in Evolutionary Theory. *History and Philosophy of the Life Sciences*, 27(3/4), 395–405. <http://www.jstor.org/stable/23333900>.
- Gentillet, I. (2018) *Anti-Machiavel: A Discourse Upon the Means of Well Governing Resource Publications (CA)*.
- Gilbert, F. (1965). *Machiavelli and Guicciardini: Politics and History in Sixteenth-Century Florence*. Princeton: Princeton University Press.
- Gould, S. J. (1994) The Evolution of Life on the Earth. *Scientific American*. October, 271(4): 84-91. doi: 10.1038/scientificamerican1094-84. PMID: 7939569.
- Greenblatt, S. (2011) *The Swerve: How the World Became Modern*. New York: Norton & Company.
- Hesíodo. (1995) *Teogonia: a origem dos deuses*. São Paulo: Iluminuras.
- Hobbes, T. (1996). *Leviatã*. Coleção “Os pensadores”. São Paulo: Abril Cultural.
- Koyré, A. (1991) *Estudos de história do pensamento científico*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

- Lezra, J. e Blake, L. (org.) 2016. *Lucretius and Modernity. Epicurean Encounters across Time and Disciplines*. New York: Palgrave Macmillan.
- Longo, S. G. (2004) *Savoir de la nature et poésie des choses. Lucrèce et Épicure à la Renaissance italienne*. Paris: Honoré Champion.
- Lucrécio. (2021) *Sobre a natureza das coisas* (edição bilíngue). Trad. Rodrigo T. Gonçalves. Belo Horizonte: Autêntica.
- Machiavelli, N. (1971) *Tutte le opere*. Secondo L'Edizione di Mario Martelli. Florença: Sansoni.
- Maquiavel, N. (1998) *História de Florença*. Trad. Cláudio Canabarro. São Paulo: Musa Editora (2ª edição).
- _____, (2003) *A Vida de Castruccio Castracani da Lucca*. Porto Editora.
- _____, (2007) *Discursos sobre a primeira Década de Tito Lívio*. Trad. MF. São Paulo: Martins Fontes.
- _____, *O príncipe* (Ed.Bilíngüe). Trad. Diogo Pires Aurélio. São Paulo: Editora 34.
- _____, (2011) Di Fortuna e Dell'Occasione (tradução de Patrícia F. Aranovich). *Cadernos de Ética e Filosofia Política*, 18, 1/2011, pp. 231-247.
- _____, (2015) Ghiribizzi ao Soderini. (Apresentação, tradução e notas por Patrícia, F. Aranovich. *Cadernos Espinosanos*, número especial sobre Maquiavel e Espinosa, n. 32, jan-jun 2015, pp. 267-278.
- Merril, W. A. (1926) *The Italian Manuscripts of Lucretius*, Volume 1. Berkeley: University of California Press.
- Morfini, V. (2006) Tra Lucrezio e Spinoza: 'la "filosofia" di Machiavelli. *Machiavelli: immaginazione e contingenza*, edited by Stefano Visentin et alii, Pisa: ETS.

- _____, 2015. The Five Theses of Machiavelli's 'Philosophy'. In: Lucchese, F. Del; Frosini, F.; Morfino, V. (org.). *The Radical Machiavelli: Politics, Philosophy and Language*. Boston: Brill, pp. 144-173.
- Nietzsche, F. (2011) *Assim Falou Zaratustra*. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras.
- _____, (2005). *Gaia Ciência*. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras.
- Norbrook, D; Harrison, SF. J; Hardie, P. R. (2016) *Lucretius and the Early Modern*. New York: Oxford University Press.
- Palmer, A. (2014) *Reading Lucretius in the Renaissance*. Cambridge: Harvard University Press.
- Panichi, A. (2018) At the Root of an Ongoing Debate: Machiavelli, Lucretius, and the Rossiano 884. In: *Culture del testo e del documento*. Rivista internazionale 56/maggio-agosto 2018 (n.s. 20).
- Parel, A. (1992) *The Machiavellian Cosmos*. New Haven: Yale University Press.
- Polybius (2010) *Histories*. Trad. Robin Waterfield. New York: Oxford University Press.
- Prigogine, I. (1980) *From Being to Becoming: Time and Complexity in the Physical Sciences*. New York: W. H. Freeman and Company.
- _____, (1996) *O fim das certezas: tempo, caos e as leis da natureza*. São Paulo: Unesp.
- Prosperi, V. (2007). Lucretius in the Italian Renaissance. In: Gillespie, S; Hardie, P.R (org.). *The Cambridge Companion to Lucretius*. Cambridge University Press.
- Rahe, P. (2007) In the Shadow of Lucretius: The Epicurean Foundations of Machiavelli's Political Thought. *History of Political Thought*. 28.1, pp. 30-55.

- Reeve, M. D. (2005) The Italian Tradition of Lucretius Revisited. *Aevum*, 79, pp. 115-164.
- _____, 2006. Lucretius from the 1460s to the 17th Century: Seven Questions of Attribution. *Aevum*, 80, pp. 165-184;
- _____, 2007. Lucretius in the Middle Ages and Early Renaissance: Transmission and Scholarship. In: Gillespie, S; Hardie, P. R. (org.). *The Cambridge Companion to Lucretius*. Cambridge University Press, pp. 205-213.
- Roecklein, R. (2012) *Machiavelli and Epicureanism*. Lanham, Md.: Cambridge University Press.
- Rooset, C. (19189). *Lógica do pior*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo.
- Sasso, G. (1987) *Machiavelli e gli antichi, e altri saggi* (Tomo I). Milano: Riccardo Ricciardi.
- Skinner, Q. (1996) *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Spinoza, B. (2008) *Ética* (ed. Bilingue). Belo Horizonte: Autêntica.
- Steiner, G. (2006) *A morte da tragédia*. São Paulo: Perspectiva.
- Strauss, L. (1958) *Thoughts on Machiavelli*. Chicago: University of Chicago Press.

Literatura picaresca e maquiavelismo nos séculos XVI e XVII

António Bento¹

Introdução

Este capítulo procurará dar a ver uma notável e impressionante convergência, na ordem semântica dos conceitos políticos modernos, entre o chamado “maquiavelismo” e certos tópicos obsessivos da literatura pícaro, em particular aqueles que se apresentam em *La Celestina. Tragicomedia de Calisto y Melibea* (1499), de Fernando de Rojas. Entre as diferentes caracterizações de que a picaresca foi objeto até ao presente², isolarei e aprofundarei aquelas que procuraram sublinhar, ainda que de modo exploratório e não sistemático, a

¹ PRAXIS - Centro de Filosofia, Política e Cultura / Universidade da Beira Interior.

² Num livro notável a vários títulos, José Ignacio Barrio Olano esboça uma interessante tábua classificatória das proteicas formas da Picaresca na grande literatura espanhola, distinguindo a *Picaresca empírica* da *Picaresca especuladora*, sendo que dentro da *Picaresca especuladora* o autor tipifica três grandes subgéneros, a saber, a *Picaresca providencialista*, a *Picaresca fatalista* e a *Picaresca diabólica* (Olano, 1998).

existência de uma *afinidade eletiva* entre o “maquiavelismo” e certas correntes de teoria política renascentistas e barrocas na Espanha. Como observa José Antonio Maravall, um dos autores que tratou do problema de que nos vamos ocupar:

Em *A celestina*, coincidindo com as características do seu tempo, descobrimos um pragmatismo azedo e pessimista, um verdadeiro maquiavelismo do comportamento entre os indivíduos, desligado de vínculos tradicionais e atento à eficácia do fim egoísta que se persegue. Arrasta para um comportamento desta natureza o novo modo pragmático, individualista, moralmente desordenado – visto a partir da concepção antiga – do amor, por cuja paixão, diz-nos curiosamente o Arcipreste de Talavera, “se levantam muitas traições e tratos italianos”. Um comportamento deste tipo, orientado por um objetivo de êxito para o domínio prático da situação, impõe-se em todas as ordens da vida social. (Maravall, 1964, p. 113)³

Por razões históricas diversas que desenvolveremos adiante, a principal das quais é o *status político* dos cristãos-novos ou conversos após a criação da Inquisição espanhola em 1480, o lugar privilegiado deste encontro entre política maquiavélica e literatura picaresca é a Espanha dos séculos XVI e XVII. Não por acaso, foi na Espanha, mais do que em qualquer outro país europeu, que a recepção de Maquiavel nos séculos XVI e XVII foi politicamente mais longe e literariamente mais fundo. Poderíamos inclusivamente afirmar, sem receio de

³ A obra de Alfonso Martínez de Toledo, a que Maravall faz aqui menção, intitula-se *Arcipreste de Talavera, Corbacho, o Reprobación del amor mundano* [1438], Cf. Martínez de Toledo, 1970.

exagerar, que foi na Espanha que uma “lição picaresca” – precisamente a *lição conversa* de Rojas – antecipou e projetou a “lição maquiavélica”⁴.

Efetivamente, é na Espanha que o combate entre maquiavelistas, anti-maquiavelistas, tacitistas, arbitristas, casuístas, mostra tanto o seu esplendor quanto a sua mais “porca miséria”⁵. Finalmente, é na sociedade e na cultura política e literária espanholas do *siglo de oro* que encontramos as mais altas expressões do que poderíamos chamar *espírito maquiavélico*. Com efeito, o romance picaresco tanto antecipa como prolonga um mundo de relações humanas transformadas por uma mentalidade de inspiração maquiavélica, um mundo para o qual a declinação dos conceitos de *fortuna* e *virtù* se tornou central e omnipresente. Considero, pois, que a experiência política histórica dos cristãos-novos vertida na *experiência conversa* destes conceitos antecipa no plano literário espanhol o que mais tarde se chamou “maquiavelismo” no plano político europeu. Na verdade, *A Celestina*, ao recolher e absorver a representação heraclitiana e petrarquista da vida entendida “à maneira de contenda e batalha”, está possuída por uma visão que podemos caracterizar como maquiavélica. Poderia mesmo afirmar-se que a antropologia política que Maquiavel legou à modernidade se encontra toda *in fieri* em *A Celestina* de Rojas. A este respeito, voltarei adiante ao significado da expressão, formulada por Rojas no *Prólogo* da *Celestina*: “serem todas as coisas criadas à maneira de contenda e batalha” (Rojas, 1999, p. 09).

⁴ A expressão “lição maquiavélica” é de Louise Fothergill-Payne, a autora que primeiro levou a cabo uma minuciosa e escrupulosa comparação de *A Celestina* de Rojas com *O Príncipe* de Maquiavel. Cf. Fothergill-Payne, 1969, pp. 158-75.

⁵ Para uma síntese histórica do significado político destes combates, remetemos o leitor para o nosso estudo *Maquiavelismo e Razão de Estado* (Bento, 2022, pp. 69-105).

Seja como for, quero desde já deixar claro que para o meu propósito de hoje não se trata de modo algum de inscrever Fernando de Rojas e a sua genial *Tragicomédia de Calisto e Melibeia* numa história geral do “maquiavelismo antes de Maquiavel” (*Machiavelli praeludia*); de igual modo, também não se trata de incluir esta singular obra de Rojas numa enciclopédia política do “maquiavelismo eterno”; finalmente, também não se trata de fazer alinhar *A Celestina* ao grupo daquelas obras a que se dá o duvidoso título de pertencerem à “seita ou escola de Maquiavel” (*Machiavelli consectaria*). Com efeito, ainda que possa haver um grão de verdade ficcional em qualquer um destes três cenários, o que sobretudo me interessa, ao estabelecer uma série de parentescos entre o “maquiavelismo” e a picaresca é, tão somente, comparar as formulações da díade *fortuna-virtude* em Maquiavel e Rojas, mormente em *O príncipe* e em *A Celestina*. Como veremos adiante, o traço comum a ambos os autores radica num idêntico tratamento dado aos conceitos de *virtude* e *fortuna*.

1 *Fortuna e Virtude* em Rojas e Maquiavel

Com efeito, é na extraordinária e incomparável *A Celestina*. *Tragicomédia de Calisto e Melibeia* que pela primeira vez na Europa nos deparamos com os agudíssimos sinais literários ou romanescos deste *espírito maquiavélico*, ao ponto de autores como Benito Brancaforte considerarem como possível a influência de *A Celestina* de

Fernando de Rojas em *A Mandrágora* de Maquiavel⁶. A *fortuna*, um conceito-chave de Maquiavel imbuído da doutrina *averroísta* da mutabilidade da natureza, a *fortuna*, dizia eu, entendida como a mutabilidade natural e constante do curso dos acontecimentos, por um lado, e a *virtù*, vista como a prudência ousada capaz de enxertar de modo eficaz a ação humana no devir dessa mutabilidade, por outro, são tropos essenciais, eu diria mesmo, tropos prosaicos, de *A Celestina*. Por agora, limito-me a assinalar e a sublinhar o carácter *natural*, isto é, o carácter completamente *destranscendentalizado* e *desprovidencializado* da fortuna nesta obra absolutamente ímpar de Fernando de Rojas⁷. Nela assistimos a uma *imanentização* definitiva da fortuna, desprovida já de qualquer marca ou recurso ao transcendente. Esta é, sem dúvida, uma peculiaridade da cultura espanhola e, dentro desta, uma marca específica da cultura conversa face ao mundo europeu.

Chegou a hora de perguntarmos: que caminho fez o conceito de *fortuna* na Espanha até se converter na mais interessante matéria-prima da literatura picaresca? Bom, sucintamente, o tema da *fortuna* chega à Espanha por três caminhos distintos: 1) Via popular, através

⁶ “Não se pode excluir a ideia de que Maquiavel tenha tido um conhecimento directo da *Celestina*, pois a *Mandrágora* foi seguramente escrita vários anos depois da primeira tradução para o italiano da *Celestina* por Ordoñez em 1505. Maquiavel era um leitor muito voraz e é muito provável que a tivesse lido. Dentro de este contexto é muito significativo assinalar o título original que Maquiavel deu à sua obra: *Commedia di Callimaco e di Lucrezia*” (Brancaforte, 1970, p. 201). Acrescente-se que na sua biografia de Maquiavel, Roberto Ridolfi, consciente de que a data de composição de *A Mandrágora* permanece ainda hoje controversa e incerta, considera que esta obra teatral do secretário florentino deverá ter sido escrita em 1518 (Ridolfi, 2014, p. 294).

⁷ Sobre esta *desprovidencialização* e *re-naturalização* da fortuna em Maquiavel observa Mario Santoro: “Maquiavel subtraía a “fortuna” a qualquer transcendência, a qualquer explicação providencial, identificando-a com *i tempi vari e i diversi ordini delle cose*” (Santoro, 1978, p. 239).

das “superstições” romanas, muçulmanas e judaicas; 2) Via literária, por influência de autores clássicos latinos (Sêneca, Boécio) e italianos (Dante, Petrarca, Boccaccio); 3) Via eclesiástica, com a incorporação do pensamento de Aristóteles – mediado pelos grandes filósofos muçulmanos e judeus da Idade Média – na filosofia cristã.

Na minha opinião, o idiossincrático e inovador tratamento da *fortuna* por Rojas em *A Celestina* (que não se limita a uma recepção, mais ou menos passiva, do *De remediis* de Petrarca, como alguns comentadores pretendem) é tanto mais digno de interesse quanto mais ele não depende diretamente da visão, digamos assim, *mainstream* da *fortuna* na Espanha em finais do século XV, a qual segue, *grosso modo*, a concepção de Dante na *Divina comédia*, para quem a *fortuna* depende da Providência de Deus. Apesar de parecer cada vez mais e mais desgastada – porque “deslustrada e corroída como uma moeda usada ao longo dos séculos à medida que um e outro escritor tratam o tema” (Gilman, 1956, p. 159) –, Rojas consegue imprimir à noção de *fortuna* um timbre novo, apoiando-se fundamentalmente na extraordinária riqueza, cheia de brutalidade e de malignidade, da experiência conversa ou cristã-nova da *fortuna*.

Oh fortuna [exclama Calisto no acto XIII], quanto e por quantos lados me combatestes! Pois, por mais que acosses a minha morada e sejas contrária à minha pessoa, as adversidades devem suportar-se com ânimo constante e nelas se prova o coração rijo ou fraco. Não há melhor toque para conhecer que quilates de virtude ou coragem tem o homem. Pois, por mais mal e dano que me venha, não deixarei de cumprir a ordem daquela por quem tudo isto aconteceu. (Rojas, 1999, 142)

Um pouco antes, no ato XI, ecoam pela boca de Celestina as seguintes palavras tomadas de empréstimo a Petrarca: “Sempre ouvi dizer que é mais difícil suportar a *próspera* fortuna que a *adversa*; que uma não tem sossego e a outra tem consolo” (Rojas, 1999, p. 121). Haveria aqui que sublinhar o modo engenhoso e subversivo como Rojas se apropria de Petrarca, pois o pessimismo de Rojas é distinto e muito mais radical do que o das suas confessadas fontes petrarquistas, já que o célebre monólogo final de Plebério na *Celestina* recusa a idealista e pseudo-consoladora solução estoica, sem que isso signifique, no entanto, que ele abraça a cristã (Deyermond, 1961, pp. 114-7).

Antes de mergulharmos na obra de Rojas, vejamos primeiro, ainda que de modo necessariamente esquemático, Maquiavel. Mais do que um autor o afirmou já: “As noções de *fortuna* e *virtù* de Maquiavel são manifestamente deficientes. Ele não dá regras, explícitas ou implícitas, pelas quais possam ser definidas. Consequentemente, na prática o seu uso é tautológico” (Flanagan, 1972, p. 151). No capítulo XXV de *O príncipe*, Maquiavel apresenta-nos os termos *virtù* e *fortuna* como um binómio composto por dois termos que ao mesmo tempo se *enfrentam* e se *complementam*. A verdade, porém, é que se tivermos em conta a totalidade da sua obra, depressa nos daremos conta de que Maquiavel não usou os termos *fortuna* e *virtù* com um sentido unívoco, e pode mesmo dar-se o caso de estes dois termos nem sequer formarem uma *diáde exclusiva*, uma vez que antónimos de *virtù*, se bem que com menor relevância, são também, por exemplo, entre outros, os termos *ozio* e *viltà*. Em vários lugares da obra de Maquiavel, *fortuna* é também substituída por vezes por *i tempi* (o que também acontece, como veremos, nas extraordinárias formulações da fortuna em *A Celestina*).

Como sabemos, é um lugar-comum afirmar-se que a política, para Maquiavel, se reduz, por um lado, à *fortuna*, que é o conjunto de forças brutas que arrastam o curso dos acontecimentos, e, por outro, à ação do homem, que procura dominar a *fortuna* com os meios adequados e no tempo oportuno. *Fortuna* e *virtù* estão, pois, intimamente (secretamente?) ligadas, e não se pode falar da segunda sem subentender a primeira, nem da primeira sem subentender a segunda. Se, para Maquiavel, metade dos acontecimentos depende da arbitrariedade da fortuna, a outra metade, *ou quase*, depende da intervenção do homem: “Julgo poder ser verdadeiro que a fortuna seja árbitra de metade das nossas ações, mas que ela também nos deixe a nós governar a outra metade, *ou quase*” (Machiavelli, 2018a, p. 897). A *fortuna* prepara, pois, a ocasião para que a *virtù* do homem se possa manifestar. Sob esta perspectiva, dir-se-ia que é preciso apanhar a *fortuna* a jeito durante o período da ovulação, e que, se chegarmos realmente a emprenhá-la, lhe criamos uma obrigação ou uma dívida para conosco. Seja como for, a *virtù* reclama sempre um acordo da ação do homem com a qualidade dos tempos e a adequação dos modos. Nos *Discorsi*, um Maquiavel talvez um pouco menos afoito, reformula a tensão existente entre os dois termos: “Os homens podem *secundar* a fortuna, e não *opor-se-lhe*. Podem *tecer* os seus nós, e não *rompê-los*” (Machiavelli, 2018b, p. 556).

Quão esquemáticas e frias nos parecem agora as formulações da fortuna em Maquiavel quando comparadas com o fulgor trágico e o fogo dissolvente da fortuna e do amor descritos no monólogo de Plebério no final de *A Celestina*!

Oh, fortuna variável, serve e mordoma dos bens temporais,
porque não aplicaste tua cruel ira, tuas ondas volúveis,

naquilo que a ti está sujeito? [...] Eu pensava na minha mais tenra idade que eras e eram teus factos dirigidos por alguma ordem; agora, visto o pró e o contra das tuas boas andanças, pareces-me um labirinto de erros, um deserto medonho, uma morada de feras, jogo de homens que andam em círculo, lagoa cheia de lodo, região cheia de espinhos, monte íngreme, campo pedregoso, prado cheio de serpentes, jardim florido e sem fruto, fonte de preocupações, rio de lágrimas, mar de misérias, trabalho sem proveito, doce peçonha, vã esperança, falsa alegria, verdadeira dor. Cevas-nos, mundo falso, com o manjar de teus deleites; no melhor sabor, descobres-nos o anzol: não podemos fugir-lhe, que já caçaste nossas vontades. Prometes muito, não cumpres nada; arremessas-nos de ti para que não te possamos pedir que mantinhas tuas vãs promessas. [...] Como me mandas continuar em ti, conhecendo tuas traições, teus laços, tuas cadeias e redes, com que pescas nossas fracas vontades? Não pensei que cobravas nos filhos a vingança dos pais. Nem sei se feres com ferro, nem se queimas com o fogo. [...] Quem te deu tanto poder? Quem te pôs nome que não te serve? Doce nome te deram; amargos feitos fazes. Não dás galardões iguais. Iníqua é a lei que não é igual para todos. O teu som alegre; o teu trato entristece. Bem-aventurados aqueles que não conheceste ou aqueles com quem não te preocupaste. Deus te chamaram outros, trazidos por não sei que erro do seu entendimento. Repara que Deus mata os que criou; tu matas os que te seguem. Inimigo de toda a razão, aos que menos te servem ofereces maiores dádivas, até os teres metido na tua angustiosa dança. Inimigo de amigos, amigo de inimigos, porque te reges sem ordem nem harmonia? [...] Teu fogo é de ardente raio, que nunca faz sinal onde chega. A lenha que tua chama consome são

almas e vidas de humanas criaturas, as quais são tantas que mal me ocorre por quem possa começar. Não só de cristãos, mas de gentios e judeus, e tudo em paga de bons serviços. (Rojas, 1999, pp. 188-91)

Mas deixemos por momentos a fortuna e venhamos àquele tipo de virtude capaz de a conduzir. Numa coincidência a todos os títulos notável, cento e vinte e um anos antes de Francis Bacon ter feito considerações semelhantes no seu *Novum organum* (1620)⁸, Rojas apresenta a confiança de Celestina na sua própria *virtude* nos seguintes termos:

A maior glória que ao secreto ofício da *abelha* se dá, que os discretos devem imitar, é que todas as coisas por ela tocadas ela as converte em melhor do que são. Desta maneira me amanhei com as intratáveis razões e esquivas de Melibeia. Todo o seu rigor trago convertido em mel, sua ira em mansidão, seu aceleração em sossego. (Rojas, 1999, p. 71)

Contudo, esta, chamemos-lhe assim, *tecnificação racional da conduta prática* de Celestina não é suficiente, por si mesma, para controlar o desenrolar da ação e os potenciais desenlaces que lhe são imanentes. No ato V da *Celestina*, ao sair da sua primeira entrevista

⁸ “Os empiristas, à maneira das formigas, contentam-se com amontoar e consumir; os dogmáticos, à maneira das aranhas, tecem teias a partir da sua própria substância. Mas o método da *abelha* situa-se a meio: recolhe a sua matéria das flores dos jardins e dos campos, mas *transforma-a e digere-a através de um poder que lhe é próprio*. O verdadeiro trabalho da filosofia cabe nesta imagem. Não procura o seu único ou principal apoio nas forças do espírito, e a matéria que a história natural e as experiências mecânicas lhe oferecem não é depositada *tal e qual* na memória, é *modificada e transformada* pelo entendimento” (Bacon, 1901, p. 76).

com Melibeia, Celestina enumera e desfia o repertório de todas as forças de que se se serviu na sua bem-sucedida empresa:

Oh, rigorosos transes! Oh, *crua ousadia*! Oh, grande sofrimento! E que próxima que estive da morte, se a *minha muito astúcia* não regesse com o vento as velas da minha petição! Oh, *diabo a quem eu conjurei*! Oh, serpentino azeite! Oh, brancos fios! Como vos aparelhastes todos em meu favor! Oh, *boa fortuna*, como ajudas os ousados e aos tímidos és contrária! Oh, quantas erraram no que *eu acertei*! (Rojas, 1999, p. 65)

A *fortuna* pode muito bem mostrar-se como uma força incoercível, imprevisível e sumamente caprichosa, mas Celestina não vê a fortuna como um mero acaso, antes a concebe como um movimento articulado em cujas costuras, por assim dizer, a mente humana se pode infiltrar e nas quais pode de alguma maneira operar, quer porque, como alcoviteira e puta velha que é, Celestina estudou o comportamento da *fortuna* e aproveita as oportunidades que esta lhe apresenta, quer porque recorre a outras forças esotéricas que competem com a *fortuna*, como a magia e o sobrenatural. Seja como for, há indiscutivelmente neste trecho uma manifesta afinidade conceptual entre a *virtude picaresca*, também chamada *traza* (*desenho* ou *plano* que se esboça para atingir um determinado fim) e a *virtù* maquiaveliana.

2 Fernando de Rojas e o problema converso

O núcleo do meu argumento para tentar interpretar e explicar *A Celestina* de Fernando de Rojas partindo da sua dramática condição de cristão-novo tem duas faces: a primeira é a de que a *identidade criptojudaca ibérica* se formou durante os cem anos de tumultuosa convivência entre judeus batizados e judeus praticantes, ou seja, entre as tenebrosas matanças de judeus de 1391, com as sucessivas vagas de conversões que delas resultaram, e o édito de expulsão dos judeus de Espanha em 1492. Estes cem anos configuram um momento experimental, quase laboratorial, diria, da trágica experiência dos cristãos-novos no seu confronto com a *fortuna* – quer a *próspera*, quer a *adversa*. Ora, Fernando de Rojas, sendo filho e genro de cristãos-novos processados pela Inquisição, viveu toda a sua vida num permanente sobressalto, com medo de poder ser acusado de judaísmo e, conseqüentemente, queimado num braseiro do Santo Ofício. Por isso, desenvolveu e refinou quanto pode a arte da dissimulação, da qual a prodigiosa escrita entre as linhas da sua *A Celestina* é uma sublime realização. A esta *potência de adaptabilidade* dos conversos aos altos e baixos da *fortuna* chamo eu a “conversibilidade” do converso. Convém aqui referir que os próprios preferiram chamar-lhe “pôr a vida no tabuleiro”, expressão que fala eloquentemente por si mesma quando se trata de desafiar perigosamente a *fortuna*. Com efeito, a *conversibilidade*⁹ do converso funciona aqui como uma

⁹ Uma das fantasmagorias mais bem-sucedidas da “conversibilidade” do converso na mente dos cristãos-velhos do último quartel do século XV é aquela que se encontra no

espécie de princípio de troca de religião, a do judaísmo pelo cristianismo, que ambos os lados da contenda, judeus e cristãos, consideram apócrifo. O preço a pagar pela possibilidade de uma tal “troca” é que esta seja eminentemente suspeita, mal vista e malquerida – tanto por judeus como por cristãos-velhos. Assim, a “heresia” de que em ambos os lados se acusam os “falsos” conversos, que precisamente por serem considerados fingidores eram imediatamente tomados, pelo lado cristão, como *judaizantes*, *criptojudeus*, *marranos*, e pelo lado judeu como *renegados* ou *apóstatas* do judaísmo (*meshumadim*), conheceu nalguns casos um complexo e bizarro sincretismo religioso do qual é um idiossincrático exemplo aquele que Yitzhak Baer narra na sua *História dos Judeus na Espanha Cristã*: um tal Alfonso Fernández Samuel, tendo sido batizado já após os quarenta anos de idade, terá disposto no seu testamento que uma vez ele morto o seu ataúde levasse uma cruz junto aos pés, o Corão no seu peito e a Torah – “a sua vida e a sua luz” – junto à sua cabeça (Baer, 2001, p. 275). Estamos aqui, neste singular *caso de consciência*, perante os efeitos, em profundidade e extensão, dos conflitos que resultaram da existência e convivência de três religiões e de três culturas em permanente tensão (islão, judaísmo, cristianismo, uma experiência política única no orbe terrestre) tornado manifesto já no estertor da grande civilização do Al-Andalus na Península Ibérica.

chamado *Livro do Alborayque*, um panfleto anônimo de propaganda religiosa e política contra os cristãos-novos, repleta de calúnias religiosas, raciais e sexuais, que toma o seu nome da cavalgada de Maomé, *al-Buraq*, e que abunda em descrições da *duplicidade*, *hipocrisia* e *monstruosidade* atribuída aos cristãos-novos, fantásticos seres híbridos, mistos de cavalo, leão, lobo, com traços dos dois sexos, etc. Cf. Carpenter, 2005. Sobre os conversos como *alborayques* consulte-se Baroja, 2000, pp. 292-3.

Por sua vez, reputados cronistas como Andrés Bernáldez e Hernando del Pulgar deixaram-nos testemunhos inequívocos a respeito da identidade dramaticamente cindida dos conversos ou cristãos-novos. O primeiro diz-nos que os conversos “na sua maioria foram e eram judeus secretos, e não eram nem judeus, nem cristãos, pois *eram batizados, mas eram hereges, e sem lei*” (Bernáldez, 1870, p. 341). Extraordinária formulação a de Andrés Bernáldez, a qual, na sua aparente simplicidade, capta de modo tão incisivo o essencial do *drama converso*. O cristão-novo, sobre o qual impende o estigma de ter ou de poder ter “sangue impuro”, está marcado por uma dupla não pertença: ele tanto é rejeitado pelo lado judeu como renegado ou apóstata do judaísmo (*meshumad*) como é rejeitado pelo lado cristão como judeu secreto ou judeu oculto (*criptojudeu, judaizante, marrano*). Mas o que a fórmula “os conversos não eram nem judeus, nem cristãos” no fundo nos indica é que, para o cristão, o converso é ou pode ser *ainda mais* judeu do que o judeu, e que para o judeu o converso é *muito mais* um cristão do que um judeu. Quanto a Hernando del Pulgar, secretário pessoal da rainha Isabel, a Católica, ele mesmo um converso, descreve a confusão e a dilacerante crise de lealdade no interior das famílias conversas, bem assim como a terrível *ambiguidade de consciência do converso* nos seguintes termos:

Ainda que guardassem o sábado e jejuassem alguns jejuns dos judeus, não guardavam todos os sábados, nem jejuavam todos os jejuns, e se faziam um rito, não faziam outro, de maneira que numa e na outra lei prevaricavam. E dá-se o caso de em algumas casas o marido guardar algumas cerimónias judaicas, e a mulher ser boa cristã, e um filho e uma filha serem bons cristãos, e outro ter opinião judaica. E dentro de uma casa haver diversidade

de crenças e encobrirem-se uns aos outros. (Pulgar, 1943, p. 210)

Com efeito, foram muitos os cristãos-novos que levaram uma vida intestinamente dupla, a pública e a privada, a qual resultou numa personalidade dramaticamente cindida, com uma terrível dualidade em matéria de religião e de linguagem, e numa espécie de confusa bipolaridade, que se transformou, como se sabe, numa decisiva marca psicológica, e mesmo ontológica, da sua identidade. Tal foi o caso – *exemplar* a todos os títulos – de Fernando de Rojas. Efectivamente, foram vários os autores que no século XX se dedicaram ao estudo das formas e dos efeitos práticos desta “cisura da consciência” (*Spaltung des Bewusstseins*, Carl Gebhardt) ou “identidade rompida” (*Split Identity*, Yirmiyahu Yovel) dos cristãos-novos. E foi precisamente a respeito do converso Fernando de Rojas, que um notável especialista da sua obra, Stephen Gilman, chegou ao ponto de afirmar que em *A Celestina* “a falha de Plebério ao não lamentar o suicídio da sua filha, com a danação automática que este implicava, foi com frequência explicada pela *conversão insincera* de Rojas” (Gilman, 1972, p. 370).

A segunda face do meu argumento na tentativa de interpretar e explicar *A Celestina* de Fernando de Rojas partindo da sua dilacerante condição de converso consiste no reconhecimento e na revalorização do impacto de um averroísmo de raiz hispano-semítica nas aljamas espanholas, que primeiro se manifestou entre o período crítico 1391-1415, mas que se tornou particularmente notório e explosivo após os tumultos de Toledo que desembocaram na *Sentencia-Estatuto* de 1449¹⁰. Intimamente abraçado à experiência conversada da fortuna,

¹⁰ Esta *Sentencia-Estatuto* de Toledo, ao configurar os primeiros estatutos de “limpeza de sangue” na Península Ibérica, antecipa já os profundos horrores perpetrados sobre

convictamente incrédulo face à eternidade da alma e à providência divina, o averroísmo peninsular do século XV, que aqui pode igualmente tomar os nomes de aristotelismo radical ou racionalismo crítico, antecipou, no meu entender, o moderno ceticismo e ateísmo europeus. Mas, não nos enganemos: nem o averroísmo, nem o ceticismo pertencem, na experiência política conversa, ao mundo livresco das ideias, com as suas inofensivas disputas quodlibéticas, ao invés, ambos se fundam diretamente na traumática experiência de vida dos cristãos-novos, a qual se constituiu como a grande força incubadora de uma progressiva e radical descrença em Deus e na Providência. Ao ponto de este *descreimento*¹¹, uma nefanda doutrina atribuída aos conversos, segundo a qual “Deus tinha desamparado a terra” em benefício de um império absoluto da *fortuna* e da contingência, imputada por Alfonso de la Torre, ele mesmo um converso, aos “blasfemadores do povo israelita”, ser conhecido na Itália de Maquiavel e de Rodrigo Bórgia como *il peccadiglio di Spagna*.

Eis, em suma, o essencial da “lição conversa” de Fernando Rojas, que ao abandonar o homem ao “caos litigioso” e à contingência de um mundo sem Providência, que ao desidealizar o amor cortês e ao parodiá-lo como *puro coito*, fez desembocar o averroísmo em pessimismo epicúrio. E tal como Fernando de Rojas, de quem não há nenhum indício seguro de que tenha tido algum credo religioso, também a elite da grande massa conversa acredita apenas nas leis da natureza e nega a Torah e a Profecia, desconsiderando altivamente o cumprimento dos mandamentos, que adota como simples costumes

os cristãos-novos pela Inquisição, uma máquina infernal a laborar na sua plenitude logo desde a sua instituição em 1480. Sobre este assunto, veja-se Eloy Benito Ruano, 2001.

¹¹ Sobre o termo, ver Alfonso de la Torre, 1996.

de uma tradição já sem qualquer tipo de ligação à lei positiva judaica (*Halakha*). Como a este propósito observa Yitzhak Baer:

A perspectiva averroísta exerceu, de facto, uma influência marcante em diversas áreas da vida social e religiosa dos judeus em Espanha e revelou-se decisiva nas horas fatídicas da sua história. Os descendentes destes aristocratas altamente cultos [judeus cortesãos] deveriam trair tanto a sua fé como o seu povo durante o período dos grandes julgamentos, que durou de 1391 a 1415. Os descendentes destes apóstatas, por sua vez, seriam conduzidos aos tribunais da Inquisição, acusados de não professarem qualquer fé positiva e de afirmarem apenas que o homem nasce e está destinado a morrer, e que tudo o mais é palavreado vão. (Baer, 2001, p. 240)

Com efeito, frases como “não há senão nascer e morrer”; “nascer e morrer como bestas”; “neste mundo não me verás mal passar, e no outro não me verás penar”; “não há paraíso ou glória para os bons, nem inferno para os maus, não há mais que nascer e morrer”; “não há inferno, e o paraíso é ter dinheiro” (Villanueva, 1994, pp. 273-93), refletem a visão desencantada e desenganada do mundo e da vida de muitos cristãos-novos, não só os da geração de Fernando de Rojas, mas também os das seguintes. Por isso, não podemos esquecer que foi graças a uma frase semelhante a estas, frase indiscretamente proferida num momento de desatenção por Álvaro de Montalbán, sogro de Rojas, que a Inquisição o encarcerou: *Acá toviere yo bien, que allá no sé sy ay nada*.

3 Sensibilidade e exposição dos conversos à *fortuna*

Antes de prosseguirmos com a interpretação de mais alguns trechos de *A Celestina* relativos à *fortuna* e à virtude, convém dedicar algumas palavras prévias ao que atrás chamei o *status político dos conversos* após a criação da Inquisição espanhola em 1480, deixando desde já muito claro que os cristãos-novos, inseguros e divididos contra si mesmos nas suas próprias crenças religiosas, espiados e perseguidos por denunciante sedentos por lhes confiscarem os bens, manifestaram uma hipersensibilidade patológica à *fortuna*. Era por isso natural que, escavando nas fontes clássicas da consolação, se socorressem de Séneca, de Boécio ou do Livro de Jó. Mas, se o recurso de última instância a Séneca ou a Jó se impunha sobretudo àqueles que se encontravam submetidos às torturas dos inquisidores e, por maioria de razão, aos “relaxados à cúria secular”, isto é, aos condenados a morrer na fogueira, o recurso a Petrarca e ao seu *De remediis* predominou na grande massa de cristãos-novos carentes de uma proteção psicológica interior, de cariz neoestóico, contra os ferozes embates da *fortuna*.

Uma prova eloquente do que acabo de dizer pode ler-se na obra do médico cristão-novo Francisco López Villalobos (1473-1549) que, sob o signo de Petrarca, expressa a sujeição dos cristãos-novos à *fortuna adversa* nos seguintes termos:

Quantas servidões e jugos tenha o homem neste mundo,
cada um, se neles quiser pensar, o verá em si mesmo.

Porque desde que nascemos somos *cativos e sujeitos* às necessidades do mundo onde estamos; convém saber: sujeitos à fome, à sede, aos grandes frios e aos grandes calores, às enfermidades e dores... *e às vezes aos tiranos e maus juízes*. E, finalmente, a quem não servimos? Servimos a terra, que foi feita para nosso serviço; servimos o lavrado nela para que nos dê de comer; servimos os animais que nos foram dados por escravos. Porque, quem não cuida do seu cavalo? Quem não o esfrega e o escova e o limpa? Servimos os bois e outros gados, e também somos sujeitos aos perigos e destemperanças e corrupções da terra e do ar, e aos terremotos, e às tempestades do mar, e aos trovões e raios e relâmpagos do fogo. E *somos sujeitos às guerras e tumultuações e dissensões da linhagem humana*. E, enfim, a quem não somos nós sujeitos? Pois se até as moscas e os percevejos nos ofendem, e não podemos defender-nos deles, nem das pulgas, nem dos gafanhotos, nem dos outros vermes e minhocas dos hortos [...]. (Villalobos, 1886, pp. 205-6)

É este o contexto político e social em que Rojas escreve a sua *Celestina*. E se queremos aceder ao *de profundis* de *A Celestina* não o podemos ignorar ou relativizar. Efectivamente, por um lado, não podemos passar por alto o facto de Rojas ter pertencido às primeiras gerações de conversos, as quais cresceram sob a pressão da vigilância e do terror inquisitorial; por outro lado, há que sublinhar e deixar muito claro que a obsessão da *limpeza de sangue* ¹² era então um

¹² Para uma análise do significado dos estatutos de limpeza de sangue, reconhecidos oficialmente pela Igreja e pelo Estado espanhóis, para além de tudo o que se respiga na vasta obra de Américo Castro, veja-se o livro de Albert A. Sicroff, 1985, hoje uma referência obrigatória no assunto. Um trabalho mais recente que oferece uma boa síntese do debate sobre os estatutos da limpeza de sangue é o de Juan Hernández

patológico imperativo para todos aqueles cristãos-velhos que invejavam a posição social, a cultura e as riquezas dos conversos, obcecados estes com o que na época se chamava “medro” e hoje ascensão social.

Efetivamente, não se pode compreender a razão por que, no final do século XV e inícios do século XVI, os cristãos-novos se encontravam tão expostos às *oscilações da fortuna*, sem referirmos às *perseguições* de que estes foram alvo por parte do tribunal do Santo Ofício, que processava e queimava na fogueira todos os conversos suspeitos de judaizarem em segredo. Stephen Gilman chega ao ponto de nos oferecer uma descrição viva do trauma de um Fernando de Rojas adolescente vendo o seu pai, condenado como judaizante em 1488, ser queimado na fogueira de um auto-de-fé:

Existem provas documentais de que quando Rojas tinha talvez doze anos o seu pai foi preso, interrogado, julgado, declarado culpado e, com toda a probabilidade (nesse período inicial de rigor inquisitorial), executado na fogueira num auto-de-fé. O horror deste fato necessita de pouca imaginação decorativa. (Gilman, 1972, p. 45)

Com efeito, uma gota de sangue judeu nos antepassados maternos ou paternos, um sinal que fosse de que a conversão ao cristianismo fora falsa e simulada, e sabemos as consequências que isso poderia acarretar: opressão, humilhação, tormento, destruição, morte. Inquisição e *infortúnio* são, pois, sinônimos na turbulenta e aflita mente de um converso. E se os cristãos-novos da geração do pai e do sogro de Fernando de Rojas tinham sido favorecidos pela *fortuna*,

os seus filhos sentiam-se agora marcados e estigmatizados como bodes expiatórios dos pais. Como muito bem viu Américo Castro:

O judeu e o seu adversário converso não eram gentes quaisquer: traziam na sua alma a agonia de se sentirem despenhados de cumes venturosos até ao espanto das matanças, das fogueiras, do tormento, dos sambenitos e do acosso de uma sociedade enlouquecida que escrutinava continuamente os seus atos e a sua consciência, sempre exposta à intempérie por via das torturas. (Castro, 1954, p. 542)

Segundo Stephen Gilman, os conversos, perseguidos pela Inquisição e esmagados pela *fortuna adversa* que esta trazia às suas vidas e fazendas, foram os receptores, não apenas *oportunos*, mas quase tragicamente *predestinados*, das mudanças da *fortuna*, sujeitos, dia após dia, minuto após minuto, às mais variadas agressões – vindas, como observámos já, quer do meio maioritário cristão-velho, quer do meio daquela minoria de judeus que, sem excessivos sobressaltos, tinham conseguido permanecer judeus aos olhos dos agora cristãos-velhos. A este respeito, podemos afirmar que a guerra entre os judeus que conseguiram permanecer judeus e os conversos ou cristãos-novos que foram forçados ao batismo atingiu então níveis de malícia e de velhacaria tais que, num certo sentido, podemos dizer que são hoje praticamente *irrepresentáveis*. Como observou o historiador Salvador Madariaga: “A persistência dos judeus como ‘diferentes’, quando eles [os conversos] tinham sacrificado a sua fé precisamente para apagar aquela ‘diferença’, tinha de produzir neles uma profunda irritação e ressentimento” (Madariaga, *apud* Gilman, 1972, p. 183).

Uma das consequências deste pavoroso clima de guerra civil que marcou o tempo de Fernando de Rojas quis que alguns dos primeiros inquisidores espanhóis fossem eles mesmos ex-rabinos, tornados cristãos-novos pelo batismo, isto é, ex-judeus que julgavam e condenavam conversos ou cristãos-novos! Os factos são o que são. Como refere Américo Castro:

Alguns conversos, amparados pela sua nova crença e levados pelo seu medo e pela sua ambição, atacavam os hebreus, fossem ou não conversos. Por sua vez, como represália, os judeus denunciavam os conversos, e a Espanha afogava-se numa atmosfera de espionagem e contra-espionagem. (Castro, 2021, p. 493)

Não apenas suspeitos de heresia, mas civicamente desestimados e politicamente declarados *hors-la-loi*, o tribunal do Santo Ofício encurralou os cristãos-novos num dilema terrível: ou bem que se assimilavam ao cristianismo, com tudo o que isso poderia implicar de *ódio a si mesmo* no ex-judeu, ou bem que dissimulavam e se escondiam para sempre numa paz tumular. Assanhadamente divididos entre si, alguns cristãos-novos são ferozmente perseguidos pelos fanáticos neófitos católicos da sua própria estirpe, esses primeiros inquisidores, quase todos ex-judeus, como já disse. Deste modo, e como de certa maneira não poderia deixar de acontecer, a instável, periclitante e fragilíssima situação dos cristãos-novos, vivendo sob a sombra de uma *fortuna malignamente adversa*, levou algumas das suas maiores cabeças à “desesperação”, um termo da época para designar suicídio. No caso de Rojas, o seu superior ironismo estoico é, sem dúvida, uma das máscaras sob as quais ele mostra a sua repulsa pela sublimação lírica da *fortuna adversa*. Sob esta perspectiva, o alcance da subversão

de Petrarca por Rojas pode ainda ver-se na substituição da expressão de Petrarca (na edição de 1502 de *A Celestina*), “eterno caos”, pela expressão, sem dúvida mais apropriada à sua tormentosa condição de converso, “litigioso caos” (Castro, 2002, p. 432). Talvez seja este o significado último da declaração heraclitiana inicial de Rojas no endereço “o autor a um seu amigo” que abre *A Celestina*: “serem todas as coisas criadas à maneira de contenda e batalha”. Afinal, na dança trágica que foi a vida de Rojas, todos os remédios para a *fortuna* são inúteis. E se é verdade que os tratados latinos neoestoicos de Petrarca, em particular o *De remediis*, puderam calar fundo na alma dilacerada deste cristão-novo, não terá sido menor em *A Celestina* o influxo da sabedoria prática emanada de *Qohelet/Eclesiastes*: “Goza tua mocidade, o bom dia, a boa noite, o bom comer e beber [...] que isso levarás deste mundo, pois só o teremos enquanto cá andarmos” (Rojas, 1999, p. 83).

Finalmente, é forçoso concluir que a dimensão trágica da vida tumultuosa dos cristãos-novos não poderia senão empurrá-los para a *dissimulação* e a *camuflagem*. Por isso, podemos agora afirmar que esta dissimulação e esta camuflagem constituíram um derradeiro mecanismo de defesa perante a malignidade de uma *fortuna extraordinariamente adversa*. Seja como for, a prodigiosa escrita e o fulgor literário de *A Celestina* são a prova definitiva de como Fernando de Rojas soube esconder-se e proteger-se dos seus inimigos e do infortúnio que estes lhe poderiam ter causado. Efectivamente, Rojas foi um mestre na arte de desaparecer. Ele é o autor de uma única obra, *A Celestina*, após a qual preferiu calar-se para sempre, não voltando a escrever.

4 Experiência vs ciência (ou especulação)

Um dos tópicos mais interessantes dado a ver na magistral obra de Fernando de Rojas que temos vindo a contextualizar e analisar é o tema da “experiência vs ciência”. É deveras curioso porque já mais do que um autor chamou a atenção para o fato de em toda a literatura de finais do século XV, inícios do século XVI, nomeadamente nos âmbitos da política, da medicina e da astronomia, nos depararmos muitas vezes com a contraposição de dois termos que hoje já não conseguimos conceber como separados e opostos. Ora, esta formulação, “experiência vs ciência”, muito presente nas obras picarescas, e em *A Celestina* em particular, além de atravessar por completo toda a obra de Maquiavel, é igualmente uma antítese muito trabalhada e exemplificada no debate seiscentista “maquiavelismo vs anti-maquiavelismo”. Um dos exemplos porventura mais conhecidos desta literatura política é aquele que opõe Thomas Cromwell ao cardeal Reginald Pole, que escreveu uma *Apologia do Imperador Carlos V* (1538) em chave anti-maquiavélica. Cito o excerto decisivo:

Eu [Cromwell] não estou surpreso por tu [Pole] não seguires o meu argumento, porque apenas a *experiência* o pode ensinar, e porque apenas os homens com alguma *experiência* [*experti*, no original em latim] podem compreendê-lo. E tu não tens nenhuma *experiência* na vida pública. Para além disso, o que eu sustento não seria aceitável para ti por causa da tua própria perspectiva e treino na teologia. Mas se ao menos deixasses a torre de

marfim e a sua indolência e te entregasses aos assuntos de governo, especialmente aqueles que dizem respeito ao rei, rapidamente te darias conta de quão grande é a distância que separa o conhecimento do governo aprendido pela *experiência*, do conhecimento aprendido em disputas aéreas de acadêmicos sobre o governo. Como pode algo sólido ser escrito sobre política e governo que não seja derivado da *experiência*? *Em ciência política, um breve discurso de um homem com experiência vale mais do que muitos volumes de especulações não práticas de filósofos*. E se a política deve ser aprendida nos livros, deve ser por livros que se baseiem em fatos, e não em especulação. Tenho conhecimento de um livro assim, escrito por um engenhoso e penetrante escritor moderno. Este escritor, ao contrário de Platão, não escreve sobre os seus sonhos. A *República*, após tantos séculos, não teve nenhum valor prático. Mas este livro novo trata daquelas coisas que são provadas pela experiência do dia-a-dia. (Pole, 1972, p. 17, nota 37)

Evidentemente, este livro novo só pode ser *O príncipe* de Maquiavel.

Este tema da “experiência vs ciência”, e a contingente supremacia da primeira sobre a segunda, aparece já, e em lugar cimeiro, em *A Celestina*, constituindo, segundo alguns intérpretes, um dos pontos cardeais da obra (Shipley, 1985, pp. 95-111). Celestina é uma “maestra sábia, honrada e autorizada”, não porque o que ela saiba o tenha aprendido “naqueles antigos livros”, que Plebério fez ler a Melibeia, mas porque a experiência e o conhecimento prático dos comportamentos dos homens¹³, que a alcoviteira e puta velha

¹³ “Oh, que coisa difícil de conhecer é o homem! É verdade o que dizem, que nenhuma

Celestina acumulou ao longo da vida, a instruíram com uma astúcia e uma prudência que lhe permitem manipular ou provocar esses comportamentos e influir neles, precisamente porque conhece muito bem as diferentes modalidades do seu funcionamento: “E mais, que eu sei que o teu amo – diz Celestina a Semprônio – segundo o que dele *senti*, é liberal e algo caprichoso. Dará mais num dia de boas notícias do que em cem que ande a penar e eu a ir e a vir” (Rojas, 1999, p. 67). A oportunidade e efetividade do engano, dirá mais tarde Maquiavel num registo afim ao enunciado por Rojas pela boca de Celestina, depende apenas de a virtude saber cavalgar a ocasião: “São tão simples os homens, e obedecem tanto às necessidades presentes, que aquele que engana encontrará sempre quem se deixe enganar” (Machiavelli, 2018a, p. 869).

Podemos agora afirmar que, tal como Maquiavel desvincula a política da teologia e das nuvens metafísicas para a reduzir a preceitos práticos que possam ser úteis à ação de príncipes prudentes e ousados, assim Celestina desvincula o saber prático, ou na conhecida formulação de Maquiavel, a “verdade efetiva” da política, da tradição escrita platonizante, precisamente porque para Celestina, tal como para Maquiavel, o conhecimento das *paixões humanas* é a chave que permite decifrar e agir sobre o conhecimento prático. Remata Celestina no ato V: “É mais *certo* médico o *experimentado* que o letrado; e a experiência e escarmento fazem os homens *arteiros*” (Rojas, 1999, p. 65).

Concluo dizendo que não sou tão obsceno ao ponto de não deixar ao leitor interessado a oportunidade de saborear por si mesmo, sem legendas à cabeça, muitas outras passagens de *A Celestina*

mercadoria nem animal é tão complicado” (Rojas, 1999, p. 67).

relativas aos conceitos de *fortuna* e *virtude* nas quais o *contraponto* com *O príncipe* de Maquiavel é um constante exercício de espanto.

Referências bibliográficas

- Bacon, F. (1901) *Novum organum*. Edited by Joseph Dewey. Nova York: P. F. Collier and Son.
- Baer, Y. (2001) *A History of the Jews in Christian Spain*, volume II, *From the Fourteenth Century to the Expulsion*. Illinois: Varda Books.
- Baroja, J. C. (2000) *Los judíos en la España moderna y contemporánea* [1962], vol. I. Madrid: Ediciones Istmo.
- Bento, A. (2022) Maquiavelismo e Razão de Estado. In: *Espinosa e o Estado dos Hebreus*. Ensaios de Filosofia Política. Lisboa: Documenta, pp. 69-105.
- Bernaldez, A. (1870) *História de los Reyes Católicos Don Fernando e Doña Isabel, escrita por El Bachiller Andrés Bernaldez Cura de Los Palacios y Capellán del Arzobispo de Sevilla, D. Diego Deza*, vol. I, cap. 112. Sevilha: Bibliófilos Andaluces.
- Brancaforte, B. (1970) La Celestina y la Mandragola: la razón como medio de corrupción. *Bulletin of Hispanic Studies*, 47: 3, pp. 158-175.
- Carpenter, E. D. (2005) *Alborayque*. Estudio preliminar, edición y notas. Mérida: Editora Regional de Extremadura.
- Castro, A. (1954) *La realidad histórica de España*. Cidade do México: Editorial Porrúa.
- Castro, A. (2002) La Celestina como Contienda Literaria. In: *Cervantes y los casticismos españoles y otros estudios cervantinos*. Prólogo de Francisco Márquez Villanueva. Madrid: Editorial Trotta, pp. 395-482.

- Castro, A. (2021) *La realidad histórica de España y otros ensayos*. Madrid: Editorial Trotta.
- Deyermond, A. D. (1961) *The Petrarchan Sources of "La Celestina"*. Oxford: Oxford University Press.
- Flanagan, T. (1972) The Concept of *fortuna* in Machiavelli. In: Parel, A. (org.). *The Political Calculus. Essays on Machiavelli's Philosophy*. Toronto: Toronto University Press, pp. 127-156.
- Fothergill-Payne, L. (1969) La Celestina como esbozo de una lección maquiavélica. *Romanische Forschungen*, n° 81, pp. 158-175.
- Franco, J. H. (2011) *Sangre limpia, sangre española*. El debate de los estatutos de limpieza (siglos XV-XVII). Madrid: Cátedra.
- Gilman, S. (1956) *The Art of La Celestina*. Madison: University of Wisconsin Press.
- Gilman, S. (1972) *The Spain of Fernando de Rojas. The Intellectual and Social Landscape of "La Celestina"*. Princeton: Princeton University Press.
- Machiavelli, N. (2018a) *Il principe*. In: *Tutte le Opere*, secondo l'edizione di Mario Martelli (1971), introduzione di Michele Ciliberto, coordinamento di Pier David Accendere. Milão: Bompiani.
- _____, (2018b) *Discorsi sopra la prima Deca di Tito Livio*. In: *Tutte le Opere*, secondo l'edizione di Mario Martelli (1971), introduzione di Michele Ciliberto, coordinamento di Pier David Accendere. Milão: Bompiani.
- Maravall, J. A. (1986) *El mundo social de la Celestina*, Madri: Gredos.
- Martínez de Toledo, A. (1970) *Arcipreste de Talavera, Corbacho, o Reprobación del amor mundano*. Edición, introducción y notas de J. Gonzalez Muela. Madri: Editorial Castalia.
- Olano, J. I. B. (1988) *La novela picaresca y el método maquiavélico*. Madri: Editorial Pliegos.

- Ridolfi, R. (2014) *Vita di Niccolò Machiavelli*. A cura di Giuseppe Cantelle, introduzione di Maurizio Viroli. Roma: Lit Edizione Srl.
- Pole, R. (1972) *Apologia ad Carolum V Caesarem*. Traduzido por Anthony Parel, Introduction: Machiavelli's Method and his Interpreters. In: Parel, A. (org.) *The Political Calculus*. Essays on Machiavelli's Philosophy. Toronto: Toronto University Press, pp. 3-32.
- Pulgar, H. Del (1943) *Crónica de los Reyes Católicos*, vol II. Madrid: Espasa-Calpe, 1943.
- Rojas, F. de (1999) *A Celestina*. Tradução e notas de José Bento. Lisboa: Assírio & Alvim.
- Ruano, E. B. (2001) *Los orígenes del problema converso*. Madrid: Real Academia de la Historia.
- Santoro, M. (1978) Machiavelli e il tema della "fortuna". In: *Fortuna, Ragione e Prudenza nella Civiltà Letteraria del Cinquecento*, Napoli: Liguori Editore.
- Shipliey, G. A. (1985) Authority and Experience in *La Celestina*. *Bulletin of Hispanic Studies*, 62, pp. 95-111.
- Sicroff, A. A. (1985) *Los estatutos de limpieza de sangre. Controversias entre los siglos XV y XVII*. Madrid: Taurus Ediciones.
- Torre, A. de la (1996) *Visión deleitable de la filosofía y de las otras ciencias* (facsimile de 1489). Valencia: Editorial Vicent Garcia.
- Villalobos, F. L. De (1886) Canción con su glosa. In: *Algunas obras del doctor Francisco López de Villalobos*. Madrid: Sociedad de Bibliófilos Españoles.
- Villanueva, F. M. (1994) "Nascer y morir como bestias". Criptoaverroísmo y criptojudáismo. In: *Los judaizantes en Europa y la literatura castellana del Siglo de Oro*. Madrid: Letrúmeno, pp. 273-293.

